

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DE SANTA
CATARINA - UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS HUMANAS - PPGICH**

PEDRO ROSAS MAGRINI

**PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O MST: PERSPECTIVAS,
TENDÊNCIAS E AUSÊNCIAS NOS ESTUDOS SOBRE
GÊNERO, SEXUALIDADE, RAÇA E SUAS
INTERSECCIONALIDADES**

**FLORIANÓPOLIS
2015**

PEDRO ROSAS MAGRINI

**PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O MST: PERSPECTIVAS,
TENDÊNCIAS E AUSÊNCIAS NOS ESTUDOS SOBRE
GÊNERO, SEXUALIDADE, RAÇA E SUAS
INTERSECCIONALIDADES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), Programa de Doutorado, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para a obtenção do grau de Doutor em Ciências Humanas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mara Coelho de Souza Lago

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Luzinete Simões Minella

FLORIANÓPOLIS
2015

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo o MST, sobretudo as e os Sem Terras que permanecem lutando por um pedaço de terra e por tantas outras coisas mais. Sem dúvida, segue sendo o principal modelo de luta transgressora que conheço.

Gostaria imensamente de agradecer as minhas orientadoras, Prof.^a Mara Coelho de Souza Lago e Prof.^a Luzinete Simões Minella, pelo apoio, estímulo e grande aprendizado tanto em atividades acadêmicas, quanto nos rumos da vida. Uma relação que sempre me manteve tranquilo, mesmo nos períodos de maior tensão. Sinto-me privilegiado em tê-las como orientadoras.

A todas as mulheres da banca da tese que aceitaram compor esse momento tão importante da minha vida. Às professoras: Maria de Lourdes Souza Oliveira, Giovana Ilka Jacinto Salvaro, Ilse Scherer-Warren, Maria José dos Reis, Teresa Kleba Lisboa, Jacqueline Magalhães e Cristina Scheibe Wolff, meus agradecimentos sinceros.

A toda minha família, especialmente aos meus pais, Lolô e Enaudão, e a minha irmã Isabel que sempre me apoiaram nas escolhas e nas crises. Amo tanto.

À ABB, amigas e amigos que sustentaram meus desejos e impulsos abísticos: Letícia, Bruno, Tieta, Jahnecka, Paulão, Ric, Rari e qualquer outra pessoa que tenha passado pelos trezinhos e danças do maxixe pelo mundo afora.

Às/aos amigas/os do México, convivência intensa em uma das experiências mais ricas de minha vida: Ernestão, Mineiro, Caio, Fábio, Venâncio, Grazi, Saulo, entre tantos outros.

Às/aos amigas/os de Bragança, que sempre estão lá quando preciso. Imensa gratidão.

Às/aos colegas das reuniões de orientação da Prof.^a Mara que compartilharam seus projetos e que trocaram saberes e confidências nesse período valorizando meu ponto de vista “hetero”, especialmente, Paulo, Ada e Daniel, únicos remanescentes da primeira reunião que participei ainda em 2011.

Aos dois Programas de Pós-Graduação que me acolheram nesse período. O Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) que me possibilitou permanecer nos estudos in(ter)disciplinados e o *Programa Universitário de Estudos de Gênero* da UNAM, no México, que permitiu ampliar fronteiras acadêmicas e pessoais.

À todas/os colegas doutorandas(os) professoras/es e funcionárias(os) do PPGICH pela paciência e pelo apoio.

Sem se esquecer da Renatha, que floriu e me fez tão feliz no desfecho dessa escrita.

Por fim, à UFSC e a CAPES que foram duas instituições fundamentais para o andamento da pesquisa.

¡Que viva Latinoamérica!

RESUMO

Essa tese teve como objetivo mapear e analisar estudos acadêmicos sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), realizados entre 1986 e 2013 no Brasil e no exterior, que abordassem as temáticas gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades. Através de pesquisa “estado da arte”, fundamentada em método de rastreamento de produções acadêmicas sobre o MST, buscando nelas identificar perspectivas, tendências e ausências interpretativas, foi possível construir um catálogo sobre o tema, que poderá beneficiar futuros pesquisadores/es e leitoras/es interessadas/os nesse movimento social. Foi realizado um exaustivo levantamento de trabalhos, em diversos bancos de dados virtuais e bibliotecas de universidades brasileiras, encontrando mais de 600 dissertações e teses sobre o Movimento, concentradas, sobretudo, em programas de pós-graduação de Educação, Sociologia e Geografia, principalmente aqueles localizados em universidades públicas do sudeste e sul do país. Também foram encontrados cerca de 150 trabalhos no exterior, sobretudo trabalhos escritos em espanhol. Nesse universo de produção acadêmica, constatamos que 48 trabalhos incorporaram as questões de gênero, sexualidade, raça e suas intersecções. Contudo, alguns temas permaneceram indizíveis (FERREIRA, 2006) nos estudos analisados, como as discussões sobre violência contra a mulher, aborto, homossexualidade, racismo e saúde reprodutiva. Discussões ausentes de um corpo teórico que hegemoniza as pesquisas sobre o meio rural brasileiro, mas que, em meio a conflitos, vêm ganhando espaço nas políticas internas do MST.

Palavras-chave: MST, gênero, sexualidade, raça, interseccionalidades.

ABSTRACT

This thesis aimed to map and analyze academic studies of the *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST), carried out between 1986 and 2013 in Brazil and abroad, that addressed the themes gender, sexuality, race and their intersectionalities. Through exploratory research, based on a screening method of academic papers about the MST, seeking them identify prospects, trends and interpretative absences, it was possible to build a catalog on the subject, which could benefit future researchers and readers interested in this social movement. An exhaustive survey work was carried out in several virtual databases and Brazilian universities libraries, we found more than 600 dissertations (masters and PhD levels) about the MST, concentrated mainly in Education, Sociology and Geography postgraduation programs, especially those located in public universities in the southeast and south of Brazil. We also found about 150 works abroad, mainly those written in Spanish. In this area of academic research, we found 48 thesis that have incorporated gender issues, sexuality, race and their intersections. However, some issues remained untold (FERREIRA, 2006) in the studies analyzed, for example, discussions on violence against women, abortion, homosexuality, racism and reproductive health. Absent themes of a theoretical body that hegemonizes research about the brazilian countryside, but in the midst of conflict, have been gaining ground in the internal policies of the MST.

Keywords: MST, gender, sexuality, race, intersectionalities.

RESUMEN

Esta tesis tuvo como objetivo mapear y analizar los estudios académicos sobre el *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra* (MST), llevada a cabo entre 1986 y 2013 en Brasil y en el extranjero, que abordó los temas de género, sexualidad, raza y sus interseccionalidades. A través de la investigación "estado del arte", basado en un método de selección de artículos académicos sobre el MST, buscando a identificar perspectivas, las tendencias y las ausencias de interpretación, fue posible construir un catálogo sobre el tema, lo que puede beneficiar a los investigadoras/es y las/os futuras/os lectoras/es interesadas/os en este movimiento social. Un trabajo de investigación exhaustiva realizado en varias bases de datos virtuales y universidades brasileñas, que ha catalogado más de 600 tesis y disertaciones sobre el Movimiento, concentradas principalmente en los programas de postgrado de Educación, Sociología y Geografía, especialmente los situado en las universidades públicas en el sureste y el sur del país. También se encontraron alrededor de 150 trabajos en el extranjero, sobre todo los escritos en español. En esta investigación académica, todavía, encontramos que 48 obras han incorporado las cuestiones de género, sexualidad, raza y sus intersecciones. Sin embargo, quedaban algunas cuestiones *indizíveis* (FERREIRA, 2006) en los estudios analizados, como los debates sobre la violencia contra las mujeres, el aborto, la homosexualidad, el racismo y la salud reproductiva. Discusión ausente de un cuerpo teórico que la investigación hegemónica en el campo brasileño, pero en medio del conflicto, han ido ganando terreno en las políticas internas de la MST.

Palabras clave: MST, género, sexualidad, raza, interseccionalidades.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAFASD – Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Santo Dias

ABEEF – Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal

AEGRE - Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário

AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros

ALAC – Associação Lavrense de Arte e Cultura

ALASRU – Associação Latino Americana de Sociologia Rural

AMB – Articulação de Mulheres do Brasileiras

BDTD – Banco de Dados de Teses e Dissertações

BUAP – Benemérita Universidad Autonoma de Puebla

CEBS – Comunidades Eclesiais de Base

CEDEM – Centro de Documentação e Memória

CERSAN – Centro de Referência em Saúde Mental

CLACSO – Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales

CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo

CNTE – Confederación Nacional de los Trabajadores de la Educación

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EIV – Estágio Interdisciplinar de Vivência

EJA – Escola de Jovens e Adultos

ENAH – Escola Nacional de Antropologia e História

EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional

FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

FNRA – Fórum nacional de Reforma Agrária

FSM – Fórum Social Mundial

FSM – Fórum Social Mundial

FURG - Fundação Universidade Federal do Rio Grande

GETEC - Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFE- Instituto Federal de Ensino

INCRA – Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária

INCUBACOOOP – Incubadora de Cooperativas Populares

ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa de Reforma Agrária

LABET - Laboratório de Estudos Territoriais

LECERA - Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MASTER – Movimento de Agricultores Sem Terra

MASTRO - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMA – Movimento de Mulheres Agricultoras

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MMM – Marcha Mundial das Mulheres

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

NEPAC - Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos sociais e Ação coletiva

NPMS - Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDSE – Programa de Bolsas Sanduiche no Exterior

PPGICH – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas

PPGS – Programa de Pós-Graduação de Sociologia

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUEG – Programa Universitario de Estudios de Género

REF – Revistas Estudos Feministas

TMR – Teoria da Mobilização de Recursos

TNMS – Teoria dos Novos Movimentos Sociais

TPP – Teoria dos Processos Políticos

UCB - Universidade Católica de Brasília
UCEPel - Universidade Católica de Pelotas
UCG - Universidade Católica de Goiás
UDR – União Democrática Ruralista
UECE - Universidade Estadual do Ceará
UEL - Universidade Estadual de Londrina
UEM - Universidade Estadual de Maringá
UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense
UEPG - Universidade Estadual de Ponto Grossa
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFC - Universidade Federal do Ceará
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFGD - Universidade Federal de Grande Dourados
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA - Universidade Federal de Lavras
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso
UFPA - Universidade Federal do Pará
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFPEl - Universidade Federal de Pelotas
UFPI - Universidade Federal do Piauí
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS - Universidade Federal de Sergipe
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos
UFSJ - Universidade Federal de São João del Rey
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
UFU - Universidade Federal de Uberlândia
UFV - Universidade Federal de Viçosa
UGG - Universidade Federal de Goiás

UNAM - Universidad Autónoma de México

UnB - Universidade de Brasília

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

UNESP - Universidade estadual de São Paulo

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste

UNIFACS - Universidade Salvador

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

UNIJUI - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UNISANTOS - Universidade Católica de Santos

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UNIVALE - Universidade Vale do Rio Doce

UNIVATES - Unidade Integral do Vale do Taquari de Ensino Superior

USP - Universidade de São Paulo

USP – Universidade de São Paulo

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

UTP - Universidade Tuiuti do Paraná

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	
Número de dissertações e teses sobre o MST por instituição de ensino defendidas entre 1986 e 2013.....	151
Quadro 2	
Número de dissertações e teses sobre o MST por área do conhecimento defendidas entre 1986 e 2003.....	154
Quadro 3	
Trabalhos sobre o MST publicados em espanhol entre 1991 e 2013.....	179
Quadro 4	
Agrupamento de trabalhos sobre o MST escritos em espanhol, segundo as temáticas centrais que neles prevaleceram.....	192
Quadro 5	
Dissertações e teses escritas em português e espanhol que abordam as categorias gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades no MST.....	217

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Organograma do MST em 1990.....	114
Figura 2. Mural do VI Congresso Nacional do MST.....	118
Figura 3. Depoimento de Anita Prestes no VI Congresso Nacional do MST.....	124
Figura 4. Imagens de místicas do VI Congresso Nacional do MST.....	125
Figura 5. Lucas sambando na Praça dos Três Poderes a frente da Escola de Samba Unidos da Lona Preta.....	129
Figura 6. Foto que abre a reportagem “Sem Terra LGBT lutam por uma sociedade sem preconceitos” publicada no site do MST no dia 19 de fevereiro de 2014.....	130
Figura 7. Fotos de Lucas, Naiara e Luquete no VI Congresso Nacional do MST.....	132
Figura 8. Fotos utilizadas pelos principais jornais brasileiros sobre o VI Congresso Nacional do MST.....	133
Figura 9. Ano de defesa das dissertações e teses sobre o MST.	169
Figura 10. Ano de publicação dos trabalhos sobre o MST escritos em espanhol.....	184
Figura 11. Local da publicação dos trabalhos sobre o MST escritos em espanhol.....	185
Figura 12. Nacionalidade das/os autoras/es que publicaram trabalhos sobre o MST escritos em espanhol.....	186
Figura 13. Ano de defesa das dissertações e teses escritas em português e espanhol que abordam as categorias gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades no MST.....	221

SUMÁRIO

Introdução.....	29
1. Epistemologia e metodologia, os caminhos e descaminhos de uma pesquisa feminista, interseccional e interdisciplinar.....	47
1.1 Trajetória in(ter)disciplinada.....	55
1.2 Viagens reais e virtuais: da resistência sem terra nos documentos às comunidades <i>in loco</i>	60
2. Lutas sociais na América Latina, desafios para uma compreensão descolonial e feminista.....	73
2.1 Abordagens clássicas das teorias sobre movimentos sociais: paradigma europeu e paradigma norte americano.....	73
2.2 América Latina e a contextualização de suas realidades: por uma abordagem latino-americana, pós-colonial e feminista	80
2.3 A globalização e a teoria das Redes de Movimentos Sociais.....	90
3. Mais do que reforma agrária: o MST enquanto principal agente de luta social brasileiro.....	97
3.1 Sem terras, antes e para além do MST.....	97
3.2 MST: lutas transnacionais e interseccionais.....	108
3.3 IV Congresso Nacional do MST: etnografia de uma reviravolta estratégica.....	116
3.3.1 O grande mural.....	118
3.3.2 Mesas redondas, atos políticos e assembleias no IV Congresso.....	121
3.3.3 “O Congresso do MST é uma grande mística”.....	125
3.3.4 Marcha por Brasília.....	128
3.3.5 A cobertura da mídia.....	133
3.4 As atuais posições e os desafios a serem enfrentados pelo MST.....	136

4. Sem Terras em foco: relações institucionais, militância e publicações no Brasil e no mundo.....	145
4.1 MST “ocupando” a academia brasileira.....	145
4.2 A produção acadêmica sobre o MST no Brasil: dissertações e teses publicadas entre 1986 e 2013.....	150
4.2.1 Dissertações e teses na área da Educação.....	156
4.2.2 Dissertações e teses na grande área da Sociologia.....	160
4.3.3 Dissertações e teses na área da Geografia.....	163
4.2.4 Dissertações e teses em outras áreas: História, Serviço Social, Psicologia e Comunicação.....	164
4.2.5 Programas e pesquisadoras/es que se destacaram na produção sobre o MST.....	167
4.2.6 Ano de publicação de d&t sobre o MST..	171
4.2.7 Dos 80 aos 90: estudos pioneiros sobre o MST.....	173
5. O panorama internacional: publicações em espanhol sobre o MST.....	177
6 Gênero, sexualidade, raça e suas intersecções: dissertações e teses em português e espanhol sobre o MST.....	205
6.1 As ausências nos Textos Brasileiros sobre o Rural (TB): ditos e não-ditos na construção de um ideário sobre o campo.....	205
6.2 Estado da arte no MST: publicações sobre gênero, sexualidade e raça.....	215
6.2.1 Pioneirismo nos estudos de gênero, sexualidade e raça no MST.....	223
6.2.2 Metodologias de pesquisa: homogeneidades e diversidades nos processos de investigação sobre o MST.....	231
6.2.3 Localizando as/os sujeitas/os da pesquisa: quem	241

fala sobre o MST?.....	
6.2.4 Principais referências teóricas nas d&t sobre gênero, sexualidade e raça no MST.....	246
6.2.5. Ausências nos estudos sobre o MST: o indizível sobre gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades.....	253
Considerações finais.....	269
Referências Bibliográficas.....	277
Anexo.....	319

Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos movimentos sociais brasileiros que tem gerado maior atenção nos últimos 30 anos. Surgido no sul do país no início dos anos 1980, em meio a violentos confrontos por terras, o Movimento¹ conta com simpatizantes e admiradores que defendem e apoiam as ações de ocupação, entre outras práticas, mas também com opositores que discordam e criminalizam suas ações, inclusive, com a acusação do MST ser uma organização terrorista. É quase inevitável responder a questionamentos tais como: *Você é a favor do MST? Você acha certo invadir a propriedade dos outros? E se fosse a sua casa? Mas não há muitos sem terras aproveitadores que vendem seus lotes?* Essas e muitas outras perguntas permeiam o imaginário social brasileiro sobre as/os² Sem Terras³, fortemente influenciadas pela mídia hegemônica e setores conservadores do país. Esse imaginário, ao mesmo tempo temeroso, idealizado e/ou que criminaliza o MST e suas experiências coletivas em assentamentos e acampamentos, tem sido objeto de reportagens, documentários e filmes, além de estudos das mais diversas áreas do conhecimento no Brasil e no mundo.

A Veja, por exemplo, revista de grande circulação nacional, dedica algumas de suas cobiçadas capas ao MST todos os anos de maneira muito crítica, sempre negativa, criminalizando suas ações, seus líderes e defensores. Isso ocorre, segundo Najla Passos (2008), desde o surgimento formal do MST em 1985 e se intensificou nas eleições de 1989 e 1994, quando o então candidato a presidência, Luiz Inácio Lula da Silva do PT, foi associado diretamente a este Movimento,

¹ Utilizaremos “Movimento” para nos referirmos ao MST, afinal, esta parece ser uma categoria nativa que se difundiu, não somente na linguagem militante de assentadas/os, mas também nos trabalhos acadêmicos.

² Avaliamos diversas possibilidades para incorporar um tratamento de gênero na redação do texto e mesmo tornando a leitura cansativa, optamos pela colocação de “as/os”, antecipando o feminino ao masculino.

³ A nomenclatura significa mais do que uma simples condição social, é uma referência política, social e cultural de um sujeito que possui terra, porém por fazer parte de um movimento organizado continua politicamente sendo Sem Terra, ao contrário do termo “sem-terra” que é uma condição social de alguém que vive do trabalho na terra, porém não a possui (BOGO, 2006 apud RIBEIRO, 2008, p. 28).

consequentemente a bandeira vermelha, ao comunismo e todo o imaginário hostil que permeia esses símbolos.

Após 1996 esta Revista transformou o MST em um de seus alvos prioritários de crítica, juntamente com aliados históricos como o PT, CUT e grupos progressistas da igreja, entre outros. As investidas se tornaram mais agressivas com o passar dos anos até que em 2001, ano dos ataques de 11 de setembro, o rótulo de *movimento terrorista* começou a ser difundido de forma sistemática. Em 2009, a bancada ruralista conseguiu articular a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o Movimento e os repasses do Governo Federal, a partir de uma reportagem de capa da Veja intitulada “Por dentro do cofre do MST”, a terceira, criada em cinco anos, para investigá-lo e desgastá-lo (PASSOS, 2008). Um exemplo emblemático desse período mostra uma forte e sistemática campanha de criminalização, que vai além das reportagens de capa, para difamar o Movimento. Trata-se das colunas do jornalista Reinaldo Azevedo no site da Revista.

Na coluna “MST e o terrorismo oficializado” publicada em cinco de novembro de 2009 é apenas uma entre tantas em que o jornalista centra seus ataques ao Movimento. Essa reportagem investe críticas de forma agressiva à ação do MST na ocupação de duas fazendas do banqueiro Daniel Dantas no Pará, onde, segundo o jornalista, jagunços encapuzados “derrubaram e queimaram casas com os tratores das propriedades, puseram fogo nos veículos, roubaram gado, ameaçaram de espancamento mulheres, crianças e velhos, que tiveram de fugir, e agrediram alguns homens”. Logo após relatar os acontecimentos, mostrando fotos da destruição da fazenda, Reinaldo Azevedo empreende ataques diretos ao Partido dos Trabalhadores (PT), acusando vários de seus membros de apoio às ações “terroristas” do MST, inclusive, a então, futura candidata a presidenta Dilma Rousseff e o, na época, presidente Lula. Os ataques pessoais não param por aí e em determinado momento o feroz colunista vociferou críticas aos “ditos intelectuais”⁴,

⁴ Entre os intelectuais que apoiaram o manifesto de apoio ao MST contra a CPI estão: Chico de Oliveira, Antônio Candido, Luis Fernando Veríssimo, Paulo Arantes, Eduardo Galeano, Boaventura de Souza Santos e muitos outros.

mais o Chico Buarque, o sambista⁵, que assinaram o ‘manifesto’ contra a CPI do MST” realizada naquele período.

A revista *Isto é*, outro importante periódico de circulação nacional brasileiro, chegou a declarar “O fim do MST” em reportagem de capa de setembro de 2011 depois do arrefecimento de ações espetaculosas durante o governo Lula. Apesar de não utilizar o mesmo tom injurioso da Revista *Veja*, a reportagem se baseia em dados e relatos recortados para ressaltar o declínio e isolamento do Movimento, que naquele momento mobilizava poucas famílias acampadas, em relação a outros períodos históricos. Importantes jornais de grande circulação, como O Globo, a Folha de São Paulo e o Estadão, entre tantos outros jornais de circulação nacional e regional⁶, também destinam espaços cativos em editoriais e reportagens sempre que o MST realiza qualquer tipo de ação.

As redes de televisão não ficam atrás e divulgam frequentemente reportagens sobre as ocupações das propriedades, passeatas e outras manifestações do Movimento. Tem sido possível observar que as ocupações são em geral chamadas de “invasões”, destacando-se sua investida contra propriedades privadas. As notícias sobre as passeatas, por sua vez, enfatizam mais os transtornos que provocam no trânsito e suas interferências no direito de ir e vir dos cidadãos, do que as bandeiras do Movimento⁷. Novelas e filmes também já incorporaram o MST como temática paralela às narrativas principais. Em 1996, no ano da chacina ocorrida em Eldorado dos Carajás, *O Rei do Gado* da Rede Globo foi a primeira produção nacional que retratou a vida de trabalhadoras/es do Movimento Sem Terra em um acampamento. Alguns filmes também já inseriram a discussão em seus roteiros, como *Tapete Vermelho* de 2006, com Matheus Nachtergaele,

⁵ Apesar de falar em “o” sambista, Reinaldo Azevedo parece se reportar a sambista Beth Carvalho que assinou o Manifesto de apoio ao MST contra a CPI.

⁶ Em relação ao MST e as abordagens jornalísticas de revistas e jornais existe ampla bibliografia a ser consultada. Sobre as abordagens da revista *Veja* ver Souza (2001) e Passos (2008) e sobre os jornais *Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo* ver Ayoub (2006) e Paiva (2006).

⁷ Em relação ao telejornal *Jornal Nacional* ver Moreira (1999), Santos (2004) e Ribeiro Neto (2009) e sobre a relação com a mídia em geral ver Gohn (2000), Melo (2008), Menezes (2010), Silva Junior (2010) e Ferreira (2012).

além de dezenas de documentários feitos pelo MST, por simpatizantes ou antipatizantes da luta pela terra.

Fora da grande mídia, inúmeras teses, dissertações e artigos foram e estão sendo elaboradas a cada ano na tentativa de compreender um pouco melhor esse importante movimento social de luta pela terra brasileiro. Esta tese parte da curiosidade sobre o estado da arte e propõe um mapeamento da produção acadêmica sobre o MST no Brasil e no mundo. Esse tipo de pesquisa se fundamenta num método de rastreamento de produções acadêmicas sobre determinado fenômeno que possibilita construir um catálogo que beneficie e oriente leitoras/es interessadas/os naquela temática (FERREIRA, 2002). Em um levantamento amplo em diversos bancos de teses nacionais e internacionais encontramos mais de 600 dissertações e teses produzidas no Brasil sobre o MST nos últimos 28 anos e centenas de trabalhos acadêmicos produzidos fora do país, sobretudo, textos em espanhol. Sendo impossível analisar todas essas produções sobre o Movimento, selecionamos as categorias de nosso interesse - gênero, sexualidade e raça - para uma análise mais profunda de alguns desses trabalhos.

Essa escolha se justifica pela relativa invisibilidade dessas categorias nos estudos sobre o meio rural, concentrados fortemente numa perspectiva de classe e nas teorias tradicionais sobre o campesinato. As pesquisas sobre as relações de gênero no meio rural, por exemplo, já se difundiram bastante como produção acadêmica nos últimos anos, consolidando-se como campo de estudos nas diversas regiões do país. Cada vez mais núcleos de pesquisa, publicação e projetos de financiamento, entre outros, surgem nessa área, contudo, a maioria dos trabalhos ainda necessita de uma análise mais crítica, capaz de superar a herança quase intocável de uma perspectiva chayanoviana⁸, hegemônica nos estudos rurais brasileiros, cuja ideia de família camponesa unificada tem ofuscado as desigualdades de gênero, sexualidade e de raça no âmbito rural. Ao contrário da expansão dos estudos sobre gênero, os estudos sobre sexualidade no meio rural parecem completamente invisibilizados, resumindo-se a ínfimos trabalhos pouco profundos e que levam pouco em consideração o

⁸ A produção de Alexander Chayanov foi e ainda é de grande importância nos estudos sobre o rural no mundo. No entanto, sua compreensão sobre a família camponesa é datada e localizada, o que limita sua generalização a outros contextos sociais.

aspecto “rural” em questão. Afinal, podemos transplantar todas as relações sociais urbanas ao meio rural de forma acrítica?

Sobre a irrelevância dos estudos sobre sexualidades no âmbito rural, nos apoiamos na afirmação de Paulo Rogers Ferreira (2008b), segundo o qual, os “Textos Brasileiros sobre o Rural”, que o autor designa como TB, de uma maneira geral, funcionalizam a sexualidade camponesa, negligenciando, através da invisibilização ou generalização do tema, um corpo camponês.

É interessante salientar que tais estudiosos sobre as sociedades camponesas não tinham e não têm, em sua maioria, as sexualidades como centro em suas discussões, pois trata-se, infelizmente, de uma temática subalterna, em detrimento de valores hierarquizados (Deus – Homem – Natureza), que para o TB, passam a ser centrais ao entendimento do campesinato (FERREIRA, 2008b, p. 20).

Da mesma maneira, a temática raça, quando nos remetemos às discussões sobre racismo, também tem status irrelevante nas discussões dos “Textos Brasileiros sobre o Rural”. Existe uma tradição de décadas de estudos indígenas (étnicos), sobretudo na Antropologia e nos últimos vinte anos, cresceram gradativamente os estudos sobre comunidades quilombolas, mas são raros, por exemplo, os trabalhos que abordam a participação e protagonismo das/os negras/os na agricultura familiar ou em movimentos sociais de luta pela terra.

Os inumeráveis estudos publicados e não publicados que abordaram a população negra no Brasil, suas histórias e suas culturas, trataram, sobretudo daquela situada na cidade, ou seja, os negros urbanos e seus movimentos. Mais recentemente, nos anos 1980-1990, é que aparecem diversos estudos sobre as comunidades quilombolas e a situação de conflito de terra. No entanto, não houve uma preocupação em se abordar a população negra enquanto protagonista dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária (FERNANDES et al, 2008, p. 144).

Um dos desafios dessa tese é a interpretação desses e outros possíveis silêncios, do indizível (FERREIRA, 2008a) e das ausências no meio rural brasileiro. Nos inspiramos na *sociologia das ausências* de Boaventura de Souza Santos (2003) que busca exatamente decifrar as “não-existências” nas narrativas hegemônicas e, assim, desocultá-las. A partir dessas primeiras suposições, da relevância do MST enquanto importante ator social, da sua enorme difusão como objeto de pesquisa e da subalternidade das temáticas gênero, sexualidade e raça no âmbito rural, apresentamos nossa proposta de pesquisa.

Objetivo geral

Mapear e analisar estudos acadêmicos sobre o MST no Brasil e no exterior que abordem as temáticas gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades buscando identificar perspectivas, tendências e ausências interpretativas.

Objetivos específicos

- Criar um catálogo de publicações sobre o MST no Brasil e no mundo nas últimas décadas;
- Historicizar a incorporação de linhas políticas de gênero, sexualidade e raça pelo MST em sua trajetória de luta através de análise bibliográfica e de documentos;
- Compreender os significados que o MST atribui às categorias gênero, sexualidade e raça;
- Contribuir para o fortalecimento de pesquisas interseccionais no âmbito rural e no MST.

A partir desses objetivos, pretendemos expor de forma clara algumas das concepções sobre as categorias de análise centrais dessa tese, mostrando o que entendemos por gênero, sexualidade e raça. No entanto, gostaríamos de esclarecer que não temos a pretensão aprofundar demasiadamente as teorias de gênero, sexualidade e raça, pois há várias/os autoras/es que já o realizaram com muita competência. Faremos uma breve discussão sobre algumas abordagens que serão aprofundadas durante toda a tese, apresentando autoras e autores de diversas correntes de pensamento. Para tanto, cabe um resgate histórico

da utilização de conceitos amplamente difundidos dos quais iremos nos apropriar. Começaremos falando sobre as categorias centrais desse estudo: gênero e sexualidade, posteriormente sobre raça.

O conceito de gênero está difundido pelo mundo e as discussões em torno dele ocorrem sistematicamente apontando diferentes abordagens. A utilização de categorias como “feminismo”, “gênero”, “mulher”, “mulheres” e “relações de gênero” não são consensuais e demonstram a heterogeneidade nessa área interdisciplinar do conhecimento. Adotaremos o termo gênero para nortear as discussões, sabendo dos conflitos e das incertezas nas diversas correntes de pensamento. Isso não nos impedirá de identificar abordagens de estudos sobre mulheres, ou sobre a mulher, feminilidades e masculinidades, sobre lésbicas e gays como fazendo parte dos estudos de gênero.

Notoriamente o feminismo foi o grande responsável pela emergência das discussões hoje tratadas como sendo de gênero. Para fins analíticos, muitas vezes, distingue-se o feminismo temporalmente em três ondas, norteadas por narrativas de luta de um feminismo estadunidense e europeu, mas que não pode ser visto como o único ou como o feminismo universal. Joana Pedro (2010) questiona a utilização estanque e linear da divisão dos tempos dos movimentos feministas em de ondas. Apesar de concordar que o feminismo pode ser dividido em “ondas”, a autora interpela a temporalidade universal utilizada pelos países hegemônicos do “Norte” e o transplante dessa historiografia aos países do “Sul”. Para ela, as ondas do feminismo no Cone Sul ocorreram com relativo atraso em relação aos centros hegemônicos. É importante salientar que o feminismo também não ocorreu linearmente nos Estados Unidos e em países da Europa, cada lugar teve suas particularidades e movimentos próprios, culminando numa gama de movimentos e perspectivas.

Segundo as narrativas ocidentais hegemônicas, o feminismo passou por três ondas. A primeira teria ocorrido no final do século XIX e início do século XX, com o movimento sufragista. A segunda onda teria se iniciado no final dos anos 1960 e a terceira onda na década de 1980 e 1990. Algumas autoras ainda incluem, após este último período, uma quarta onda, com o feminismo *queer* de Monique Wittig, Gayle Rubin e Judith Butler e o cyberfeminismo de Donna Haraway. No Brasil, por exemplo, algumas autoras adaptaram as ondas do feminismo ao contexto local. Celi Pinto (2003) sinaliza que as manifestações do feminismo brasileiro podem ser divididas em dois momentos: o

primeiro, do final do século XIX até 1932 e o segundo, do feminismo pós-1968.

Não entraremos mais no mérito da discussão das ondas do feminismo⁹, para os efeitos desse trabalho, nos deteremos nas concepções de gênero dessas ondas. Berenice Bento (2006), apoiada na tradição foucaultiana, aponta para três aspectos centrais nos estudos de gênero: o universal, o relacional e o plural. Apesar das semelhanças entre as três ondas do feminismo e essas tendências teóricas organizadas por Bento, não podemos compreendê-las como sendo a mesma coisa. Até porque cada lugar assume uma postura diferente.

O questionamento da condição subalterna da mulher nas sociedades emerge com mais intensidade ainda no século XIX com a luta pelo sufrágio universal, mas foi com a publicação do livro *O segundo Sexo* de Simone de Beauvoir que os movimentos feministas adquiriram notoriedade e conseguiram enorme visibilização política, tornando-se, segundo Márcia Arán (2003), uma das revoluções mais importantes do século XX. De acordo com Bento, até o final da década de 1970, a tendência universal ou igualitarista, estava empenhada em combater o patriarcado e lutar pela igualdade de direitos, sem considerar que havia diferenças entre as próprias mulheres, universalizando uma identidade feminina, essencializando e vitimizando o sujeito mulher.

Na década de 1980 começam a aparecer exigências dentro do próprio movimento feminista contra a universalização dessa categoria “mulher”. Segundo Antônio Flávio Pierucci (1999), apesar da força das feministas de esquerda, foram as feministas negras advindas dos movimentos negros que mais influenciaram na articulação de outras categorias à de gênero. Segundo ele, “o fator raça no nicho intelectual das escritoras e pesquisadoras feministas [foi] um evento de efeitos mais salientes e consequentemente na produção intelectual e na agenda política do movimento feminista do que na defesa filomarxista do fator classe” (p. 134).

Apesar de ganhar espaço nas discussões feministas ainda na década de 1980, a articulação de categorias ganha espaço internacional e um corpo teórico mais consistente somente no final da década de 1990. Além das novas articulações que associam vários sistemas de poder, como gênero, classe e raça, um olhar relacional que rompia com a

⁹ Para maiores aprofundamentos sobre as histórias dos feminismos sugerimos Duby e Perrot (1993), Pinto (2003), Priori (2004) e Pedro (2010).

oposição homem e mulher, apareceu com força na desconstrução do homem universal e alavancou também os estudos sobre masculinidades (BENTO, 2006). Um dos estudos pioneiros sobre masculinidades foi feito pelo antropólogo português Miguel Vale de Almeida¹⁰. Com o intuito de analisar os discursos e práticas de masculinidades, o autor nos brinda com o trabalho “Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade”, uma exemplar etnografia numa pequena cidade portuguesa no Alentejo, Pardais.

A abordagem relacional tem como uma das principais articuladoras teóricas a historiadora Joan Scott, cujo conceito de gênero, talvez ainda hoje, seja um dos mais utilizados na academia latino-americana, em particular no Brasil. O trecho “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1990, p. 14) é facilmente encontrado em artigos, dissertações e teses que adotam a categoria de análise. Veremos ainda nessa tese, a importância do artigo “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, de onde o trecho em questão é extraído.

Nesse mesmo período de questionamento na universalidade da categoria “mulher”, outras questões emergiram. A sociedade passava por mudanças provocadas por uma série de fenômenos: a entrada progressiva da mulher no mercado de trabalho formal; a separação entre sexualidade e reprodução com o advento da pílula contraceptiva e da reprodução assistida; a crise do modelo de família burguesa nuclear, até então pautada pela monogamia e pela heterossexualidade; e uma política de visibilidade da homossexualidade, especialmente após o processo de despatologização, iniciado ainda na década de 1970 e acatado paulatinamente por organizações de todo o mundo nas décadas seguintes (ARÁN, 2003). A partir dessas mudanças, que não ocorreram simultaneamente em todo o mundo, mas sempre alavancadas por movimentos feministas e homossexuais, a temática sexualidade começou a se tornar preocupação na academia, sobretudo, após a publicação da obra de Michel Foucault, “História da sexualidade”, em 1985.

¹⁰ Outro livro pioneiro nos estudos de gênero e de masculinidades foi “*Masculinities*” de Raewyn Connel (1995). No Brasil, os estudos sobre masculinidades tem como referência o Instituto Papai e os psicólogos Benedito Medrado Jorge Lyra.

A grande influência dessa obra e o que vai marcar a abordagem plural de gênero é a vinculação entre gênero, sexualidade e subjetividade e Judith Butler, importante teórica do feminismo, tornou-se uma das principais articuladoras dessa corrente. Em uma de suas obras mais conhecidas, “Problemas de gênero”, Butler reafirma a postura interseccional e relacional da abordagem anterior.

O gênero nem sempre se constitui de maneira coerente e consistente das diferentes contextos históricos (...) gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de gênero das demais intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (1999, p. 20).

Contudo, salienta a necessidade de se analisar separadamente gênero e sexualidade como categorias independentes, para que não haja uma associação compulsória e naturalizada entre sexo, gênero e desejo, levando assim a uma estrutura binária heteronormativa. Postura corroborada por Berenice Bento (2006) que entende que as abordagens universal e relacional não fogem de uma relação binária, essencializando e reproduzindo “sexos verdadeiros”. Por isso, propõe uma perspectiva plural nos estudos de gênero, que busca

problematizar os limites do ‘relacional de dois’ calcado no referente dos sexos. O estudo da sexualidade hegemônica, ou da norma heterossexual, e das sexualidades divergentes exige o desenvolvimento de análises que, embora vinculadas a gênero, apresentem autonomia em relação a ele, o que significa problematizar e enfrentar a heterossexualidade como matriz (BENTO, 2006, p. 77).

Basicamente, segundo Bento (2006), há quatro pressupostos que norteiam essa perspectiva plural de gênero: (1) sexualidade como um dispositivo; (2) o caráter performativo das identidades; (3) o alcance subversivo das performances e das sexualidades fora das normas de

gênero; (4) o corpo como um biopoder, fabricado por tecnologias possíveis. Cada um desses pressupostos merece uma explicação.

As três abordagens – universal, relacional e plural - não são excludentes e representaram um esforço para se analisar as várias tendências nos estudos de gênero. Apesar de centrada ainda quase que exclusivamente nos estudos *queer*, com enfoque em experiências homossexuais e transexuais, é fundamental nos apropriarmos também da perspectiva plural como referência. Isso se faz necessário, pois não queremos seguir uma postura heteronormativa que oprime as sexualidades divergentes que existem, inclusive, no meio rural, por mais que isso seja obscurecido na academia e, de certa forma, pouco visibilizado também nas comunidades. Entendemos que as categorias conceituais sexualidade e gênero devem ser analisadas de forma independente e articuladas, como também classe e raça, fato que ampliará percepções sobre as realidades e desnudará algumas das lacunas e “verdades” nos estudos rurais que se prolongam, inclusive em nossos estudos anteriores.

Consequentemente, após introduzir um pouco do que entendemos por gênero e sexualidade, enfrentamos a mesma necessidade de explicar o conceito de raça. A dúvida surge sobre qual terminologia empregar em nosso trabalho: raça, etnia ou raça/etnia (questão étnico-racial)? A utilização dessas terminologias em trabalhos acadêmicos, movimentos sociais, na linguagem científica e coloquial está disseminada e coberta de dúvidas e conflitos sobre o que representam e significam. Recentemente, temas como o das políticas afirmativas (cotas raciais) recolocaram o assunto em voga. A partir dessa constatação, faremos uma análise de alguns dos conceitos e da utilização das terminologias.

Segundo o antropólogo Kabengele Munanga, atualmente, na academia

a maioria dos pesquisadores brasileiros que atuam na área das relações raciais e interétnicas recorre com frequência ao conceito de raça. Eles empregam ainda este conceito, não mais para afirmar sua realidade biológica, mas sim para explicar o racismo, na medida em que este fenômeno continua a se basear em crença na existência das raças hierarquizadas, raças fictícias ainda resistentes nas representações mentais e no imaginário coletivo de todos os povos e sociedades contemporâneas. Alguns, fogem do

conceito de raça e o substituem pelo conceito de etnia considerado como um lexical mais cômodo que o de raça, em termos de ‘fala politicamente correta’ (2003, p. 12).

Além da academia, parece que o termo raça é utilizado em grande parte dos movimentos sociais negros, o que o consolida como uma categoria nativa no Brasil. Entendemos que o emprego desses conceitos, tanto de raça quanto o de etnia, são apropriados de acordo com o que se busca e se acredita, tanto por racistas como por movimentos que lutam contra o racismo. Não é uma mera terminologia. Utilizaremos o termo raça apoiados nas contribuições de Rita Segato, que afirma:

existe um papel nominativo importante que nomeia uma diversidade de sofrimentos e expõe a necessidade de sua erradicação. Esses nomes: “genocídio”, “racismo”, “xenofobia”, “discriminação contra a mulher”, “tortura”, “tratamento desumano e cruel”, “abuso infantil”, etc., permitem que pessoas ou grupos humanos prejudicados se reconheçam ao identificar em sua própria experiência os flagelos e formas de maus tratos nominados pela lei (2006, p. 3).

Ou seja, adotamos a discussão de raça, pois acreditamos que nomear se torna uma arma política. Nesse sentido, quando falamos de racismo, Rita Segato (2006) distingue três tipos de preconceito e discriminação, um deles fortemente presente na sociedade brasileira. O racismo de *raça com etnia* é aquele que conjuga a diferença fenotípica com um patrimônio cultural idiossincrático. Ou seja, de um grupo étnico-racial discriminado. O racismo de *raça sem etnia* se caracteriza contra pessoas com fenótipos raciais específicos como cor da pele, tipo de cabelo e formato do rosto, lábios e nariz, sem, no entanto, serem portadoras de um patrimônio cultural diferenciado. Por último, o racismo de *etnia sem raça*, acontece contra pessoas que pertencem a povos marcados pelo cultivo e transmissão de um patrimônio cultural idiossincrático que reconhecem como próprio, porém, devido aos processos de mestiçagem ao longo da história colonial, não exibem traços raciais (fenotípicos) que as/os distinguem da população de sua região ou nação.

Essa tipificação é fundamental para compreender a complexidade do fenômeno no mundo, afinal, apesar de estar presente de maneira universal, o racismo se manifesta localmente. Assim, para Segato (2006) raça é signo e seu único valor sociológico radica na sua capacidade de significar, ou seja, “seu sentido depende de uma atribuição, de uma leitura socialmente compartilhada e de um contexto histórico e geográfico delimitado” (2006, p. 9). Por exemplo, o racismo no Brasil, tem características muito específicas e se difundiu, muitas vezes, sem elementos étnicos, que estão imbricados na cultura brasileira, seja nos costumes, na religião e/ou nas festas. Isso não impediu que populações com traços fenotípicos específicos sofressem/sofram preconceito e sejam até hoje discriminadas. Na maioria dos países da América Latina, o racismo é marcado primordialmente pela questão étnica (etnia sem raça), onde grande parte da população tem traços fenotípicos indígenas, mas a discriminação ocorre, sobretudo, na população que adota comportamentos, língua, sotaque, vestuário e sobrenome nativos. Nos Estados Unidos, por exemplo, raça está vinculada a origem, e é indistinguível de etnia. Obviamente essas características não são estanques. No Brasil, por exemplo, comunidades remanescentes de quilombos sofrem racismo articulando preconceito e discriminação de raça e de etnia.

Ao resgatar sucintamente a narrativa histórica do conceito de raça, Kabengele Munanga (2003) nos fornece diversos indícios sobre os porquês, onde e como surge o racismo e a utilização desses conceitos no passado e na atualidade, entendendo que, como todo conceito, raça tem seu campo semântico, uma dimensão temporal e espacial próprias. Para Antonio Sérgio Guimarães (2003) a palavra “raça” tem pelo menos três sentidos, dois analíticos e um nativo. Dos conceitos analíticos, um é reivindicado pela biologia genética e o outro pela sociologia, ambos tendo corpo teórico próprio para compreender tal fenômeno. “Raça” como conceito nativo refere-se a uma categoria que tem sentido no mundo prático, efetivo, possuindo um sentido histórico para um determinado grupo humano num determinado período.

Para Munanga a etimologia da palavra raça vem do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Utilizando-se do segundo e terceiro significado, as ciências naturais, mais especificamente a Zoologia e a Botânica, empregaram raça para classificar espécies animais e vegetais, designando descendência e linhagem de grupos com características físicas semelhantes e um mesmo ancestral. Até o fim do século XVII, a explicação das diferenças humanas passava pela teologia,

que inclusive, justificou diversos modos de dominação e escravidão, mas que logo foi suplantada por explicações evolucionistas. A partir do século XVII a ciência moderna emplacou grandes esforços para classificar a diversidade e variabilidade humana. Inicialmente, a cor da pele foi a principal variável de distinção de raças, dividindo a espécie em três raças que resistem até hoje como modelo de classificação: a raça branca, a raça negra e a raça amarela. Sendo a cor da pele um critério genérico demais, outros critérios morfológicos foram acrescentados no decorrer do século XIX, como a forma do nariz, dos lábios, do queixo, do formato do crânio, do quadril, dos órgãos genitais, etc. Com o advento da genética humana, apesar das diferenças e especificidades, o conceito de raça foi perdendo sua validação científica, pois as diferenças, como os traços fisionômicos, o fenótipo e o genótipo, não eram suficientemente “válidas” para classificá-las em raças, não se configurando como uma realidade biológica. Assim, biológica e cientificamente, as raças não existiam.

Então, porque até hoje se utiliza de forma ampla esse conceito fictício? Infelizmente, a classificação de raças até o século XX, conforme a obra dos autores citados sugere, serviu tanto como ferramenta científica pretensamente neutra, como instrumento de legitimação da dominação, de inferiorização, hierarquização e dominação de grupos sociais colonizados, assumindo formas simbólicas extremas, como escravidão, genocídios e holocaustos. Embora a raça não exista biologicamente, isto não foi suficiente para fazer desaparecer as categorias mentais que a sustentam, assim, podemos denominar as variabilidades humanas de “raças sociais”.

Segundo Guimarães (2003), após a tragédia da Segunda Guerra Mundial, vários cientistas de diversas áreas do conhecimento (sociólogos, biólogos, antropólogos e médicos) se esforçaram para sepultar a ideia de raça, desautorizando o seu uso como categoria científica. Muitos deles começaram a utilizar “população” referindo-se a grupos relativamente homogêneos. Até hoje a centralidade das abordagens na discussão em torno da raça não é unânime. Segundo Marilise dos Reis (2010), a racialização da discussão deve ser questionada e desconstruída, levando-se em consideração que originalmente ela foi fundada para oprimir e operacionalizar injustiças, mesmo que, atualmente, seu ressurgimento tenha ocorrido para se (re)pensar e criticar a exclusão racial. Postura que Guimarães corrobora:

Assim, apesar de controverso, o termo raça vem sendo reapropriado e novamente utilizado pelas ciências sociais, onde ganhou credibilidade como o discurso da desigualdade racial, contagiado, inclusive, pelo discurso político de movimentos sociais. Assim, assumimos raça como “um conceito sociológico, certamente não realista, no sentido ontológico, pois não reflete algo existente no mundo real, mas um conceito analítico nominalista, no sentido de que se refere a algo que orienta e ordena o discurso sobre a vida social” (GUIMARÃES, 2003, p. 104).

Portanto, mesmo sabendo da importância dos estudos que questionam a utilização do termo raça como categoria analítica, julgamos que na América Latina e principalmente no Brasil, ainda é fundamental o emprego do conceito, visto que a invisibilização, durante anos, da discussão racial criou uma forte barreira do combate ao racismo e as arbitrariedades e violências anunciadas pela cor da pele. Além disso, a utilização de textualidades pós-modernas, ou termos desconstruídos, ainda se adapta melhor a outros contextos que não o nosso.

A partir dessas reflexões e da tomada de posição frente aos conceitos adotados, faremos uma explicação da divisão organizativa dessa tese, que se divide em seis capítulos, além dessa introdução, das considerações finais e dos anexos com todas as referências do mapeamento de dissertações e teses sobre o MST levantadas entre 1986 e 2013.

No primeiro capítulo “Epistemologia e metodologia, os caminhos e descaminhos de uma pesquisa feminista, interseccional e interdisciplinar” abordaremos as concepções que norteiam o caminhar dessa pesquisa que, como o título sugere, pretende ser feminista, interseccional e interdisciplinar, adotando os referenciais presentes nas obras das feministas Sandra Harding (1996; 2002), Kimberlé Crenshaw (2002), Avtar Brah (2006), Maria Luiza Femenías (2007), entre outras/os. Para atingir esse objetivo, além de nos apropriarmos das suas abordagens, resgatamos nossa trajetória acadêmica “in(ter)disciplinada” desde a graduação em administração na Universidade Federal de Lavras (UFLA) em Lavras/MG até o Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em

Florianópolis. Nesse mesmo capítulo apresentamos o que denominamos de “Viagens reais e virtuais: da resistência Sem Terra nos documentos às comunidades *in loco*”, onde a metodologia é detalhada, através da análise das etapas da pesquisa Estado da Arte (FERREIRA, 2002), seja nas imersões de bancos de dados virtuais, análises de currículos Lattes de pesquisadoras/es e acesso à sítios dos movimentos sociais até as buscas em bibliotecas físicas e vivências em comunidades ligadas a grupos de resistência camponesa no Brasil e no México.

No segundo capítulo “Lutas sociais na América Latina, desafios para uma compreensão descolonial e feminista” utilizando a Teoria dos Movimentos Sociais como norteadora teórica (GOHN, 1997; ALONSO, 2009; BRINGEL, 2011) buscamos descobrir as variantes da incorporação de lutas interseccionais, sobretudo, gênero, sexualidade e raça, por movimentos sociais no campo. Isso ocorre, historicizando a importância das abordagens clássicas (Paradigma europeu e norte americano), do instável Paradigma Latino-americano (IANNI, 2005; RIBEIRO, 2010) até às proeminentes teorias de Redes de Movimentos Sociais (SCHERER-WARREN, 1993; 2006; 2008; 2012) e às teorias pós-coloniais (GROSGOUEL, 2008; SCHERER-WARREN; 2011; BRINGEL, 2011) com o intuito de absorver o que há de mais relevante e articular uma maior inserção de análises feministas (FRASER, 2007) nesses paradigmas.

No terceiro capítulo “Mais do que reforma agrária: o MST enquanto principal agente de luta social brasileiro” apresentamos no tópico “Sem terras, antes e para além do MST” uma breve história dos primórdios da luta pela terra até o surgimento do Movimento (GÖRGEN, 1989; LECHAT, 1993; FERNANDES, 1999, MORISSAWA, 2001, SCOLESE, 2008). Em “MST: lutas transnacionais e interseccionais” realizamos a contextualização da incorporação de linhas políticas de gênero, sexualidade e raça ao longo das últimas três décadas pelo MST até o relato do último congresso do Movimento em “VI Congresso Nacional do MST: etnografia de uma reviravolta estratégica”. Encerrando o capítulo, mostramos as atuais posições e os desafios a serem enfrentados pelo MST em relação às questões de gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades.

No quarto capítulo, “Sem terras em foco: relações institucionais, militância e publicações no Brasil e no mundo” apresentamos as articulações do MST nas universidades brasileiras, bem como políticas

públicas que aproximaram essa relação Movimento e universidade, como o PRONERA. Em seguida, apresentamos o mapeamento de dissertações e teses sobre o MST defendidas entre 1986 e 2013, segmentadas nas principais áreas de concentração, dos programas e pesquisadoras/es que mais se destacaram e nos trabalhos pioneiros sobre o Movimento.

O quinto capítulo, “O panorama internacional: publicações em espanhol sobre o MST”, traz o levantamento de trabalhos escritos em espanhol realizados em bibliotecas do México e em bases de dados virtuais de vários países do mundo. Além destes, apresentamos uma lista de outras publicações escritas em inglês, italiano, francês e catalão sobre o MST.

O capítulo seis, “Gênero, sexualidade, raça e suas intersecções: dissertações e teses em português e espanhol sobre o MST”, apresentamos os resultados das interpretações de dissertações e teses que abordaram as categorias gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades, divididas em eixos que versam sobre os trabalhos pioneiros, metodologias de pesquisa, perfis das/os sujeitos investigadoras/es e um panorama sobre as principais referenciais teóricos sobre gênero, sexualidade e raça, além da exposição de assuntos considerados indizíveis (FERREIRA, 2008a) no meio rural e ausentes (SANTOS, 2003) nos trabalhos sobre o MST.

1. Epistemologia e metodologia, os caminhos e descaminhos de uma pesquisa feminista, interseccional e interdisciplinar

Os métodos e os procedimentos utilizados em uma pesquisa não podem ser concebidos como escolhas aleatórias e descontextualizadas, mas atreladas ao tema, às opções teóricas e à trajetória da/o própria/o pesquisador/a. A metodologia é o modo da/o pesquisador/a proceder para encontrar o que ela/ele acredita que pode ser conhecido, estando esse procedimento condicionado à sua concepção de realidade, sem reduzir os problemas metodológicos a simples questões de método (ALENCAR, 1999). Nesse caso, uma concepção que, apesar das limitações, pretende ser feminista, interseccional e interdisciplinar.

Essa proposta não ocorre sem conflitos. Por exemplo, as palavras homem e feminismo muitas vezes foram e ainda são tratadas como polos opostos e incompatíveis. Esse conflito vigorou e ainda vigora nas correntes feministas mais radicais, segundo as quais, homens não poderiam contribuir em investigações feministas, apenas mulheres. Apesar de compreensível, esse quadro vem se modificando rapidamente, e cada vez mais se observam pesquisas realizadas por homens feministas. Entendo¹¹ que essa é uma posição que pode trazer benefícios acadêmicos e sociais muito importantes, sobretudo em uma investigação autocrítica que busca quebrar as correntes que nos ligam (homens) brutalmente às estereotípias de gênero tradicionais e, assim, contribuir para relações de gênero mais igualitárias. Ou seja, considero que da mesma maneira que brancos podem lutar contra o racismo, heterossexuais contra a homofobia, homens podem ser feministas. Sandra Harding (2002) faz essa reflexão em sua proposta de uma epistemologia feminista.

La designación de "feminista" puede aplicarse a los hombres que satisfacen cualquiera de las normas a las que las mujeres deben ajustarse para obtener dicho calificativo. (...) El problema en este caso no consiste en el derecho a reclamar un calificativo, sino en satisfacer los prerrequisitos necesarios para producir descripciones, explicaciones y visiones de los fenómenos que

¹¹ Exclusivamente nesse capítulo, utilizarei a primeira pessoa do singular, devido à descrição da trajetória acadêmica.

sean menos parciales y estén menos distorsionadas (HARDING, 2002, p. 32).

O problema central, como a autora enuncia, é satisfazer alguns critérios que qualifiquem tanto mulheres quanto homens como feministas. Mais do que “pré-requisitos”, a proposta de uma investigação feminista se baseia numa crítica ampla em torno da ciência moderna, pretensamente objetivista, racional e neutra, mas que tradicionalmente foi produzida por homens, hegemonicamente brancos, ocidentais, burgueses e heterossexuais. Uma ciência androcêntrica, classista, racista, homofóbica e heteronormativa.

Entre as diversas correntes que examinam e questionam a ciência moderna, as questões de gênero adquirem maior respaldo como categoria teórica nas ciências humanas, onde se dispõe de uma tradição crítica interpretativa forte, o que não acontece com algumas outras áreas do conhecimento das ciências que, segundo Londa Schiebinger (2001) pouco conseguiram assimilar uma visão crítica sobre as interferências das relações de gênero na produção do conhecimento, como as ciências físicas e a engenharia¹². Estes são os tipos de dilemas que devemos explorar. Harding (1996) distingue três correntes feministas questionadoras da ciência moderna: o empirismo feminista; o ponto de vista feminista; e o pós-modernismo feminista.

A primeira corrente, o empirismo feminista, sustenta que o sexismo e o androcentrismo constituem um enviesamento social corrigível mediante a adesão correta de normas metodológicas da investigação científica tradicional. Essa proposta parte da ideia de que o feminismo pode reformar o “fazer” da ciência moderna, não a ciência em si. A segunda corrente, o ponto de vista feminista, parte do pressuposto de que a posição dominante do homem na vida social se configurou num modelo de conhecimento parcial e perverso, ao passo que a posição subjugada das mulheres abriu a possibilidade de se ampliar esse conhecimento, tornando-o mais completo e menos perverso. Assim, os movimentos feministas contribuiriam na luta

¹² O livro “O feminismo mudou a ciência?” de Londa Schiebinger toma por base o contexto científico nos Estados Unidos e na Europa, contudo, pesquisas brasileiras (MELO e OLIVEIRA, 2006; LOPES, 2006; MINELLA, 2013) têm reafirmado a resistência aos estudos de gênero em certas áreas do conhecimento.

política e na motivação de investigações que poderiam transformar a perspectiva das mulheres em um “ponto de vista”, um fundamento científico interpretativo da vida social. A terceira corrente questiona diretamente a modernidade, além da própria ciência moderna, o progresso, o sujeito universal e a linguagem. O pós-modernismo feminista parte do pressuposto de que as identidades são plurais e que as reivindicações feministas são mais aceitáveis quando baseadas numa solidariedade entre essas identidades culturais fragmentadas, afinal, cada forma de dominação utiliza-se de outras como recurso, se apoiando mutuamente uma na outra.

Ao questionar o modelo de ciência moderna, a “investigación feminista se une a otros enfoques considerados ‘inferiores’ insistiendo en la importancia de estudiar a nosotras mismas y de ‘estudiar de abajo hacia arriba’, y no ‘de arriba hacia abajo’” (HARDING, 2002, p. 24). Essa união de enfoques inferiorizados nos remete ao conceito de interseccionalidades ou categorias de articulação, isto é, quando categorias sociais opressoras se complementam num processo que subordina determinados grupos sociais.

Para Kimberlé Crenshaw (2002), feminista negra estadunidense, é necessário compreender a diferença intragrupos e as várias formas de discriminação interativa, ressaltando a convergência das experiências de gênero e raça. De forma pedagógica, a autora se utiliza de uma metáfora que define a categoria “interseccionalidades” como avenidas ou ruas que se entrecruzam e se sobrepõem criando complexas intersecções entre mais de dois eixos de subordinação, como raça, etnia, gênero, classe e geração, entre outros.

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como

ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Avtar Brah (2006) também salienta sobre essa necessidade de articulação de categorias sociais, sem, no entanto, utilizar a nomenclatura interseccionalidades. A feminista britânica busca analisar como as questões de diferença, diversidade, pluralismo e hibridismo podem ajudar a compreender a racialização do gênero. Ou seja, como a diferença racial se liga a diferenças e antagonismos organizados em torno a outros marcadores como “gênero”, “classe” e outros modos de desigualdade. Diferentemente de Kimberlé Crenshaw, Avtar Brah busca compreender como a diferença “racial” se liga a diferenças e antagonismos organizados em torno de marcadores como gênero. Segundo a autora, “tanto negros como brancos experimentam seu gênero, classe e sexualidade através da raça” (2006, p. 345).

No Brasil, alguns dos trabalhos pioneiros que trazem essa análise articulando dois ou mais sistemas de opressão são investigações empíricas, a saber: Heleieth Saffioti (1976); Rose Maria Muraro (1983) e Mary Garcia Castro (1992). Esses exemplos são apenas alguns trabalhos que mostram a variedade de pesquisas que adotaram uma abordagem interseccional. Recentemente ainda temos o trabalho de Adriana Piscitelli (2008), precursor na aplicação do conceito de interseccionalidade e/ou categorias de articulação no Brasil.

O trabalho “A mulher na sociedade de classe: mito e realidade” é a tese de livre docência de Heleieth Saffioti defendida em 1967, mas publicada em livro em 1976. Nessa obra, a renomada feminista articula as categorias classe e gênero, sem a utilização da terminologia, com o objetivo de demonstrar quanto o “fator sexo” se constituiu como uma barreira à integração das mulheres no sistema capitalista, ora as mantendo fora do mercado de trabalho, ora proporcionando menores salários e condições de trabalho inferiores.

O livro “Sexualidade da Mulher Brasileira. Corpo e classe social no Brasil” publicado em 1983 por Rose Maria Muraro e colaboradoras/es¹³, consistiu em uma ampla pesquisa, onde foram aplicados mais de mil questionários, além de noventa entrevistas

¹³ Manuel Barros da Motta, Ana Rowe, Leda Niemayer e Vida Kamgachi.

(história de vida) com mulheres e homens, que visava discutir a ligação entre a dominação sexual e dominação de classes em três cidades brasileiras, sendo que no Rio de Janeiro centraram-se na burguesia, em São Paulo no operariado e em Pernambuco no campesinato. Em determinado trecho do livro, Muraro, expõe a inexistência de estudos dessa natureza, relatando que “não encontramos nada nas bibliografias consultadas sobre corpo, sexualidade e classes sociais” (1983, p. 17). Sem dúvida, um dos trabalhos precursores na articulação das categorias gênero, apesar de não utilizar o conceito, sexualidade e classe no Brasil.

Uma publicação precursora no emprego da ideia das múltiplas opressões, agregando a categoria raça, às de gênero, geração e classe, foi o artigo “Alquimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos: Gênero, Raça e Geração entre líderes do Sindicato de Trabalhadores Domésticos em Salvador” de Mary Garcia de Castro. Publicado em 1992 na Revista Estudos Feministas (REF), a autora entrevista mulheres líderes sindicalistas em Salvador (BA) e constata um cenário de opressões encadeadas. Para explicar tal situação, se utiliza do conceito de “alquimia de categorias sociais” para mostrar as intersecções de raça, gênero, geração e classe, como no trecho a seguir: “as sindicalistas contam casos de racismo, filtrados por relações de classe, indicam casos de sexismo no interior das relações raciais e rotulam como distintos os problemas das mulheres mais jovens e das mais velhas” (CASTRO, 1992, p. 61). A ideia de “alquimia de categorias sociais” não parece ter se difundido academicamente enquanto terminologia naquele período no Brasil, mas representa concepção semelhante ao conceito utilizado por Kimberlé Crenshaw e Avtar Brah.

No Brasil, só recentemente com o artigo “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras” de Adriana Piscitelli (2008) é que as terminologias “interseccionalidades e categorias de articulação”¹⁴ ganharam maior visibilidade. Nessa pesquisa, a autora constata um processo de “feminização da migração internacional”, onde as mulheres migrantes “são afetadas pela

¹⁴ Para Piscitelli “a proposta de trabalho com essas categorias é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. É importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos” (2008, p. 266).

imbricação entre noções de sexualidade, gênero, raça, etnicidade e nacionalidade” (2008, p. 269).

Há outros elementos que devem ser levados em consideração numa proposta feminista. Diferente de Sandra Harding, feminista oriunda de um país central (Estados Unidos), Maria Luiza Femenías (2007), feminista argentina, salienta a necessidade de revisar, reapropriar e reorganizar as teorias feministas para os contextos latino-americanos. Seria um “des(re)encontro de teorias feministas heterogêneas” e isso ocorreria não só frente às teorias hegemônicas euro-estadunidenses, mas também sobre nossas próprias (latino-americanas) contribuições teóricas, influenciadas fortemente por um feminismo ocidental. Para a autora, o tempo do feminismo identitário ontológico acabou, ao passo que se constroem lugares simbólicos novos. Contudo, aponta para a necessidade de se utilizar provisoriamente o discurso identitário como ferramenta estratégica. Uma identidade feminista latino-americana, ou mestiça, possibilitaria uma política de autoafirmação, à medida que na América Latina as categorias étnico-racial e de classe operam indissociavelmente não só como fator de ruptura e exclusão, mas também de coesão e reconhecimento. Mesmo sendo uma proposta paradoxal, a autora afirma,

Otro es el del discurso que nos heterodisa en términos de universalismo igualitario formal y de subalternidad material. Con todo, aún así, es necesario mantener la ficción política “mujeres de América Latina” en tanto aglutina y potencia nuestros modos posibles de acción política y de generarnos identidad visible en tanto polo de identificaciones múltiples. Se trata de la creación – de la autodesignación – de “mujeres de América Latina” como una comunidad imaginaria o ficcional autodesignada más allá de las diferencias, más allá de las devaluaciones. Se trata de un invento estratégico ficcional que permite generar, encauzar y defender esfuerzos y energías (FEMENÍAS, 2007, p. 16).

Femenías aponta para uma relação muito própria da América Latina. Apesar de paradoxal a relação entre reconhecimento, universal e particular é fundamental na compreensão de um *locus* latino-americano

em consolidação, que está em busca de si. Um *locus mestizo*, uma nova consciência, uma consciência *mestiza*, nas palavras de Glória Anzaldúa (2005). Nesse *locus*, cujas fronteiras são dispersas e várias culturas se posicionam quase que imbricadas, não é possível manter conceitos ou ideias dentro de limites rígidos e eurocêntricos. Há um movimento criativo contínuo que quebra o aspecto unitário, aglutinando problemas, além do classismo, sexismo e racismo, do colonialismo e da colonialidade do conhecimento. Ai se articulariam categorias específicas desse *locus mestizo*.

Considerando tais pontos de vista, entendemos que a articulação de categorias não deve ser uma escolha, mas uma necessidade demandada por esse contexto latino-americano, esse *locus mestizo*. De alguma forma, essa articulação sempre ocorreu. Segundo Nancy Leys Stepan (1994), há séculos utiliza-se a analogia entre categorias sociais no intuito de legitimar e inferiorizar determinadas diferenças humanas, ou seja, de maneira depreciativa, negativa. Na Grécia antiga, por exemplo, Aristóteles associava as mulheres aos escravos como seres naturalmente inferiores. Na Idade Média, a binarização entre brancura e negritude criou um estigma até hoje presente, onde o primeiro é relacionado à beleza, pureza, paz e clareza e o segundo a feiura, impureza, violência e culpa. Não é difícil encontrar resquícios em nossas práticas cotidianas, seja na linguagem formal ou coloquial, nos padrões de beleza hegemônicos e/ou nas “preferências” individuais. Palavras e expressões como: *denegrir*, *a coisa tá preta* e *cabelo ruim* são apenas alguns termos associados rotineiramente à cor preta, quase sempre de maneira depreciativa.

Ainda segundo a autora, a partir do século XVIII, as categorias de gênero e de raça foram usadas como análogas em explicações científicas que legitimavam o modelo de ciência então emergente. Mais do que apenas raça e gênero, essas associações entre categorias serviam para legitimar e distinguir uma espécie humana superior e outra inferior.

Por meio de uma série de analogias entrelaçadas e sobrepostas, envolvendo frequentemente comparações totalmente complexas e inter-relacionadas, associações, identificações, uma variedade de ‘diferenças’ – físicas, psíquicas, de classe e de nacionalidade, foi trazida à tona junto com uma ciência biossocial de variação humana. Analogicamente às raças inferiores, a mulher, o

desviante sexual, o criminoso, os pobres da cidade e os insanos eram, de um modo ou outro, considerados ‘raça à parte’, cujas semelhanças entre si e as diferenças com o homem branco ‘explicavam’ suas posições inferiores e diferentes na hierarquia social (STEPAN, 194, p. 75).

Investigar esses enfoques inferiorizados “de abajo hacia arriba” exige uma análise interseccional, ou seja, uma articulação de categorias positivadas que norteiam as diferenças, mas que não se resume simplesmente no agrupamento das múltiplas opressões de maneira linear, hierarquizando e supervalorizando uma delas. Segundo Avtar Brah (2006) “estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela” (p. 351).

Os questionamentos quanto à inferioridade de certas “raças” (categorias) se iniciaram de forma dispersa, sem que as associações utilizadas para inferiorizá-las fossem usadas analiticamente como ferramentas de combate aos preconceitos, ou de forma integrada e positivada. Ao contrário, muitas vezes as lutas de movimentos se concentraram especificamente em uma questão central, subsumindo outras categorias. Em linhas gerais, o feminismo centrava-se na luta contra o patriarcado, os movimentos operários contra o capital e a burguesia, e o movimento negro contra a hegemonia branca. Focaremos aqui nossa discussão numa perspectiva feminista, berço da discussão sobre interseccionalidades que articula outras categorias à de gênero de forma positivada, a fim de valorizar as diferenças humanas.

Por isso, essa proposta de pesquisa pretende se aproximar ao máximo de uma abordagem feminista numa perspectiva interseccional, buscando sempre articular a categoria gênero, às de classe, raça, e sexualidade. Além disso, essa proposta naturalmente se configurará em um trabalho interdisciplinar, sem o qual, dificilmente seria possível fugir das correntes eurocêtricas e coloniais, pretensamente disciplinares. Segundo Coimbra (2000), uma perspectiva interdisciplinar

consiste num tema, objeto ou abordagem em que duas ou mais disciplinas intencionalmente estabelecem nexos e vínculos entre si para alcançar um conhecimento mais abrangente, ao mesmo tempo diversificado e unificado. Cada disciplina, ciência ou técnica mantém a sua própria identidade, conserva sua metodologia e observa os limites dos seus respectivos campos. É essencial na interdisciplinaridade que a ciência e o cientista continuem a ser o que são, porém intercambiando hipóteses, elaborações e conclusões (COIMBRA, 2000, p. 71).

Assim, percebo que uma concepção feminista e interseccional é necessariamente interdisciplinar, à medida que busca articulações em vários âmbitos e tradições teóricas diversificadas. Isso ficará evidente na heterogeneidade das contribuições teóricas articuladas de modo a analisar a bibliografia levantada. Tais contribuições são provenientes de diversas áreas, tais como: sociologia, ciência política, antropologia, geografia, história, entre outras. A metodologia adotada nessa tese, também se caracteriza pela heterogeneidade, ora com nuances de um trabalho quantitativo carregado de gráficos e números, ora com descrições etnográficas minuciosas.

Após essa discussão epistemológica e antes de apresentar os métodos que foram utilizados, pretendo apresentar brevemente minha trajetória rumo ao que vem se consolidando como uma tese de doutorado.

1.1 Trajetória in(ter)disciplinada

Graduado em Administração na Universidade Federal de Lavras (UFLA) no sul de Minas Gerais, mas não me considerando um administrador¹⁵, fato que, recorrentemente, exige de mim longas explicações dos rumos tortuosos que segui, optei por quebrar a lógica mercantilista da área e seguir os caminhos da economia solidária e do

¹⁵ Em Magrini (2010), faço um relato sobre minhas escolhas e críticas frente ao curso de Administração naquele período.

cooperativismo¹⁶. O lugar que permitiu a descoberta de outro caminho foi a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Lavras (INCUBACOOOP/UFLA), projeto cuja função era apoiar a constituição de empreendimentos populares solidários, como associações, cooperativas, grupos de troca e feiras solidárias. Nesse espaço, tive contato com diversos grupos de diversos setores sociais, entre os quais destaco a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Lavras (ACAMAR), o Centro de Referências em Saúde Mental de Perdões (CERSAN), a Associação Lavrense de Arte e Cultura de Lavras (ALAC) e a Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Santo Dias de Guapé (AAFASD) todos localizados na região sul de Minas Gerais.

Nesses projetos de extensão que acompanhavam a constituição de associações e cooperativas e quase sempre utilizando-se de oficinas participativas como ferramenta de mediação, descobri a marginalidade em que viviam as/os catadoras/es de materiais recicláveis e a falta de perspectivas frente às políticas públicas nessa área; ouvi relatos estarrecedores de pessoas com deficiência que passaram por manicômios (me recuso a denominá-los de hospitais psiquiátricos) e que naquele tempo participavam de um grupo de luta antimanicomial; vivenciei os conflitos de classe de artesãs e artesãos com realidades muito distintas, umas/uns necessitando daquela atividade como única fonte de renda e outras/os que faziam o artesanato por *hobby*; e convivi em um assentamento organizado pelo afamado MST. Esse último,

¹⁶ Segundo a Secretaria nacional de Economia Solidária (SENAES), “economia solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário” (SENAES, 2015). No entanto é importante fazer ressalvas quando a esse conceito, pois, segundo Daneil Calbino e Ana Paes de Paula (2013), a temática é extremamente ampla, não havendo consenso quanto às definições, origens, marcos fronteiriços e perspectivas epistemológicas.

minha única experiência exitosa, enquanto membro de uma equipe universitária interdisciplinar de assessoria, na constituição formal de uma associação, a AAFASD.

Depois de mais de dois anos na INCUBACOOP/UFLA, me graduei e logo ingressei no mestrado, também em Administração, com o intuito de estudar relações de gênero em um assentamento de reforma agrária organizado pelo MST. Por que o MST e gênero? O relativo êxito obtido na constituição da AAFASD, a necessidade de manutenção da relação entre o Assentamento Santo Dias e a Universidade Federal de Lavras, a grande participação de mulheres assentadas e o encantamento com leituras feministas foram fatores chave nessa escolha incomum nessa área do conhecimento, mas que refletia a incompatibilidade de uma trajetória informalmente interdisciplinar com uma formação formalmente disciplinar. Essa escolha, na época inconsciente quanto a esses conceitos, foram estratégias que tinham como objetivo buscar contrapontos à visão gerencialista (burguesa, machista e racista) hegemonicamente presente nos cursos de Administração (afinal, o objetivo principal do curso é formar gerentes e “tomadores de decisão” de sucesso em organizações privadas). Consegui quebrar essa visão unívoca e ahistórica através de leituras em áreas como Sociologia, Antropologia, História e Ciência Política. Sem ter plena consciência do processo que percorria, tracei uma trajetória interdisciplinar, às vezes indisciplinada, desde a graduação. Assim, em minha vida acadêmico-militante, a interdisciplinaridade surgiu como uma necessidade característica das temáticas e escolhas epistemológicas. Nesse caso, o doutorado no Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) se materializou como *locus* ideal para continuação dessa trajetória, agora formalmente interdisciplinar.

Meu ingresso no PPGICH aconteceu em março de 2011, na área de concentração Estudos de Gênero (EGE), com um projeto que visava compreender melhor como estava sendo conduzido o debate político sobre gênero no MST. Logo nos primeiros contatos, inclusive na entrevista de seleção do doutorado, iniciaram-se sugestões quanto às temáticas que poderiam ser incluídas na pesquisa. Prontamente percebi que a discussão sobre raça era fundamental, sendo o assunto, apesar de latente na sociedade, ainda subalterno na academia. Além do mais, me sentia desafiado em incorporá-lo nas discussões sobre o MST, até então inexistentes, pelo menos para mim naquele momento. A outra categoria que começou a me incitar/excitar foi sexualidade. Durante todo o ano de 2011, nas diversas disciplinas, seminários, congressos, filmes e reuniões

de orientação, tive contato com uma infinidade de trabalhos feministas e de gênero nas mais diversas áreas do conhecimento (Antropologia, História, Psicologia, Sociologia, etc.). Essas discussões me chamaram a atenção para o viés heteronormativo que até então norteava minhas discussões. Os estudos LGBT e *queer*, por exemplo, atinaram-me para a necessidade de uma análise mais profunda acerca da sexualidade, não desvinculada da questão de gênero, mas com um arcabouço analítico próprio. Eram estudos que rompiam com minhas próprias fronteiras, acadêmicas e pessoais. Assim, após incorporar as discussões de raça e sexualidade às de gênero e classe no MST, entendi que meu arcabouço de pesquisa estava mais adequado e completo.

Contudo, a ideia inicial da pesquisa foi se modificando. Pretendia estudar o MST em si, internamente, e fazer um resgate histórico de seus quase 30 anos de história, compreendendo os motivos da incorporação de lutas identitárias, como por exemplo, o *combate à violência sexista* e a *diversidade étnica*, pois ambas extrapolavam os objetivos originários de natureza mais redistributiva da reforma agrária. Para refletir sobre esse assunto, instado pelas minhas orientadoras, percebi que seria indispensável fazer um levantamento de trabalhos sobre o MST que abordassem essas temáticas. Inicialmente, encontrei vários trabalhos sobre gênero, algumas discussões discretas e pouco profundas sobre sexualidade e absolutamente nada sobre raça e racismo. Grande parte dos trabalhos tinha um enfoque de classe. Esse resultado já era esperado, durante um bom tempo monitorei alguns bancos de dados acadêmicos com o intuito de me atualizar sobre o estado da arte da discussão. No entanto, durante minhas pesquisas virtuais, notei o imenso número de trabalhos que tinham o MST como sujeito coletivo da pesquisa. Estava aí o *insight* que precisava. Não seria possível fazer um estudo sobre essas temáticas sem que eu soubesse o que estava sendo escrito sobre os/as Sem Terra.

Comecei a me interpelar sobre a produção acadêmica realizada sobre o MST no Brasil e no mundo. Quem e onde estão sendo realizados esses estudos? Quais áreas do conhecimento investigam hegemonicamente o Movimento? Os estudos sobre gênero, sexualidade e raça estariam sendo realizados? De que forma? Em quais perspectivas? No início do milênio, Zander Navarro, estudioso e crítico do movimento, afirma que

as análises sobre o MST, embora tivessem sido multiplicadas celeremente nos anos recentes, ainda são, contudo, largamente insuficientes. No período, estudos e interpretações produzidas têm sido, em geral, ou meramente idealizantes e superficiais, normalmente dedicadas muito mais a registrar, acriticamente, as ações externas e públicas do Movimento, associando-as às improváveis potencialidades “revolucionárias” dos sem-terra e assim confundindo-se com a própria literatura apologética da organização ou, então, são estudos acadêmicos centrados em ambientes restritos de ação dos sem-terra, normalmente assentamentos rurais, sobre os quais já existe um grande número de estudos realizados. Um terceiro grupo de estudos, com o objetivo de analisar o MST sob enfoque mais ambicioso, ultrapassando limites estaduais e interpretando-o nacionalmente à luz dos processos sócio-políticos e econômicos mais recentes, ainda é notavelmente rarefeito, refletindo as dificuldades metodológicas de tais empreitadas (NAVARRO, 2002, p. 190).

Apesar de não concordar com várias das críticas enunciadas por Zander Navarro¹⁷ no conjunto de sua obra, essa em especial me fez refletir sobre as tendências dos trabalhos que estavam sendo realizados sobre o MST no Brasil e no mundo. Além do levantamento em âmbito nacional realizado nas bibliotecas e bancos de dados brasileiros, sabia da relevância de se fazer um levantamento fora do país, o que me impulsionou a uma nova empreitada para saber o que se produzia sobre o MST em outros países. Assim, em agosto de 2013 iniciei um estágio na Cidade do México como parte de um doutorado sanduíche. Após cumprir todos os pré-requisitos necessários dos editais de bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), sem o qual seria impossível ser aceito pelo Programa Universitário de Estudos de Gênero da Universidade Nacional Autônoma do México (PUEG/UNAM), desembarquei em uma experiência formidável na América do Norte. Na

¹⁷ Zander Navarro é um dos maiores estudiosos sobre o MST no Brasil. Sua abordagem central critica contundentemente os caminhos adotados pelo MST, principalmente por sua direção nacional.

colorida e apimentada cultura, meus maiores interesse concentravam-se na academia e nos movimentos sociais mexicanos.

Dentro do PUEG/UNAM pude acompanhar aulas semanais do seminário *Crítica Cultural y Género: Discursos, Instituciones y Prácticas del Cuerpo*, participar de palestras, colóquios e congressos, além de pesquisar e fazer levantamentos bibliográficos nas diversas bibliotecas localizadas na cidade, atividade que culminou em um banco de dados de trabalhos acadêmicos escritos em espanhol sobre o MST. Além das atividades acadêmicas, conheci várias experiências de movimentos sociais mexicanos, através de leituras de documentos, participação em passeatas, mobilizações e vivências junto a comunidades indígenas. Pretendo utilizar algumas dessas experiências etnográficas ao longo dessa tese, sobretudo, nas discussões teóricas sobre movimentos sociais.

Essa trajetória, rapidamente explicitada, justifica brevemente a mudança em minha proposta e minhas escolhas nessa empreitada. A partir daqui, farei uma imersão nos estudos acadêmicos sobre o MST detalhando os métodos da proposta de trabalho. Tenho como objetivo central nessa pesquisa mapear e analisar estudos acadêmicos sobre o MST que abordem as temáticas: gênero, sexualidade e raça.

1.2 Viagens reais e virtuais: da resistência sem terra nos documentos às comunidades *in loco*

A ferramenta metodológica que utilizei para realizar o mapeamento e análise desses estudos é conhecida como “estado da arte” ou “estado do conhecimento”, que nada mais é que um método de caráter inventariante, descritivo e analítico da produção acadêmica e científica sobre um determinado fenômeno. Esse tipo de pesquisa permite um rastreamento de produções acadêmicas construindo um catálogo que beneficie e oriente leitoras e leitores interessados naquele tema específico, permitindo, assim, um intercâmbio entre a produção construída e aquela em vias de construção (FERREIRA, 2002). Mas não somente isso, esse tipo de pesquisa possibilita que determinado tema seja reunido para análise ampla do que seria o *mainstream* sobre o assunto e o que seriam as temáticas ausentes, subalternas e/ou invisibilizadas. Isso nos permitiu fazer uma análise densa dos avanços,

aprofundamentos, retrocessos e ciclos daquela temática, permitindo posicioná-la historicamente, historicizando-a.

A primeira etapa dessa pesquisa se iniciou no segundo semestre de 2012, sobretudo, no período de elaboração do projeto de qualificação da tese, com uma busca em sites como o Google Acadêmico¹⁸, o Banco de Teses da Capes¹⁹, o site da SciELO²⁰ e um banco de dados estrangeiro, a Biblioteca Virtual da CLACSO²¹.

No Google Acadêmico, utilizando a palavra-chave *MST* encontrei mais de dez mil índices, o que *a priori*, parecia um exagero. Percebendo que a sigla do Movimento também correspondia a outros significados, adicionei o nome completo *Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra* como palavra-chave para filtrar melhor a busca. O número de trabalhos reduziu minimamente, para cerca de nove mil índices. Conferindo alguns títulos dos resultados da pesquisa, verifiquei que se tratavam mesmo de referências sobre o Movimento Sem Terra. Resolvi aprofundar essa investigação, inicialmente quantitativa, e utilizar outros meios para a pesquisa, pois apesar do Google Acadêmico ser uma ótima ferramenta de busca, não é ideal no levantamento de dados específicos para esse tipo de investigação. Sua busca é muito ampla, seleciona índices muito genéricos que incluem pequenas citações e termos incompatíveis com os do foco da pesquisa.

Recorri ao Banco de Teses da Capes (BTC), cuja busca é mais seletiva e agrega apenas trabalhos acadêmicos (Trabalhos de conclusão de curso profissionalizante, dissertações e teses). Utilizei o mesmo procedimento realizado por Giovanna Salvaro (2004) em sua dissertação de mestrado feita na Universidade Federal de Santa Catarina. A referida autora fez um levantamento no BTC que envolvessem trabalhos sobre o MST. Usando a palavra-chave *Movimento dos Trabalhadores Rurais*

¹⁸ O Google Acadêmico é uma ferramenta de busca do site de procura Google que seleciona trabalhos acadêmicos disponibilizados na internet.

¹⁹ O Banco de Teses da Capes é um portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), cujo objetivo é facilitar o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas a partir de 1987 junto a programas de pós-graduação do país. A ferramenta permite a pesquisa por autor, título e palavras-chave.

²⁰ A SciELO (Scientific Electronic Library Online) é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros.

²¹ A Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de América Latina y El Caribe da CLACSO reúne trabalhos de pesquisadoras/es de mais de vinte países da América Latina.

Sem Terra – MST, ela encontrou 91 teses e dissertações produzidas entre 1987 e 2001. Realizei o mesmo procedimento para verificar o aumento no número de trabalhos no período não levantado, num primeiro momento de 2002 a 2010. Ao inserir a mesma palavra-chave, encontrei 411 trabalhos, sendo dois profissionalizantes, 97 teses e 312 dissertações. Ou seja, nesse período, 320 dissertações e teses foram escritas sobre o MST. Um aumento considerável.

Sabendo que a busca no Google Acadêmico era muito ampla e que no Banco de teses da Capes encontraria apenas teses e dissertações, recorri a SciELO para procurar artigos relacionados ao MST. Inseri a palavra-chave *MST* e encontrei 89 trabalhos. Verificando cada artigo pelos títulos e pelo resumo, constatei que 54 eram sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e os outros se referiam apenas a sigla, mas não ao movimento social. Desses 54 artigos, 50 eram de periódicos brasileiros e quatro de periódicos estrangeiros.

O aumento e o significativo número de trabalhos realizados no Brasil e fora do país me mostraram que a etapa exploratória de busca de trabalhos sobre o MST, inicialmente secundária em minha proposta de pesquisa, merecia atenção prioritária. O MST estava sendo estudado pelos mais diversos sujeitos, das mais diversas formas e isso merecia mais detalhamento.

Depois de fazer levantamentos preliminares durante todo o doutorado, mas não arquivando as informações, no final de 2013 voltei ao Banco de Teses da Capes com o objetivo de adotá-lo como fonte principal do levantamento de dissertações e teses sobre o MST. Para minha surpresa e desespero o BTC entrou em processo de reestruturação e não continha mais os dados das dissertações e teses do período entre 1987 a 2010. Isso se deu, segundo a Capes, devido à atualização de dados dos trabalhos inseridos na plataforma, muitos deles com informações incompletas. Assim, em um primeiro momento, apenas os trabalhos defendidos entre 2011 e 2012 estavam disponíveis. Os trabalhos defendidos em anos anteriores seriam incluídos aos poucos depois de atualizados²².

A surpresa diante deste fato impulsionou uma busca incessante por outros bancos de dados que pudessem responder aos objetivos da pesquisa. Após um criterioso rastreamento, consegui ampliar a pesquisa

²² Até janeiro de 2015 o BTC não havia restabelecido o banco de dados do período entre 1987 a 2010.

e fiz um grande levantamento em diversos bancos de dados, os quais vou expor detalhadamente.

O primeiro banco de dados da “nova” busca foi o Banco de Dados de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICIT)²³. Acessei o site com a mesma palavra-chave das buscas anteriores, *MST*, entre o período de 1987 e 2013 e encontrei 428 trabalhos. Reitero que focalizei somente dissertações e tese, dos quais 334 centravam suas discussões sobre o Movimento Sem Terra, seus assentamentos e suas práticas. Li cada resumo e em alguns casos a introdução do trabalho para me certificar de que se tratava de trabalhos do meu interesse. Alguns dos trabalhos eram facilmente excluídos do levantamento, pois, apesar de trazerem a sigla *MST* no título, no conteúdo do resumo e/ou nas palavras-chave, não se referiam ao movimento social brasileiro de luta pela terra, mas a termos como: *Multispacer Sequence Typing* (MST), *massa seca total* (MST) ou *mesotelioma* (MST) e também sobre o *Movimiento Socialista de los Trabajadores*, o MST da Bolívia. Outros trabalhos exigiam maiores esforços. Alguns continham a sigla do movimento social, principalmente no resumo, no entanto, somente o citavam como exemplo, não havendo maiores discussões e aprofundamentos no decorrer do trabalho. Outros trabalhos eram sobre acampamentos e assentamentos organizados por outras entidades, principalmente sindicatos ou outros movimentos sociais²⁴. Também houve duplicidade no levantamento, ou seja, encontrei dissertações e teses repetidas no banco de dados.

Imediatamente constatei que o BDTD não continha a mesma quantidade e qualidade do Banco de Teses da Capes. Vários trabalhos

²³ O IBICIT coordena o projeto da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico (BDTD, 2014). Para mais informações, acessar: <http://bdttd.ibicet.br/>.

²⁴ Segundo o relatório DATALUTA (2013), vinte e três movimentos socioterritoriais estavam em atividade no ano de 2012, realizando ocupações ou outras atividades. Entre eles várias dissidências do MST como o Movimento pela Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – da Base (MST da Base), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - da base independente (MST da Base independente), entre outros.

que já havia lido ou tido conhecimento não constavam nessa base. Por isso, senti necessidade de ampliar ainda mais a pesquisa.

O segundo passo foi pesquisar em um banco de dados ao qual tive acesso em 2010 no VIII Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia Rural (ALASRU)²⁵. Esse levantamento bibliográfico digital realizado pela Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (AEGRE/MDA) reuniu informações dos trabalhos acadêmicos sobre relações de gênero no campo e mulheres rurais, realizados no Brasil desde a década de 1970 até 2010. Nesta publicação verifiquei preliminarmente 21 trabalhos envolvendo o MST, sendo que dois eram repetidos e somente 13 eram dissertações ou teses. Somando esses 13 trabalhos, foram atingidos 346 trabalhos. No mesmo banco de dados, utilizando a mesma tática de outras pesquisas, porém somente com êxito nessa etapa, adotando a palavra-chave *sem terra* encontrei mais nove trabalhos, dos quais cinco eram novos, totalizando 351.

Com a defasagem de dados anteriores a 2000 e sabendo que havia várias dissertações e teses nesse período recorri ao levantamento, já mencionado, feito na dissertação de Giovana Salvaro (2004). Depois de revisá-lo e encontrar mais 80 trabalhos que não estavam contidos em meu levantamento, de um total de 91 levantados por ela, cheguei ao montante de 431 dissertações e teses.

Apesar do Banco de Teses da Capes não disponibilizar os dados anteriores a 2010, não podia excluí-lo do levantamento, afinal os dados de 2011 e 2012 estavam liberados. Encontrei mais 85 trabalhos que não constavam nos bancos de dados anteriores, totalizando 516.

Já satisfeito com o levantamento e iniciando o processo de análise, descobri em meio a pesquisas rotineiras no site do MST a inauguração da Biblioteca Digital da questão agrária brasileira²⁶. Encontrei mais 92 trabalhos e depois de trabalhar por semanas, acumulei um total de 608 teses e dissertações que centravam suas análises no MST ou em seus assentamentos e acampamentos. Entretanto, nesse meio tempo, tive acesso a outros trabalhos, seja por meio de leituras que me levaram a essas dissertações e teses, seja por sugestões de colegas de academia. Resumindo, depois de quase seis meses trabalhando em

²⁵ No VIII Congresso da ALASRU realizado em Porto de Galinhas (PE), recebi junto ao material do evento o CD-ROM do levantamento da AEGRE.

²⁶ Para maiores informações acessar o site: <http://www.mstemdados.org>.

diversos bancos de dados de documentos acadêmicos, encontrei 619 dissertações e teses sobre o MST entre os anos de 1987 e 2013. Processo que foi realizado passo a passo sem utilização de nenhum software de busca acumulativa.

Numa segunda etapa, tendo definido esse universo de trabalhos acadêmicos sobre o Movimento, considere que seria importante categorizá-los distinguindo-os em áreas, localizando onde e quando foram feitos. Essa etapa foi mais quantitativa, o que não representa um trabalho de menor importância, mas sim um imprescindível resgate de informações que permitiu (e também permitirá a outras/os pesquisadoras/es), interpretar e analisar tanto quantitativa quanto qualitativamente a produção acadêmica sobre o MST. Segundo Ferreira (2002) é necessário interagir com a produção acadêmica, quantificando-a e identificando os dados bibliográficos num período delimitado, em anos, locais e áreas de produção. Nesse momento, já há produção de conhecimento e é possível perceber os ciclos desse levantamento, ou seja, onde as pesquisas cresceram e se reduziram ao longo do tempo e em quais locais e períodos isso ocorreu.

Com a categorização feita em tabelas que serão apresentadas nos dois últimos capítulos dessa tese, na terceira etapa me voltei aos trabalhos que focalizavam as discussões de gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades. A análise levou em conta as áreas do conhecimento, o *locus* da pesquisa, as abordagens centrais, as matrizes teóricas e as/os principais autoras/es referenciadas/os. Foi um trabalho minucioso de análise das dissertações e teses levantadas na primeira etapa. Para Ferreira (2002), essa terceira etapa possibilita mais detalhamento, onde é inventariada a produção, suas tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou diferenciando trabalhos entre si, na escrita de uma história de uma determinada área do conhecimento. É nessa etapa que a/o autor/a deve questionar os materiais inventariados e, além de responder perguntas “quando”, “onde” e “quem” produz pesquisas num determinado período e lugar, deve-se fazer perguntas sobre “o quê” e “o como” dos trabalhos. Para isso é necessário realizar inúmeras tarefas, desde a organização para leitura do material, inicialmente do resumo, posteriormente, de todo o material e, na sequência, deverá haver uma classificação criteriosa em determinado agrupamento.

Depois de uma grande filtragem, encontrei 48 trabalhos, menos de 10% do montante total, que refletiam sobre essas categorias de análise. Digo diretamente, porque grande maioria dos trabalhos sobre o

MST adota hegemonicamente a categoria classe social sem maiores articulações. No entanto, entendo que não deixam de ter um posicionamento sobre gênero, sexualidade e raça, invisibilizando, negando essas categorias ou subsumindo-as. Desses trabalhos, a grande maioria elabora análises numa perspectiva de gênero, alguns abordam as sexualidades e apenas um aborda as questões raciais. Em todos eles observei uma articulação com a categoria classe social.

A análise, o agrupamento dos trabalhos e a seleção de trechos importantes dos textos só foram possíveis depois da impressão de parte das dissertações e teses, especificamente das introduções e conclusões. Após meses lendo pesquisas na tela do computador, a compreensão geral dos textos se tornou uma tarefa árdua devido aos sinais cada vez mais prematuros de dores de cabeça. Além disso, sentia enorme diferença na análise do todo da obra, da obra como conjunto. Fui me dando conta dos limites da leitura em tela, conforme aponta o historiador Roger Chartier:

A leitura diante da tela é geralmente descontínua, e busca, a partir de palavras-chave ou rubricas temáticas, o fragmento textual do qual quer apoderar-se, sem que necessariamente sejam percebidas a identidade e a coerência da totalidade textual que contém esse elemento. Num certo sentido, no mundo digital todas as entidades textuais são como banco de dados que procuram fragmentos cuja leitura absolutamente não supõe a compreensão ou percepção das obras em sua identidade singular (2002, p. 23).

Não quero aqui defender uma regra geral de leitura, mas expor uma percepção individual durante a análise dos textos. Uma análise que somente evoluiu depois da impressão de parte do conteúdo ou da leitura de livros oriundos das dissertações e teses. Nesse momento cabe lembrar a dificuldade de obtenção de alguns trabalhos levantados. Apesar de adquirir grande parte das dissertações e teses nos próprios bancos de dados do levantamento, aquelas mais antigas, geralmente produzidas antes de 2003, não estavam disponíveis virtualmente, o que exigiu a busca dos textos nas bibliotecas de origem ou com a/o própria/o autor/a da pesquisa. Apesar do êxito no contato com grande parte desses

autoras/es²⁷ que prontamente responderam a solicitação para adquirir tais dissertações ou teses, não consegui obter cinco pesquisas, três dissertações (GAIÃO, 2001; SILVA, 2003; SANTOS, 2005) e duas teses (ESMERALDO, 2004; SCHEFLER, 2011), nem entrando em contato com as bibliotecas das instituições de ensino onde os trabalhos foram realizados, nem com as/os próprias/os pesquisadoras/es que ou não responderam meus correios eletrônicos ou não puderam enviar o trabalho por algum motivo.

Após esse levantamento total de dissertações e teses no Brasil, necessitava saber um pouco mais sobre os periódicos estrangeiros, também foco dessa pesquisa, mesmo entendendo que seria impossível identifica-los em sua totalidade. A ideia de fazer um levantamento dessa natureza surgiu quando identifiquei um significativo número de trabalhos fora do país. Esses números me estimularam a pesquisar o estado da arte de trabalhos sobre o MST publicados fora do Brasil. A pesquisa bibliográfica aconteceu na Cidade do México, a partir de um estágio sanduiche realizado na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e abarcou diversos bancos de dados virtuais, além de várias bibliotecas das diversas universidades localizadas em toda a América Latina. Utilizando a palavra-chave *MST*, ou *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* traduzida para alguns idiomas, iniciei o levantamento de trabalhos adotando uma segmentação simples, onde separava os trabalhos coletados por idioma: espanhol, inglês, francês, italiano, etc. Além disso, somente adicionava ao levantamento artigos publicados em periódicos, dissertações, teses, capítulos de livros e livros. Artigos não acadêmicos ou apresentados em congressos, simpósios, encontros ou qualquer outro evento não foram incluídos. Uma escolha difícil, mas necessária devido a infinidade de trabalhos dessa natureza, o que com certeza, aumentaria significativamente o número publicações e impediria uma análise mais aprofundada de alguns deles. Além disso, complementei o levantamento bibliográfico com uma busca etnográfica, entrando em contato com pesquisadores/as que me indicaram trabalhos que não estavam nos bancos de dados que acessei.

²⁷ Aqui gostaria de destacar a colaboração e prontidão de várias autoras/es que me enviaram seus textos digitalizados, como Simone Maria de Souza, Sandra Ebling, Mariana Maoreira, Suzana Ribeiro, Erik Marcelo de Moura e aquelas que me enviaram seus materiais impressos, como Denise Bussoletti e Cristine Jaques Ribeiro.

A Biblioteca da UNAM foi o local onde mais consegui informações, afinal, quase todas as *tesis* encontradas no levantamento foram publicadas naquela Universidade. A Biblioteca virtual da CLACSO também colaborou muito no acúmulo dessas publicações. Os levantamentos feitos pelo Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual de São Paulo (CEDEM/UNESP) de trabalhos estrangeiros complementou essa compilação.

Após o levantamento de trabalhos publicados em diversas partes do mundo comecei a ter problemas para acessar textos completos em plataformas que exigiam a compra dos periódicos. Circunstância que se tornou uma constante, especialmente no caso dos Estados Unidos, mas também dos países europeus. Esse fato, associado à quantidade de trabalhos encontrados, me impôs uma redução nessa análise exploratória. A partir daí, priorizei trabalhos escritos em espanhol, por ser o idioma com maior número de publicações sobre o MST, excluindo aquelas em português. Foram quase 80, sendo que 29 foram publicados na Espanha e o restante na América latina. Desses trabalhos, apenas seis focavam suas análises em discussões de gênero e/ou raça.

Além da dissertação de Giovana Salvaro, algumas pesquisas que adotaram temas e procedimentos semelhantes serviram de inspiração para essa pesquisa, como as teses de Samira Kauchakje e de Bernardo Mançano Fernandes, o artigo de Maria Antônia de Souza e a pesquisa de Eliane Domingues. Kauchakje (1997) realizou um mapeamento e análise das dissertações e teses sobre movimentos sociais defendidas na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e na Universidade Estadual de São Paulo (USP) entre 1970 e 1995. Os movimentos foram divididos da seguinte forma: dos trabalhadores; populares, novos movimentos sociais; messiânicos; estudantis; político-partidários e de elites econômicas. Fernandez (1999) além de escrever a obra que considero mais completa sobre o MST até hoje, também fez um levantamento dos estudos que versaram sobre o movimento, o que inclusive, possibilitou o armazenamento virtual de inúmeros materiais no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM/UNESP). Já Souza (2007), utilizando análise de conteúdo, mapeou nos Programas de Pós-Graduação em Educação teses e dissertações sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no período de 1987 a 2007. Domingues (2007) fez

procedimento semelhante, buscando no Banco de Teses da Capes, trabalhos da Psicologia sobre o MST, no período de 1987 a 2004.

A presente pesquisa se diferencia dos estudos mencionados porque nelas, em sua maioria, o levantamento dos trabalhos foi feito adotando uma área do conhecimento como foco da busca, seja Educação, Psicologia ou centrando a pesquisa em instituições específicas como, no caso, em duas universidades paulistas. Sendo uma proposta de trabalho interdisciplinar, focalizei as categorias conceituais e não áreas do conhecimento ou instituições de ensino. Isso possibilitou uma abrangência de áreas do conhecimento e de perspectivas teóricas variadas.

Apesar da inversão na prioridade da pesquisa, antes com enfoque nas políticas internas do MST e agora na produção acadêmica, não deixei de lado o contato constante com os movimentos sociais, seja o MST no Brasil, seja alguns movimentos mexicanos. Essas experiências refletem a inspiração etnográfica desse trabalho. Inspiração, pois a pesquisa se propõe a fazer um mapeamento da produção acadêmica sobre determinado assunto, a partir de um levantamento quantitativo. Mas, sem uma interação com o concreto, creio que correria o risco de perder o contato com o cotidiano, as mulheres, os homens, suas percepções e agenciamentos por trás de todas as estatísticas, tornando talvez a pesquisa um trabalho virtual, asséptico e laboratorial. Esses contatos, aos quais me referirei em seguida, permitiram certa abordagem etnográfica paralela ao mapeamento dos trabalhos. Entendo etnografia nos termos propostos por Claudia Fonseca:

A etnografia é calcada numa ciência, por excelência, do concreto. O ponto de partida desse método é a interação entre o pesquisador e seus objetos de estudo, “nativos em carne e osso”. É, de certa forma, o protótipo do “qualitativo”. E — melhor ainda — com sua ênfase no cotidiano e no subjetivo, parece uma técnica ao alcance de praticamente todo mundo, uma técnica investigativa, enfim, inteligível para combater os males da quantificação (1999, p. 58).

A partir dessa ideia e de uma necessidade pessoal de interagir e conhecer os movimentos sociais mais a fundo, sempre que possível acompanhei passeatas, encontros, congressos e reuniões, visitei assentamentos e comunidades indígenas, realizei entrevistas e

acompanhei sistematicamente os movimentos sociais pela internet²⁸. Algumas dessas experiências foram de fundamental importância nessa tese.

Em setembro de 2011²⁹, tive a oportunidade de participar de uma pesquisa no Assentamento Conquista na Fronteira, no Oeste de Santa Catarina, um dos mais antigos assentamentos do MST no Brasil. Durante os sete dias que permaneci na área, consegui acompanhar parte do cotidiano de assentados/as e relatar essa vivência em um caderno de campo, além de participar de mais de dez entrevistas com agricultores/as, entre lideranças nacionais do MST, do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e de dirigentes da COOPERUNIÃO, cooperativa que organiza todas as atividades sociais e produtivas deste Assentamento. As informações colhidas a partir das observações e das entrevistas não foram utilizadas no decorrer da escrita da tese, no entanto, foram fundamentais para compreender melhor as centenas de pesquisas sobre o Movimento, especialmente, aqueles realizados no sul do país nos assentamentos mais antigos.

Outra vivência fundamental e que é utilizada de forma direta nessa tese, refere-se a minha participação no VI Congresso Nacional do MST, realizado em fevereiro de 2014 na cidade de Brasília, onde acompanhei as discussões e a rotina dos Sem Terra durante uma semana. Esse evento propiciou compreender melhor o posicionamento do MST frente às questões de gênero, sexualidade e raça, para além das normatizações e declarações de princípios estabelecidas em âmbito organizacional.

No México, também tive a oportunidade de conhecer e vivenciar a realidade de alguns movimentos sociais. O intuito não era fazer comparações com a realidade brasileira, mas estabelecer uma articulação com lutas que na América Latina se assemelham em alguns aspectos. Para tanto, em seis meses pude me aproximar e conhecer um pouco mais algumas experiências fascinantes como o movimento dos

²⁸ Geralmente acompanhei o MST pelo seu site: www.mst.org.br, e pelo facebook: www.facebook.com/MovimentoSemTerra.

²⁹ Acompanhei a pesquisadora Elisete Schwade do Departamento de Antropologia na UFRN na pesquisa “Gênero e assentamentos rurais em contextos de globalização cultural”. Em 2011, depois de vinte anos a pesquisadora voltou ao assentamento onde realizou sua dissertação de mestrado (SCHWADE, 1993) para analisar as mudanças naquela localidade.

professores/as mexicanos ligados a *Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación* (CNTE) que entraram em greve questionando a reforma educacional proposta pelo presidente mexicano Peña Nieto; as/os indígenas do *Movimiento de los 400 Pueblos* que se expressavam de uma maneira excêntrica nos protestos, tirando suas roupas e colocando fotos de representantes do executivo tampando as partes íntimas para chamar a atenção dos governantes para seus problemas territoriais; a *Frente Popular Francisco Villa Independiente* (FPFVI) que ocupava ruas em várias partes da Cidade do México, tentando mobilizar o poder público para o problemas de moradia da cidade; e o *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN), no qual pude vivenciar a realidade com mais proximidade participando da *Escuelita Zapatista*, atividade promovida pela primeira vez em agosto de 2013 e repetida outras duas vezes, em dezembro, quando participei, e janeiro de 2015. Trata-se de uma proposta onde centenas de pessoas de todo o mundo vistam e vivenciam o cotidiano de comunidades zapatistas com o objetivo de conhecer sua capacidade organizativa e a cosmovisão do movimento. Trata-se de uma nova estratégia de difusão e visibilização do EZLN.

Todos esses procedimentos interdisciplinares, de inspiração feminista e interseccional, quantitativos e qualitativos, talvez em algum momento indisciplinados, tentam contemplar os objetivos propostos nessa tese. Para mapear e analisar estudos acadêmicos sobre o MST que abordassem as temáticas gênero, sexualidade e raça realizei o estado da arte da produção acadêmica sobre o Movimento filtrando essas categorias e interpretando-as. Para tanto, criei um banco de dados de dissertações e teses sobre o MST no Brasil e de trabalhos em espanhol realizados em vários países nas últimas décadas. Para historicizar a incorporação de linhas políticas de gênero, sexualidade e raça pelo MST em sua trajetória de luta, realizei além de uma revisão teórica e análise de documentos, vivências junto ao Movimento o que me proporcionou melhor compreensão dos significados que o MST atribui às categorias gênero, sexualidade e raça. A experiência no México, além de me colocar em contato com diversas visões de mundo e referenciais teóricos variados, contribuiu para um entendimento mais abrangente das lutas sociais na América Latina.

Resumindo, todos esses procedimentos metodológicos convergiram para uma triangulação de informações, isto é, para o cruzamento de informações primárias, secundárias e de natureza histórica do contexto estudado, visando atender às necessidades de

compreensão da dinâmica que compõe a realidade social em foco (TRIVIÑOS, 1987). Dessa forma, pude confrontar a todo o momento minhas preocupações pessoais, a pesquisa documental e informações obtidas junto às assentadas/os, indígenas, pesquisadoras/es ou qualquer outra pessoa que cruzou comigo nessa trajetória.

2. Lutas sociais na América Latina, desafios para uma compreensão descolonial e feminista

A teoria dos movimentos sociais é uma ferramenta fundamental para se compreender como agem estes movimentos e as singularidades de ações coletivas que transgridem a ordem estabelecida. Nesse capítulo, apresentaremos algumas das interpretações mais importantes e utilizadas. Primeiro, serão sintetizadas as abordagens clássicas pautadas pelos paradigmas estadunidense e europeu. Em seguida, será discutida a proposta de uma abordagem latino-americana, onde elementos das teorias estadunidenses e europeia, além de teorias pós-coloniais seriam fundamentais para integrar uma teoria de redes de movimentos sociais. Ao final, apresentaremos uma proposta feminista de análise de movimentos sociais.

2.1 Abordagens clássicas das teorias sobre movimentos sociais: paradigma europeu e paradigma norte americano

As teorias sobre movimentos sociais se constituíram enquanto campo teórico específico somente na segunda metade do século XX, quando o termo “movimentos sociais” foi cunhado para designar as novas formas de reivindicações coletivas no mundo. Eram ações estruturadas que clamavam por mudanças, simbolizadas pelas ações dos movimentos feministas, grupos ambientalistas e pacifistas, dos movimentos de gays e movimentos negros (ALONSO, 2009). Antes disso, as abordagens marxistas norteavam as discussões dos movimentos sociais clássicos, principalmente na Europa. Para Maria da Glória Gohn (1997), socióloga brasileira e importante teórica dos movimentos sociais, o marxismo não era somente uma teoria explicativa, mas uma teoria que orientava, como um guia de ação, os próprios movimentos sociais. Eram análises que se fundamentavam na conexão entre classe social e movimento social, mas não de forma linear. Várias/os autoras/as se inspiraram na obra de Karl Marx, reinterpretando-a, criando a matriz referencial dos movimentos sociais marxistas, como Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Gramsci e, no pós-guerra, com a teoria crítica iniciados pela influente Escola de Frankfurt³⁰.

³⁰ A Teoria crítica é uma vertente teórica ampla e duradoura, que surge em 1987 na Alemanha, com o artigo “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” de Max

Na segunda metade do século XX, difundiram-se severas críticas a essas concepções, gerando revisões que culminaram na proposição de novas abordagens. Vários autores e autoras buscaram e ainda buscam aglutinar e tipificar as explicações em torno do que seriam os movimentos sociais e de fenômenos dos quais eles fazem parte. Explicações, que apesar de distintas, podem ser complementares.

Uma categorização muito comum nas Ciências Sociais, segundo Ângela Alonso (2009), interpreta os movimentos sociais a partir de três grandes linhas teóricas de interpretação: a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria dos Processos Políticos (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Dentro dessas três grandes famílias de teorias se tornou usual contrastar duas perspectivas: uma baseada nos estudos europeus, acentuando a noção culturalista das ações coletivas e a outra nos trabalhos de estadunidenses, que focalizam a noção institucional dessas ações. Outras/os correntes reúnem a TMR e a TPP num único paradigma explicativo, criando a distinção “objetivistas” para autoras/es identificadas/os com a escola norte-americana e “subjetivistas” para aqueles/as ligados à escola europeia.

Maria da Glória Gohn, utilizou ao longo de sua trajetória duas categorizações distintas. Num estudo publicado em 1997, a autora faz uma divisão explicativa utilizando critérios geográfico-espaciais, ampliando o leque de possibilidades teóricas propostas por Ângela Alonso e acrescentando uma nova abordagem. A autora subdivide em três grandes blocos paradigmáticos a teoria dos movimentos sociais contemporâneos: paradigma norte-americano; paradigma europeu; e o paradigma latino-americano. Num trabalho mais recente, Gohn (2008) subdivide as teorias sobre movimentos sociais em quatro eixos analíticos: as teorias institucionalizadoras influenciadas por autores como Tarrow, MacAdam, McCarthy e Zald; as teorias construídas a partir de eixos culturais e identitários influenciado pelas obras de Alberto Mellucci e Alan Touraine; as teorias focadas no eixo da justiça social embasadas por Axel Honneth e Nancy Fraser; e as teorias da autonomia produzidas pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

Horkheimer, um de seus mais emblemáticos representantes. Nomeados de neomarxistas, tem outros teóricos muito reconhecidos internacionalmente, como: Theodor W. Adorno e Jurgen Habermas. Atualmente, uma dos principais figuras dessa corrente é Axel Honneth.

Entendemos que trata-se de segmentações diferentes, mas não excludentes. Adotamos a tipologia das três correntes subdivididas geograficamente, com um intuito meramente didático, afinal nosso propósito é mostrar que um intercâmbio entre os paradigmas favorece a compreensão do campo teórico, principalmente após os processos globalizantes que modificaram a configuração e as estratégias de movimentos sociais em todo o mundo, abrindo espaço para uma nova teoria, a Teoria de Redes de Movimentos Sociais (TRMS).

Na década de 1960, principalmente nos Estados Unidos, surgiram ações coletivas pelos direitos civis³¹, pacifistas³² e pelos direitos das mulheres³³ que levaram ao desenvolvimento de teorias explicativas sobre esses novos fenômenos, como a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR). Em 1973, foi recebida com grande impacto a obra *Resource mobilization and social movements: a partial theory* de John McCarthy e Mayer Zald, que tem como base de suas explicações a dimensão micro-organizacional dos movimentos sociais. Isso significa que essa corrente interpretativa procurava compreender os movimentos sociais como organizações semelhantes aos partidos, aos grupos de interesse e às empresas capitalistas, devendo, inclusive, competir entre si por recursos. McCarthy e Zald utilizavam a categoria “organização de movimentos sociais” que privilegiava uma visão racional da ação coletiva como fruto de cálculos de custos e benefícios, onde a mobilização se viabilizaria através da posse de recursos materiais e humanos disponíveis na sociedade³⁴ (GOHN, 1997; ALONSO, 2009).

³¹ O movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos se iniciou na década de 1950 e foi um dos mais emblemáticos no mundo. Teve um caráter racial, devido à segregação vivida pela população negra naquele país. Os movimentos *Black Power* e *Panteras Negras* são exemplos de ações coletivas que se organizaram contra o preconceito e discriminação racial nos Estados Unidos. Militantes célebres como Martin Luther-King e Malcolm X se tornaram mártires dessa luta e exemplos em todo o mundo.

³² O Movimento pacifista nos Estados Unidos buscava questionar a necessidade das guerras empreendidas pelo Estado, sobretudo, a Guerra do Vietnã nas décadas de 1960 e 1970.

³³ Os movimentos feministas nos Estados Unidos foram dos mais influentes do mundo, principalmente, no surgimento do que geralmente é chamado de segunda onda do feminismo, na década de 1960.

³⁴ Para Gohn (1997), a teoria da escolha racional de Mancur Olson foi fundamental para o desenvolvimento dessa abordagem. Sua compreensão sobre grupos de pressão foi estendida aos movimentos sociais. Além dele, Herbert

Hegemônica durante quase 20 anos nos Estados Unidos, a TMR foi suplantada pela Teoria dos Processos Políticos (TPP). Os trabalhos de Charles Tilly e Sidney Tarrow, principais nomes da teoria, adotaram uma explicação macro-histórica que combinava política e cultura, levando em conta aspectos simbólicos da ação coletiva, fato até então excluído pela TMR. Dentro dessa perspectiva, alguns conceitos foram fundamentais para compreender a nova abordagem sobre movimentos sociais, como o conceito de *frame* (significados e símbolos) que apoia a compreensão do contexto cultural em que os movimentos estão inseridos e as construções simbólicas que orientam a produção e manutenção da ação coletiva. Outro conceito fundamental é o de *Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP)*, que seriam os recursos externos ao grupo (movimento social), como: o nível de participação de uma determinada sociedade; o alinhamento ideológico do governo dessa sociedade; as alianças externas ao grupo; a posição e a influência das elites naquele contexto, etc. É importante ressaltar que os teóricos dos processos políticos não viam o conflito de forma monolítica entre “Estado” e “sociedade”, mas entre “detentores do poder” e “desafiantes”. Assim, a conjuntura política favorável possibilitaria o movimento a viabilizar períodos de mobilizações mais intensas, ou de baixa mobilização quando as oportunidades fossem escassas (GOHN, 1997; ALONSO, 2009).

No contexto europeu também surgiram novas ações coletivas que demandaram novas explicações frente às visões marxistas, até então predominantes. Encabeçadas pelas obras de Alain Touraine, Alberto Melucci e Manuel Castells, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) surgiu a partir da crítica às abordagens marxistas mais ortodoxas e da aproximação com as teorias norte-americanas, especialmente a TPP. Embora não seja uma escola tão homogênea quanto às norte-americanas, há muitas proximidades nas interpretações das/os autoras/es frente ao fenômeno dos movimentos sociais. Suas abordagens,

confluem para o mesmo postulado central, o da especificidade dos movimentos sociais da segunda

Blumer, sociólogo da Escola de Chicago, teve importante contribuição nas teorias de movimentos sociais na década de 1950, quando realizou trabalhos sobre comportamentos coletivos.

metade do século XX. Para todas, uma mudança macrosocial teria gerado uma nova forma de dominação, eminentemente cultural (por meio da tecnologia e da ciência) e borrado as distinções entre público e privado, acarretando mudanças nas subjetividades e uma nova zona de conflito. As reivindicações teriam se deslocado dos itens redistributivos, do mundo do trabalho, para a vida cotidiana, demandando a democratização de suas estruturas e afirmando novas identidades e valores. Estaria em curso uma politização da vida privada (ALONSO, 2009, p. 67).

A TNMS nasce para compreender as ações coletivas de uma sociedade em transformação nomeada por alguns de pós-industrial, onde as mobilizações se alteraram e perderam a centralidade no trabalho e o caráter classista tradicional dos movimentos sociais, representado pelos emblemáticos movimentos operários que sucumbiram e cederam lugar para as lutas cotidianas, os “novos” sujeitos e os “novos” estilos de vida, distintos dos padrões de normalidade social (ALONSO, 2009). Para Gohn (1997, p. 121-124), a preocupação dessa nova tendência seria a construção de um modelo teórico baseado na cultura, superando as explicações unívocas sobre os indivíduos e a ação coletiva defendidas pelo campo teórico marxista. Também propõe a eliminação do sujeito histórico redutor da humanidade, aquele que detém uma consciência autêntica e redefine a política como elemento central na análise. Nesse paradigma, os atores sociais são analisados em dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo da construção dessas ações.

Os dois paradigmas tiveram ecos diferenciados na América Latina, influenciando de múltiplas formas o paradigma latino-americano que será nosso foco mais adiante. Durante décadas, as teorias norte-americanas foram pouco assimiladas e utilizadas para compreender o contexto latino-americano. A TMR teve irrelevante impacto e a TPP pouco se difundiu, produzindo trabalhos relevantes, mas insuficientes. Para Alonso (2009), o trabalho de Renato Boschi³⁵ foi um dos poucos que se desenvolveu nessa área durante anos.

³⁵ BOSCHI, Renato; SANTOS, Fabiano; DINIZ, Eli. Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 2000.

Para Breno Bringel (2011), a discussão no Brasil sobre as teorias norte-americanas esteve caracterizada por ter sido difundida de maneira indireta, a partir da interpretação de autores/as brasileiros/as, por ter sido difundida tardiamente, com a tradução de trabalhos com décadas de atraso, e de forma parcial/limitada, pois poucos desses trabalhos foram traduzidos para o português. Atualmente, vários grupos de estudos sobre teoria de movimentos sociais estão resgatando as contribuições dos teóricos norte-americanos, enfrentando um imaginário de difícil rompimento: o anti-imperialismo latino-americano; o profundo estruturalismo na tradição do pensamento social regional; e a grande influência de teóricas/os europeus da TNMS, como Alain Touraine.

Como já foi antecipado, as teorias europeias (TNMS) tiveram enorme influência na produção latino-americana. No Brasil, por exemplo, de acordo com Alonso, a TNMS foi a perspectiva “mais aplicada para a explicação de casos nacionais, durante as décadas de 1980 e 1990, (...) e orientaram a agenda para a produção de estudos de casos, concentrados no processo de construção de identidades coletivas” (2009, p. 68). Ainda hoje, é muito comum a utilização hierárquica dessas teorias, sobrepondo, geralmente, as teorias europeias às estadunidenses.

Consideramos que todas tiveram e ainda têm grande importância nos estudos dos movimentos sociais, mas também receberam várias críticas. A TMR contribuiu muito na compreensão das estruturas organizacionais dos movimentos sociais, contudo, a analogia instrumental de movimentos sociais às firmas e organizações privadas e, principalmente, o desprezo da ideologia como fator relevante, negando o simbólico na ação coletiva, limitou sua compreensão e sua aceitação no restante do mundo. A TPP privilegiou o ambiente macropolítico e incorporou de forma secundária a cultura em suas análises. A TNMS inverteu a lógica da TPP e acentuou aspectos da cultura (simbólicos e cognitivos), invisibilizando aspectos materiais, seja no contexto político, seja em demandas por redistribuição.

Além das críticas mais específicas de cada uma das teorias, a contestação que julgamos ser fundamental, mas que muitas vezes passa despercebida a um olhar menos atento, é a de que a grande maioria das grandes figuras das teorias clássicas são homens. Não se trata de uma análise meramente quantitativa da produção acadêmica, mas de mais um indício da hegemonia da produção de conhecimento androcêntrica

(generalizada) dentro de determinadas áreas. Outra crítica fundamental a todas, refere-se ao caráter eurocêntrico e estadunidense de suas análises, que impediam a formação de uma visão mais abrangente deste fenômeno social em realidades fora do eixo Estados Unidos/Europa. Ambas as questões, mostram a necessidade de uma visão mais localizada, menos rígida, *mestiza*, nas palavras Anzaldúa (2005).

Essa visão diferenciada, mestiça e de difícil enquadramento nos pressupostos das teorias clássicas (TMR, TPP E TNMS) vem amadurecendo e já pode ser vista em movimentos sociais que combinam lutas por redistribuição e lutas por reconhecimento (FRASER, 2007). Nessa combinação, não é possível reduzir a multiplicidade de vertentes teóricas que se propõem a conceituar movimentos sociais num modelo geral, ainda mais em uma sociedade globalizada, multicultural e complexa, onde os movimentos sociais contemporâneos tem grande capacidade de adaptação, fugindo facilmente de uma tipificação universalista.

Afinal, como dizer que na América Latina as reivindicações teriam se deslocado dos itens redistributivos, do mundo do trabalho, para a vida cotidiana, ou seja, por reconhecimento? Impossível. Esse é o ponto de vista também de uma socióloga que muito tem contribuído para o debate sobre movimentos sociais:

Se houve avanços teóricos pelo entendimento das opressões e discriminações que ocorrem em torno de diferenças socioculturais, houve perdas pela pouca relevância atribuída ao problema das desigualdades sociais e às raízes históricas dos processos de colonização, que incluem e articulam dimensões de múltiplas formas de dominação que vão do econômico ao social, do social ao cultural, do cultural ao ideológico, do ideológico ao político e vice-versa (SCHERER-WARREN, 2010, p. 20).

Trataremos de aprofundar a contribuição de Nancy Fraser (2007) sobre a completude de lutas por redistribuição e por reconhecimento mais adiante.

2.2 América Latina e a contextualização de suas realidades: por uma abordagem latino-americana, pós-colonial e feminista

Antes de aprofundarmos as novas abordagens da teoria dos movimentos sociais e desse devir paradigma latino-americano, proposto por Maria da Glória Gohn, discorreremos sobre a América Latina. Isto porque esse termo é tão usualmente utilizado que, num primeiro olhar, poderíamos pensar numa identidade cultural que correspondesse a um lugar geográfico que conjugasse todo o continente americano (excluindo a América Anglo-saxônica, Estados Unidos e Canadá). Mas que unicidade é essa que nos permite afirmar que existe um bloco latino-americano? Podemos generalizá-lo como sendo apenas uma configuração geográfica, nesse continente que combina contribuições culturais extremamente diversas de povos indígenas como os astecas, maias, quetchuas (incas), aymaras, guaranis, tupis, mapuches, entre várias outras? Que incorporaram povos africanos como Jalofos, Mandingas, Bamanas, Fulas, Nagôs, Iorubás e Lucumis? De países ibéricos e europeus? De eslavos, árabes e asiáticos, distribuídos distintamente por toda a América do Sul, América Central, Caribe e América do Norte? (Sim, o México faz parte da América do Norte). Como seria possível conceituar algo como sendo latino-americano nesse emaranhado complexo, heterogêneo e contraditório?

Darcy Ribeiro já havia elaborado esse questionamento em seu livro *A América Latina Existe?* Segundo ele, sim, existe, mas pondera essa afirmação. Existe uma uniformidade sem unidade. Uma uniformidade linguística e uma homogeneidade cultural e ressalta que, talvez a única “unidade no mundo latino-americano, seja a unidade do produto resultante da expansão ibérica sobre a América e o seu bem sucedido processo de homogeneização” (RIBEIRO, 2010, p. 34). Ou seja, o produto de um mesmo processo civilizatório, que nasce, segundo Otávio Ianni (2005), com o descobrimento do “Novo mundo” em 1492, passando por configurações e movimentos como o mercantilismo, o colonialismo, o imperialismo e a globalização, bem como os nacionalismos e regionalismos, muitas vezes em configurações mutiladas, frente aos modelos hegemônicos de análise.

A América Latina transfigurando-se em América,
Indo-América, Afro-América, Hemisfério
Occidental, *Nuestra América* e Labirinto Latino-

Americano; além de outras denominações e transfigurações nacionais e continentais, revelando-se também nas ilhas e arquipélagos do Caribe, Antilhas. Parece um fragmento da cartografia mundial, no qual movem-se espaços e tempos, transformações e retrocessos, realizações e frustrações, golpes de Estado e revoluções. Parece uma e única, em sendo realmente múltipla e invertebrada, buscando-se contínua e reiteradamente nos espelhos da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte, do tradicionalismo e da modernidade, do capitalismo e do socialismo. Um laboratório em constante ebulição, sem nunca configurar-se nem realizar-se plenamente (IANNI, 2005, p. 2).

A Pátria Grande de Simon Bolívar e a *Nuestra América* de José Martí são derivações ideológicas para a expressão “América Latina”, que surge somente no século XIX com a ideia de se afastar o nome *Hispano-América* que ligava o continente à Espanha. A expressão foi utilizada pela primeira vez no século XIX por um filósofo chileno, mas Napoleão III, imperador francês, aproveitou a nomenclatura durante a invasão francesa no México, como forma de incluir a França entre os países com influência na América (TOURAINÉ, 1989). A expressão se consolidou e se tornou sinônimo dos países menos desenvolvidos social e economicamente do continente. Uma oposição naturalizada de anglo-americanos como América rica e desenvolvida e de latino-americanos como América pobre e subdesenvolvida. Além dessa visão econômica, o termo surge através da ideia de coesão e identidade comum, tanto pela origem comum das línguas derivadas do latim, sobretudo o espanhol e português, mas principalmente pela oposição a esse bloco anglo-americano, fortalecida por ideologias revolucionárias e, obviamente, pelos séculos de opressão e colonialismo (RIBEIRO, 2010).

Apesar da dificuldade e da contradição de se universalizar uma América Latina, correndo o risco de reproduzir uma generalização que criticamos, pretendemos nos apropriar dos argumentos de Darcy Ribeiro (2010), cuja afirmação é muitas vezes contestada, de haver uma unicidade na América Latina que a constitui em um conjunto, um modo latino-americano de desenvolvimento, que combina uma racionalidade econômica e uma forma de mobilização política e social própria desse continente. Essa ideia de conjunto não pretende formular um

culturalismo mítico de um espírito latino-americano essencialista, mas analisar as semelhanças nos processos de seu desenvolvimento, juntamente com as especificidades de cada contexto regional. Um dos objetivos é nos contrapor aos análises tipicamente eurocêntricas e tantas vezes transpostas diretamente à realidade latino-americana. Temos plena consciência de que não é possível comparar ou aglutinar realidades distintas como as de Cuba e Colômbia, Brasil e Honduras, México e Argentina, Nicarágua e Uruguai, entre tantas outras, contudo, há inúmeras tendências que os unem enquanto países de um mesmo bloco continental e foram essas tendências que marcaram genocídios, ciclos de governos populistas, revoluções e ditaduras militares.

Através dos vícios colonialistas, sempre buscamos conceitos para explicar nossa realidade, nossa história, nossas raízes. Contudo, na América Latina isso permanece um desafio.

No limiar do século 21, a América Latina continua em busca de uma visão de si mesma, algum significado essencial. Conforme tem ocorrido em várias épocas da sua história, outra vez ela se defronta com mais interrogações do que respostas, mais inquietações do que perspectivas. Pode ser vista como um continente, vasto arquipélago de nações diferentes e estranhas entre si, buscando a integração e vivendo a fragmentação, parecendo vertebrado e invertebrado. Mobiliza experiências e memórias, façanhas e derrotas, heróis e santos, monumentos e ruínas, em busca de alguma visão de si mesmo, significado essencial, conceito (IANNI, 2005, p. 2).

Essa visão de si mesma, de um conceito latino-americano, demonstra não só a dificuldade de transposição dos modelos eurocêntricos para nossa realidade, mas a própria generalização de uma realidade latino-americana. Uma realidade poucas vezes assumida, inclusive, pelas/os brasileiras/os. Somos estranhos a essa identidade. É nesse contexto diversificado de culturas e civilizações, que nunca se configura e se realiza plenamente, que buscaremos caracterizar o paradigma latino-americano, ou o seu devir, correndo o risco, sempre,

de universalizar o impossível e de reproduzir mais um vício colonialista de tipificar, agrupar, aglomerar e aglutinar conjuntos e exemplificá-los.

Na América Latina, a teoria dos movimentos sociais foi profundamente influenciada pelos paradigmas europeus. Durante muito tempo, o marxismo em suas diversas vertentes e a TNMS encabeçaram os estudos sobre ações coletivas, através de ângulos de análise que limitaram a compreensão das singularidades dos processos sócio-históricos que influenciaram essas ações, levando os movimentos sociais a possuírem características próprias, peculiares de uma sociedade não europeia e não estadunidense, e um pluralismo que dificilmente se enquadraria nos paradigmas clássicos.

Para Breno Bringel (2011), as teorias estadunidenses, sobretudo a TPP, ainda tem pouca influência na América Latina exatamente por essa busca de novas teorizações para a realidade regional que renovem a tradição crítica da teoria social da região. Existe uma obstinação nas interpretações de movimentos latino-americanos que tenham como foco os movimentos sociais e os sujeitos sociais e não a ação coletiva de forma mais ampla. Lança-se maior atenção às discussões sobre a autonomia e a criação de contra-poderes, muito influenciados pela experiência do EZLN no México, do MST no Brasil, dos Piqueteros na Argentina, entre tantas outras.

Nas últimas décadas, vários trabalhos se debruçaram na investigação das especificidades da América Latina. Na coletânea *A Revolução do Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul*, Ilse Scherer-Warren e Paulo Krischke (1987) organizaram textos de autoras/es estrangeiras/os e brasileiras/os sobre as novas formas de mobilização social na América do Sul e a necessidade de se questionar os paradigmas clássicos e suas interpretações monolíticas. Pioneira nessa questão, a principal particularidade dessa obra, refere-se às análises, afinal, grande parte dos trabalhos foi produzido na primeira metade da década de 1980, ainda em períodos ditatoriais no Brasil, Chile e Argentina. São trabalhos que foram escritos durante os processos de redemocratização e que mostram as mudanças que estavam acontecendo naquele período. Além de uma obra teórica sobre movimentos sociais, é um documento histórico de um devir movimento social latino-americano. A coletânea representou um embrião das interpretações mais recentes sobre a América Latina.

Em *Palavra e Sangue*, livro pioneiro e rico em detalhes sobre a América Latina, o emblemático representante da TNMS europeia, Alan Touraine (1989), realiza uma longa descrição de problemas e atores

sociais latino-americanos, debruçando-se sobre diferentes aspectos da realidade latino-americana, sobretudo, os atores da sociedade civil organizada. Com já foi enunciado, os argumentos do autor pairam sobre um modo latino-americano de desenvolvimento que une elementos tradicionais com a modernidade, a política e a igreja, entre tantos outros detalhes e especificidades. Para Touraine, o continente latino-americano produziu uma forma específica de ação política e social, que ele divide em tipos fundamentais de ação: as lutas de classe, as lutas nacionais e as lutas por integração nacional, sendo que vestígios de todas elas são encontrados na América Latina. As lutas de classe como ação coletiva única, pautadas primordialmente pelo marxismo-leninismo, tiveram “êxito” na Nicarágua, Cuba e indiretamente em outros países, mas com menor impacto no continente, ao nível dos grupos que dominavam as forças públicas. De modo geral, as tendências mais extremas foram mais representadas nos meios intelectuais e universitários do que no meio nas forças políticas. As lutas por integração nacional e anti-imperialistas marcaram grande parte dos governos latino-americanos populistas. Os movimentos unidimensionais, ou seja, aqueles que não associaram a lutas de classe às lutas nacionais e às lutas por integração nacional, nunca conseguiram atingir grande eficácia, sendo essa tridimensionalidade condição fundamental para as ações coletivas na América Latina.

Para Gohn (1997), os movimentos sociais na América Latina têm especificidades que os diferenciam dos novos movimentos sociais da Europa e dos Estados Unidos. Compreendem, sobretudo, movimentos sociais libertários nas áreas rurais e urbanas que se mobilizam por direitos políticos na redemocratização e, especialmente, por demandas socioeconômicas, mas que também se articulam com demandas socioculturais. Há uma enorme diversidade de movimentos em relação aos mesmos temas e problemas e a maioria deles são movimentos populares. Sejam eles, sem-terras, sem-tetos, quilombolas e/ou indígenas, a luta primordial é pela sobrevivência e pelas necessidades básicas. Esses movimentos têm raízes próprias, influenciadas pela associação a grupos comunitários e partidos políticos, muitas vezes de cunho populista e clientelista, com forte conotação religiosa e étnico-racial, dois elementos imprescindíveis para a compreensão das particularidades dos movimentos sociais na América Latina.

Os movimentos populares sempre tiveram forte conotação religiosa, sobretudo, após o Conselho Vaticano II nos anos 1960, quando a Igreja Católica adotou uma postura mais progressista em suas ações, com seu discurso em favor dos oprimidos. A situação da Igreja foi distinta de país para país, contudo, passou por um processo geral de secularização, resultado de uma adaptação forçada fruto dos processos de urbanização e modernização dos países do sul. Segundo Touraine (1989), em alguns países como no Brasil, Chile e Equador a Igreja teve setores mais radicais que apoiaram a reforma agrária, palco de conflitos violentos. A Teologia da Libertação foi essa vertente mais radical, que criticava o pensamento cristão tradicional, acusando-o de ahistórico, baseando-se numa reflexão marxista que denunciava o imperialismo e a dominação capitalista.

É importante salientar que a Teologia da Libertação não corresponde a uma orientação única. Muito pelo contrário, ela só pode ser definida sociologicamente pela presença conexas de dois movimentos que parecem complementares, mas que são, de fato, profundamente opostos um ao outro. De um lado, grupos políticos formados, sobretudo por intelectuais diretamente influenciados pelo marxismo e pelas formas mais radicais da teoria da dependência. De outro lado, o movimento comunitário de base que se fundamenta nos sujeitos que estão menos integrados ao desenvolvimento econômico (TOURAINÉ, 1989). Ressalvamos, no entanto, que não foi toda a instituição e em todos os países que a Igreja Católica se engajou na luta pelos oprimidos. Sua base conservadora e reacionária permaneceu hegemônica, inclusive, apoiando em diversos países os regimes ditatoriais que dominaram vários deles na segunda metade do século XX. A importância da Teologia da Libertação se deve mais ao questionamento desses dogmas hegemônicos da Igreja institucional, do que à sua capacidade de mobilização social.

Na América Latina, um aspecto relevante que encontra mais embasamento nos estudos da CLACSO e nas Teorias dos Processos Políticos, do que nas teorias identitárias europeias, é a relação entre movimentos sociais, Estado e partidos políticos. Nesse cenário contraditório, o CLACSO e suas/seus pesquisadoras/es representam um dos polos de produção de conhecimento sobre os movimentos sociais que criticam sua relação “promiscua” com o Estado. A questão da autonomia se tornaria um problema-chave, a partir do momento em que as estruturas de poder freiam o fortalecimento de movimentos sociais, quando estes questionam os poderes estabelecidos. No entanto, Bringel (2011) enfatiza que a possível ausência de autonomia dos movimentos

sociais deve ser mais bem examinada, sobretudo os mecanismos particulares que conectam Estado, partidos políticos e movimentos sociais, pois os exemplos de movimentos sociais latino-americanos envolvidos nos esforços por democratização, juntamente com setores do Estado e de partidos políticos, foram fundamentais em todo o continente nos anos 1980. No decorrer desses anos visitando e acompanhando a rotina de militantes do MST, por exemplo, detectamos grandes intersecções entre movimentos sociais e o Estado, sobretudo, depois da chegada do PT ao poder em 2003.

Até aqui utilizamos um recorte geográfico de paradigmas feito a partir da proposta de Gohn (1997). Entendemos, porém, que apesar de didática, esta proposta torna a compreensão estanque e, por vezes, hierárquica. Para Bringel (2011), fica evidente a necessidade em não se prender a essas amarras e tentar se apropriar de outras compreensões sobre movimentos sociais.

A construção de uma maior interação teórica é uma tendência que se manifesta em propostas marcadas pelo sincretismo conceitual onde é difícil falar de “escolas” (norte-americana, europeia, etc.) mais ou menos delimitadas, ou pelo menos diretamente enfrentadas, como antes. Nas últimas duas décadas produziram-se vários “giros teóricos”, frente às escolas “clássicas” no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais (BRINGEL, 2011, p. 59).

Assim, podem ser incluídos nesse emaranhado de teorias que buscam compreender as lutas sociais na América Latina, os estudos que têm como eixo a dimensão espacial dos movimentos sociais e a importância do território e das identidades na construção de novas territorialidades. Os estudos da geografia crítica são recorrentes, sobretudo aqueles oriundos de abordagens que se embasam nas contribuições do geógrafo Milton Santos e, mais recentemente, de Ariovaldo Ubelino de Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes.

Nessa leitura geográfica dos movimentos sociais, o intuito é compreender os tipos de espaços e de territórios³⁶ produzidos e conquistados pelos movimentos sociais. Os movimentos socioespaciais têm no espaço o seu trunfo, como por exemplo, os movimentos sindicais, os movimentos pela preservação do meio ambiente, pela preservação de áreas tombadas como patrimônio público, associações de bairro, ou seja, são predominantemente grupos de mediação. Em contrapartida, outros tipos de movimentos socioespaciais, denominados de movimentos socioterritoriais, são ações coletivas que têm a conquista do território como principal objetivo, em um constante processo de apropriação do espaço geográfico como território, que segue uma dinâmica cíclica de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Os movimentos camponeses, os indígenas e os sem teto são movimentos emblemáticos dessa luta (FERNANDES e MARTIN, 2004; FERNANDES, 2005).

Os conflitos pelo passado colonial, devido à exploração de recursos naturais, escravização e genocídio de populações indígenas e negras são fundamentais para a compreensão do surgimento e atuação de movimentos socioterritoriais. Dentro dessa perspectiva, a interpretação que vem ganhando espaço nos estudos de movimentos sociais e que buscam compreender os contextos do atlântico sul, são as abordagens pós-coloniais ou *descoloniais*, nas palavras de Grosfoguel (2008). Segundo algumas/alguns autoras/es como Ilse Scherer-Warren (2011) e Breno Bringel (2011), as abordagens vigentes, teorias clássicas de tradição marxista, teorias culturalistas (TNMS) e teorias institucionalistas (TMR e TPP), atribuíram pouca relevância às desigualdades sociais, centrais nas raízes históricas de sociedades coloniais. Assim, os estudos pós-coloniais, incorporando contribuições das teorias clássicas, direcionaram suas análises à contextos periféricos, como o da América Latina, criticando o que Grosfoguel denomina de

³⁶ Espaço é uma propriedade que o território possui e desenvolve. Por isso, é anterior ao território. O espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaços. O território, por sua vez, é um espaço transformado pelo trabalho e, portanto, uma produção humana, como países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento (FERNANDES, 2005).

“sistema mundo europeu/euro-norte-americano moderno/capitalista colonial/patriarcal”, reinterpretando os processos históricos de opressão e resgatando culturas diaspóricas dos povos nativos.

Segundo Scherer-Warren, para isso seria necessário um processo de incorporação dos

legados das teorias de classe e das respectivas formas de opressão das elites coloniais e hegemônicas; das teorias culturalistas, no que diz respeito às múltiplas formas de opressão e discriminação simbólica em relação aos segmentos sociais colonizados; e da respectiva exclusão e/ou subalternidade destes segmentos no plano do fazer político, no cotidiano societário e nas instituições. Portanto, cabe buscar as contribuições que os estudos pós-coloniais incorporam, ainda que criticamente, das teorias anteriores das ações coletivas e dos movimentos sociais, que se construíram sob a égide dos referenciais teóricos da modernidade e da pós-modernidade (2010, p. 20).

As abordagens pós-coloniais são fundamentais, a partir do momento em que incorporam a dimensão étnico-racial em qualquer abordagem oriunda da América Latina, ou de outros países periféricos e colonizados. Outro componente crucial, que se articula às opressões étnico-raciais e de classe, é a opressão de gênero. Sabendo disso, compreendemos que incorporar perspectivas feministas também é essencial aos processos analíticos de movimentos sociais, a partir do momento em que vários movimentos sociais mistos começaram a assumir questões relativas ao combate às desigualdades de gênero, normatizando princípios internos e linhas políticas de luta.

Essas análises começaram a surgir, mas segundo Jules Falquet (2006), as teorias de movimentos sociais ainda não se debruçaram de maneira profunda sobre essas novas configurações, sobretudo no que tange à discussão de como avançar além da declaração normatizadoras. Segundo a autora, o debate sobre o conservadorismo subjacente aos movimentos sociais progressistas permanece invisível, impensado ou insuficientemente pensado, seja em questões como a divisão sexual do trabalho, o modelo de família e a proposta de outra cultura que alguns

destes movimentos apresentam. De maneira taxativa, Falquet sustenta que “há uma grande derrota em se ultrapassar as simples declarações de princípios” no que concerne as questões de gênero (2006, p. 213). Discordamos da prematuridade dessa afirmação, mas concordamos com a problematização da autora, segundo a qual, existe grande dificuldade dos movimentos sociais incorporarem perspectivas de luta por redistribuição encadeando-as com políticas pelo reconhecimento, como questões cotidianas das desigualdades de gênero, associadas a questões como classe, sexualidade, raça, geração, etc. Nancy Fraser (2007) analisa essa questão, mostrando que há possibilidades de superação desses embates.

Para ela, existe uma grande polarização política em contextos progressistas entre proponentes da redistribuição e proponentes do reconhecimento, onde ambos os lados subsumem a dimensão central do outro. Em termos simplificados, o primeiro grupo tem o objetivo de redistribuir a riqueza entre ricos e pobres, ou de proprietários para trabalhadores, do Norte para o Sul. O segundo grupo, tem como meta buscar o reconhecimento de minorias étnico-raciais, sexuais e de gênero. Essa relação é tensa e mostra um problema profundo que se reflete em todos os setores sociais progressistas, seja na ciência moderna, nos partidos políticos, no Estado ou na sociedade civil, há uma polarização de políticas culturais e sociais, de políticas de classe e de identidade; do multiculturalismo e da igualdade social. Reflexo disso foi constatado nas abordagens das próprias teorias dos movimentos sociais debatidas nos itens anteriores. Para Fraser, essa polarização é uma falsa antítese, sendo a redistribuição e o reconhecimento elementos fundamentais e urgentes na criação de políticas de justiça social, ampla e abrangente.

A autora salienta que o reconhecimento seria um “remédio” para as injustiças sociais e não a satisfação de uma necessidade genérica. As formas de reconhecimento que a justiça exige em qualquer caso dependem das formas de não reconhecimento a serem compensadas. Independentemente de ser uma questão de distribuição ou reconhecimento, os arranjos atuais impedem pessoas de participar em condição de igualdade com os outros na vida social. Ao reivindicar redistribuição, deve-se mostrar que os arranjos econômicos existentes negam condições objetivas para uma paridade participativa. Ao mesmo tempo ao reivindicar reconhecimento deve-se mostrar que os padrões institucionalizados de valoração cultural negam as condições intersubjetivas necessárias para o bem estar social (FRASER, 2007).

Os desafios das correntes interpretativas de movimentos sociais e dos próprios movimentos sociais não são simples, o que exige conexões interpretativas profundas. Além das teorias clássicas dos movimentos sociais, fundamentais para adensar um paradigma latino-americano, da abordagem de movimentos socioterritoriais que os reinterpretam numa visão da geografia, das teorias pós-coloniais que resgatam as questões étnico-raciais e de classe dos processos coloniais, das contribuições feministas que enfatizam a necessidade de superar visões exclusivamente econômicas, outro fator capital nas análises sobre movimentos sociais são as mudanças ocorridas no mundo a partir do que se convencionou chamar de “globalização”. Sem essa análise, o paradigma latino-americano engessaria as realidades regionais, como se a América Latina fosse imune às influências externas. Mais uma vez cairíamos num erro de interpretação.

2.3 A globalização e a teoria das Redes de Movimentos Sociais

As novas interpretações sobre a atuação de movimentos sociais no mundo estão sendo fortemente impactadas pelas discussões sobre globalização. Afinal, as mudanças em escala mundial, fruto dos processos globalizantes, forçaram a inovação dos movimentos sociais e, conseqüentemente, a reinterpretação de suas atuações em todo mundo. Para Octavio Ianni (1999), a globalização na América Latina resultou em um processo de dissociação entre sociedade civil e Estado, onde os movimentos sociais, bem como os partidos políticos e sindicatos, perderam grande espaço para tudo o que é transnacional relativo ao mercado, ou como o autor denomina, perderam espaço para a “globalização pelo alto”. Como alternativa a esse processo globalizante pelo alto, seria necessário uma “globalização por baixo” como reação de contestação à nova ordem global, onde classes e grupos sociais subalternos de diferentes localidades se organizassem para formular e construir práticas alternativas.

É essa a tese de algumas autoras e autores que utilizam a teoria das redes na compreensão dos movimentos sociais. Com a globalização, os movimentos sociais se complexificaram e as explicações clássicas precisaram de revisões e releituras frente à emergência de novos conflitos, novas demandas, novas formas de organização circunscritas

nessa nova ordem global. Como efeito dessa nova conjuntura, surge a Teoria das Redes de Movimentos Sociais (TRMS). Assim, a noção de sociedade globalizada se tornou essencial nas análises dos movimentos sociais. Na Europa, o trabalho de Manoel Castells (1999) e no Brasil os estudos Ilse Scherer-Warren (1993; 2006; 2008; 2012), entre outros, ecoaram com enorme influência, criando a perspectiva em rede.

Manuel Castells (1999), em sua trilogia “Era da informação: economia, sociedade e cultura”³⁷, centrou-se nos estudos das novas tecnologias da informação do século XXI e a influência do uso da comunicação digital na reestruturação econômica mundial. O livro que mais nos interessa dessa série é o segundo volume “O poder da identidade”, onde o autor reúne análises de estudos sobre movimentos sociais de diversas identidades. Castells examina duas tendências conflitantes que moldam o que ele denomina de “sociedade da informação”: a globalização e as identidades.

No Brasil, a produção sobre movimentos sociais em rede passa necessariamente pelas obras de Ilse Scherer-Warren. A autora desdobra a noção de rede de movimentos sociais em diversos trabalhos, desde seu estudo pioneiro “Redes de Movimentos Sociais” de 1993, passando por obras como “Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização” de 1999 entre vários outros artigos (SCHERER-WARREN, 2006; 2008) até sua mais recente obra “Redes Emancipatórias: Nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos” de 2012.

Em 1993, a autora antecipa uma tendência que se consolidaria somente nos anos 2000 como enfoque central das análises de movimentos sociais, as redes de movimentos sociais. Naquele período, a autora sugere uma tendência “ainda que de forma hipotética” de que as redes de movimentos sociais se formariam no Brasil, articulando diversos movimentos sociais de diferentes naturezas (SCHERER-WARREN, 1993, p. 119). Em sua pesquisa mais recente, com mais subsídios empíricos para se apoiar, ela aponta a formação de redes interorganizacionais complexas no país, criando uma nova forma de ser movimento. Essas redes são formadas por diversas formas de ações coletivas, tais como movimentos ambientalistas, pacifistas, feministas, de indígenas, remanescentes de quilombolas, atingidos por barragens, movimentos negro e de luta pela terra. São articulações horizontais,

³⁷ A trilogia é composta pelos seguintes livros: (1) A Sociedade em Rede (1996); (2) O Poder da Identidade (1997); e (3) O Fim do Milênio (1998).

pouco hierarquizadas, pouco formalizadas e que se constituem através da identificação dos pertencentes à rede em torno de valores, objetivos e projetos (SCHERER-WARREN, 2012).

A partir das reflexões da Scherer-Warren, adotamos um conceito base do que seria um movimento social, mesmo que, de certa forma, incorramos em um reducionismo, devido à diversidade dessas ações.

Movimentos sociais são redes complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas e que conectam de forma simbólica, solidária e estratégica, sujeitos individualmente e atores coletivos, que se organizam em torno de identidades ou identificações comuns, da definição de um campo de conflito e de seus principais adversários políticos ou sistêmicos e de um projeto ou utopia de transformação social (SCHERER-WARREN, 2012, p. 21).

A autora utiliza um conceito amplo de redes e baseia-se na tipologia clássica de Alain Touraine, adaptada por Manuel Castells (1999, p. 95-96), onde os movimentos sociais devem ter uma *Identidade comum*, uma autodefinição sobre o que ele são e em nome de quem se pronunciam (Mulheres, negros, gays, lésbicas, camponeses, operários, etc.). O movimento deve eleger a *Oposição ou adversário*, sendo esse o inimigo em torno do conflito central a ser combatido (patriarcado, racismo, homofobia, capitalismo, ou vários deles). Também deve estabelecer uma *Meta societal*, um objetivo almejado numa situação sistêmica. É importante salientar que essa tipologia demonstra que os movimentos sociais não são fenômenos únicos, podendo assumir perspectivas bem diferenciadas, sendo conservadores, reformistas, revolucionários, ambos, ou nenhum deles.

Apesar do desenvolvimento dessa tipologia e do campo da teoria dos movimentos sociais, não há consenso quanto à utilização e categorização dos tipos de movimentos sociais e nem quanto à abordagem ontológica. Para algumas/alguns autoras/es a centralidade está na *ação coletiva*, para outros nos *movimentos sociais*, outros, entendem, ainda, que seu foco é a *sociedade civil* e outros o *confronto político*. Alain Touraine, por exemplo, utiliza como tema *movimento social*, Alberto Melucci a *ação coletiva*, Cohen e Arato *sociedade civil* e

os teóricos dos processos políticos (TPP), a categoria *confronto político* como grande campo de análise. Como já pode ser percebido, utilizamos como categoria analítica a ação coletiva dos movimentos sociais, proposta por Touraine, entendendo que ela representa uma entre tantas outras ações coletivas da sociedade civil. Segundo o autor, reserva-se “o emprego da categoria ‘movimentos sociais’ ao conjunto dos fenômenos que, de fato, receberam esse nome no decorrer de uma longa tradição histórica [sendo] uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada” (TOURAINÉ, 2006, p. 18).

Todas essas reflexões em torno da teoria dos movimentos sociais nos subsidiarão daqui para frente, pela incorporação de elementos de cada uma das teorias, como as análises de oportunidades políticas da Teoria dos Processos Políticos (TPP), a tipologia de Touraine sobre movimentos sociais acima descrita e, principalmente, o *modus operandi* de uma movimento social latino-americano num contexto mundializado.

Com o advento da globalização, no interior dessa grande variedade de teorias, alguns movimentos latino-americanos se tornaram centro de grande atenção mundial a partir dos anos 1990, e tratados como esperança de um imaginário revolucionário que perdera seu idealismo com a derrocada das experiências do “socialismo real”. Além do MST, foco de nossa análise, a experiência mais emblemático das últimas décadas foi o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), movimento mexicano que tem sido reconhecido mundialmente pela mídia, pela academia e, sobretudo, pelas esquerdas mundiais como o mais criativo movimento social da história recente. Segundo Manuel Castells (1999) “a capacidade de os zapatistas comunicarem-se com o mundo e com a sociedade mexicana e de captar a imaginação do povo e dos intelectuais acabou lançando um grupo local de rebeldes de pouca expressão para a vanguarda da política mundial” (p. 104).

A partir de 1994, os olhares do mundo direcionaram-se para o “primeiro movimento de guerrilha informacional” (CASTELLS, 1992, p. 103), que adotava distintas estratégias de lutas, tanto políticas por redistribuição como por reconhecimento. Em nível econômico contestava a exploração de populações indígenas e camponesas, rechaçando as políticas neoliberais do governo mexicano que excluía tudo aquilo que não se encaixava num projeto de modernização econômica. A segunda estratégia dos neozapatistas buscava reconhecimento institucional dos direitos das populações indígenas.

Para tanto, criaram estruturas próprias de governo³⁸, de produção agroecológica através de cooperativas, de serviços³⁹ e de legislação⁴⁰.

Depois de 20 anos diversas áreas do conhecimento permanecem se esforçando para compreender a lógica insurgente de um movimento indígena com filiações políticas híbridas, que se tornou exemplo de “globalização por baixo” (IANNI, 1999) ao utilizar a internet, mesmo estando isolados na região da Selva Lacandona, como principal ferramenta de divulgação de sua luta, conquistando enorme comoção e solidariedade internacional e aplicando, inclusive, uma lei revolucionária das mulheres. *La Ley Revolucionaria de Mujeres* surge com as seguintes propostas:

- As mulheres, sem importar sua raça, credo, cor ou filiação política, tem o direito de participar da luta revolucionária no lugar e no grau que sua vontade e capacidade determinam;
- As mulheres tem o direito a trabalhar e receber um salário justo;
- As mulheres tem o direito a decidir o número de filhos que podem ter e cuidar;
- As mulheres tem o direito a participar dos assuntos da comunidade e ter cargos caso sejam eleitas livre e democraticamente;
- As mulheres e seus filhos tem o direito à atenção primária na saúde e na alimentação;
- As mulheres tem o direito à educação;
- As mulheres tem o direito a escolher seu parceiro e a não ser obrigada a casar-se a força;

³⁸ *El gobierno autónomo* é composto por municípios autônomos divididos em cinco Caracoles ou regiões organizativas: *Oventic*, *La Garrucha*, *Roberto Barrios*, *Morelia* e *La Realidad*. Cada um deles é administrado por uma *Junta del Buen Gobierno*, composta por representantes rotativos dos municípios autônomos.

³⁹ Há diversos serviços autônomos, como uma cooperativa de transportes, centros médicos e escolas zapatistas.

⁴⁰ As leis locais são autônomas à Constituição mexicana e coordenadas pelas *Juntas del Buen Gobierno*, mas decididas em assembleias gerais, dos rumos estratégicos do movimento às punições de possíveis crimes cometidos nas comunidades.

- Nenhuma mulher poderá ser agredida ou maltratada fisicamente nem por familiares, nem por estranhos. As tentativas de tentativa de estupro e estupros serão castigados severamente;
- As mulheres poderão ocupar cargos de direção na organização e ter grau militar nas forças armadas revolucionárias;
- As mulheres terão todos os direitos e obrigações indicadas nas leis e regulamentos revolucionários.

Certamente, entre a lei e sua aplicação, há um grande abismo. Existe um grande paradoxo nessas questões de rompimento com a cultura de determinadas etnias locais, centro da valorização zapatista. Ao mesmo tempo, essas iniciativas vêm mostrando que é possível pautar lutas mais amplas e que as lutas por redistribuição e por reconhecimento não são irredutíveis.

Os neozapatistas permanecem sendo uma referência dos movimentos sociais na América Latina, juntamente com o MST. Ambos são movimento populares, que tem como base de sustentação as lutas por condições básicas de sobrevivência (terra, casa, comida, equipamentos coletivos, etc.), influenciado por grupos progressistas das Igrejas Católica que, no processo de consolidação histórica, favoreceram, uma forte conotação religiosa. Contudo, cada um detém nuances que merecem grande aprofundamento e no caso do EZLN várias pesquisas podem subsidiar melhor informações sobre seu surgimento, sua organização e os caminhos traçados pelas/os indígenas de Chiapas do que essa tese. No próximo capítulo focaremos nossa atenção no MST, em sua história, influências de luta e a capacidade do Movimento de agregar lutas por redistribuição e por reconhecimento.

3 Mais do que reforma agrária: o MST enquanto principal agente de luta social brasileiro

Esse capítulo contextualiza a incorporação pelo MST de linhas políticas de gênero, sexualidade e raça ao longo das últimas três décadas. Todavia, para compreender esse processo se faz necessário lembrar alguns acontecimentos emblemáticos que fortaleceram o imaginário sem-terra, hoje diretamente associado ao MST. Para atingir esse objetivo, serão apresentados sinteticamente fatos como a Guerra de Canudos e do Contestado, o período do Cangaço, as Ligas Camponesas e o MASTER como movimentos fundantes, constituintes e influentes daquele que se tornou o maior movimento social da história do Brasil. Na história do MST, serão expostos somente alguns momentos mais simbólicos dessa complexa trajetória, afinal, em cada região do país há um mito fundador, uma ocupação pioneira e um/a mártir assassinado/a.

3.1 Sem terras, antes e para além do MST

O levantamento de trabalhos sobre o MST possibilitou, entre outras coisas, reunir mais elementos sobre a luta pela terra no Brasil e historicizar períodos anteriores ao surgimento do Movimento. Há um vasto número de materiais sobre a questão agrária brasileira que podem subsidiar em profundidade cada um dos fatos históricos que mencionarei e que ajudam a compreender as nuances dos primórdios da luta pela terra, do surgimento, amadurecimento e consolidação do MST enquanto relevante ator social brasileiro. Nesse tópico farei esse resgate histórico, apresentando alguns momentos fundamentais dessa trajetória, de acordo com Martins (1981), Górgen (1989), Lechat (1993), Fernandes (1999), Morissawa (2001), Scolese (2008), Carter (2010), Leite (2010), entre outros, buscando sempre sugerir fontes bibliográficas e fílmicas que ilustrem, para além desse texto acadêmico, as origens da luta pela terra no Brasil.

Embora esta tese não tenha a intenção de reconstituir a história da luta pela terra no Brasil, consideramos pertinente destacar aqui, resumidamente, algumas narrativas históricas de camponesas/es sem terra.

A luta camponesa no Brasil não nasce com o MST, suas raízes são mais profundas e se iniciam logo após a invasão portuguesa, há mais de 500 anos, quando a estrutura agrária brasileira inicia sua

consolidação como uma das mais concentradas no mundo. A concentração de terras nas mãos de poucos proprietários foi um sustentáculo da concentração de poder no país, seja no Brasil “descoberto”, no Brasil colônia, no Brasil monarquia, no Brasil república, no Brasil ditatorial ou no Brasil democrático. Todas essas mudanças ao longo da história não foram capazes de destruir esse pilar cravado na estrutura social brasileira.

As lutas dos povos originários⁴¹ e de pessoas escravizadas foram as primeiras mobilizações contra o *status quo* colonial e monopolista da terra, cuja estrutura se alicerçou na dominação e no massacre de milhões de índios/os e negras/os. Ao contrário do que a história oficial narra, foram vários os levantes e embates contra o poder colonial, criando, inclusive, heróis dessa resistência como Sepé Tiaraju e Zumbi dos Palmares.

No século XVIII, por exemplo, ocorreu a Guerra guaranítica, violentos conflitos entre índios guaranis e as tropas espanholas e portuguesas no sul do Brasil, uma das maiores expressões da resistência indígena no período colonial. Os índios guaranis da região dos Sete Povos das Missões recusaram-se a deixar suas terras nesse território localizado no Rio Grande do Sul. Foi nesse período que a figura de Sepé Tiaraju ganhou notoriedade, sendo até hoje uma figura mítica, não só para os Sem Terra⁴², mas para todo imaginário regional daquele estado (BRUM, 2007).

A maior expressão da resistência de pessoas escravizadas foram os quilombos, que, segundo Ilka Boaventura Leite (2000) eram formas de organização, de luta e de espaço conquistado, mantidos ao longo de gerações⁴³. A definição do termo não é consensual, mas uma vertente muito apropriada por estudiosos do assunto a associam a um léxico

⁴¹ Segundo Porto-Gonçalves (2008), a expressão “povos indígenas” é a designação dada às populações que viviam na América quando os europeus a invadiram na tentativa de encontrar as Índias. O autor sugere um movimento subalterno de desconstrução do termo e a utilização da terminologia “povos originários”. Usaremos ambas, no decorrer da tese.

⁴² Segundo nosso levantamento, há pelo menos dois assentamentos do MST chamados “Sepé Tiaraju”, um localizado no Rio Grande do Sul e outro em São Paulo.

⁴³ Para maiores detalhes sobre questões conceituais e normativas da concepção de “quilombo” ver Leite (2000; 2008).

bantu, provenientes de negras/os de Angola, cujo significado seria “acampamento de guerreiros na sela” ou ainda uma divisão administrativa. Atualmente, especialmente após a Assembleia Constituinte de 1998, se propagou a expressão “remanescente das comunidades de quilombos”.

Os quilombos estiveram espalhadas por todo o território brasileiro durante os séculos que o regime escravista predominou, mas o mais emblemático deles foi, sem dúvida, o Quilombo dos Palmares, em território localizado no estado do Maranhão. Segundo Fernandes et al (2008), sua notoriedade se deu pela manutenção de uma estrutura organizada durante anos, pela utilização democrática da terra e pela fertilidade do solo da região. Esse último, o principal motivo do despojo da população pelos senhores de engenho e do Estado e o consequente massacre daqueles que viviam ali.

Importante ressaltar que, segundo Leite (2000), os quilombos não eram as únicas formas de resistência por parte de populações africanas escravizadas. Os assassinatos de senhores, feitores e capitães de mato; as fugas individuais, a organização de guerrilhas e insurreições; os suicídios; e as fugas individuais, eram algumas das outras expressões da resistência à escravidão.

Esse resgate das lutas coloniais de índios e negros por terra é de fundamental importância, pois segundo Santos (2008), grande parte da produção dessa história se apoia numa “imagem de território que remete exclusivamente a colonização pela imigração europeia [que] oculta a presença negra, e apaga a escravidão da história” (2008, p. 15), além das lutas dos povos originários.

Além das lutas indígenas e das populações escravizadas, as mobilizações que mais se destacaram na luta pela terra ocorreram no final do século XIX com os movimentos messiânicos e o banditismo, consideradas as primeiras formas de luta e resistência camponesa contemporâneas (MARTINS, 1981). Na segunda metade do século XX, as lutas mais emblemáticas de camponeses/as aconteceram no nordeste com as Ligas Camponesas, e no sul do país com o Movimento dos Sem Terra (MASTER).

Os movimentos camponeses messiânicos foram denominados assim por se caracterizarem pela crença em um enviado divino e libertador. A mais célebre organização de resistência camponesa do Brasil, ocorreu no final do século XIX quando liderados por Antônio Conselheiro, camponesas e camponeses construíram em 1893 na fazenda Canudos, a cidade de Belo Monte no sertão da Bahia. Belo

Monte resistiu às empreitadas do governo republicano por mais de um ano, até que em 1897 foi massacrada por um devastador ataque do exército brasileiro⁴⁴ (FERNANDES, 1999).

Alguns anos depois, outro movimento camponês enfrentou o *establishment* da época, sobretudo, após a morte de sua principal liderança, o Monge José Maria, morto em 1912 pela polícia da região do Contestado. Após sua morte, o movimento se fortaleceu e se estabeleceu por dois anos entre o estado do Paraná e Santa Catarina, onde sofreu inúmeros ataques do exército até sucumbir totalmente em 1916. Conhecida como Guerra do Contestado, teve características muito semelhantes à de Canudos, ambas sendo acusadas pela República de promoverem a monarquia, álibi que culminou em duas das maiores carnificinas promovidas pelo Estado brasileiro.

O banditismo teve no Cangaço das décadas de 1920 e 1930 sua maior expressão⁴⁵, sobretudo no bando de Lampião, Rei do Cangaço. Foi um movimento importante de contestação do poder estabelecido, mas que muitas vezes se mostrava contraditório se aliando-se a ele. Tratavam-se de bandos armados que promoviam saques, sequestros e assassinatos em nome de diversos interesses sociais, econômicos e religiosos. Até hoje, o mito do bando de Lampião enche o imaginário popular de maneira dúbia, ora vilão, ora herói. Apesar da longevidade do bando de lampião, este findou da mesma maneira que outros movimentos de resistência, com o assassinato das/os líderes e membros pela polícia em 1938 (LINS, 1998).

Outro movimento que atormentou o cotidiano dos poderosos da terra no nordeste foram as Ligas Camponesas, organizações de camponeses que exerciam intensas atividades na década de 1950, atuavam como sindicatos, exigindo direitos aos trabalhadores rurais, o que desafiou os poderes dos latifundiários. Como um roteiro pré-estabelecido na história dos conflitos agrários do país, as principais lideranças ou tiveram que “sumir do mapa”, como no caso de Francisco Julião, exilado no México no período militar, ou foram mortas. O filme “Cabra marcado para morrer” (1984) de Eduardo Coutinho mostra a

⁴⁴ Duas fontes nos ajudam a compreender bem esse importante episódio da história brasileira. O clássico livro, “Os Sertões” de Euclides da Cunha de 1902 e o filme “Guerra de Canudos” dirigido por Sérgio Rezende de 1997.

⁴⁵ Sobre o cangaço, ver um clássico do cinema nacional com direção de Lima Barreto, o filme “O Cangaceiro” de 1953.

intensidade desse conflito, através dos assassinatos e perseguições sofridos por lideranças das Ligas Camponesas. No início dos anos 1960, o diretor iniciou as filmagens de um longa-metragem que contava a história de João Pedro Teixeira, liderança assassinada em 1962, devido suas intensas atividades nas Ligas. Tendo que encerrar as filmagens devido ao Golpe Militar, Coutinho retomou a gravação em formato de documentário quase 20 anos depois, onde encontrou uma população ainda acuada e receosa com os anos de repressão. A protagonista do filme, Elizabeth Teixeira, mulher de João Pedro, entre outras pessoas, relembram episódios das gravações do filme na década de 1960, das perseguições subsequentes e da liderança que exercia após a morte de seu companheiro. Uma obra cinematográfica valioso sobre a história da luta pela terra no Brasil.

No outro extremo do país, ainda no início da década de 1960, impulsionado pelas propostas do governo João Goulart, surgiu o primeiro movimento oficialmente reconhecido pelas autoridades legais brasileiras, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), que rapidamente foi desestruturado pelo golpe militar de 1964. Somente no final da década de 1970 é que as contestações eclodiram novamente, o MASTER ressurgiu, por ocasião da expulsão, por parte dos índios, de posseiros que viviam na reserva indígena de Nanaoi, do norte do estado do Rio Grande do Sul. Os camponeses expulsos da reserva indígena em setembro de 1979 ocuparam uma área historicamente conflituosa, a granja Macali, na Fazenda Sarandi em Ronda Alta/RS (LECHAT, 1993). Essa ocupação representa “a semente do MST” (MORISSAWA, 2001), o principal marco simbólico da gênese do Movimento, juntamente com o acampamento de Encruzilhada Natalino, ocorrido quase um ano depois⁴⁶.

Em diversos documentos do MST ou em textos acadêmicos é possível encontrar acontecimentos interpretados como marcos originários do Movimento, sobretudo, os ocorridos no Rio Grande do Sul. No entanto, há outras referências regionais menos difundidas, mas de igual relevância. Uma deles está associada ao surgimento do MST no Paraná, como consequência direta do desalojamento de milhares de posseiros pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu no final da década de 1970. Esse grupo de sem terras formou o Movimento dos

⁴⁶ O livro “Encruzilhada Natalino” de Málaga e Janson (1982) foi um dos poucos livros sobre esse episódio que coletaram relatos e entrevistas com os acampados naquele período.

Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), movimento regional de luta pela terra que se incorporou ao MST anos depois no seu Primeiro Congresso em 1985.

Após sua estruturação, ao longo dos anos, o MST foi se tornando importante agente social e político em todo território nacional. Alguns momentos emblemáticos dessa rica, complexa e variada história robusteceram sua luta. O primeiro Congresso Nacional no Paraná, a primeira grande ocupação e o primeiro grande acampamento na Fazenda Annoni no Rio Grande do Sul, os massacres da Fazenda Santa Elmira no Rio Grande do Sul e de Eldorado de Carajás no Pará e as duas grandes marchas para Brasília. Infelizmente, esses episódios da história do movimento representam um roteiro recorrente de acontecimentos quase sempre permeados por violências e mortes, mas também por persistência e conquistas.

Formalmente, o marco histórico de formação do MST foi o 1º Encontro Nacional do Movimento em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel/PR. O primeiro Congresso ocorreu um ano depois, em 1985, em Curitiba/PR com as representações de 10 estados⁴⁷: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Nesse Congresso foram definidos os princípios e a estrutura organizativa do Movimento, adotando-se uma direção colegiada, sem presidência, e com igual representatividade entre os estados. Em cada estado havia dois coordenadores, ou seja, 20 pessoas compunham a primeira direção nacional do MST, 18 homens e duas mulheres (SCOLESE, 2008).

A primeira grande ocupação ocorreu ainda naquele ano e culminou em um grande acampamento de mais de 1500 famílias na fazenda Annoni⁴⁸. Foi lá que nasceu a primeira criança em um acampamento do Movimento, história contada no documentário “Terra para Rose” (1987), direção de Tetê Ramalho. Exibindo relatos de assentadas/os sob barracos de lona preta, caminhando dias em marchas e

⁴⁷ Inicialmente, havia 11 estados presentes no primeiro Congresso, contudo foi descoberto dias depois que o único representante do estado de Roraima era um agente infiltrado do antigo Serviço Nacional de Inteligência (SNI) (SCOLESE, 2008).

⁴⁸ O MST não se resumia a Fazenda Annoni. Segundo Gorgen (1989), o MST tinha mais de 8 mil famílias organizadas em núcleos em mais de 70 municípios gaúchos.

romarias, nas ações de ocupação a prédios públicos e nos enfrentamentos com a polícia, o filme sugere um itinerário que se tornaria comum na vida de Sem Terras de todo o país⁴⁹: ocupação, reintegração de posse da área ocupada, violência e repressão policial, nova ocupação, anos de acampamento e, em alguns casos, desapropriação da área, o que não significava posse.

Esses relatos são centralizados em Roseli Salette Nunes da Silva, Rose, a acampada que se tornou um símbolo da luta pela terra no Brasil, não só por ter gerado a primeira criança após a ocupação na Fazenda Anonni, mas por ter morrido lutando alguns anos depois. Em 1987, durante um ato que cobrava agilidade do governo para desapropriação de terras improdutivas, sete pessoas foram atropeladas por um caminhão desgovernado, deixando três mortos, entre o quais, Rose.

Dentro desse roteiro já mencionado, os embates com a União Democrática Ruralista (UDR)⁵⁰, jagunços de latifundiários e a polícia são elementos frequentes. O massacre da Fazenda Santa Elmira e de Eldorado de Carajás são apenas alguns dos conflitos conhecidos com os sem terras no Brasil.

A disposição a uma desobediência civil mais forte e de resistência física ao despejo forçado marca uma nova fase. É uma nova disposição dos agricultores, gestada por anos e anos. É o resultado de várias experiências sentidas e refletidas. É o fruto de muitos enganos e a resposta a inúmeros desenganos. E a consequência histórica de uma sucessão de conflitos com o Estado e com os grandes proprietários de terra exatamente porque estes defendem com unhas e dentes e armas seus enormes patrimônios socialmente injustificáveis (GÖRGEN, 1989, p. 122).

⁴⁹ Parte das famílias que estavam acampadas na Fazenda Anonni foram assentadas, mas a distribuição oficial dos lotes para as/os assentadas/os só se concretizou em 1993, oito anos depois da ocupação. Hoje há uma escola com o nome de Rose. O filme “O sonho de Rose” (2000), mostra o que aconteceu com as famílias locais quase 15 anos depois.

⁵⁰ A UDR surge em 1985 e desponta como principal organização do patronato rural brasileiro, atuando corporativamente na defesa do monopólio fundiário, através do combate aberto e violento aos trabalhadores rurais sem terra (BRUNO, 1997).

O primeiro conflito, ocorrido em 1989 e relativamente desconhecido por não ter resultado em mortes oficiais⁵¹, é narrado de forma realista pelo Frei Sergio Gørgen, religioso presente na hora da desocupação da área (GÖRGEN, 1989). A forte lembrança desse ocorrido tem grande valor no imaginário dos Sem Terras, pois se trata da primeira grande resistência em ocupações do MST. Até aquele momento, nunca uma ordem judicial havia sido desrespeitada. Naquele fatídico dia, ela não só foi desrespeitada, mas rasgada em frente aos oficiais de justiça. Reproduzindo as falas de agricultores e agricultoras que estavam acampados, o “agora vem pau”, frase proferida por um agricultor ao avistar a polícia, demonstra bem a desproporcionalidade de ação da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Cerca de 1200 homens e ainda fortalecidos por membros da UDR, utilizaram aviões, sim aviões, fuzis, metralhadoras e mosquetões para desocupar a terra. Uma ação de guerra que culminou em mais de 400 feridos, 19 em estado grave, torturas e perseguições nos dias ulteriores.

O segundo massacre, talvez o fato mais marcante na história do MST, foi amplamente divulgado pelos grandes meios de comunicação e resultou em 19 mortes de agricultores no Sul do Pará. O massacre de Eldorado dos Carajás novamente não se diferencia da trajetória explicitada em outros conflitos entre poder vigente e resistência popular. Em 1996, centenas de Sem Terras fecharam a BR-155 como forma de protesto pela demora na desapropriação de terras no Pará. Com o intuito de instaurar a ordem e se utilizando do pressuposto pseudoconstitucional do direito de ir e vir, a polícia paraense avançou em direção aos Sem Terras e além de conseguirem liberar a rodovia para o trânsito, cometeram uma das maiores chacinas contemporânea no campo brasileiro⁵².

⁵¹ Em uma descrição nauseante, Frei Sergio Gørgen relata o aborto de duas mulheres nos dias seguintes à desocupação, devido, sobretudo aos espancamentos e às tensões sofridas no local.

⁵² O Massacre de Corumbiara foi um violento conflito entre policiais e camponesas/es no processo de desocupação da Fazenda Santa Elina em 1995 no município de Corumbiara, no estado de Rondônia, que culminou em centenas de feridos e dezenas de mortos, sem, no entanto, haver um número oficial até hoje (CPT, 2015).

As Marchas e romarias organizadas pelo MST representam momentos ímpares na história do Movimento. Em uma expressiva demonstração de organização, força e fé na luta pela terra, dezenas, centenas e até milhares de Sem Terras caminham por cidades de todos os estados do Brasil a fim de pressionarem o Estado a cumprir seu papel de agente social promotor de uma reforma agrária, para além das desapropriações de terra. Entre tantas marchas⁵³, as mais representativas e emblemáticas ocorreram em 1997 e 2005, rumo a capital federal, Brasília.

Em 1997, o MST realizou a “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, que partiu de três pontos diferentes do Brasil: São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais. Durante dois meses mais de mil Sem Terras atravessaram centenas de quilômetros andando, dispostos a recordar o aniversário do Massacre de Eldorado dos Carajás (MST, 2014). Além de cobrarem a punição dos envolvidos nos assassinatos, tinham como objetivo conseguir mais visibilidade e legitimidade frente à população, que cada vez mais, pelo menos naquele período, reconhecia o MST como importante movimento de reivindicação social.

A Marcha para Brasília de 2005 merece ser lembrada não apenas pelos resultados que atingiu, mas pela magnitude da organização, hoje constantemente vistas nos atos, eventos e marchas do MST. Para Miguel Carter,

a marcha do MST para Brasília foi um evento de larga escala, comparável a outras grandes marchas de longa distância do século XX, como a caminhada de Mahatma Gandhi de 23 dias para a cidade costeira de Dandi, na Índia, em 1930, na qual desafiou o domínio colonial britânico ao fazer seu próprio sal; a Jarrow Crusade, marcha de 27 dias realizada por operários desempregados do nordeste da Inglaterra até Londres, em 1936, em meio à Grande Depressão; a marcha de cinco dias de Selma a Montgomery, no Alabama, liderada por Martin Luther King, em 1965, no auge do

⁵³ Em 1986, com a demora na desapropriação da Fazenda Anonni, centenas de Sem Terras marcharam 350 quilômetros do acampamento até Posto Alegre para pressionar o governo estadual na regularização da terra (TERRA para Rose, 1987; SCOLESE, 2008).

movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos; e a marcha de 34 dias de povos indígenas da Amazônia boliviana até La Paz, em 1990, para reivindicar direitos a terra e a proteção da Floresta Amazônica. Mas nunca, em toda a história, houve uma marcha pacífica de protesto tão massiva, longa e sofisticada quanto esta mobilização a Brasília (2010, p. 32).

No mês de maio de 2005, cerca de 12.000 trabalhadoras e trabalhadores rurais caminharam por 16 dias por mais de 200 quilômetros exigindo reforma agrária rumo a Brasília. Escortados todo o tempo pela Polícia Federal, mostraram tamanha organização⁵⁴ nas estradas, que nenhum conflito foi reportado durante o trajeto. Iniciavam os trechos ao alvorecer e seguiam por cinco horas seguidas nas estradas entre Goiânia e Brasília, carregando bandeiras vermelhas, cantando canções de protesto e palavras de ordem. No restante do dia, organizavam novo acampamento, participavam de atividades de formação e de lazer. Quando chegaram a Brasília, acamparam no estacionamento do Ginásio Nilson Nelson, ao lado do Estádio Mané Garrincha, local onde tradicionalmente ocorrem os Congressos Nacionais do Movimento. No dia seguinte, marcharam pelas ruas da cidade, passando pela Embaixada dos Estados Unidos e pela Praça dos Três Poderes. Em frente ao Congresso Nacional, ocorreu um confronto com a Polícia Civil, único fato que mereceu destaque da mídia⁵⁵ (CARTER, 2010).

⁵⁴ As/os participantes recebiam refeições diárias preparadas por uma equipe de mais de 400 pessoas. As informações eram transmitidas por uma estação de rádio itinerante. Dezenas de veículos estavam a disposição para o transporte de toda a estrutura: tendas, banheiros portáteis e objetos pessoais.

⁵⁵ Segundo Carter (2010), “a cobertura televisiva da marcha já tinha sido negativa no geral. Durante dias, a grande mídia despendeu sua atenção nas doações de alimentos e água realizadas pelo governador de Goiás e o prefeito de Goiânia. Os noticiários abordaram o fato e a disponibilização de seis ambulâncias para atender os manifestantes como um grande escândalo de corrupção política. A decisão de um promotor público de investigar as contribuições para a marcha recebeu grande destaque na imprensa, e levou uma repórter do Jornal Nacional, da TV Globo, o principal noticiário do Brasil, a descrever a situação como uma ‘coisa inusitada que nós nunca vimos acontecer

O grande objetivo da marcha era pressionar o governo federal a cumprir o Plano Nacional de Reforma Agrária e a promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de realizar uma reforma agrária progressista. Foram dezenas de reuniões nas duas semanas que antecederam a chegada das/dos manifestantes até finalmente acontecer uma reunião com o então presidente Lula. Nessa reunião, o ato do Presidente Lula de vestir o boné do MST gerou os sentimentos mais controversos possíveis de setores da sociedade, causando encantamento de alguns e indignação de outros.

Esses fatos representam apenas um pequeno retrato dessas histórias de lutas, retrocessos e conquistas de um Movimento que transforma um amontoado desorganizado de barracos e pessoas em verdadeiras “cidades de lona preta”. Um amontoado teimoso e organizado para lutar pela terra e reivindicar a imediata concretização da reforma agrária. Um amontoado que nas últimas três décadas alcançou grandes dimensões, tanto em termos numéricos quanto em demandas e reivindicações que vem alcançando. Um amontoado que, segundo o MST (2014), está organizado em quase todos os estados brasileiros, nas cinco regiões do país, abrangendo mais de 350 mil famílias assentadas em mais de 900 assentamentos e 100 mil famílias acampadas por todo o Brasil.

A luta do Movimento permanece e promete se radicalizar nos próximos anos. Depois de 12 anos de governo do PT, entre 2003 e 2014, o que inicialmente prometia ser um período promissor para grupos populares do campo, tornou-se uma grande decepção. Nos três mandatos petistas pouco se priorizou a reforma agrária clássica⁵⁶ prometida. Hoje, o MST somente vê possibilidades de mudanças com uma reforma agrária popular. Embasamento difícil de ser contestado, a partir do momento que se vê poucas mudanças na estrutura agrária brasileira.

Ou seja, a luta do MST continua, pois a estrutura fundiária do Brasil permanece sendo uma das mais concentradas do mundo, estando

até agora’ como a do ‘Estado financiar um movimento contra si próprio’. Em outros momentos da marcha, a atenção da imprensa foi bastante minguada. No dia em que o MST chegou em Brasília, somente um dos cinco principais jornais do país publicou uma reportagem de primeira página cobrindo a mobilização” (p. 31).

⁵⁶ O MST se refere a reforma agrária clássica como um processo de democratização do acesso a terra, através de um acordo, mediado pelo Estado, entre campesinato e burguesia.

praticamente inalterada desde 1985, ano que marca o processo de redemocratização no país e o próprio surgimento do MST. Segundo o IBGE (2006)⁵⁷, o índice de GINI, parâmetro utilizado também para medir a concentração fundiária, registra enorme estabilidade nos indicadores⁵⁸: 0,857 em 1985; 0,856 em 1996; e 0,854 em 2006. Essa desigualdade fica mais evidente se levarmos em conta outras informações. Por exemplo: as grandes propriedades rurais representam em torno de 15% do total de estabelecimentos, mas ocupam mais de 75% de toda área disponível no país. Enquanto isso, as pequenas propriedades da agricultura familiar que representam 84,4% desses estabelecimentos, ocupam menos de 25% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Ainda dentro dessa análise, as pequenas propriedades, com menos de 10 hectares, ocupam uma área menor de 3% do total de terras, embora representem quase 50% dos estabelecimentos rurais do país. Ao contrário dos latifúndios, caracterizados por possuírem áreas maiores que mil hectares, que não representam 1% das propriedades rurais do país, ocupam quase 45% das terras agricultáveis. Os estados com maiores concentrações de terra são: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Maranhão, com índices de GINI que podem chegar a 0,900. (DATALUTA, 2012).

3.2 MST: lutas transnacionais e interseccionais

O MST é um movimento social de luta pela terra, norteado prioritariamente pela busca da reforma agrária, pautada pela luta de classes, apoiado em um corpo teórico que aliava os princípios da teologia da libertação a um arcabouço teórico mais amplo, formado majoritariamente por autores marxistas e guiados por lideranças, como João Pedro Stédile, até hoje membro da Secretaria Nacional do Movimento. Seu surgimento acontece articulado a outras formas de luta. Ilse Scherer-Warren (1993), destaca três tipos principais de novas formas de organização camponesa contemporâneas, além do MST: O

⁵⁷ Esses são os dados mais recentes sobre a concentração fundiária do país.

⁵⁸ Quanto mais perto essa medida está do número 1, maior é a concentração na estrutura fundiária.

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)⁵⁹ e o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA)⁶⁰, além de outras organizações como o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Essas organizações são parceiras históricas e atuam conjuntamente em diversas atividades. Além disso, militantes podem participar de várias delas ao mesmo tempo.

Atualmente, o MST coloca o problema da terra numa perspectiva de transformação social mais ampla, articulando alianças com outros movimentos sociais, incorporando demandas socioeconômicas e socioculturais, ou redistribuição e reconhecimento segundo Fraser (2007), e utilizando largamente os meios de comunicação de maneira direta (site do movimento, jornal dos Sem Terra, Revista Sem Terra, etc.) e de maneira indireta (grande mídia). Seus objetivos vêm sendo ampliados, sendo que os focos que se baseavam, inicialmente, em uma luta de natureza mais econômico-corporativa vêm se modificando e várias outras bandeiras de luta foram e estão sendo agregadas. Essa transversalidade de ações pode ser observada no site do MST que apresenta uma pauta heterogênea, representada por nove bandeiras: (1) cultura, (2) reforma agrária, (3) combate a violência sexista, (4) democratização da comunicação, (5) saúde pública, (6) desenvolvimento, (7) diversidade étnica, (8) sistema político, (9) soberania nacional e popular. São bandeiras que buscam aglutinar políticas de igualdade social e políticas identitárias (MSTa, 2014).

A incorporação de outras lutas é o resultado da releitura conjuntural e de alianças do Movimento com diversas organizações brasileiras e internacionais. Segundo Breno Bringel (2011), o Movimento sempre esteve integrado a uma rede ampla de organizações, desde sua gênese.

⁵⁹ O Movimento dos Atingidos por Barragens surge na década de 70, período de ampla expansão na construção de hidrelétricas no país (Tucuruí, Itaipu, Sobradinho e Itaparica), com o objetivo de mobilizar as famílias afetadas por essas construções, principalmente reivindicando indenizações justas para as/os atingidas/os (MAB, 2014).

⁶⁰ Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é um movimento de mulheres rurais que surgiu em 1995 como Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). Está organizado em vários estados do país e apesar de ter uma organização autônoma, está fortemente ligado à outros movimentos de luta pela terra, como o o MST, o MAB e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (MMC, 2014).

Desde seu nascimento, o MST buscou articular várias escalas (local, nacional, regional e global) de atuação gerando uma espacialidade complexa e multidimensional, o que em parte explica o “êxito” do movimento ao conseguir articular uma organização de base com projetos educativos, produtivos e de vida alternativos com solidariedades e alcance político e social em diferentes lugares (BRINGEL, 2011, p. 207).

Inicialmente, o movimento adotava, em especial, estratégias proativas de resistência, como ocupações de terras, bloqueios em estradas, ocupação de órgãos públicos e empresas. Essas ações não enfraqueceram e até se intensificaram em determinados períodos, contudo, o movimento se articulou, criou alianças, inserindo-se cada vez mais em ações de âmbito institucional.

Existe um enredamento amplo em nível local e global. Muitas/os assentadas/os são representantes do poder executivo em seus municípios, líderes de sindicatos, entre outras atividades locais. Em âmbito nacional, Scherer-Warren (2012), através de pesquisa de composição de redes no Brasil, afirma que o Movimento é o ator social mais articulado em redes no país. Sua importância se deve a dois fatores primordiais: sua capacidade de liderança, sendo um elo estratégico nas articulações, e a grande visibilidade pública nas redes de movimentos sociais nacionais e mundiais, devido sua credibilidade na luta pela terra. Sua participação em fóruns é extremamente relevante, sobretudo no Fórum Nacional de Reforma Agrária e pela justiça no campo (FNRA), no Fórum Social Mundial (FSM) e em vários espaços em distintas frentes de ação, como nas reivindicações de 8 de Março, dia da Mulher, e mais recentemente no Rio+20.

Internacionalmente, há intenso intercâmbio em todo o mundo, tendo como principal elo nessas ações a Via Campesina e a Coordenadoria Latino americana de Organizações do Campo (CLOC), organizações autônomas que coordenam entidades camponesas e indígenas na América, África, Ásia e Europa.

Desde 2010, há uma Brigada Internacionalista da Via Campesina Brasil no Haiti, trabalhando junto às moradoras/es afetadas/os pelo devastador terremoto que assolou o país naquele ano. Mais de 30 militantes de distintos estados e movimentos sociais já fizeram parte da

equipe, que é formada atualmente por 10 integrantes, quase todos do MST (MST, 2014). Há também estudantes em Cuba e Venezuela. Segundo o documento “MST: lutas e conquistas”, o Movimento conta com 80 estudantes realizando o curso de Medicina em Cuba, graças a uma parceria com o governo cubano, e ainda com 30 estudantes na Venezuela, realizando o curso de Agroecologia (MST, 2010).

O Movimento ainda conta com uma rede de solidariedade chamada “Amigos do MST” em vários países da Europa. Em cada um deles há um site onde se encontram informações gerais da estrutura organizativa, um rápido histórico sobre o Movimento, materiais produzidos, reportagens recentes, fotos, contatos das brigadas de apoio local, além de links para doações. Os países onde há essa rede de solidariedade são identificados no site do MST com pequenas bandeiras nacionais localizadas no final das páginas.

A primeira bandeira é da Grã-Bretanha, ao clicá-la⁶¹ somos direcionados a uma página muito semelhante a do MST, porém escrita em inglês com o título *Friends of the MST*. Curiosamente, ao examinar um pouco mais o site, se descobre que na verdade se trata de um grupo de solidariedade estadunidense espalhado pelo país, em Boston, Chicago, Nova York e Washington. Na Espanha, existem vários comitês de apoio. Além de Madrid, o Movimento conta com apoiadores em outras cidades, como: Alicante, Aragón, Astúrias, Barcelona, Euskal Herria, Córdoba, Valencia, Galiza, Terrasa, Mallorca e Sevilla. Na página⁶² do *Comité de Apoyo de Madrid del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra* são disponibilizadas várias informações com um layout distinto ao site brasileiro.

Além desses, há outros grupos de solidariedade: os *Amis des Sans Terre Brésiliens* na França; o *Amig@s MST* na Itália; *MST:s vänner i Sverige* na Suécia; *Freundinnen und Freunde der Brasilianischen Landlosenbewegung MST* na Alemanha; *MST Nederland* na Holanda; *Brasilian Maattomien maatyöläisten liike MST* na Finlândia, além de outros apoios mais individualizados e sem página de acesso, como na Suíça e em Portugal⁶³.

⁶¹ Para maiores informações, acessar: <http://www.mstbrazil.org>

⁶² Para maiores informações, acessar: <http://www.sindominio.net/mstmadrid/>.

⁶³ Para maiores informações do comitê da França, acessar: <http://amisdessanssterre.blogspot.com.br/>; da Itália, acessar: <http://www.comitatomst.it/>; da Suécia, acessar: <http://mstsverige.blogspot.com.br/>; da Alemanha, acessar:

Dentro dessas redes multi-identitárias, multissetoriais, translocais e transnacionais, há inúmeros conflitos e dificuldades nos enredamentos dos movimentos sociais, devido à pluralidade de atores e atrizes, à complexidade de temáticas e de demandas; à dificuldade de conciliação de temáticas prioritárias, ao desencontro de agendas de interesse, ao diálogo ou falta de diálogo intercultural, dentre outros fatores (SCHERER-WARREN, 2012). Nas redes de que o MST faz parte, esses conflitos acontecem à medida que o movimento se destaca e representa a principal liderança coletiva brasileira, além de ser um importante ator transnacional.

A incorporação de lutas identitárias, ou por reconhecimento (FRASER, 2007), ocorreu frente a esses conflitos e contradições, mas, sobretudo, pelo grande intercâmbio e amadurecimento do Movimento. Segundo Maria Inez Paulilo e Cristiane Bereta da Silva (2010), as discussões sobre as questões de gênero no MST estão presentes desde sua formação, na década de 1980, e foram fortemente influenciadas pelo Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA)⁶⁴. Inicialmente no sul do país, lutas pelo preço mínimo de produtos; ocupações de terras; luta contra barragens e recuperação de terras indígenas pautavam as reivindicações de camponesas/es organizadas/os e o MMA começou a estabelecer uma relação dessas lutas no campo com questões feministas, principalmente no que tange à aposentadoria para mulheres agricultoras. Símbolo da luta de mulheres camponesas, Luci Choinacki⁶⁵ foi, talvez, a principal liderança desse processo de reivindicação dos direitos das mulheres no campo. Naquele período, tanto o MST quanto o PT e a CUT passaram a incorporar questões de gênero como pauta de luta. Na contramão desses avanços, as discussões sobre sexualidade e sobre o racismo poucas vezes foram priorizadas.

<http://mstsverige.blogspot.com.br/>; da Holanda, acessar:
<http://www.mstnederland.nl/>; e da Filandia, acessar:
<http://maattomienliike.wordpress.com/>.

⁶⁴ A partir de 2004, o MMA/SC se unificou com os demais movimentos de mulheres no Brasil criando o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), de organização nacional. Conferir mais detalhes em Salvaro (2010).

⁶⁵ Luci Choinaki é uma importante líder camponesa de Santa Catarina que iniciou sua militância nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no início da década de 1980 até se tornar deputada estadual e federal, o segundo cargo sendo exercido até hoje.

Outros fatores contribuíram para abertura maior nos espaços de participação das mulheres, como a influência do debate acadêmico, a pressão de agências financiadoras internacionais que solicitavam a contemplação da categoria gênero, tanto na reflexão teórica, como nos programas de ação dos movimentos como condição de aprovação dos financiamentos, e também os diversos convites para a participação em congressos e encontros internacionais.

A primeira atitude formal frente à questão de gênero foi tomada em 1985 no 1º Congresso Nacional do MST. Com o lema “Sem Reforma Agrária, não há Democracia”, militantes mostraram certa preocupação em relação à desigualdade na participação de mulheres e homens e resolveram estabelecer o critério de participação mínima de 30% de mulheres⁶⁶ nas instâncias organizativas do Movimento. Segundo Lechat (1993), as discussões foram feitas nos assentamentos com ajuda da Igreja e dos sindicatos. As mulheres começaram a ocupar as instâncias superiores e a organizar-se, o que culminou na constituição de grupos de mulheres.

Após alguns anos, em 1990, no 2º Congresso Nacional, novas políticas apareceram, mostrando alguns avanços na discussão. As mulheres se organizaram e se firmaram como grupo que reivindicava o direito de participação nas associações, cooperativas e sindicatos, inclusive nas diretorias. Para conquistar um maior espaço institucional, assumiram um compromisso das mulheres votarem somente em mulheres. Outra conquista fundamental foi a assunção da profissão de “trabalhadora rural” nos documentos, em que anteriormente constava sua profissão como “do lar” (MAGRINI, 2010).

Interessante notar que nesse período já havia um setor que discutia a situação da mulher assentada. No organograma abaixo, retirado da dissertação de Lechat (1993) em um assentamento no Rio Grande do Sul no início da década de 1990, é possível ver a divisão setorial em: Jovens, Propaganda, Cooperativas Agrícolas, Igreja, Educação, Formação e Mulheres. Segundo Gørgen (1989), a equipe de mulheres, como o autor denomina, seria um espaço onde as mulheres se reuniam para debater questões específicas e para se organizarem a fim de participar de instâncias superiores, no caso explicitado, em nível

⁶⁶ É interessante pensar que a lei de cotas para mulheres no Brasil (Lei 9100/95) surgiu somente em 1995, determinando que 30% da representação no legislativo fossem disponibilizadas para mulheres.

estadual. Não foram encontrados detalhamentos sobre quais seriam as atividades específicas desse setor.

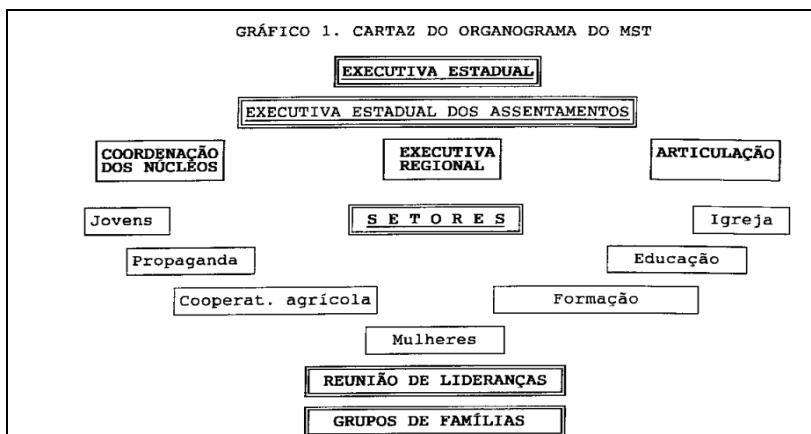


Figura 1. Organograma do MST em 1990. **Fonte:** Lechat (1993, p. 78).

Além do setor de mulheres, outro que chama bastante atenção é o da Igreja. Segundo Görgen, a equipe de religião tinha o objetivo de discutir “como elaborar, como fazer as celebrações. Encaminha a questão da religião, já que existem membros de várias religiões. Organiza missas, os cultos, as rezas, as reflexões, os estudos bíblicos, etc. Procura ligar a vida de fé com a realidade da luta no acampamento” (1989, p. 19). Nos primeiros anos de gestação do MST, a Igreja, por meio de seu braço agrário, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), era um pilar de sustentação da luta nos acampamentos, ora pelo apoio ideológico e espiritual, ora pela força política da instituição.

Na realização do 3º Congresso Nacional em 1996, o MST revelou uma nova postura diante da situação da mulher e da busca por relações igualitárias no interior do Movimento. Entre os objetivos gerais, um deles demonstrava uma preocupação que até então não havia sido discutida, associando discriminação com a questão da mulher: “combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher” (FERNANDES, 1999, p. 81). Nesse mesmo ano aconteceu o 1º Encontro de Mulheres Militantes do MST⁶⁷,

⁶⁷ O II Encontro Nacional de Mulheres militantes ocorreu em 1998.

e como fruto desse encontro, foram aprovados alguns encaminhamentos e a elaboração de um plano de trabalho, impresso numa cartilha intitulada “A Questão da Mulher no MST”, como documento não só para as mulheres, mas para todo o Movimento, servindo de roteiro para estudo e reflexão dos grupos de base (FURLIN, 2009).

A partir de 1998, vários movimentos sociais passaram a dar maior atenção à questão dos direitos da mulher à propriedade da terra na reforma agrária. Devido à aceleração do ritmo da reforma agrária em resposta às ocupações e, em parte, devido a uma atenção maior dispensada às questões de gênero nas organizações mistas⁶⁸. Nesse período, o MST adotou a exigência da distribuição e titulação conjunta de terra para os casais e também a meta de 50% de mulheres nas lideranças de acampamentos e assentamentos (DEERE & LEÓN, 2002).

Até então, o discurso de gênero do Movimento centrava-se na participação das mulheres nas atividades dos acampamentos e assentamentos, bem como em suas instâncias organizativas. Sem dúvida, a paridade na representação nos espaços políticos institucionais do movimento representava um grande avanço para a organização. Contudo, essa paridade ainda se mostrava limitada, levando-se em consideração que as questões de gênero são muito mais abrangentes do que a igualdade numérica.

Em 1999, surge pela primeira vez uma proposta mais ampla e que vigora até hoje. O Movimento criou um Setor de Gênero⁶⁹ definindo objetivos e a primeira linha política de ação em âmbito nacional. Essa proposta foi ratificada no 4º Congresso Nacional em 2000, com o desafio de “Garantir a participação igualitária das mulheres que vivem no campo em todas as atividades, em especial no acesso a terra, na produção e gestão, buscando superar a opressão histórica imposta às mulheres” (MST, 2003, p. 21).

Desde então, as ações nos dias 8 de março foram realizadas pelas mulheres do MST e da Via Campesina Brasil. A mais expressiva e que ganhou notoriedade nacional ocorreu em 2006, quando centenas de mulheres ocuparam e destruíram grande quantidade de mudas transgênicas de eucalipto plantadas em um horto florestal da Empresa

⁶⁸ Considera-se uma organização mista aquela composta por homens e mulheres.

⁶⁹ Atualmente, existem doze setores organizados: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Formação, Frente de Massa, Gênero, Juventude, Produção, Projetos e Finanças, Relações Internacionais e Saúde.

Aracruz Celulose, na cidade de Barra do Ribeiro no Rio Grande do Sul. Segundo o MST, a ação não tinha somente o objetivo de questionar o monocultivo transgênico do eucalipto, mas de se solidarizar com comunidades indígenas desalojadas pelo avanço das fronteiras agrícola da referida empresa no Espírito Santo.

No 5º Congresso Nacional do MST, ocorrido em junho de 2007, conseguem adotar pela primeira vez uma direção nacional paritária, ou seja, todos os estados teriam um homem e uma mulher representando a coordenação do Movimento. Apesar desse avanço interno, na carta do 5º congresso, onde o MST assume compromissos como importante ator político, não constam referências a compromissos de lutar contra discriminações de gênero, sexualidade e raça/etnia.

Em todos esses anos, o MST trouxe poucas discussões sobre sexualidade e sobre racismo em cartilhas e cadernos de formação, por exemplo. A primeira, normalmente é relacionada a questões de saúde, como nos casos de campanhas que o MST apoiou sobre doenças sexualmente transmissíveis ou sobre planejamento familiar. A questão étnico-racial geralmente é associada à luta pelo território indígena e quilombola, como populações em situação semelhante à dos sem terras, mas nunca sobre preconceitos raciais, situação endêmica e que urge posicionamento de movimentos que lutam contra as injustiças e a desigualdade. As questões de gênero, apesar de estarem presentes e terem sido ampliadas a cada ano, recorrentemente são subsumidas em documentos finais e em discursos oficiais.

Essa situação continua se modificando e o VI Congresso Nacional mostrou ser um divisor de águas em alguns desses temas.

3.3 VI Congresso Nacional do MST: etnografia de uma reviravolta estratégica

A experiência que acumulei durante anos de pesquisa sobre o tema sugere que os congressos do MST constituem momentos de inflexão do Movimento, onde novas estratégias são traçadas, princípios reformulados e bandeiras de luta agregadas. No VI Congresso Nacional do MST realizado entre os dias 10 e 14 de fevereiro de 2014 em Brasília não foi diferente. Várias novidades ficaram evidentes e pude acompanhar *in loco* os cinco dias de debates, trocas comerciais, festas e

místicas. Nesse tópico, farei um relato etnográfico das mudanças que ficaram evidentes nas concepções do MST frente às discussões de gênero, sexualidade e raça/etnia, bem como outros aspectos relevantes do evento. Sobretudo, aspectos ausentes, invisíveis, o que Ferreira (2008a) chamou de “não-ditos”, que começaram a vir à tona. Quanto as categorias foi possível perceber avanços, alguns institucionalmente apresentados pelo Movimento e outros a partir de um olhar mais apurado do cotidiano do evento.

A estrutura adotada na organização para receber quase 20 mil pessoas de todas as partes do Brasil era de impressionar. Cada região do país enviou representantes para construir uma pequena cidade em torno do Ginásio Nilson Nelson, local tradicionalmente utilizado para instalação dos acampamentos do MST quando há alguma atividade em Brasília. Grandes tendas brancas ocuparam todo o entorno do ginásio com cores, temperos e sotaques dos mais variados. Essas grandes tendas receberam as cozinhas de cada estado, as feiras comerciais de cada região e o alojamento das delegações estaduais.

Os números oficiais impressionam, mais de 15 mil delegadas/os de todo o país estiveram no evento⁷⁰. Número que aumenta se considerarmos as/os convidadas/os⁷¹, nacionais e internacionais, além de pessoas que visitaram o local do evento no decorrer daquela semana. Como em outros eventos do MST, uma rádio itinerante mantinha as informações em dia. O ginásio foi setorizado, o local que geralmente se recebe a imprensa para a cobertura de jogos se tornou uma grande secretaria do Congresso. Vestiários e salas receberam a Ciranda Infantil⁷², onde centenas de crianças de diversas idades passavam o dia

⁷⁰ Número de pessoas por estado: PR: 1500; BA: 1350; PE: 1300; CE: 1100; RS: 800; MS: 800; SP: 700; GO: 640; MG: 600; DF: 600; MA: 540; AL: 500; PA: 500; SE: 500; MT: 400; TO: 350; RO: 300; ES: 315; SC: 300; PI: 200; PB: 300; RJ: 250; RN: 200 (MST, 2014c).

⁷¹ Participei do evento na condição de convidado da delegação do sul Minas Gerais.

⁷² O MST organiza os processos educativos da seguinte forma: educação escolar nos níveis fundamental e Médio; cirandas infantis permanentes ou itinerantes; Encontros dos Sem Terrinha; escolas itinerantes nos acampamentos; educação de jovens e adultos; cursos formais para a formação dos educadoras/es (ROSSETO, 2009). Fazendo uma analogia com estrutura da educação formal, a ciranda infantil seria a creche, contudo, a proposta da mesma está vinculada aos princípios filosóficos e pedagógicos do Movimento.

fazendo atividades junto a militantes mulheres e homens identificadas/os com coletes verdes.

Entre tantos aspectos importantes a serem debatidos, serão focalizados aqueles ligados a estrutura e estética do evento, ao cotidiano e as políticas internas do MST explícita ou implicitamente ligados às categorias gênero, sexualidade e raça/etnia, quais sejam: (1) o mural; (2) mesas redondas, atos políticos e assembleias no congresso; (3) as místicas; (4) marcha por Brasília; e (5) cobertura da mídia.

3.3.1 O grande mural



Figura 2. Mural do VI Congresso Nacional do MST. **Fonte:** Celeiro de Memória (2014).

O mural se tornou a primeiro tópico de discussão por uma questão temporal. Logo que cheguei⁷³ ao acampamento do Congresso eu o avistei. Apesar da incredulidade frente a toda organização externa ao

⁷³ Novamente vou utilizar a 1º pessoa do singular na escrita desse tópico da tese.

ginásio, foi dentro que me surpreendi com um mural localizado acima do palco principal. Com mais de 250 m² (14 m X 18 m), imponente e belo, produzido coletivamente, lembrava muito os murais mexicanos de Orozco, Siqueiros e Rivera que retrataram a revolução mexicana⁷⁴. O simbolismo trazido em cada um de seus contornos requereria uma reflexão aprofundada, inclusive, sobre as categorias que aqui estarei debatendo.

Não pretendo fazer uma análise iconográfica, mas apenas apontar alguns dos elementos que compõem esse grande mural, especialmente, a centralidade da mulher como principal elemento da composição. Na bandeira do MST essa centralidade não é tão clara, mas já se percebe uma tendência. A mulher está à frente e o homem com a foice na mão atrás. A grande diferença do mural é que, atrás dessa mulher camponesa, caracterizada pelo chapéu e pelo lenço no pescoço, dois homens completam o centro da imagem, um de origem indígena, caracterizado pela pintura no rosto e pelo adereço na cabeça, e o outro, um homem negro, caracterizado pelos traços físicos e pela cor da pele, que lembra um camponês quilombola.

Na parte baixa do lado direito do mural vemos um acampamento com os emblemáticos barracos de lona preta. Um pouco mais acima uma multidão liderada por mulheres. Uma delas semeando a terra ao lado de uma criança recém-nascida. Essa metáfora para “o semear da luta”, associando o útero feminino com a terra e da gravidez com os frutos, são amplamente representados em imagens do Movimento. Essa construção do “feminino-mãe-natureza-gravidez”, segundo Silva (2003), está presente em grande parte das ilustrações de cartilhas, cadernos de formação, cartazes e bandeiras do MST. Outras duas mulheres estão logo atrás com facões levantados, ambas com crianças segurando a barra das saias. Uma das mulheres tem o rosto coberto por um pano, outra estética conhecida de ações lideradas por mulheres camponesas, como na ação contra a empresa Aracruz. À medida que a imagem se aprofunda para cima do mural, perde-se a nitidez e as cores da multidão, sendo impossível definir as pessoas pelo sexo. Parece ter havido uma prioridade em posicionar as mulheres na linha de frente desse grupo, estratégia amplamente utilizada pelo MST para amenizar a repressões

⁷⁴ O muralismo mexicano foi um movimento artístico de extrema importância para a arte mundial do século XX. A característica fundamental deste movimento é a intervenção social e política através da arte, levando-a ao povo, através de murais em prédios públicos, universidades ou na rua.

violentas da Polícia em ocupações e/ou manifestações. Mais do que isso, nota-se uma série de características distintas em cada uma das mulheres. A questão étnico-racial foi levada em conta, sendo uma delas loira e branca e outra morena e negra. A imagem remete a uma ocupação de terras e no final da multidão, há diversas bandeiras, entre elas a do Brasil, de Cuba, da Via Campesina, da CLOC e do MST.

Há mais alguns elementos emblemáticos do MST no outro extremo. Um “cabo de guerra” entre um grupo de pessoas, provavelmente camponesas/es, com a deusa Thêmis (a conhecida figura da mulher com a balança da justiça). No colo da deusa encontra-se um fazendeiro, com um chapéu de boiadeiro, que representa o agronegócio, pois em seu corpo vários nomes de grandes multinacionais do agronegócio estão grafados (Monsanto, Cargil, Bunge, Syngenta e Dow AgroScience). Esse mesmo homem está com uma serra elétrica cortando a constituição e o código florestal.

Na parte de baixo à esquerda, mais uma vez outros elementos fundamentais de axiomas do MST ficam evidentes. Um homem e uma mulher parecem estar estudando, talvez uma professora e um estudante, ou vice-versa. Ao lado, três mulheres em volta de uma mesa conversam talvez em algum curso sobre produção, ou simplesmente produzindo algo, talvez compotas de frutas, entre outras coisas. Um violão enredado por um cipó, ou um caule, liga a criança inicialmente semeada pela mulher que liderava a multidão na primeira composição.

Difícil chegar a uma conclusão precisa sobre os significados de cada elemento, inclusive temporalizá-los como tentei fazer. Não há uma linearidade óbvia. O mural parece ter uma composição que articula várias metáforas referentes aos princípios norteadores do MST. Alguns deles parecem estar presentes como a democratização da terra; a organização da produção agrícola; o conflito com o agronegócio; a educação no campo; a mística; e a ocupação de propriedades não produtivas. No entanto, o aspecto mais significativo para essa pesquisa é a clara diversidade apresentada nessa pintura. Uma diversidade que prioriza a mulher, o índio e o negro, mas que ainda associa a mulher à colheita, ao nascer, a vida e a maternidade. A metáfora da mulher associada à mãe terra, semeando, base do ecofeminismo, por exemplo, parece claramente ser uma fonte de inspiração para o MST e outros movimentos camponeses.

3.3.2 Mesas redondas, atos políticos e assembleias no VI Congresso

A participação das mulheres ficou evidente em quase todos os espaços do evento, seja nas discussões nas mesas redondas, na organização geral, nas feiras de produtos da agricultura camponesa, na organização das místicas, na cozinha, etc. Difícil quantificá-los, mas quase todos os espaços o MST parecem ter seguido o princípio da paridade, assegurando 50% de participação de mulheres e 50% de homens. Nas mesas-redondas, nas assembleias e nos atos políticos sempre havia boa distribuição entre homens e mulheres, salvo algumas exceções. Discutirei os três espaços especificamente.

Nas mesas redondas foram realizados vários debates divididos em temáticas: balanço crítico sobre os 30 anos do MST; reforma agrária e popular; desafios da classe trabalhadora brasileira; o desafio da participação das mulheres na construção do projeto de mudança; a conjuntura internacional e o imperialismo; desafios organizativos do MST e o papel dos assentamentos; táticas de luta para a reforma agrária; e desafios da esquerda na construção da nova sociedade.

Pela primeira vez na história dos congressos, houve uma mesa relacionada à discussão sobre gênero. Na terça-feira à tarde, dia 11 de fevereiro, ocorreu o debate “Desafio da participação das mulheres na construção do projeto popular e nas mudanças da sociedade” com participação de três representantes de movimentos sociais: Conceição Dantas da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Rosângela Piovesan do MMC e Nívea Regina da Silva do MST. Outra representante convidada, Sonia Guajajara da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), não compareceu como estava previsto na programação do evento.

As três participantes tiveram posturas muito semelhantes, colocando o patriarcado com um dos pilares do capitalismo. O intercâmbio e as influências entre os três movimentos parece ditar a política sobre relações de gênero e sexualidade. Enquanto a Via Campesina, conseqüentemente o MST, incorpora a luta contra a violência sobre as mulheres, a MMM e o MMC enfatizaram a luta contra o agronegócio e a pela soberania alimentar. Quase sempre essa luta aparece associada a uma condição natural da mulher, ilustrada pelo relato de Conceição Dantas: “Agroecologia é a cara das mulheres”. Quando se remeteram a discussão sobre o corpo, poucas coisas foram proferidas. O único indício de posicionamento condena a exploração sexual da mulher e de crianças através da prostituição.

Também houve um momento de autocrítica, sobretudo da representante do MST. Ela exaltou os avanços nessas três décadas, afirmando que o MST vem incorporando a luta feminista. Salientou o surgimento do Setor de Gênero, os esforços das mulheres para organizarem e participarem de cursos de formação e o desafio cumprido em 2006 de garantir paridade de um homem e uma mulher na coordenação nacional do Movimento, além do sucesso da Ciranda Infantil. Contudo, criticou de forma enfática a postura da esquerda frente ao feminismo e perguntou em tom de cobrança se o MST estaria de fato engajado na Campanha pela eliminação da violência contra a mulher. Em uma resposta muito interessante, Nívea ressaltou que não era possível fazer a cobrança somente no dia 25 de novembro (Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres), pois essa violência deveria ser combatida cotidianamente. Além do combate a violência, ressaltou a liderança, o MST precisaria fortalecer a busca da mulher por autonomia econômica e política. Diferenciou o “estar presente” e “participar organicamente” da luta. Lembrou que aquela era apenas a primeira mesa sobre mulheres nos congressos, cujo debate deveria permanecer constante, não só nos eventos, mas no dia a dia. Pediu para as mulheres se levantarem e sugeriu uma salva de palmas, sendo prontamente atendida pelo público presente.

Na mesa de abertura, o posicionamento de Gilmar Mauro, membro da Coordenação Nacional do Movimento, trouxe novidades. Referindo-se à participação das mulheres, discorreu num jargão tradicionalmente usado pelas Sem Terras: “Sem a mulher a luta vai pela metade”. O tema da diversidade sexual também foi abordado como um desafio premente e de fundamental importância. Reforçou a necessidade de lutar contra todas as formas de discriminação, sobre mulheres e crianças, contra o racismo e contra a homofobia. Essa foi, talvez, o primeiro discurso formal em eventos do Movimento, que se posicionou veementemente sobre essa questão.

A mesa de discussão “Quais os desafios da classe trabalhadora brasileira?” se destacou negativamente por incluir apenas uma mulher entre representantes de movimentos sociais e sindicatos. A CUT, a Força Sindical e a Intersindical enviaram porta-vozes homens e o Movimento Passe Livre (MPL) uma porta-voz mulher. As primeiras falas foram repletas de jargões, expressões corporais e tons de voz altos do costumeiro discurso sindical. A diferença era mais perceptível no

conteúdo, um deles mais governista, outro oposicionista e outro mais independente. De fato, a única fala inovadora foi a de Viviane Pinheiro do MPL, movimento horizontal e apartidário, que ficou nacionalmente conhecido nas manifestações de julho de 2013. Serena e articulada, iniciou sua fala sentada exaltando a primeira mesa sobre relações de gênero em congressos nacionais na história do MST e lembrou que o MPL tem um coletivo de mulheres “catraqueiras” chamado Rosa Parks⁷⁵. Além de parabenizar os 30 anos do MST, falou sobre os desafios que o MPL vislumbrava dali para frente e fez duras críticas ao governo federal, sobretudo, a contradição de alguns políticos do PT que estavam presentes e colocavam os bonés do Movimento em um momento e da Monsanto em outro. Obviamente, foi uma crítica que respingou em alguns setores do próprio MST.

Os depoimentos, atos que precediam as mesas redondas, também foram marcantes. Irmã Alberta Girardi, freira italiana ligada a CPT, e Anita Prestes, historiadora e filha de Olga Benário e Luis Carlos Prestes, falaram para uma plateia lotada e exaltaram o papel fundamental do MST na luta contra a injustiça social no Brasil. No quarto dia, uma liderança quilombola e um representante das comunidades guarani kaiowá enalteceram o MST e se pronunciaram rapidamente sobre suas lutas.

⁷⁵ Rosa Parks se tornou ícone da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos na década de 1950, quando se negou a ceder seu lugar em um ônibus, cujos assentos eram distintos para passageiras/os negras/os e brancas/os.



Figura 3. Depoimento de Anita Prestes no VI Congresso Nacional do MST.
Fonte: Ceileiro de Memória (2014).

Várias autoridades políticas, corporativas e religiosas estiveram presentes no ato de apoio a reforma agrária no quarto dia do Congresso, sendo na grande maioria homens: os governadores do Amapá e do Rio Grande do Sul, Camilo Capibaribe e Tarso Genro, ambos do PT; representantes da Organização dos Advogados do Brasil (OAB), Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Confederação Nacional das Igrejas Cristãs (CONIC); e Greenpeace; líderes partidários do PT, Partido Democrata Trabalhista (PDT), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Partido Comunista Brasileiro (PCB), entre vários outros políticos. As únicas mulheres presentes eram Luiza Erundina, deputada do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Luci Choinaki, deputada do PT e Lenina, secretária nacional do PCB. O baixo número de mulheres é representativo e esperado, afinal, menos de 10% dos postos do poder executivo no Brasil são ocupados por mulheres.

No início da III Assembleia Nacional da Juventude Sem Terra, foi distribuído um manifesto na forma de um cartaz com a imagem de Che Guevara, trazendo seis compromissos, sendo um deles inédito no MST. Além de ressaltarem a luta contra o machismo e o racismo, pela primeira vez um documento do Movimento se posicionou contra a homofobia.

Nos comprometemos a cultivar no dia a dia a mística revolucionária; a ter humildade para reconhecer nossas deficiências e desvios organizativos. Construir novas relações sociais, culturais e de gênero, avançando na agroecologia e na educação do campo, mantendo coerência com nossos princípios e acesa a chama da indignação contra as injustiças, as formas de exploração e opressão, como o machismo, racismo, homofobia (MST, 2014b).

Anteriormente, em grande parte dos documentos, a posição era contrária a qualquer tipo de preconceito, sem, no entanto, nomeá-los.

3.3.3 “O Congresso do MST é uma grande mística”



Figura 4. Imagens de místicas do VI Congresso Nacional do MST. **Fonte:** Arquivo pessoal.

Plínio de Arruda Sampaio (2002) sintetiza as místicas do MST, em seu aspecto formal e pontual, como celebrações que antecedem reuniões nos acampamentos, assentamentos, encontros regionais, estaduais e congressos nacionais. Geralmente se utilizam de palavras

poéticas e convincentes, com um gestual por vezes contido, mas significativo. Nas cantorias, os punhos são erguidos e permanecem cerrados, mostrando indignação, disposição e esperança na luta. Essa atividade, que implica em celebrações, encenações e rituais como espaços pedagógicos em todas as atividades do MST, proporcionou cinco dias de espetáculos, muitas vezes, litúrgicos.

De maneira mais ampla, a mística tem ainda maior importância para o MST, significa uma aspiração, uma utopia alicerçada na fé da possibilidade de mudanças, contra injustiças. Na América Latina, ela representa a união de duas místicas, a princípio, incongruentes: a cristã e a socialista-marxista (SAMPAIO, 2002).

De fato, o VI Congresso Nacional do MST foi uma grande mística. Essa frase proferida durante o evento por uma liderança do Movimento mostrou a importância que tem para o MST. Eram duas ou três grandes celebrações por dia abrindo as atividades da manhã, da tarde e da noite, quando havia atividades formais. Todas ficavam a cargo de uma região ou de um estado e eram muito bem organizadas, mostrando o planejamento que os estados tiveram, além da excelente qualidade artística das apresentações. Algumas foram mais emblemáticas, sobretudo aquelas que trouxeram flâmulas de mártires e bandeiras diversificadas.

As celebrações são sempre enquadradas pelos grandes retratos de lutadores do povo. Aqui explode o sincretismo da mística dos sem-terra: Marighela, o líder comunista guerrilheiro, figura ao lado de Paulo Freire, o revolucionário pedagogo católico; Rosa de Luxemburgo junto com Madre Cristina, freira católica; Florestan Fernandes, sofisticado intelectual marxista, vizinho ao Padre Josimo, cura do sertão, assassinado pelos jagunços do latifúndio; Carlos Marx ao lado de Jesus Cristo (SAMPAIO, 2002, s/p).

Em dois momentos do Congresso a figura da pintora mexicana Frida Kahlo foi exposta. Seria ela uma nova mártir da luta feminista no MST? A primeira aparição ocorreu na Assembleia da Juventude quando as/os Sem Terras trouxeram várias flâmulas de célebres lutadoras/es do povo, como a Subcomandante Marcos do EZLN, Che Guevara, Paulo

Freire, Rosa Luxemburgo e Frida Kahlo, a novidade. No dia seguinte, bandeiras do MST e do MMC foram carregadas por mulheres com chapéus camponeses, enquanto uma delas narrava: a dupla opressão em que eram submetidas (de classe e gênero); a força do patriarcado como um dos pilares do capitalismo; e a necessidade de enfatizar o oito de março como dia de luta. O grito “sem feminismo não há socialismo” ecoava pela primeira vez de muitas outras no Congresso. No encerramento dessa mística, Frida Kahlo foi novamente apresentada como símbolo de luta. Seu rosto e seu nome estavam estampados em uma grande bandeira flanelada no centro do Ginásio Nilson Nelson pela segunda vez, mas agora sem dividir a atenção com nenhum outro mártir, homem ou mulher.

Seria Frida uma nova mártir da luta feminista no MST? Difícil concluir o que a exposição das imagens da pintora representa para o Movimento, contudo há alguns indícios percebidos por Cristina Bereta da Silva (2003) sobre as representações de figuras simbólicas de luta.

O que se percebe é que não se escolhe mulheres, mas sim histórias de lutas políticas. História de mulheres que, de certa forma, entrelaçaram-se de tal maneira na luta de seus ideais, que suas paixões afetivas, seus desejos e descontroles, àqueles que dizem respeitar à singularização do indivíduo, são substâncias quase que ocultas ou ocultadas propositadamente. Histórias que trazem imagens de mulheres que por abrir mão de tudo aquilo que não fosse a luta política, transformaram-nas em suas próprias lutas. Certamente um recurso subliminar, que deseja dizer às mulheres do MST, que sigam o exemplo (2003, p. 207).

Efetivamente, essa parece ser a apropriação simbólica de Frida Kahlo. Um nome incomum e que me atinou para a ausência de outras mulheres geralmente utilizadas pelo MST como referência feminista, como Olga Benário e Margarida Alves. Parece haver uma carência de ícones feminista e um momento sintomático dessa falta de referência ocorreu quando uma das lideranças do MST citou uma frase de Lênin, “o movimento feminino era parte integrante da luta”, como exemplo de fala feminista e revolucionária.

Durante outra mística, talvez a mais comovente de todas, duas

cenas me chamaram a atenção. Na quinta-feira à tarde a delegação do nordeste encenou um conflito entre Sem Terras e os principais inimigos do Movimento, materializados em placas com os nomes grafados, entre eles: a bancada ruralista, as multinacionais do agronegócio, alimentícias e militares e a própria postura econômica do país, sempre privilegiando a austeridade fiscal, controle da inflação, etc. Nesse conflito, as/os Sem Terras estavam todos de camisetas e bonés vermelhos com bandeiras diversas, fossem elas de estados da federação, do próprio MST e de outras organizações parceiras. Até que uma bandeira solitária surgiu no ginásio. O arco-íris tremulava em meio a um mar vermelho e ainda assim se destacava⁷⁶. Difícil avaliar o impacto que a bandeira causou naquele momento nas pessoas presentes no ginásio, sobretudo quando o deslumbre te imobiliza, mas não percebi nenhum rechaço por parte de militantes. Após uma suposta vitória simbólica contra o inimigo central, o capital transnacional, por parte das/os camponesas/es e o desfile vitorioso das bandeiras, uma atuação emocionou a plateia. Em meio a um pequeno Planeta terra alegórico (balão pintado) nasceu uma criança fruto da luta naquele território. Uma pequena criança carregada por uma mulher que caminhou ao centro do ginásio, onde foi cercada pela multidão e ovacionada pelo público. A semente da revolução havia germinado, a metáfora foi utilizada mais uma vez no congresso.

3.3.4 Marcha por Brasília

Na quarta-feira dia 12 de fevereiro, mais de 20 mil pessoas, segundo jornais, Polícia Militar e MST, marcharam pela reforma agrária nas ruas de Brasília. Divididas/os por delegações, com inúmeras bandeiras, faixas e cartazes as e os Sem Terras caminharam por mais de cinco horas pela cidade, passando pelo tradicional ponto de parada, a embaixada dos Estados Unidos, até chegarem à Praça dos Três Poderes. Alguns tópicos importantes foram observados, sobretudo nos dizeres das faixas cobrando a demarcação de comunidades remanescentes de quilombolas e populações indígenas. Faixas com dizeres feministas também se destacaram, como: “Mulher no tanque... de guerra”.

⁷⁶ A bandeira arco-íris é reconhecida mundialmente como símbolo dos movimentos LGBT ou das minorias sexuais.

Na chegada à Praça dos Três Poderes, após quase três horas caminhando, uma cena em especial me chamou atenção. Enquanto a bateria da Unidos da Lona Preta, escola de samba do MST, batucava diante do Congresso Nacional, três fascinantes passistas sambavam em frente aos percussionistas: Lucas, Naiara e Lucas (ou Luquete)⁷⁷. Na imagem abaixo, observa-se Lucal sambando com um bandeira do MST na mão.



Figura 5. Lucas sambando na Praça dos Três Poderes a frente da Escola de Samba Unidos da Lona Preta. **Fonte:** Arquivo pessoal.

Tive a oportunidade de conversar com Lucas e Luquete em momentos distintos e de forma superficial durante o Congresso. Em um bate-papo rápido, perguntei seus nomes, as origens, sobre a vida nos assentamentos e se haviam sofrido algum tipo de preconceito naqueles dias de evento. As respostas foram rápidas e sem profundidade, afinal, as festas durante a noite eram bem mais interessantes do que ficar respondendo perguntas íntimas à uma pessoas que, apesar de ter se apresentado, era um completo desconhecido. Mesmo apressado, Luquete me confidenciou que Naiara havia tido problemas na hora de

⁷⁷ Tive a oportunidade de conversar com os dois Lucas em momentos distintos e de forma superficial durante o Congresso. Em um bate-papo rápido, perguntei seus nomes, as origens e se haviam sofrido algum tipo de preconceito naqueles dias de evento ou no assentamento onde viviam.

usar o banheiro, sendo rechaçada no banheiro das mulheres e debochada no banheiro dos homens.

A notoriedade do trío influenciou a reportagem “Sem Terra LGBT lutam por uma sociedade sem preconceitos”, pioneira sobre a questão LGBT no MST publicada no site do Movimento alguns dias após o término do Congresso. Dois enfoques centrais foram explorados na matéria. O trio de militantes LGBT e histórias de casais homossexuais, inclusive, a foto que abre o texto da reportagem mostrava dois homens se beijando, acredito que eram o casal de militantes Jarbas e Nilton, mas não há uma identificação precisa para confirmar a identidade do casal, pois outra história também é destacada na narrativa.



Figura 6. Foto que abre a reportagem “Sem Terra LGBT lutam por uma sociedade sem preconceitos” publicada no site do MST no dia 19 de fevereiro de 2014. **Fonte:** MST (2014d).

Entre as histórias dos casais, três são parcialmente contadas com relatos pontuais, seja a de Jarbas e Nilton, de Talles e Rogério ou de Mariana a e sua esposa que não foi identificada na matéria⁷⁸, todos

⁷⁸ A história de Mariana e Daiana (nome que não revelado na matéria do MST) foi contada na reportagem “Casal De mulheres do MST em Santa Catarina

destacam a inesperada facilidade para viverem suas sexualidades sem serem discriminados nos assentamentos onde residem. Além desses relatos, a reportagem traça um breve perfil dos/a militantes LGBT, tal como se nomeam.

Lucas Santos Souza tem 19 anos e gosta de se vestir como mulher à noite. Ele se define como “transformista”, está sem namorado, mas diz que “está na pista para negócio” [...] Naiara prefere o nome que escolheu do que o de batismo – Tiago Rodrigues – e conta que é respeitada em sua identidade no acampamento onde vive, em Goiás. Lucas da Silva, o Luquete, tem 28 anos e “muito orgulho da sua classe” [...] Naiara, de 17 anos, é bonita e vaidosa. Assentada há 10 anos, ela diz que pouca gente percebe – “assim, só de olhar” - que ela não nasceu mulher: Naiara é transexual (MST, 2014).

Outras quatro fotos emblemáticas aparecem na matéria. Primeiro a de Lucas com camiseta rosa, depois de Naiara de camiseta branca e Luquete de cinza. Os três fazem poses para as fotos da reportagem durante o evento, com o Ginásio Nilson Nelson ao fundo. No final do texto, ainda aparece uma foto da bandeira do arco-íris que tremulou durante duas místicas no primeiro e no quarto dia de Congresso.



Figura 7. Fotos de Lucas, Naiara e Luquete no VI Congresso Nacional do MST. **Fonte:** MST (2014).

Apesar da negação inicial de discriminação, alguns pontos paradoxais foram reportados no texto. Tive conhecimento de um deles quando perguntei para Luquete se eles haviam tido algum problema no Congresso, a resposta reproduziu com exatidão a questão levantada na reportagem. Os/a assentados/a reclamaram do assédio e discriminação sofridos no banheiro coletivo do Congresso: “Não deixaram eu tomar banho no banheiro de mulher. A gente não pode entrar no feminino nem no masculino. Eles não respeitam”. Ponto extremamente relevante, ao percebermos que, de modo geral, a sociedade, e o MST inserido nesse contexto, ainda não sabe como lidar com essas situações. Para a reportagem, Naiara levanta outro ponto e critica a falta de espaços de discussão sobre homossexualidade: “Na escola, tem palestra sobre um monte de coisa, mas não se fala do homossexual. Deveria ter, para conscientizar as pessoas que a gente respeita para ser respeitado”. Os/as militantes tem clareza da dificuldade de vivenciar suas sexualidades não hegemônicas em uma sociedade machista e homofóbica. Para eles e elas, o MST tem que avançar, inclusive nessas questões.

Alguns dos acontecimentos do evento, seja no cotidiano do acampamento, nas místicas, nos discursos das mesas-redondas e na reportagem, foram momentos históricos na luta do Movimento, afinal, pela primeira vez o MST conseguiu “sair do armário” e discutir, mesmo que de forma tímida, a a questão LGBT e a homofobia.

Creio que ficou evidente o direcionamento do meu olhar na Marcha por Brasília, privilegiando questões relativas ao cotidiano das

relações de gênero, às sexualidades e performances não hegemônicas e possíveis casos de racismo, entre outras coisas. Os acontecimentos detalhados serão melhor explicados no tópico abaixo, onde a mídia se encarregou de exibir a sua maneira o transcorrer da Marcha.

3.3.5 A cobertura da mídia



Figura 8. Fotos utilizadas pelos principais jornais brasileiros sobre o VI Congresso Nacional doMST. **Fonte:** Veja (2014).

As fotos acima resumem a cobertura da mídia sobre o Congresso do MST. Uma cobertura tendenciosa sobre os cinco dias do evento e que repercutiu e se prolongou por todo o mês de fevereiro de 2014.

Durante todo o evento pude acompanhar alguns veículos de comunicação de Brasília que fizeram reportagens sobre a feira de alimentos camponeses, mas infelizmente não presenciei a repercussão na televisão ou no jornal. Helicópteros das redes de comunicação sobrevoavam o espaço do evento a todo instante, junto aos da Polícia, o mais constante. Mas a grande mídia parece ter minimizado a

importância e a magnitude do evento, destacando, como costuma acontecer nesses casos, os episódios que favorecem sua criminalização.

Em uma rápida pesquisa sobre a cobertura jornalística feita no mês de fevereiro em três dos principais jornais brasileiros, o Estadão, a Folha de São Paulo e O Globo⁷⁹, encontrei um roteiro mimético de reportagens com dois assuntos centrais: a violência na Marcha por Brasília e o repasse de dinheiro do Governo Federal para a organização do Congresso.

Durante o evento o discurso da mídia foi unívoco: a violência na Marcha do dia 12 de fevereiro, onde cerca de 20 mil pessoas caminharam por Brasília reivindicando reforma agrária. Depois de horas caminhando, a Marcha chegou à Praça dos Três Poderes e as/os militantes organizaram uma grande mística, sendo que em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), cruzeiros de madeira foram colocadas no gramado, simbolizando a morte de milhares de camponeses no campo nos últimos anos. A Polícia de forma despreparada, como sempre, interveio e uma pequena confusão se instaurou. Várias pessoas ficaram feridas, entre policiais e militantes.

As posturas das reportagens foram semelhantes e variaram na intensidade da criminalização do Movimento, associando-o sempre ao PT. No dia da Marcha, divulgaram a violência dos manifestantes Sem Terras contra a polícia, enfatizando os feridos, e nos dois dias seguintes se pronunciaram oficialmente por meio de seus editoriais, onde opiniões e posições institucionais dos jornais são expressadas.

No Jornal Estadão, duas reportagens quase simultâneas relataram a Marcha, salientando exclusivamente o conflito com informações distintas, bem distintas. Na primeira “MST protesta contra Planalto e Supremo: conflito termina com 32 feridos”⁸⁰ e a segunda, apenas seis minutos após a primeira, “Marcha do MST termina com 10

⁷⁹ A escolha desses três veículos de comunicação se deu devido à facilidade da pesquisa nos respectivos sítios na internet. Lá encontrei dezenas de reportagens, editoriais ou notas sobre o VI Congresso Nacional do MST.

⁸⁰ Para ler a reportagem integralmente, acessar: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,mst-protesta-contr-planalto-e-supremo-conflito-deixa-32-feridos,1129602>.

feridos”⁸¹. No dia seguinte, no editorial do Estadão do dia 13 de fevereiro “A boa proposta de Beltrame”⁸², na esteira da discussão sobre manifestações violentas, pauta hegemônica dos jornais de grande circulação desde as manifestações de julho de 2013, criticou a tentativa de invasão do STF por manifestantes sem terras e valorizou a “ação firme da polícia” na contenção dos manifestantes. O jornal Folha de São Paulo também reportou o fato de maneira similar. No dia 12 de fevereiro divulgou a reportagem “Marcha do MST acaba em confronto e com mais de 30 feridos em Brasília”⁸³. No dia 14 de fevereiro, desdenhou o MST com o editorial “Criança de 30 anos”⁸⁴, onde criticava enfaticamente o Movimento e a suposta tentativa de invasão do STF.

Como previsto, no jornal O Globo o tom se manteve o mesmo na reportagem sobre a Marcha “Confronto entre MST e PM na frente do Planalto deixa 8 policiais em estado grave”. No entanto, superou os demais jornais com críticas desmedidas em seu editorial publicado dois dias depois. No texto “Quando os black blocs e o MST se encontram”, o jornal associa diretamente as manifestações que se tornaram rotineiras pós julho 2013 às do MST. A chamada do editorial foi categórica: “Vândalos homicidas de aluguel e leniência constante com atos criminosos de organizações ditas sociais são fatos de mesma origem, o desprezo pela democracia” (O GLOBO, 2014).

Após o evento, o assunto mais comentado entre os jornais foi o repasse de verba do Governo Federal para a organização do Congresso. Os três jornais publicaram matérias sobre a liberação de cerca de R\$ 350 mil pelo BNDS e, posteriormente, a posição do governo frente ao financiamento. Novamente, os editoriais criticaram o comportamento supostamente promíscuo e conivente do PT.

⁸¹Para ler a reportagem integralmente, acessar: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,marcha-do-mst-em-brasilia-termina-com-10-feridos,1129604>.

⁸²Para ler a reportagem integralmente, acessar: <http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,a-boa-proposta-de-beltrame-imp-,1130183>.

⁸³Para ler a reportagem integralmente, acessar: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/151969-marcha-do-mst-acaba-em-confronto-e-com-mais-de-30-feridos-em-brasilia.shtml>.

⁸⁴Para ler a reportagem integralmente, acessar: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/02/1412007-editorial-crianca-de-30-anos.shtml>.

Parece evidente que os grandes conglomerados midiáticos se alicerçam em um roteiro restrito sobre as ações do MST. Exatamente da mesma maneira como foi feito em congressos e marchas anteriores organizadas pelo Movimento, o noticiário se pauta em uma agenda de fatos pré-estabelecidos: os enfrentamentos com a polícia e os financiamentos do Estado, como se nada mais tivesse ocorrido nesses eventos.

3.4 As atuais posições e os desafios a serem enfrentados pelo MST

Após o VI Congresso Nacional do MST, vimos que o discurso de lideranças, como o de Gilmar Mauro, e o posicionamento de documentos específicos, como o manifesto da Juventude Sem Terra, tiveram um substancial avanço no que concerne às discussões sobre gênero e sexualidade. Progresso que ainda não foi assimilado nos documentos oficiais, sejam eles impressos ou aqueles localizados no site do Movimento.

Sobre a discussão de gênero, os desafios assumidos pelo Setor de Gênero traçados há quase 15 anos vigoram até hoje (MST, 2003):

1. Garantir que o cadastro e o documento de concessão do uso da terra seja em nome do homem e da mulher;
2. Assegurar que os recursos e os projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham) e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família;
3. Incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados;
4. Em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres;
5. Garantir que em todos os núcleos de acampamentos e assentamentos haja um coordenador e uma coordenadora que, de fato, coordenem as discussões, estudos e encaminhamentos do núcleo, e que participem de todas as atividades como representantes da instância;

6. Garantir que, em todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenha ciranda infantil [creche do MST] para possibilitar a efetiva participação da família (homem e mulher);
7. Assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional;
8. Garantir a participação das mulheres na frente de massa e SCA (Sistema Cooperativista dos Assentamentos) para incentivá-las a ir para o acampamento, participar das atividades do processo de luta e serem ativas no assentamento;
9. Realizar discussões de cooperação ampla, procurando estimular mecanismos que liberam a família de penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitórios e lavanderias, comunitários etc.;
10. Garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica;
11. Combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças, que são as maiores vítimas de violência no capitalismo.

Além dessas metas, no site oficial do MST, são veiculadas variadas bandeiras de luta, como o “combate à violência sexista” que traz a seguinte reflexão:

Ano após ano temos acompanhado a violência de gênero que se impõe numa sociedade de modelo patriarcal como a nossa. Diversas são as formas de opressão de gênero que se projetam, sobretudo, sobre as mulheres. As mulheres continuam sendo mais mal remuneradas no mercado de trabalho, continuam tendo dupla, às vezes, tripla jornada de trabalho e continuam sofrendo com o assédio sexual e a violência física por parte dos homens. Dados do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) revelam que no Brasil a cada 15 segundos uma mulher é agredida fisicamente por um homem; 70% delas sofrem a agressão do próprio parceiro (marido, namorado, companheiro etc.). Lutamos para transformar a

sociedade e entendemos que a organização das mulheres é fundamental para a superação do modelo capitalista e para por fim a violência sexista enraizada neste modelo. (MST, 2014).

Além das metas de paridade nas divisões político-organizativas⁸⁵ que permanecem vigorando, quais os aspectos que podemos constatar sobre a perspectiva de gênero adotada pelo MST? Esse dois trechos fornecem vários indícios nesse sentido. Primeiro, parece que a palavra gênero auxilia as reflexões dentro do MST, porém, está sendo utilizada como sinônimo de mulher. Uma mulher camponesa universal (MAGRINI, 2011; 2013). Mesmo que se admita, no plano discursivo, a intersecção entre classe e gênero (ver no item 7), as observações e consultas aos documentos realizadas até o momento, bem como as visitas a assentamentos e acampamentos, observação de encontros e congressos, etc., sugerem que as práticas não se fundamentam numa perspectiva interseccional, à medida que não estão sendo incorporadas outras categorias, como raça/etnia e sexualidade. Além disso, os homens têm sido colocados e/ou permanecido à margem das discussões.

Segundo, fica evidente também que o MST concebe a família camponesa como sendo sempre heterossexual, mesmo havendo casos de famílias homossexuais assentadas, como ficou evidente no VI Congresso Nacional. Quando o MST no primeiro ponto das metas do Setor de Gênero “busca garantir que o cadastro e o documento de concessão do uso da terra sejam em nome do homem e da mulher”, ele garante a participação formal da mulher como proprietária e evita diversos problemas decorrentes da opressão contra as mulheres, no entanto, pressupõe uma família nuclear e heterossexual, onde necessariamente o casal deva ser composto por um homem e uma mulher. Nesse caso, cabe indagar: o que aconteceria com casais homossexuais? Outro ponto reforça o ideal de uma família nuclear: “assegurar que os recursos e os projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham) e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família”. Mais uma vez a

⁸⁵Entendem-se como divisões político-organizativas (DPO) os setores de organização interna, a coordenação da área (assentamento ou acampamento), os núcleos de base e as associações e ou cooperativas (MAGRINI, 2010).

heteronormatividade e o ideal de família nuclear camponesa ficam evidentes.

Terceiro, quando se fala em violência, a política de gênero adota um conteúdo bastante avançado, mas que exclui formas de violência simbólicas e principalmente aquelas motivadas pela homofobia. Ao combater o “assédio sexual e a violência física por parte dos homens” concebem-se dois tipos de violência: a física e a sexual (sempre supondo o homem como agressor), contudo exclui-se a violência psicológica, talvez a mais comum. E mais, ao “combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças, que são as maiores vítimas de violência no capitalismo”, o movimento exclui a homofobia como violência de gênero.

No documento do site que assume o compromisso de “combate à violência sexista” há várias palavras-chave que demonstram a postura, às vezes contraditória, adotada pelo Movimento. Ao levantar a bandeira, o MST privilegia uma linguagem binária de sexo como sinônimo do termo “violência de gênero”, utilizada de forma reducionista, pois coloca a mulher como única a sofrer esse tipo de opressão. E ainda, apesar de citar o modelo patriarcal e estimular a organização das mulheres, sobrepõe que essa superação do sistema patriarcal só ocorrerá com a derrocada do modelo capitalista. Como se questões de gênero, especificamente a opressão contra a mulher, estivessem necessariamente associadas à superação e à ruína do capitalismo, através do surgimento de uma sociedade socialista. Vemos nesse conteúdo uma clara aproximação com a tradição feminista marxista.

A ideia de feminismo no MST parece sofrer certa resistência interna, em vista disso, o termo “luta das mulheres” é mais utilizado. Segundo Silva (2003), a discussão de gênero

se dá num campo bastante marcado por oposições, principalmente entre os campos do masculino e do feminino. Um binarismo que ironicamente reposiciona lugares normativos por deixar em condição de espera todos os outros lugares e situações que não podem ser encaixados dentro dessas categorias. Ou seja, há que se impor fronteiras às transformações, mudar, mas permanecer o mesmo, os valores absolutos sobre a feminilidade e a masculinidade prosseguem incólumes. Como por exemplo, a localização do

gênero feminino entre as fronteiras do “ser reprodutivo” (2003, p. 203).

A representação da mulher no VI Congresso Nacional do MST evidenciou claramente na pintura grande mural e na mística do Movimento uma concepção ecofeminista, onde o feminino é diretamente associado à natureza, havendo assim um olhar feminino sobre o mundo, um “princípio feminino”. Apesar disso, não encontramos nenhum posicionamento terminológico dessa vertente nos documentos pesquisados. Isso evidencia que, apesar do MST apresentar-se como um grupo homogêneo, organizado em nível nacional, unido por objetivos comuns, há grande heterogeneidade e posições diversas e, às vezes, contraditórias discursivamente. No documento “Construindo novas relações de gênero: Desafiando relações de poder” de 2003, por exemplo, o Setor Nacional de Gênero adota uma concepção relacional do conceito de gênero da historiadora feminista Joan Scott, segundo o qual “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 14). Quer dizer, a concepção universalista e essencialista evidenciada em alguns documentos e no Congresso do Movimento se chocam com uma concepção relacional assumida em outros materiais ou em discursos de lideranças, revelando disputas e apropriações divergentes no interior do Movimento.

Por último, ao contrário da questão de gênero, que vem adquirindo espaço dentro das políticas internas do MST, a discussão sobre raça/etnia ainda é embrionária. Enquanto as desigualdades de gênero, mais especificamente a questão das mulheres, tem uma jornada de lutas anual, com a participação das assentadas e acampadas do MST em reivindicações em todo o país, seja nos dias oito de março, na Marcha das Margaridas⁸⁶ e no MMC entre tantas outras datas e convergência de lutas, a questão étnico-racial se resume a algumas campanhas das quais o movimento participa, como a Campanha pela demarcação das terras indígenas e quilombolas, ou seja, como

⁸⁶ A Marcha das Margaridas que está em sua quinta edição em 2015 é uma estratégia de mobilização realizada por um conjunto de movimentos de mulheres de várias identidades de todas as regiões brasileiras. A ação coletiva homenageia a líder sindical Margarida Alves, assassinada em 1983 na Paraíba.

solidariedade pela questão da terra⁸⁷. Poucas vezes a semana da consciência negra, por exemplo, é tratada como um período de reivindicação. Não há nenhuma convergência ou aproximação de lutas com os movimentos negros, somente participações pontuais de lideranças de grupos remanescentes de quilombolas em eventos do Movimento.

Apesar de um distanciamento aparente na articulação com os movimentos negros, existe uma ligação forte com símbolos da resistência negra quilombola em assentamentos e acampamentos em todo o Brasil. Segundo Fernandes et al. (2008), o imaginário Sem Terra remonta grande identidade política com o Quilombo dos Palmares e a figura de seus principais líderes. Prova disso, são os mais de 50 assentamentos espalhados pelo Brasil, sobretudo no nordeste, com denominações referentes à resistência negra, como: Quilombo dos Palmares, Zumbi dos Palmares e Dandara.

Quanto ao posicionamento nos documentos oficiais do Movimento, encontramos um poucos colocam a questão étnico/racial como questão relevante. Dentre as nove bandeiras de luta, a “diversidade étnica” é colocada como fundamental pelo MST.

Queremos ser uma sociedade que viva harmonicamente, com sua diversidade étnica e cultural, com oportunidades iguais para todos os brasileiros, com democracia econômica, social, política e cultural, como já determinou a Constituição Brasileira, mas é ignorada na realidade da economia e na prática dos três poderes constituídos. No Brasil sabemos que existe um histórico de ampla discriminação baseada em tipos físicos, cores e cultura. Os casos mais candentes são em relação ao povo negro e ao povo indígena. Por isso é essencial a existência de políticas públicas que garantam, por exemplo, a

⁸⁷ Em cinco de outubro de 2012, em notícia apresentada do site do MST, o movimento se solidarizou com o caso do Quilombo Brejo dos Crioulos, que desde 2004 luta para permanecer na terra. Em agosto de 2014, foi reportada a Marcha que denunciou o genocídio da população negra. Para ver as reportagens, acessar os links: <http://www.mst.org.br/Ha-doze-anos-pistoleiros-nao-dao-tregua-a-luta-do-Quilombo-Brejo-dos-Crioulos> e <http://www.mst.org.br/node/16425>.

demarcação dos territórios indígenas e quilombolas. Também entendemos ser fundamental a existência de ações de combate aos preconceitos e as discriminações relacionadas às diferenças de cor, etnia, cultura e crenças religiosas e que promovam a valorização e o respeito à diversidade cultural. Para nós é fundamental a existência de políticas afirmativas que garantam a inclusão dos grupos historicamente excluídos. (MST, 2014).

Ao assumir a bandeira de diversidade étnica o MST coloca a questão em termos amplos, levando em consideração os tipos físicos, cores e cultura, ou seja, parece haver clareza que há hierarquias étnico-raciais e outras práticas baseadas no grupo. A demarcação dos territórios indígenas e quilombolas está colocada como necessidade de políticas pública, levando em consideração que esta população também tem direito a terra, sendo também elas/eles sem-terras. O Movimento defende também as políticas afirmativas, assunção importante das desigualdades étnico-raciais brasileiras.

O trecho em questão é avançado e, apesar de sucinto, parece abarcar várias temáticas recorrentes na discussão sobre raça/etnia, mostrando que dentro da perspectiva histórica pela qual o Movimento se pauta, há uma subordinação relacional entre Sem Terras, povos indígenas e quilombolas e a população negra em geral. No entanto, a exclusão da palavra raça pode ser compreendida como uma dificuldade em assumir o assunto de maneira mais direta, sobretudo, quando se aborda o racismo. Ou talvez, consultores do MST tenham alertado para as correntes que debatem as questões étnicas, opondo-se que conceito de raça.

Em 2002 e 2003, o MST e o NERA realizaram uma pesquisa intitulada “DATA LUTA-MST” para investigar a participação da população negra em mais de 600 assentamentos espalhados por 15 estados. Depois de quase dois anos de pesquisas, chegaram as seguintes conclusões: primeiro, a maioria de assentadas/os do MST são negras/os em 55% dos assentamentos. Informação possivelmente subestimada, pois a pesquisa utilizou o autorreconhecimento para aferir os dados de pertencimento étnico-racial, possivelmente reduzindo o percentual de pessoas que se reconheciam como negras nos questionários. Segundo,

em números absolutos, essa população negra está concentrada no nordeste do país, sobretudo na Bahia. Terceiro, o Paraná foi o estado com a menor presença percentual de população negra nos assentamentos.

Apesar de fundamental e de mostrar certa preocupação com a questão étnico-racial, essa pesquisa foi insuficientemente divulgada pelo MST, restringindo-se às informações apresentadas no artigo “A terra e os desterrados: o negro em movimento – um estudo das ocupações, acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” que quase não foram difundidas e assimiladas pelo Movimento ou por estudos sobre o MST.

Outra questão que nos parece primordial, é a exclusão de temas como a AIDS, o aborto e a homossexualidade, que não transparecem nos discursos institucionais, além da ausência de diálogo com os movimentos que discutem as sexualidades, como o LGBT. Sabemos que o silêncio e a invisibilização representam muita coisa. É impossível estancar essas questões, não há como ignorar “novas” práticas, “novos” sujeitos e as “novas” contestações ao estabelecido. As ciências, o Estado, as igrejas, os movimentos sociais, grupos progressistas, grupos conservadores etc., estão atribuindo a esses sujeitos e a suas práticas distintos sentidos. Onde está o MST nesse quadro? Qual a posição do Movimento? Parece haver enorme dificuldade por parte da direção do MST em colocar em pauta a discussão sobre sexualidade. No dia 17 de Maio, “Dia internacional contra a homofobia”, ao contrário do que normalmente acontece em datas de reivindicação internacional contra algum tipo de exclusão, o MST até o ano de 2014, não divulgou nada em seu site ou em sua página no facebook.

Essas constatações não nos surpreendem, afinal, o MST, apesar de ser uma organização ampla, complexa e que vem assumindo uma postura de lutas diversificadas, norteia-se prioritariamente pela busca da reforma agrária, pautada pela luta de classes e com grande influência da teologia da libertação, o que favoreceu uma forte conotação religiosa nos princípios ideológicos, bem como em sua base. Algumas dessas tensões características podem responder por várias dessas omissões, seja na concepção ideológica do próprio Movimento, que prioriza determinadas lutas em detrimento de outras, ou na própria limitação de se debater temas que ainda são tabus na sociedade. Afinal, quando falta terra para se viver e plantar, e há carências materiais significativas, as condições para debater outros temas tornam-se limitadas.

A religião, por meio de igrejas Católica e Luterana, teve e tem um papel histórico e fundamental na organização e manutenção de uma mística Sem Terra. Uma fé que atua de maneira dúbia em relação aos avanços nas discussões de algumas questões, pois a mesma mística que alicerça a permanência de sem-terras por anos em barracos de lona preta, é também aquela que mantém posições dogmáticas, alicerçadas, ora pela bíblia, ora por ideologias sectárias. Ainda nesse sentido, atualmente, existe um aumento vertiginoso da influência das igrejas neopentecostais nos assentamentos e acampamentos do MST. Não há dados ou informações frente a esses avanços, mas é perceptível que a teologia da libertação hoje, consonante com os ideais socialistas, é mais um slogan histórico que uma prática religiosa predominante. As igrejas evangélicas, muitas delas extremamente conservadoras, devem impor grandes barreiras à ampliação de discussões LGBT e até aos velhos axiomas dos Sem Terras.

Não obstante os inúmeros avanços que o MST representa em termos das lutas por uma sociedade mais justa, esse Movimento pode adotar uma perspectiva mais ampla de justiça social, articulando-se ainda mais com outros movimentos sociais e outras lutas, mesmo correndo o risco de ter que encarar intensos enfrentamentos.

4. Sem Terras em foco: relações institucionais, militância e publicações no Brasil e no mundo

O levantamento de trabalhos acadêmicos surpreendeu desde início pela grande quantidade de publicações encontradas, primeiro no Brasil e depois fora do país. Nas buscas através do Google Acadêmico, ainda no ano de 2012, encontramos milhares de textos sobre o MST de todas as naturezas, acadêmicos ou não. Inicialmente, optamos somente pelas dissertações e teses produzidas nas universidades brasileiras e depois expandimos para trabalhos publicados fora do país. Nesse capítulo, mostraremos os resultados dessa longa pesquisa, inicialmente a relação do MST junto às universidades brasileiras por meio de políticas públicas e núcleos de pesquisa, ou seja, relações institucionais e de militância de acadêmicas/os. Também apresentaremos dados quantitativos, como o número total de trabalhos, locais e regiões onde foram publicados, áreas do conhecimento, evolução ao longo dos anos, principais orientadoras/es desses trabalhos, além de algumas informações sobre trabalhos pioneiros e/ou que marcaram historicamente a produção sobre o MST.

4.1 MST “ocupando” a academia brasileira

A ocupação enquanto manifestação política não é uma ação exclusiva do MST, no entanto, tornou-se um ato intimamente associado às ações do Movimento. Além da ocupação de terras improdutivas e/ou áreas de empresas multinacionais, o MST vem “ocupando”, também, as universidades brasileiras. Uma ocupação material e simbólica que preenche lacunas históricas subvertendo o acesso em geral restrito de populações subalternas às instituições de ensino. A ocupação tem se dado através de parcerias com núcleos de estudos, coletivos estudantis e ainda, mediante a implementação de políticas públicas de ensino e pesquisa específicas para o meio rural.

Consultas a variadas fontes que incluem artigos, livros e sites de instituições públicas de ensino, entre outras, constatamos que atualmente, várias universidades contam com núcleos de estudos sobre questão agrária, agricultura familiar, movimentos sociais, agroecologia e questões ligadas ao meio rural. Vários desses grupos trabalham diretamente em assentamentos e acampamentos do MST realizando projetos de pesquisa, ensino e extensão. Entre os vários grupos

espalhados pelas universidades brasileiras, alguns obtiveram maior destaque por fazerem parte de uma ampla rede de discussões que atualizam mensalmente dados e informações sobre a questão agrária no Brasil. O precursor dessa rede foi o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente (SP), que desenvolve pesquisas e projetos de assessoria vinculados ao campo brasileiro, quase sempre articulados ao MST, bem como a outros movimentos sociais, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Via Campesina e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Entre suas várias atividades, o NERA é responsável pela organização de um dos bancos de dados mais importantes sobre a luta pela terra no Brasil. O Banco de Dados da Luta pela Terra, mais conhecido como Dataluta, é um projeto de pesquisa criado em 1998 que atualiza em escala nacional informações sobre o avanço e retrocesso das ocupações de terra no Brasil, o surgimento de assentamentos rurais, a atuação dos movimentos sociais do campo, além de informações sobre a estrutura fundiária nacional, possibilitando enfim, várias referências que subsidiam análises sobre a questão agrária brasileira.

Com o apoio de uma rede colaborativa com núcleos de pesquisas, que produz um significativo banco de dados, o NERA diversificou e ampliou suas informações através do Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), do Atlas da questão agrária brasileira conduzido e publicado na tese de Eduardo Girardi (2008) e da recentemente disponibilizada Biblioteca digital sobre a questão agrária brasileira. Todos contendo inúmeros livros, dissertações, teses e artigos, entre outros documentos, sobre assuntos relacionados à questão agrária. O Núcleo ainda conta com uma das revistas temáticas mais importantes sobre essa questão no Brasil, a Revista NERA, publicada semestralmente desde 1998 (NERA, 2014).

A Rede Dataluta é composta por diversos núcleos e laboratórios espalhados por todo o país, que compilam dados de todas as regiões brasileiras. Além do NERA, Núcleo precursor das atividades, participam vários outros grupos, todos ligados aos cursos de geografia de universidades públicas. O Laboratório de Geografia Agrária da Universidade Federal de Uberlândia (LAGEA/UFU) é parceiro da Rede desde 2005 e compila dados do estado de Minas Gerais. O Laboratório

de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (Geolutas/UNIOESTE) do Paraná é membro desde 2007 e é responsável pelo estado do Paraná. No Rio Grande do Sul, o responsável pelas informações do estado é o Núcleo de Estudos Agrários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NEAG/UFRGS), membro da Rede desde 2009. Outros membros mais recentes são o Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade Federal de Sergipe (LABERUR/UFS), o Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal da Universidade Federal do Mato Grosso (GECA/UFMT), o Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato da Universidade Federal da Paraíba (GETEC/UFPB), o Observatório dos Conflitos do Campo da Universidade Federal do Espírito Santo (OCCA/UFES) e o Laboratório de Estudos Territoriais da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (LABET/UFMS), cada um deles responsável pela coleta de dados em seus respectivos estados. Desde 1999, todas essas informações são divulgadas anualmente em escala nacional pelo relatório Dataluta - Brasil. Em escala estadual existe o Dataluta - São Paulo, Dataluta - Paraná, Dataluta - Rio Grande do Sul, Dataluta - Minas Gerais, Dataluta - Sergipe, Dataluta - Mato Grosso, Dataluta - Paraíba, Dataluta - Espírito Santo e Dataluta - Mato Grosso do Sul que também publicam os relatórios anuais. Além desses, existem relatórios em escala microrregional, sobretudo em regiões onde há intensos conflitos de terras, como na região do Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo, no Oeste do Paraná e na região do Triângulo Mineiro em Minas Gerais (NERA, 2014).

Há diversos outros grupos no Brasil que tem papel relevante nos estudos sobre os movimentos sociais e a realidade do campo brasileiro. Seu surgimento se deu a partir da segunda metade de década de 1990 e se concentram, sobretudo, em grandes universidades federais e estaduais do país, como o Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária (LECERA), vinculado ao Centro de Ciências Agrárias e ao Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS) do curso de Sociologia Política, ambos da UFSC. Foram criados também o Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos sociais e Ação coletiva da Universidade Estadual de Campinas (NEPAC/UNICAMP) e o Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do CPDA/UFRRJ, só para citar alguns deles. Estes núcleos e laboratórios, apesar de não estudarem exclusivamente o MST, produzem várias pesquisas sobre a luta pela terra, produção agroecológica, novas formas organizativas, ou seja, o

campo de ação onde o MST tem sido interpretado como um dos atores coletivos mais relevantes da América Latina.

Outro programa que vem fortalecendo a relação entre MST e a universidade pública brasileira é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), parceria que surgiu em 1998 entre Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), movimentos sociais e sindicais rurais, instituições públicas de ensino e governos estaduais e municipais, cujo objetivo é

ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados a partir da capacitação de educadores, para atuar nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias (INCRA, 2014).

Para atingir esse objetivo, o PRONERA atua em diversas frentes de ação e em todos os níveis escolares, desde o ensino básico e fundamental (passando pelo ensino médio e técnico profissionalizante), ao ensino superior. No ensino básico e fundamental, os esforços se concentram no processo de alfabetização através da Educação de Jovens e Adultos (EJA), grande parte das vezes realizado nos próprios assentamentos e acampamentos organizados por vários movimentos sociais, além do MST. O ensino médio e técnico profissionalizante é destinado à formação de professoras e professores no curso normal, inclusive educadoras/es da EJA, e de técnicas/os para as áreas de reforma agrária. Estes cursos são geralmente oferecidos pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFE's) localizados em todas as regiões do país. No ensino superior, o objetivo é formar profissionais mediante cursos de graduação e/ou pós-graduação em universidades federais e estaduais. As diferentes áreas do conhecimento contemplam cursos como Pedagogia da Terra, Agronomia, Direito, História, Geografia, Artes e especializações em Administração de Cooperativas, Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos. São várias as universidades que estão envolvidas com o Programa, entre elas: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade

Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal de Rondônia (UFRO); Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT); Universidade Estadual de Pernambuco (UPE); Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Universidade do Estado da Bahia (UNEB), entre outras.

Há também outras entidades que promovem estudos e pesquisas sobre o MST e que mantêm estreito vínculo com grupos acadêmicos nas universidades, contribuindo em avaliações, monitoramento e aperfeiçoamento de políticas de desenvolvimento rural, como o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cujas publicações fortalecem e apoiam a democratização do acesso às informações sobre lutas no campo, agricultura familiar e movimentos sociais.

Além das parcerias e convênios mais institucionais que resultaram em políticas públicas ou em pesquisas sobre o âmbito rural brasileiro, os coletivos estudantis, ligados ou não aos movimentos estudantis, também tem destaque na mediação entre universidade e MST. São diretórios e centros acadêmicos, federações e associações de estudantes, incubadoras de cooperativas, entre outros, que se inserem em atividades junto aos movimentos sociais, por meio de atividades de ensino, solidariedade em ações e protestos e projetos de pesquisa e extensão. Cada vez mais há estudantes trocando saberes em assentamentos e acampamentos de todo Brasil, conhecendo o dia a dia de acampamentos e assentamentos e desmistificando prejulgamentos da luta pela terra. Uma das atividades mais emblemáticas é o Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV), atividade realizada entre grupos e coletivos estudantis e movimentos sociais rurais, onde estudantes das mais diversas áreas do conhecimento participam de atividades rotineiras do campo em assentamentos e acampamentos, durante um período de tempo determinado.

O EIV foi organizado pela primeira vez em 1989, no Mato Grosso do Sul, pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) juntamente com o MST, apoiado em um diagnóstico que concluiu que havia lacunas na formação de estudantes de Agronomia e que estes deveriam conhecer melhor a realidade que cercava a profissão, como o modelo de desenvolvimento agropecuário a partir da Revolução Verde, os conflitos agrários e as diversidades regionais. Dentre os grupos que organizam e promovem o Estágio desde então, os mais atuantes são a FEAB, a Associação Brasileira de Estudantes de

Engenharia Florestal (ABEEF) e outros grupos variados, afinal, existe autonomia regional e cada estado organiza a sua maneira.

Esses exemplos gerais de grupos medidores dentro das universidades que estão em constante relação com o MST mostram grande proximidade do Movimento com setores dentro da academia que vêm produzindo muitas pesquisas. No próximo tópico mostraremos um pouco dos resultados desse vínculo que se estabeleceu desde os anos 1980.

4.2 A produção acadêmica sobre o MST no Brasil: dissertações e teses publicadas entre 1986 e 2013

O objetivo desse tópico é fornecer informações gerais sobre a produção acadêmica de dissertações e teses (d&t) publicadas no Brasil entre os períodos de 1986, ano em que encontramos o primeiro trabalho, e 2013. Esses trabalhos além de fornecerem informações relevantes sobre onde e quando foram produzidas as d&t, nos darão subsídios para cruzamentos de dados e análises mais profundas de pesquisas sobre gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades. A partir daqui, faremos a apresentação dos resultados dessa pesquisa de cunho mais quantitativo, através de tabelas, gráficos, elaborando algumas explicações gerais a respeito da produção acadêmica sobre o MST no Brasil.

Iniciamos apresentando os números absolutos do levantamento bibliográfico. Entre os anos 1986 e 2013, foram encontrados 619 trabalhos acadêmicos sobre o Movimento Sem Terra no Brasil, sendo que $\frac{3}{4}$ desses trabalhos são dissertações (461) e $\frac{1}{4}$ são teses (158) (Quadro completo em anexo). Isso representa uma média de 22 trabalhos produzidos por ano, o que de fato não representa uma informação profundamente explorável analiticamente, somente nos mostra que há uma grande produção sobre o MST nas últimas três décadas. Para além desse número absoluto, algumas outras informações contribuem para entender melhor a periodicidade, onde estão sendo realizados e em que área do conhecimento os trabalhos se concentram.

A distribuição institucional demonstra enormes disparidades regionais e concentração de estudos em algumas universidades brasileiras. Os 619 trabalhos estão distribuídos em 66 instituições de

ensino superior espalhadas por todas as regiões do país, como mostra a tabela abaixo.

Quadro 1

Número de dissertações e teses sobre o MST por instituição de ensino defendidas entre 1986 e 2013.

	Instituição	Nº de trabalhos
1.	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	58
2.	Universidade de São Paulo (USP)	54
3.	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	41
4.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	36
5.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	28
6.	Universidade Federal do Ceará (UFC)	23
7.	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	21
8.	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	19
9.	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	19
10.	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	19
11.	Universidade estadual de São Paulo (UNESP)	19
12.	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	18
13.	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	17
14.	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	16
15.	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	16
16.	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	15
17.	Universidade de Brasília (UnB)	14
18.	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	12
19.	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	11
20.	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	9
21.	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	9
22.	Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS)	8
23.	Universidade Federal do Pará (UFPA)	8
24.	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	7
25.	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	7
26.	Universidade Federal Fluminense (UFF)	6
27.	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	6
28.	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	6
29.	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	6
30.	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	5
31.	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)	5
32.	Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	5
33.	Universidade Metodista de São Paulo	4
34.	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	4
35.	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	4

36. Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD)	4
37. Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	3
38. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	3
39. Universidade Federal de Goiás (UFG)	3
40. Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	3
41. Pontifícia Universidade Católica (PUC/MG)	2
42. Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ)	2
43. Universidade Católica de Brasília (UCB)	2
44. Universidade Católica de Pelotas (UCPel)	2
45. Universidade Católica de Goiás (UCG)	2
46. Universidade Estadual do Ceará (UECE)	2
47. Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	2
48. Universidade Federal de Lavras (UFLA)	2
49. Universidade Federal de São João del Rey (UFSJ)	2
50. Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)	2
51. Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	1
52. Universidade Presbiteriana Mackenzie	1
53. Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)	1
54. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	1
55. Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	1
56. Universidade Federal do Piauí (UFPI)	1
57. Universidade do Estado da Bahia (UNEB)	1
58. Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)	1
59. Universidade Salvador (UNIFACS)	1
60. Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	1
61. Universidade Reg. do Noroeste do Estado do RS (UNIJUI)	1
62. Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)	1
63. Universidade Católica de Santos (UNISANTOS)	1
64. Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE)	1
65. Unidade Integ. Vale do Taquari de Ens. Sup. (UNIVATES)	1
66. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	1

Fonte: Quadro desenvolvido pelo autor a partir do levantamento bibliográfico realizado entre 2013 e 2014.

A quantidade e variedade de instituições não indica uma distribuição equitativa na produção de trabalhos por estados e/ou por região. Há uma concentração de publicações nas instituições do Sudeste e Sul do país. Observando-se os resultados, constata-se que dos 619 trabalhos encontrados, quase 45% foram realizadas no Sudeste, respectivamente 276 trabalhos em 26 instituições diferentes. No Sul do país, foram realizados 169 trabalhos em 18 instituições, o que representa

27% do total. No Nordeste, foram encontrados 122 trabalhos em 13 instituições, quase 20%. No Centro-Oeste, são 32 trabalhos em oito instituições e na região Norte oito trabalhos em apenas uma instituição, a UFPA. Na incidência de trabalhos por estado, verifica-se que há ainda maior centralização, como pode ser observado no estado de São Paulo, onde nas 10 instituições de ensino, encontramos 183 trabalhos, isto é, quase 30% do total. No Rio Grande do Sul, em oito instituições, foram realizados 77 trabalhos. No Paraná em sete instituições, 49 trabalhos. No Rio de Janeiro e em Minas Gerais, em sete instituições em cada estado, encontramos 44 trabalhos em ambos e Santa Catarina encontramos 41 trabalhos em uma instituição, a UFSC.

Quando se pensa nas instituições de ensino superior, um fato preponderante é a esmagadora concentração de pesquisas em universidades públicas, quase 97% dos trabalhos levantados. Desse montante, 368 publicações, que representam cerca de 60% do total, foram realizadas em 37 instituições federais e quase 37% dos trabalhos em 15 instituições estaduais. Apenas 3% dos trabalhos foram realizados em 14 instituições privadas. As duas maiores instituições que abrigaram pesquisas sobre o MST foram as duas maiores universidades brasileiras, a UNICAMP e a USP, ambas estaduais e localizadas no estado de São Paulo. A primeira com 58 trabalhos e a segunda com 54. Logo atrás, estão a UFSC e a UFRGS, com 41 e 36 trabalhos respectivamente, ambas federais. A instituição privada que abrigou o maior número de pesquisas foi a PUC com 40 trabalhos espalhados por quatro sedes estaduais (São Paulo: 28 trabalhos; Rio Grande do Sul: oito trabalhos; Minas Gerais: dois trabalhos; e Rio de Janeiro: dois trabalhos).

Entendemos que essa concentração de estudos acadêmicos no eixo sul-sudeste, de quase 75% do total de publicações levantadas, se deve a vários fatores. O primeiro deles refere-se ao alto número de instituições de ensino, pesquisa e extensão nas duas regiões do país. Dois terços das instituições levantadas estão nessas regiões, 44 de um total de 66. Além da quantidade de instituições, o segundo fator de impacto refere-se ao tamanho e à qualidade das Universidades em questão, elemento preponderante nessa concentração de trabalhos nas duas regiões, historicamente privilegiadas por investimentos e desenvolvimento que afetaram e criaram um abismo entre o investimento em educação em nível regional no país. O terceiro fator relevante que deve ser destacado é a origem do MST, nascido e gestado em estados do sul do país, local de origem de vários dos trabalhos levantados nessa pesquisa.

Além das instituições onde foram publicadas as d&t, na tabela abaixo, faremos uma divisão, distinguindo-as por área do conhecimento.

Quadro 2

Número de dissertações e teses sobre o MST por área do conhecimento defendidas entre 1986 e 2013.

Área de conhecimento	Nº de trabalhos
1. Educação	166
2. Sociologia*	100
3. Geografia	75
4. História	30
5. Serviço social	22
6. Psicologia	20
7. Comunicação**	20
8. Letras***	18
9. Extensão rural	14
10. Direito	12
11. Antropologia	11
12. Ciência Política	10
13. Engenharia Agrícola	10
14. Administração	7
15. Desenvolvimento Sustentável	7
16. Agroecossistemas	6
17. Engenharia de produção	5
18. Políticas públicas	5
19. Ciência da religião	4
20. Desenvolvimento e meio ambiente	4
21. Arquitetura e urbanismo	3
22. Ciências Sociais aplicadas	3
23. Desenvolvimento regional	3
24. Planejamento do desenvolvimento	3
25. Política social	3
26. Agriculturas amazônicas	2
27. Agroecologia e desenvolvimento rural	2
28. Agronomia	2
29. Desenvolvimento econômico	2
30. Desenvolvimento sustentável	2
31. Educação física	2
32. Ensino das ciências	2
33. Estudos comparados sobre as Américas	2
34. Integração latina americana	2
35. Saúde pública	2

36. Sistemas de produção agrícola familiar	2
37. Agronegócios	1
38. Ambiente e desenvolvimento	1
39. Artes visuais	1
40. Avaliação de políticas públicas	1
41. Ciência ambiental	1
42. Ciência da informação	1
43. Cultura e sociedade	1
44. Economia	1
45. Economia doméstica	1
46. Educação nas ciências	1
47. Estudos de história latino-americana	1
48. Farmácia	1
49. Gestão e planejamento ambiental	1
50. Gestão integrada do território	1
51. Interdisciplinar em ciências humanas	1
52. Literatura	1
53. Modelagem computacional	1
54. Nutrição	1
55. Planejamento e gestão ambiental	1
56. Planejamento urbano e regional	1
57. Processos socioeducativos e práticas escolares	1
58. Psicossociologia de comunidade e ecologia social	1
59. Solos	1
60. Tecnologia	1
61. Veterinária	1

Fonte: Quadro desenvolvido pelo autor a partir do levantamento bibliográfico realizado entre 2013 e 2014.

* Estão incluídos os programas de pós-graduação em Ciências Sociais, Sociologia Política e Sociologia Rural.

** Estão incluídos os programas de pós-graduação em Comunicação e Semiótica, Comunicação Rural, Comunicação Social e Ciência da Comunicação.

*** Estão incluídos os programas de pós-graduação em Linguística.

Adotando a tabela de áreas do conhecimento da Capes como referência⁸⁸, é possível notar o predomínio de trabalhos das Ciências Humanas nas publicações sobre o MST, quase 70%, seguido pelas Ciências Sociais Aplicadas com quase 20% dos trabalhos. As Ciências Agrárias, a Linguística, Letras e Artes e a área Multidisciplinar complementam a quase totalidade desse montante. Um pequeno número de trabalhos integraliza os 100%, dos quais, cinco estão na área Engenharias, todos concentrados no curso de Engenharia de Produção da UFSCar. Nas Ciências da Saúde, encontramos somente seis trabalhos, sendo dois na Educação Física, dois na Saúde Pública, um na Farmácia e um na Nutrição. Nas Ciências Exatas foi encontrado apenas um trabalho no curso de Educação nas Ciências e nas Ciências Biológicas não foram encontrados trabalhos. A seguir serão analisadas com mais detalhes, os estudos das três áreas predominantes – Educação, Sociologia e Geografia - nas quais encontramos uma maior quantidade de d&t defendidos nas últimas três décadas.

4.2.1. Dissertações e teses na área da Educação

A Educação é de fato a área que mais produz pesquisas sobre o Movimento. As 166 publicações representam quase 27% do total de trabalhos existentes, o que equivale a quase 1/3 do total de dissertações e teses. Se somarmos os 100 trabalhos realizados na Sociologia (16%) e os 75 trabalhos da Geografia (12%) alcança-se 55% do total de trabalhos, isto é, mais da metade da totalidade de teses e dissertações produzidas sobre o Movimento.

Na Educação, apesar da grande diversidade das temáticas, existe uma discussão corrente em várias publicações, o enfoque na pedagogia do MST, inspirada nas célebres metodologias de Paulo Freire, fator que provocou ampla curiosidade na academia, devido aos bons resultados divulgados. Uma concepção de educação que extrapolava a mera escolarização, priorizando um processo amplo de conscientização que buscava transpor a leitura acrítica de palavras para uma leitura crítica de

⁸⁸ As áreas do conhecimento adotadas pelas Capes são: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes; e Multidisciplinar.

mundo. Sem dúvida, a pedagogia freiriana inspirou as práticas pedagógicas do MST e o grande desafio das investigações era compreender, avaliar e divulgar essas práticas difundidas por todo o país. As conclusões desses trabalhos incluem desde críticas e valorizações ponderadas à exaltação e idealização de educadoras e educadores. Alguns deles são interessantes e podem nos ajudar a compreender melhor os debates nessa área, como por exemplo, a crítica de Luciana Lenzi (2004), que pondera sobre a pedagogia adotada pelo Movimento, alertando para os perigos de uma educação que se diz crítica mas que pode reproduzir vícios dogmáticos.

O aprender no Movimento corre o risco de absolutizar e confinar saberes numa única concepção, solidificando-se de maneira dogmatizada. Desse modo, a riqueza da problematização apresenta limites em relação ao conhecimento universal que, por vezes, é relegado ao plano inferior, inibindo possibilidades de escolhas e rechaçando o reconhecimento de que, nos espaços de relação para além do Movimento, também se produzem diferentes significações (2004, p. 154).

Ao mesmo tempo em que a autora elabora uma crítica, sabendo das limitações e contradições do processo pedagógico em qualquer prática, ressalta os importantes avanços conquistados pelo Movimento, afirmando que

é importante demarcar que o MST, por considerar a educação como um direito tão forte quanto o direito à terra, é o responsável por levar a educação para lugares que os sistemas de ensino não alcançavam. Isto, para os sujeitos que até então reconheciam a área rural como um espaço marcado unicamente pelo sentido da sobrevivência, amplia a sua concepção e remete à compreensão de que ele pode ser também um espaço onde o aprender a ler e a escrever, como ato político, torna-se um direito conquistado (2004, p. 153).

Essa nos parece uma visão crítica e consistente que consegue visualizar conquistas e potencialidades da prática pedagógica do MST, bem como refletir com comprometimento, sabendo que a crítica também faz parte do processo de construção, de reinvenção e aprimoramento dos movimentos sociais. Em outros casos, encontramos uma visão supervalorizada da prática de educadoras/es do MST, captadas, por exemplo, em alguns trechos das conclusões do trabalho de Maria Ferreira (2006). A autora utiliza um discurso quase mítico e romantizado da docência, omitindo contradições inerentes à práxis.

As professoras [...] sentem-se importantes no ato de ensinar, pois consideram sublime poder contribuir com a construção do conhecimento dos educandos e dessa convicção emerge o significado da docência como ato solidário. [...] O vínculo afetivo com o Movimento e com a justeza da luta por terra, dignidade e conhecimento também atribui um certo orgulho/vaidade à condição de professora. [...] Dessa forma, a docência nesse lugar assume o traço de não se portar de forma impositiva, sectária, neutra; preocupa-se fundamentalmente com a humanização dos educandos, no sentido de cuidar de valores como: amor ao próximo, respeito ao outro, convivência comunitária e diálogo entre as pessoas (2006, p. 145-146).

Esses recortes de duas dissertações não têm como objetivo simplificar e/ou generalizar os trabalhos afirmando que as 166 dissertações e teses adotaram uma ou outra postura, no entanto, parece haver certa tendência idealizante e às vezes superficial em publicações sobre o MST, como apontou Navarro (2002), quando afirma que existe uma literatura apologética sobre o Movimento que se confunde com a própria produção do MST.

Ainda pensando em temáticas recorrentes nos trabalhos de Educação, o PRONERA incide como um objeto muito estudado. São dezenas de trabalhos que, após o seu surgimento em 1998, buscam avaliar essa importante política pública, como as dissertações de Maria Iolanda Maia Holanda (2000), Edvaneide Barbosa Silva (2001), Antônia Fernanda da Silva Santos (2005), Helianane Oliveira Rocha (2007),

Aline Silva Andrade Nunes (2010) e Maria Elcineide de Albuquerque Marialva (2011), além da tese de Sandra Maria Gadelha de Carvalho (2006). A Ciranda Infantil também aparece como objeto de estudo de importante divulgação sobre o MST nas dissertações de Neiva Marisa Bihain (2001) e de Edna Rodrigues Araujo Rossetto (2009). As discussões sobre gênero também são recorrentes e serão debatidas mais adiante, num capítulo específico.

Alguns trabalhos se afastam dessa tendência e trazem investigações inovadoras, embora ainda periféricas, como as dissertações de Maria Izaura Andrade da Silva (2001) realizada na Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB) e de Josivan dos Santos Moura (2007) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (NPGED/UFS). Em “O Trabalhador com (D)Eficiência Física na Área de Assentamento Rural”, Silva (2001) buscou compreender como eram as condições de sobrevivência de trabalhadores com deficiência física assentados/os no sul da Paraíba. Através da observação participante e entrevistas com os mesmos, a pesquisadora concluiu que a condição física não os impedia de participar da luta, porém, as condições de trabalho, educação, transportes, assistência à saúde eram muito precárias. Além disso, dentro das comunidades, existia uma atmosfera negativa frente à deficiência, muitas vezes associada a algo sobrenatural, seja por predestinação, por castigo, ligada a uma ideia cristã de pecado, ou ainda a uma visão utilitarista da deficiência como disfuncionalidade. Apesar disso, Silva salienta que havia um processo de mudança e uma nova mentalidade estava despontando, reduzindo o preconceito local.

Esse foi o único trabalho encontrado que abordou a questão sobre pessoas com deficiência, física e/ou mental, contribuindo para amenizar uma lacuna importante nesses estudos. Apesar de não ser nosso foco, a invisibilização dessa temática, também parece retratar a dificuldade do próprio Movimento em incluir e abordar algumas questões em seus princípios de luta.

Outro trabalho singular foi a dissertação “Caminhos pela liberdade do conhecimento: Software Livre no Assentamento Moacir Wanderley - Quissamã (SE)” de Moura (2007), que buscou fazer uma investigação no Assentamento Moacir Wanderley no município de Nossa Senhora do Socorro (SE), onde havia sido implantado um

Telecentro com software livre⁸⁹. Através de observação participante e da aplicação de questionários o autor buscou compreender como assentadas (afinal, a pesquisa afirma que a maioria das usuárias do telecentro eram mulheres) e assentados interagem com a nova tecnologia de informação e comunicação (tic). Durante a leitura da tese, fica evidente a idealização do autor sobre o software livre e seu potencial transgressor, livre, que facilita a democratização do conhecimento, pois isso reverbera em todo o texto e, sobretudo, no questionário, que direciona demasiadamente as respostas de assentadas/os. No entanto, ele mostra a limitação na prática naquela localidade, ou seja, grande parte das pessoas ainda não associa aquela tecnologia a uma ferramenta livre e inovadora, ou conforme citado na tese, como um “programa socialista” (p. 91). Apesar disso, concordamos com o autor sobre a potencialidade desta tic e da necessidade do MST começar a incentivar a implantação em seus assentamentos, nos diversos centros de informática que estão sendo construídos.

4.2.2 Dissertações e teses na grande área da Sociologia

Ao contrário dos trabalhos em Educação, nas publicações da Sociologia é muito difícil perceber se existe ou não alguma temática predominante. Existe uma grande variedade de pesquisas, desde os estudos de caso em assentamentos e acampamentos (que representa a grande maioria das publicações sobre o MST em todas as áreas do conhecimento), às reflexões teóricas sobre campesinato, agricultura familiar, agroecologia e a questão agrária brasileira numa abordagem ampla. A questão do trabalho cooperado, seja através de cooperativas e/ou associações criadas pelos assentamentos, ou simplesmente outras práticas organizativas de trabalho coletivo e solidário, aparecem em vários trabalhos como centro da discussão, como em Neusa de Castro Zimmermann (1989), John Berhard Kleba (1992), Ademir Antonio Cazella (1992), José Geraldo Alberto Bertocini Pocker (1999), Cimone Rozendo de Souza (2001), Claudete Pagotto (2010), Jaqueline da luz

⁸⁹ O termo software livre “se refere à liberdade que o usuário tem de executar, distribuir, modificar e repassar as alterações de um programa de computador seja ele um sistema operacional ou um aplicativo sem ter que pedir permissão ao autor que o desenvolveu” (ENEC, 2005, apud MOURA, 2007, p. 3).

Ferreira (2011). A questão religiosa é outro tema recorrente, como nos trabalhos de Vitor Barletta Machado (2002), Salomé Lima Ferreira (2005), Valter Lúcio de Oliveira (2009) e Marluse Castro Maciel (2009). A agroecologia também é uma temática que aparece em Juliano Luis Borges (2007) e Sérgio Botton Barcellos (2010), no entanto, parece ser uma das discussões mais transversais e interdisciplinares sobre o MST com estudos na Educação, História, Geografia e Engenharia Agrícola, entre outras.

Um dos vários trabalhos que nos chamou a atenção foi a dissertação do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP “Campeiros cosmopolitas: um estudo sobre a atuação política internacionalista do MST na América Latina” de Deni Ireneu Alfaro Rubbo (2013). O trabalho identifica os processos históricos de internacionalização do MST, que segundo o autor, iniciam-se em meados dos anos 1990 e que desde então estão enraizados como estratégia política, a partir da convergência de lutas com a Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) e a Via Campesina, mostrado, inclusive, nos relato do 6º Congresso Nacional do MST. Outro trabalho que reflete sobre o mesmo tema é a tese de Breno Bringel (2010), realizada na Espanha, da qual falaremos mais adiante.

Alguns trabalhos escolheram temáticas particulares e se destacaram ainda no processo de rastreamento de d&t, como a dissertação “A Música-Movimento: estratégias e significados da produção musical do MST” de Marivone Piana defendida em 2001 na UFSC e “Devo não nego, pago quando puder: entendendo a inadimplência no assentamento Rural Casa Altas, Seropédica/RJ” de Cloviomar Cararine Pereira publicada defendida em 2005 no CPDA/UFRRJ. A dissertação de Piana (2001) é um estudo sobre a produção musical do, no e sobre o MST. A pesquisadora mostra como a música é uma estratégia de mobilização em caminhadas, celebrações e atos públicos, bem como um instrumento pedagógico para divulgação de valores e objetivos de luta do Movimento. Para ela, a música deixa de ser uma simples forma de animação e passa “a ter outros significados mais propositivos, sendo um dos meios de construção de uma cultura de Movimento” (p. 53). A partir daí, a autora cria a categoria *música-movimento* pensando na dinâmica das músicas que “ao mesmo tempo que vai se transformando ao longo do processo histórico, também é capaz de criar e divulgar novos valores e significados dentro do próprio MST” (p. 88). Com um resgate histórico das músicas, ela paralelamente

vai revivendo a história do próprio Movimento, associando determinados períodos a músicas emblemáticas, eleitas pelos militantes entrevistados.

No período entre 1979 a 1984, por exemplo, grande parte das músicas tinha um referencial religioso, influenciado pelos mediadores da luta pela terra, como padres, agentes de pastorais, cantores e compositores ligados a Igreja. Ou seja, a música eleita para esse período se chama “O povo de Deus” com o seguinte refrão: “Também sou teu povo, Senhor/ Estou nesta estrada/ cada dia mais perto/ da terra esperada”. Entre 1985 e 1994, o Movimento se torna autônomo com objetivos que iam além da conquista da terra e o hino do MST, composto por Ademar Bogo, um dos ícones ideológicos dos Sem Terra, foi escolhido como símbolo.

Vem teçamos a nossa liberdade/ Braços fortes que rasgam o chão/ Sob a sombra de nossa valentia/ Desfraldemos a nossa rebeldia/ E plantem os nesta terra como irmãos!

Vem, lutemos punho erguido/ Nossa força nos leva a edificar/ Nossa pátria livre e forte/ Construída pelo poder popular.

Braço erguido, ditemos nossa história/ Sufocando com força os opressores/ Hasteemos a bandeira colorida/ Despertemos esta Pátria adormecida/ O amanhã pertence a nós trabalhadores!

Nossa força resgatada pela chama/ Da esperança no triunfo que virá/ Forjaremos desta luta com certeza/ Pátria livre operária camponesa/ Nossa estrela enfim triunfará (MST, 2014).

Entre 1995 e 1999, período em que o MST adquire maior visibilidade, a música escolhida é a popular (pelo menos entre militantes do MST) “Ordem e Progresso” de Zé Pinto, com seguinte refrão: “Este é o nosso País/ Esta é a nossa bandeira /É por amor a esta Pátria-Brasil/ Que a gente segue em fileira”. A partir de 2000, período em que o MST passa por intenso processo de criminalização e perseguição, não há uma música símbolo como nos demais períodos.

É interessante notar a trajetória de Marivone Piana, que realizou, além de sua dissertação de mestrado sobre música e MST (PIANA, 2001), seu trabalho de conclusão de curso (PIANA, 1999) e sua tese de

doutorado (PIANA, 2009), todos no curso de Sociologia da UFSC e com orientação de Ilse Scherer-Warren. Em Piana (1999) ela defendeu sua monografia, “As músicas do MST/SC: mapeamento preliminar”, realizando uma pesquisa sobre as letras das músicas do CD ‘Arte em Movimento’”, o primeiro álbum lançado pelo MST⁹⁰. Em Piana (2009), defendeu a tese intitulada “Música e movimentos sociais: as marcas da simbologia religiosa no MST” a autora busca compreender a influência religiosa, sobretudo da Igreja Católica, na produção de músicas do MST.

4.2.3 Dissertações e teses na área da Geografia

Na Geografia também conseguimos observar algumas simetrias nas abordagens teóricas. Apesar da variedade dos estudos, na Geografia Agrária prevalece uma discussão sobre os impactos socioterritoriais dos assentamentos e acampamentos e dos seus processos de espacialização e territorialização. Dois trabalhos foram pioneiros e criaram uma tradição a partir desse enfoque (FERNANDES, 1994 e 1999), ambos realizados na USP, Universidade onde se constatou um número maior de defesas nessa área, 16 no total, seguido pela UNESP, com 10 trabalhos, onde Bernardo Mançano Fernandes é professor. Isso mostra que ambos os programas de pós-graduação, seguiram tendências teóricas similares. Falaremos sobre estes estudos mais adiante, quando nos reportarmos às/aos principais pesquisadoras/es do MST.

Apesar de seguirem certa tendência, há trabalhos na Geografia que discutem agroecologia, como Sérgio Gonçalves (2008) e Edinho Carlos Kunzler (2009), a práxis educativa do MST, por exemplo, em Mara Edilara Batista de Oliveira (2010) e Robson Olivino Paim (2011) e o papel da mística em Maria Ediluzia Leopoldino Santos (2011). Mas há outros trabalhos que fogem dessa lógica, como a tese “Universidade e singularidades do espaço transitório: um estudo a partir de quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais sem terra/MST no Maranhão (1990 - 2000)” de João Claudino Tavares (2008). Apesar de a

⁹⁰ Outro trabalho que também faz um estudo sobre as músicas do MST é a dissertação “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o novo espaço agrário brasileiro: Uma análise das letras das músicas dos discos compactos ‘Arte em Movimento’ e ‘Canções que Abraçam Sonhos’” de Cristina Daisy da Costa Albuquerque defendida em 2000 no Programa de Pós-graduação em Comunicação Rural da UFRPE.

temática ser particular, o enfoque se mantém hegemônico. O trabalho que mais se distancia desse enfoque hegemônico é a tese “A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema”. Em um tom ousado e crítico, Maria Franco Garcia (2004) reflete sobre a abordagem feminista na Geografia e no MST. Aprofundaremos mais sobre esse trabalho adiante.

4.2.4 Dissertações e teses em outras áreas: História, Serviço Social, Psicologia e Comunicação

Outras áreas colaboram mais timidamente no número total de trabalhos, como História, Serviço Social, Psicologia e Comunicação, com 30, 22, 20 e 18 publicações respectivamente.

Na História, várias d&t centram seus esforços para compreender a vida cotidiana de assentamentos, através de discussões de experiências de vida, memórias, construção de imaginários e trajetórias de luta. Ao contrário do que se podia imaginar encontramos poucos trabalhos clássicos da área que privilegiaram análises de documentos, como a tese “O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus temas: 1981-2001” de Antonio Alves Bezerra (2011) na PUC/SP e a dissertação “Os sem terrinha: Uma história da luta social no Brasil (1981-2012)”, de Monyse Ravenna de Sousa Barros defendida em 2013 na UFU. O restante parece se inserir na linha de pesquisas de História do Tempo Presente, adotando outras ferramentas de pesquisas, além da análise de documentos.

A “comparação”, ou o diálogo com o EZLN aparece em quatro trabalhos nesse levantamento, todos na História. Na dissertação “Prá soletrar a Liberdade”: as propostas educacionais do movimento Zapatista no México e dos Sem-terras no Brasil na década de 90” de Clécio Ferreira Mendes defendida em 2005 na PUC/SP. Na tese “A mística da resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos” de Sebastião Leal Ferreira Vargas Netto defendida em 2007 na USP. Na tese “A contribuição da igreja católica para a formação do neozapatismo e do movimento dos trabalhadores rurais sem terra” de Émerson Neves da Silva defendida em 2008 na UNISINOS e na tese “O discurso jornalístico e o processo de marginalização social do Exército Zapatista de Libertação Nacional e

do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” defendida por Edson Antoni na PUC/RS em 2012. São trabalhos que abordam questões distintas como propostas educacionais, influência da religiosidade e discurso midiático em ambos os movimentos sociais. Veremos que apesar de haver apenas quatro desses trabalhos aqui no Brasil, existe uma tendência em abordá-los conjuntamente em trabalhos publicados fora do país⁹¹.

No Serviço Social também é difícil encontrar semelhanças entre os trabalhos que abordam temáticas que vão da política educacional à concepção de socialismo até uma investigação do site do MST. Talvez um dos trabalhos que consigam mostrar mais claramente uma articulação entre um objeto clássico da área voltado às lutas do MST, seja a dissertação “CRAS rural: lugar de efetivação da política de assistência social. Estudo sobre o acesso à política de assistência social por famílias assentadas” de Luiz Antônio Pasinato, defendida em 2011 na PUC/RS. Dos 22 trabalhos, 10 foram realizados no âmbito do Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da UFPE.

No âmbito da Psicologia, os trabalhos adotam duas posturas, na grande maioria são análises psicossociais em assentamentos e acampamentos que utilizam conceitos como identidade, produção de subjetividades, sentidos e significados da experiência em luta, porém também há estudos psicanalíticos sobre a luta pela terra em dois trabalhos de Eliane Domingues: a dissertação “A luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): Contribuição da Psicanálise” (2001) e a tese “Entre a utopia e o mal-estar: reflexões psicanalíticas sobre os militantes do MST e seus dilemas” (2011), ambas realizadas no Programa de Pós Graduação em Psicologia da PUC/SP. Este Programa ainda recebeu mais cinco trabalhos, totalizando sete, quatro dissertações e três teses. O segundo Programa que mais se destacou foi o da Psicologia da USP com cinco trabalhos, três dissertações e duas teses. Ou seja, a maioria dos trabalhos dessa área foi realizada em instituições localizadas no estado de São Paulo, o restante foi realizado nas seguintes instituições: PUC/RS, UERJ, UFES, UFPB, UFRN e UFSC.

⁹¹ Há outra dissertação “A aposta na esperança: identidades culturais e sociais nas revistas Sem Terra e Chiapas” de Lilian Crepaldi de Oliveira (2009), defendida do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação da USP, nela a autora analisa os discursos das revistas do MST (Revista Sem Terra) e a revista do EZLN (Chiapas).

Na Comunicação observa-se que há vários estudos investigando a postura da mídia tradicional frente ao Movimento, como, por exemplo, a do Jornal gaúcho Zero Hora (KUSCHICK, 1996; SANTI, 2009), o telejornal da Rede Globo, Jornal Nacional (SANTOS, 2004) e até a telenovela “O rei do Gado” (PEREIRA, 2000), da mesma rede televisora. Além dessas análises, vários estudos enfocam as próprias mídias do MST, como o Jornal e a Revista Sem Terra e a Rádio Terra Livre. O enfoque sobre a mídia não é exclusivo dessa área do conhecimento, na área de Letras e Linguística algumas pesquisas têm analisado o discurso de meios de comunicação de circulação nacional, como a Revista Veja e os jornais Folha de São Paulo, Estadão e O Globo.

Dois áreas, Antropologia e Ciência Políticas se destacam pelo pequeno número de trabalhos, 11 e 10 respectivamente. Nenhuma das duas atinge 2% de trabalhos. Esse fato surpreende, pois a Ciência Política é uma das áreas mais importantes no estudo dos movimentos sociais, ações coletivas e confrontos políticos. Uma área medular na teoria dos movimentos sociais. No entanto, há uma nuance a ser destacada, alguns dos programas de pós-graduação brasileiros se intitulam Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais, mas incluem a Ciência Política como uma das suas áreas (é o caso da UFSC, em que o programa de pós graduação é de Sociologia Política). Essa ocorrência pode ter alterado o agrupamento da pesquisa, pois grande parte dos trabalhos foi incluído na área da Sociologia. Quanto à Antropologia, de fato, parece haver pouco interesse em estudar o Movimento atualmente. A maioria dos trabalhos levantados se realizou no período de formação e expansão do MST, quando ainda se sabia muito pouco sobre o tema. Duas dissertações em 1993, duas dissertações e uma tese em 1999, uma dissertação no ano de 2004, uma tese e uma dissertação em 2005 e após isso, apenas três trabalhos foram realizados, três dissertações nos anos de 2007, 2009 e 2012. Parece que a partir do momento em que os Sem Terra se tornaram muito (re)conhecidos nacionalmente, a Antropologia não se interessou muito mais pelo Movimento, contudo, as razões desse aparente desinteresse precisariam ser melhor investigadas.

As pesquisas abrangem diversas temáticas e dissertações de outras áreas chamam atenção, como em “Arte e cultura popular na América Latina: o teatro político do MST (Brasil) e o teatro comunitário

do Nuestra Gente (Colômbia)” de Marlene Cristiane Gomes Britos, defendida em 2009 no Programa de Pós-Graduação em Integração na América Latina da USP, em “O uso de plantas medicinais na medicina popular praticada em assentamentos do MST do estado do Rio de Janeiro: uma contribuição para o SUS”, de Letícia Mendes Ricardo defendida em 2011 no Programa de Pós-graduação em Saúde Pública na Fundação Oswaldo Cruz; e a dissertação “Segurança alimentar e nutricional de crianças menores de dois anos de famílias de trabalhadores rurais sem terra”, de Regina Maria Ferreira Lang defendida em 2011 no Programa de Pós-graduação em Nutrição da UNIFESP.

Em Britos (2009) a autora investiga e compara duas experiências de teatro popular na América Latina: o grupo “Filhos da Mãe... Terra”, formado por moradoras/es do assentamento Carlos Lamarca no interior de São Paulo e o grupo *Espantapájaros*, composto por jovens do bairro de Santa Cruz da cidade de Medellín, na Colômbia. Lang (2011) e Ricardo (2011) foram os dois trabalhos que mostraram contextos referentes à saúde em assentamentos do MST. No Primeiro, a autora realizou avaliações nutricionais de 337 crianças menores de dois anos dois assentamentos rurais e dois acampamentos rurais no oeste do Paraná. Os resultados mostraram que desnutrição energético-protéica era mais comum nos acampamentos, chegando a 10% das crianças e de 4,7% nos assentamentos. Segundo a pesquisa, os principais motivos que influenciaram esses números estão associados às condições de moradia e de produção local para auto-consumo. No segundo trabalho, Letícia Ricardo estudou os saberes populares, os usos e a eficácia da utilização de plantas medicinais em um assentamento do MST no Rio de Janeiro, através das práticas de “agentes de cura” do Setor de Saúde do Movimento. Temáticas ainda pouco exploradas nos estudos sobre o MST.

No próximo item veremos os principais centros de pesquisa e pesquisadoras/es que mais realizaram investigações sobre o MST.

4.2.5 Programas e pesquisadoras/es que se destacaram na produção acadêmica sobre o MST

Direcionando o olhar para os Programas de Pós-Graduação que mais se destacam na produção de dissertações e teses sobre o MST, o primeiro da lista é o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), com 21 trabalhos. Seu enfoque exclusivo nos estudos agrários e em sistemas agroalimentares o credencia como um dos grandes centros de ensino e pesquisa sobre o meio rural latino-americano. Em segundo lugar, com a produção de 20 trabalhos sobre o MST, vem o Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP, seguido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS (PPGEdu) e o Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, ambos com 18 trabalhos cada um. Logo após vem o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC, com 15 trabalhos. Todos estes programas contém linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação, núcleos de pesquisa e professoras/es que centram suas investigações em movimentos sociais do campo, questão agrária brasileira e/ou questões correlatas. Veremos isso mais adiante.

Vários outros cursos da área multidisciplinar ou com nomenclaturas distintas das tradicionais áreas do conhecimento aumentam a lista de áreas que estudam o MST, como, por exemplo, o Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da UFSC com seis dissertações produzidas: Mello (2000), Debiazi (2008), Vignolo (2010), Moura (2010), Baez (2011) e Pierezan (2011).

Dentre as pesquisadoras e pesquisadores que mais orientam trabalhos sobre o MST elencamos sete principais. Inclusive, todas/os ligadas/os aos programas supracitados. Célia Regina Vendramini e Ilse Scherer-Warren da UFSC, Ariovaldo Umbelino de Oliveira da USP, Bernardo Mançano Fernandes da UNESP, Maria da Glória Gohn da UNICAMP, Leonilde Servolo Medeiros e Regina Angela Landim Bruno, ambas da UFRRJ e Farid Eid da UFPA.

A professora Célia Regina Vendramini é graduada em Pedagogia pela UFSC, defendeu a dissertação de mestrado e a tese de doutorado em Educação pela UFSCar sobre o MST (VENDRAMINI, 1992; 1997) e realizou estágios de pós-doutorado na Universidade de Lisboa em Portugal e na Cornell University nos Estados Unidos. Atualmente é professora do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (CED/UFSC) e faz parte do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, onde orientou onze trabalhos sobre o MST (ALVES, 2001; RUSCHEL, 2001; DALMAGRO, 2002 e 2010; GOMES, 2005; MOHR, 2006; BAHNIUK, 2008; SANTOS, 2009; TEIXEIRA, 2009; REGO, 2011; JANATA, 2012). Tanto em suas

dissertação e tese como nas orientações, a temática centra-se na proposta político pedagógica do MST associada a experiências em assentamentos com a EJA ou com o PRONERA. Ela ainda participou de dezenas de bancas de defesa de mestrado e doutorado, avaliando trabalhos sobre o MST e publicou inúmeros artigos, capítulos de livros e livros sobre o Movimento, por exemplo, em Aued, Vendramini, Fiod e Conde (2005); Mohr e Vendramini (2008). Dalmago e Vendramini (2010); e Vendramini (2000; 2002; 2005; 2008; 2013).

Ilse Scherer-Warren é professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina no Departamento de Sociologia Política e coordenadora do Núcleo de Pesquisa sobre Movimentos Sociais (NPMS). Graduada em Ciências Sociais na UFRGS, fez mestrado em Sociologia Rural também nessa instituição. Realizou seu doutorado em Sociologia na Universidade de Paris X, e pós-doutorado na Universidade de Londres. Orientou cinco trabalhos sobre o MST (LISBOA, 1987; STRAPRAZZON, 1996; PIANA, 2001; 2009; SILVEIRA, 2007). A pesquisadora publicou inúmeros artigos e livros sobre a teoria de movimentos sociais, destacando a discussão de redes de movimentos sociais. Em um de seus trabalhos “Redes para a (re)territorialização de espaços de conflito: os casos de MST e MTST no Brasil” (2009)⁹², a autora faz uma pesquisa comparativa entre o MST e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Ariovaldo Umbelino de Oliveira é professor de Geografia do Departamento de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, onde também se graduou e fez o seu doutorado. Tem pesquisado e publicado artigos e livros sobre a questão agrária brasileira desde a década de 1970 e já orientou sete trabalhos sobre o MST no Programa de Geografia Humana da USP (FERNANDES, 1994; 1999; MARQUES, 2000; MACEDO, 2001; MICHELETTO, 2003; JUSTO, 2005; FELICIANO, 2009). Além das diversas orientações, publicou artigos sobre o MST como em Oliveira (2000; 2004 e 2005).

Discípulo e orientado de Ariovaldo na USP, onde escreveu sua dissertação e sua tese sobre o MST (FERNANDES, 1994; 1999), Bernardo Mançano Fernandes é professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da UNESP, campus de Presidente Prudente São Paulo. Sem dúvida é um dos maiores nomes da produção

⁹² O título original do artigo é “Networks for the reterritorialisation of spaces of conflict: the cases of the Brazilian MST and MTST”.

acadêmica sobre o Movimento no Brasil e no mundo. Tem mais de uma dezena de orientações de dissertações e teses sobre o tema (FABRINI, 2002; RAMALHO, 2002; LEAL, 2003; SILVA, 2003; SILVA, 2004; MAZZINI, 2007; SILVA, 2008; ARETIO-AURTENA, 2012; SOBREIRO FILHO, 2013; ROCHA, 2013). Algumas de suas publicações serão melhor analisadas mais adiante.

Uma das grandes referências brasileiras no estudo de movimentos sociais, Maria da Glória Gohn também orientou ou coorientou alguns trabalhos sobre o MST. Foram sete trabalhos, seis deles no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP (SOUZA, 1994; SOUZA 1999; SILVA, 2001; MELO, 2001; LEANDREO, 2002; LUCA, 2005; BRINGEL, 2011). Ela é graduada em Sociologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, tem mestrado em Sociologia pela USP e doutorado em Ciência Política também pela Universidade de São Paulo, além de pós-doutorado na New School University de Nova Iorque. Tem várias publicações sobre o MST, por exemplo Gohn (1995; 1999; 2000 e 2003):

Graduada em Ciências Sociais e com mestrado em Ciência Política, ambos pela USP, Leonilde Servolo Medeiros também é doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP. Atualmente é professora do CPDA/UFRRJ e uma renomada pesquisadora dos movimentos sociais rurais. Publicou dezenas de trabalhos, entre livros, capítulos de livros e artigos sobre reforma agrária, especialmente focando os impactos de assentamentos no Brasil. Orientou diversos trabalhos sobre assentamentos e a luta pela terra, como em Lerrer (2008), Andrade Neto (2013) e Silva (2013).

Também professora do CPDA, Regina Ângela Landim Bruno é bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela UFC, mestra em Sociologia pela UnB e doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP. Tem estudado questões ligadas ao campo, focalizando os grupos relacionados ao agronegócio e ao patronato rural, sobretudo, a União Democrática Ruralista (UDR). Publicou em 1997 o excelente livro “Senhores da Terra, Senhores da Guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil”. Orientou cinco trabalhos sobre assentamentos do MST, como em Moreira (2004), Castro (2005), Pereira (2005), Aleixo (2007) e Ferreira (2011).

Finalizando, Farid Eid é professor da UFPA, mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal da Paraíba e com

doutorado em *Économie et Gestion pela Université de Picardie Jules Verne* na França. Apesar de estar erradicado no Pará, foi na UFSCar que ele orientou seis trabalhos em assentamentos do MST (PIMENTEL, 2000; 2004; VAZZOLER, 2004; SEVERINO, 2006; BETANHO, 2008; CHIARIELLO, 2008).

4.2.6 Ano de publicação de d&t sobre o MST

Após detalhar o “onde” foram publicadas as d&t sobre MST nessas últimas três décadas voltamo-nos agora para o “quando” foram publicados esses trabalhos. Assim, no gráfico abaixo, podemos visualizar a produção publicada por ano sobre o Movimento, onde se apresenta um quadro de franca expansão desses estudos. Aumento vertiginoso com alguns picos específicos que permite visualizar o número absoluto de trabalhos expostos, pelo ano de defesa. Isso significa que o processo de produção da pesquisa se deu no mínimo com um ano de antecedência no caso de pesquisas de mestrado, e mais de um ano no caso de pesquisas de doutorado.

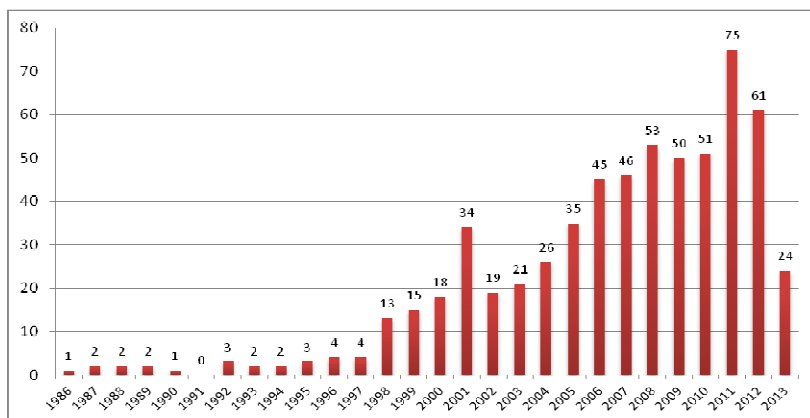


Figura 9. Ano de defesa das dissertações e teses sobre o MST. **Fonte:** Gráfico desenvolvido pelo autor a partir do levantamento bibliográfico realizado entre 2013 e 2014.

O gráfico acima nos indica alguns períodos onde o número de d&t cresceu e que podem ter relação com as próprias ações do MST. Essa é uma de nossas hipóteses. Isto é, cada vez mais chegamos à

conclusão de que os anos de 1996 e 1997 foram centrais no processo de consolidação e (re)conhecimento do MST no Brasil e no mundo. Até 1997 eram produzidos no máximo quatro trabalhos por ano sobre o Movimento. A partir de 1998 esse número começa a crescer e supomos que são dois os fatores centrais dessa propagação de pesquisas na academia já citados nessa tese, inclusive. A partir de 1996 o MST ficou extremamente conhecido em todo o país devido ao Massacre de Eldorado dos Carajás, chacina lembrada em uma marcha histórica de militantes do MST até Brasília em 1997, fato que também impulsionou seu maior reconhecimento pela sociedade e, conseqüentemente, pela academia brasileira. Essa maior visibilidade do MST foi ainda mais poderosa nesse período com a transmissão, pela maior rede de televisão brasileira, da telenovela “O rei do gado”, cuja temática foi abordada de maneira veemente no enredo da novela. Esse fato, inclusive, foi abordado na dissertação “Mas como, o MST na Telenovela? Aproximações à dimensão sociopolítica da telenovela ‘O Rei do Gado’”, de Bernadete Martins Souza Pereira defendida em 2000 na UFBA.

Além disso, a segunda metade da década de 1990 parecia um momento importante para se realizar um balanço histórico do Movimento, pois tendo nascido no início dos anos 1980, já havia organizado três congressos nacionais (1985, 1990 e 1996), estava espalhado por todo o Brasil e com muitas experiências exitosas, seja em assentamentos produtivos, seja nas políticas pedagógicas e/ou na articulação internacional com outros movimentos sociais em todo o mundo.

Os aumentos progressivos de pesquisas sobre o MST nos períodos subsequentes, sobretudo em 2001, e depois com uma maior linearidade, não podem ser associados necessariamente a um fator específico, no entanto, podem ser vinculados ao surgimento de inúmeros projetos dentro das universidades públicas brasileiras, como o PRONERA, surgido em 1998, como também a institucionalização de vários núcleos de pesquisa que começaram suas atividades nesse período. Essa é outra hipótese sobre a ampliação dos estudos. É como se o MST começasse a se tornar uma linha de pesquisa específica, por ser

um movimento central que levantava bandeiras da educação no campo e da reforma agrária, entre outras demandas libertárias⁹³.

4.2.7 Dos 80 aos 90: estudos pioneiros sobre o MST

Ao direcionarmos nossa atenção aos primeiros trabalhos sobre o MST, produzidos no final da década de 1980 e início da década de 1990, percebemos que a maioria foi realizada no sul do país, sobretudo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e no sudeste, em São Paulo. São estudos que buscavam compreender o nascente movimento social e seu potencial revolucionário. Todos os trabalhos pioneiros eram dissertações, a saber: Caldart (1986), Lisboa (1987), Stival (1987), Perin (1988), Tarello (1988), Ruscheinsk (1989) e Zimmermann (1989). Somente em 1995 é que aparece a primeira tese, Knijnik (1995).

Em “Sem-Terra Com-Poesia: os significados pedagógicos e políticos da produção poética dos agricultores sem terra da região sul do Brasil - um estudo exploratório”, Roseli Caldart realizou a primeira dissertação sobre os Sem Terra que encontramos⁹⁴. Surpreendentemente, esse trabalho defendido no Programa de Pós-graduação em Educação da UFPR, centra suas atenções nos sentidos da produção poética de poemas e cantos produzidos por militantes Sem Terra (ST)⁹⁵ e não no cotidiano dos nascentes acampamentos e assentamentos. Segundo a autora, ao escolher refletir sobre a relação *poesia-luta*, sua pesquisa estaria rompendo com o padrão de enfoques sobre os sem terra, argumento que soa estranho, ao constatarmos que se trata da primeira investigação após o surgimento formal do MST. Suas conclusões mostram o que mais tarde seria chamado de “mística”, ou seja, os significados simbólicos da

⁹³ O reduzido número de trabalhos encontrados no ano de 2013 se deve a não publicação ou a não disponibilização das dissertações e teses nos bancos de dados das universidades onde realizamos as buscas. Com certeza, se fizermos o levantamento mais adiante encontraremos um número bem superior ao levantado nessa tese.

⁹⁴ Não tivemos acesso à referida dissertação, mas ao livro oriundo dessa pesquisa “Sem terra com poesia: a arte de re-criar a história”, publicado pela Editora Vozes.

⁹⁵ Em diversos momentos da dissertação ela utiliza a sigla “ST” para se referir aos Sem Terra.

poesia Sem Terra que aparecem na função de animação e afloram para funções pedagógicas e políticas.

A dissertação “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do oeste catarinense um novo movimento social” escrita por Teresa Kleba Lisboa foi o segundo trabalho encontrado nessa pesquisa⁹⁶. O trabalho foi orientado pela socióloga Ilse Scherer-Warren no mestrado em Sociologia Política da UFSC e tinha como objetivo acompanhar o nascente movimento social rural, a partir da trajetória de um acampamento e três assentamentos catarinenses surgidos em 1985, ano de fundação do MST⁹⁷. A autora se utiliza da teoria dos Novos Movimentos Sociais como referencial central, sobretudo, autoras/es como Alan Touraine, Ilse Scherer-Warren, Candido Grzybowski, entre outras/os. Através de observação participante e entrevistas com acampadas e acampados, Lisboa mostra o nascimento do movimento em acampamentos que hoje são grandes assentamentos no oeste de Santa Catarina, através da dura rotina de um acampamento sem estrutura adequada, com uma incipiente organização em comissões locais, regionais e nacional, além das tensões com a também nascente UDR. A pesquisadora relatou que estava grávida durante a realização da pesquisa, podendo testemunhar as dificuldades do cotidiano no acampamento a partir da posição de quem necessita de alguns cuidados: “Algumas dificuldades sentidas, como a cama de bambu muito dura (eu estava grávida de cinco meses) alimentação precária e a longa distância que tive que caminhar no sol, de um grupo a outro, foram superadas pelos pontos positivos da convivência” (LISBOA, 1987, p. 45).

Dificuldades que todo o tipo são relativizadas pela pesquisadora, dado o esforço e o cuidado manifestados pelos acampados, sobretudo, pelas mulheres acampadas e assentadas, durante sua estada no local.

Um fato interessante, é que a autora utiliza a sigla “M.T.R.S.T.” referente ao nome completo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pois provavelmente naquele período a conhecida sigla MST ainda não havia se popularizado. Outra questão que aparece já naquele tempo é a discussão de gênero, analisada em algumas falas de mulheres acampadas e assentadas, cujos discursos sugerem algumas mudanças no

⁹⁶ Por se tratar de uma dissertação com mais de 25 anos, tivemos que entrar em contato com a pesquisadora para obter uma cópia para a leitura da mesma.

⁹⁷ Essa dissertação se tornou um livro “A luta dos Sem Terra no Oeste de Santa Catarina”, publicado em 1988 pela Editora UFSC e com co-edição do MST.

padrão das desigualdades. Inclusive, a primeira eleição de Luci Choinaki quase trinta anos atrás, é exaltada como uma vitória, daquela que se tornaria um símbolo da luta das mulheres no campo e que até hoje é uma referência da luta camponesa daquela região.

Outros trabalhos sucederam as dissertações supracitadas, como: “O processo educativo dos agricultores sem terra na trajetória da luta pela terra” de David Stival, defendida em 1987 no Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS; “Movimento Social no Campo: A Luta dos Assentados de Tupanciretã” de Celestino Perin defendida em 1988 no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM, com orientação de Ricardo Rossato; “Da consciência dos direitos a identidade social: os sem terra de Sumaré” de Luiz Carlos Tarelho que foi defendida em 1988 na PUC/SP no curso de Psicologia e que resultou em no capítulo “O Movimento Sem Terra de Sumaré: espaço de conscientização e de luta pela posse da terra”, do livro “Território e Cidadania: da luta pela terra ao direito a vida” publicado em 1989 da Editora Terra Livre e pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB); “Terra e Política o Movimento dos Trabalhadores Sem terra no Oeste de Santa Catarina” de Aloísio Ruscheinsk , defendido em 1989 no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC/SP orientado por Elide Rugai Bastos que também originou um livro “Terra e política: a luta social do MST pela reforma agrária no Sul do país” publicada em 2000 pela Editora da FURG.; “Depois da Terra, a conquista da cooperação. Um estudo do progresso organizativo num assentamento de reforma agrária no RS” de Neusa de Castro Zimmermann, defendida em 1989 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB.

A primeira tese foi “Cultura, Educação e Matemática na luta pela terra” de Gelsa Knijnik defendida 1995 no Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS e orientada por Tomaz Tadeu da Silva. Esse trabalho culminou em um livro intitulado “Educação Matemática, culturas e conhecimento na luta pela terra”, publicado pela Editora da Universidade de Santa Cruz do Sul (EDUNISC) em 2006.

Conforme pode ser visto no próximo capítulo, além da produção acadêmica de d&t brasileiras, também realizamos um levantamento de trabalhos sobre o MST fora do Brasil, focando em publicações em espanhol, mas incluindo alguns trabalhos em inglês, francês, italiano e catalão.

5 Panorama internacional: publicações em espanhol sobre o MST

Há quase três décadas pesquisadoras e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento de fora do Brasil, também têm se interessado pelo MST. Levando em conta esse interesse crescente, esse capítulo tem por objetivo contribuir para uma compreensão do impacto que o MST vem alcançando no mundo. Para isso, realizamos uma busca e encontramos centenas de publicações entre periódicos acadêmicos, capítulos de livros, dissertações, teses e livros que direcionaram olhares analíticos ao MST e suas práticas em assentamentos e acampamentos. A ideia central era analisá-los e depois filtrar as publicações que incorporaram as categorias gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades, para posteriormente incluí-las nas análises finais da tese, junto aos trabalhos brasileiros.

Esse levantamento resultou em um grande número de publicações sobre esse proeminente movimento brasileiro, escritos em diversos idiomas que não o português. Os números eram impressionantes e a cada banco de dados acessado encontrávamos mais trabalhos publicados em vários países do mundo, escritos, sobretudo, em espanhol, inglês e francês, mas também em italiano, alemão e catalão.

Os altos números encontrados nos estimularam a inserir esse tópico sobre o estado da arte de trabalhos sobre o MST publicados fora do Brasil. Em seguida sintetizamos os trabalhos que foram encontrados em língua espanhola por ser impossível analisar o montante de trabalhos em outros idiomas. Essa segunda fase da pesquisa bibliográfica aconteceu durante a realização de um estágio sanduiche na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e abarcou diversos bancos de dados virtuais como o do CEDEM; do Comitê de apoio ao MST em Madrid Espanha, do Sciecie direct, da CLACSO e da Red de Bibliotecas Universitarias⁹⁸. Também visitamos várias bibliotecas localizadas na cidade do México, como a da Universidade Nacional

⁹⁸ Links dos bancos de dados utilizados na pesquisa de trabalhos publicados em espanhol: CEDEM: http://www1.cedem.unesp.br/acervos/acervo_mst.htm; Comitê de apoio ao MST em Madrid na Espanha: http://www.sindominio.net/mstmadrid/index.php?option=com_content&task=view&id=634&Itemid=2; Sciecie direct: <http://www.sciencedirect.com/>; CLACSO: <http://biblioteca.clacso.edu.ar>; e da Red de Bibliotecas Universitarias: <http://rebiun.absysnet.com/cgi-bin/rebiun/O7311/ID64162205?ACC=101>.

Autônoma do México (UNAM), da Universidade Autônoma do México (UAM) e da Universidade Autônoma da Cidade do México (UACM). Fizemos também uma pesquisa virtual nos sites das bibliotecas na internet de diversas universidades localizadas em toda a América Latina.

Utilizando a palavra-chave *MST*, ou *Movimento dos Trabalhadores Sem Terra* traduzido para alguns idiomas⁹⁹, iniciamos o levantamento de trabalhos adotando uma segmentação simples, onde os trabalhos coletados foram separados por idioma: espanhol, inglês, francês, italiano, etc. Além disso, como já foi explicitado, foram considerados apenas artigos publicados em periódicos, dissertações, teses, capítulos de livros e livros. Artigos não acadêmicos ou apresentados em congressos, simpósios, encontros ou qualquer outro evento, ficaram de fora. Uma escolha difícil, mas necessária devido à infinidade de trabalhos dessa natureza, o que com certeza impediria uma análise mais aprofundada de alguns deles. Além disso, complementamos o levantamento bibliográfico com uma busca etnográfica, entrando em contato com pesquisadores que nos indicaram trabalhos que não estavam nos bancos de dados.

Os trabalhos escritos em espanhol foram priorizados, por ser o idioma predominante na América Latina. Consequentemente, encontramos um número bem superior aos dos idiomas restantes. No total identificamos 77 estudos, sendo 29 publicados na Espanha e o restante no continente americano, principalmente, na América Latina. Na impossibilidade de localizar todos os estudos em todas as línguas, consideramos essa amostra representativa no intuito de compreender como vem se dando a expansão e a consolidação da pesquisa sobre o MST, quais os países e locais onde foram publicados esses trabalhos, qual a nacionalidade das/os autoras/es, quais os tipos de publicação, além das temáticas mais discutidas. Na tentativa de esclarecer melhor esses aspectos, a seguir apresentamos um quadro contendo as seguintes informações: ano da publicação; nome e nacionalidade dos/as autores/as; local da publicação. Na continuidade, esses dados serão

⁹⁹ Em espanhol *Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra*; em inglês *Landless Rural Workers' Movement*; em francês *Mouvement des Sans-Terre*, em Italiano *Movimento dei Lavoratori Rurali Senza Terra*; em alemão *Die Landlosenbewegung*; e catalão *Moviment Nacional de Treballadors Rurals Sense Terra*.

desagregados e sistematizados em gráficos de modo a permitir uma análise mais detalhada das suas particularidades.

Quadro 3

Trabalhos sobre o MST publicados em espanhol entre 1991 e 2013.

Ano	Título	Autor(a)	Nacionalidade do(a) autor(a)	Local da publicação
1991	Livro: <i>La lucha por la tierra en el Brasil.</i>	Sérgio Frei Górgen e João Pedro Stédile	BRA	ESP
1997	Artigo: <i>América Latina. La izquierda contra ataca.</i>	James Petras	EUA	ARG
1997	Artigo - El movimiento de los trabajadores Rurales sin tierra y la reforma agraria en Brasil.	Lorenzo Fernández Franco	ESP	ESP
1998	Artigo: Exclusión social y acción colectiva en el medio rural. El Movimiento de los Sin Tierra de Brasil.	Maria das Graças Ruas	BRA	ARG
1998	Artigo: La lucha de los Sin-Tierra en Brasil.	Bernardo Mançano Fernandes	BRA	CHILE
1998	Artigo: Una propuesta educativa en Brasil: el Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra (MST).	Manuel Sánchez Cerón	MEX	MÉX
1999	Capítulo de libro: La territorialización del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra en Brasil.	Bernardo Mançano Fernandes	BRA	VEN
2000	Capítulo de libro: La lucha del Movimiento de los Sin Tierra.	Elmar Do Nascimento	BRA	ESP
2000	Livro: Brava Gente: la trayectoria del MST y de la lucha por la tierra en el Brasil.	Bernardo Mançano Fernandes e João Pedro Stédile	BRA	ARG
2001	Artigo: El MST: La reforma agraria como hecho sociocultural.	Kintto Lucas	URU	ESP
2001	Artigo: Reforma agraria: ¡por un Brasil sin latifundio (y sin desplazados)!	Jorge Montenegro Gómez	BRA	ESP
2001	Tese: El Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra en el marco de la educación liberadora.	Maria do Socorro Vasconcelos	BRA	ESP
2001	Artigo: El MST : educación liberadora y trabajo cooperativo	Maria do Socorro Vasconcelos	BRA	ESP
2001	Artigo: Movimiento Sin Tierra: lecciones de Pedagogía.	Roseli Salette Caldart	BRA	ESP
2002	Artigo: El Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST) del Brasil: sus orígenes y el carácter de su lucha.	Ana María Rocchietti	ARG	ARG
2002	Artigo: Amo, esclavo y los Sin Tierra.	María Celeste Castiglion	ARG	MÉX
2002	Livro: Rebeldes Sin Tierra: historia del MST en Brasil.	Carlos Aznarez Javier Arjona	ARG	ESP
2002	Artigo - Subjetividades autónomas y lucha social: El Movimiento de los Sin Tierra, Brasil.	Castor M. M. Bartolomé Ruiz	BRA	ESP
2002	Artigo: El Movimiento de los Sin Tierra en Brasil.	Carlos Fritzen	BRA	ESP

2002	Artigo: El Movimiento Sin Tierra y el "ecomunitarismo".	Sirio López Velasco	URU	ESP
2002	Livro: Sin tierra: Construyendo movimiento social	Marta Harnnecker	CHILE	ESP
2002	Tesis de maestría - Mulheres com coragem: mujeres líderes en el movimiento de los trabajadores y trabajadoras rurales sin tierra de Brasil.	María Carballo López	ESP	ESP
2004	Livro: En busca de la identidad. La acción colectiva en los conflictos agrarios de América Latina.	Diego E. Piñeiro	ARG	ARG
2004	Artigo: El MST y las disputas por las alternativas en Brasil.	João Pedro Stédile	BRA	ARG
2004	Monografía: El Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST): continuidad y ruptura en la lucha por la tierra.	Mariana Elkisch Martínez	MEX	MEX
2004	Artigo: Zapatistas, piqueteros y sin tierra Nuevas radicalidades políticas en América Latina	Hernán Ouviaña	ARG	ARG
2005	Artigo: El MST: continuidad y ruptura en la lucha por la tierra en Brasil.	Mariana Elkisch Martínez	MEX	MEX
2005	Artigo: El MST en una perspectiva histórica.	João Márcio Mendes Pereira	BRA	MEX
2005	Capítulo de libro: El movimiento de los campesinos sin tierra de Brasil (MST).	Marta Harnnecker	CHI	ESP
2005	Artigo: Neozapatismo y Movimiento de los Sin Tierra: reto latinoamericano al neoliberalismo.	Mónica Dias Martins Márgara Millán	BRA	MEX
2005	Monografía: La fotografía de Sebastião Salgado como documento estético y histórico en el Movimiento de los Sin Tierra.	Hayde Yasmín Toledo Martínez	MEX	MEX
2005	Artigo: El movimiento de los sin tierra (MST) y el campo jurídico en Brasil.	Peter P. Houtzager	EUA	COL
2006	Artigo: Transformaciones históricas del Movimiento social sin tierra del Brasil. Y su relacionamiento con movimientos sociales de Latinoamérica.	Nessdy Espitia Caicedo	COL	COL
2006	Livro: Cuando el territorio es la vida - la experiencia de los sin tierra en Brasil.	Norma Giarracca Jorge et al.	ARG	ARG
2006	Artigo: El Movimiento de Trabajadores Sin Tierra de Brasil: notas sobre su intervención estética en la política.	Elsa Ponce	ARG	VEN
2006	Capítulo de libro: La lucha por la tierra y por una sociedad más justa de las militantes del Movimiento Sin Tierra en Ceará (Brasil).	María Carballo López	ESP	ESP
2006	Livro: Función social de la propiedad y latifundios ocupados: Los sin Tierra de Brasil.	Mario G. Losano	ITA	ESP
2007	Dissertação: Educación popular y movimientos sociales. El caso de la propuesta pedagógica del Movimiento de Los Trabajadores Rurales Sin Tierra (BRASIL).	Ana Yesica Martínez Vilalba	MEX	MEX

2007	Artigo: Globalización, agroecología y movimientos sociales: Un análisis interdisciplinar del incipiente ecologismo popular en el Movimiento Sin Tierra (MST).	Raquel Moreno-Peñaranda	ESP	BRASIL
2007	Artigo: Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).	Milena Barrera Ramírez	ESP	BRASIL
2007	Monografía: MST en marcha hasta la agroecología. Una aproximación a la construcción histórica de la agroecología en el MST.	Ciro Correa	BRA	ESP
2007	Artigo: Los sentidos en los medios: las versiones sobre el Movimiento de los Sin Tierra en dos diarios impresos.	Alexandre Bonetti Lima	BRA	VEN
2008	Livro: MST: simiente de la vida y la esperanza.	Aleida Guevara	CUBA	CUBA
2008	Monografía: El agro brasileño: introducción al Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra.	Ernesto Scheinvar Gottdiener	MEX	MEX
2008	Artigo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra y Partido dos Trabalhadores: Génesis, evolución, ¿ruptura?	Bruno López Aretio-Aurtena	ESP	ESP
2008	Artigo: Símbolos religiosos y acción colectiva: la "mística" del movimiento de los trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) de Brasil.	Jaume Vallverdú	ESP	ESP
2009	Capítulo de libro: Movimiento-partido: el caso del Movimiento de los Trabajadores sin Tierra (MST) en Brasil.	Adelita Neto Carleial	BRA	ARG
2009	Capítulo de libro: Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra y los desafíos de la construcción de un proyecto popular para Brasil	Andreza Prevot	BRA	PERU
2009	Artigo: Los actores políticos del mundo rural en Brasil: el ejemplo del MST.	Dana de la Fontaine	Não identificado	ESP
2009	Monografía: Un análisis antropológico del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra de Brasil. El caso de la escuela Florestan Fernandes.	Waldo Lao Fuentes Sánchez	MEX	MEX
2009	Artigo: Historia de vida y memoria de los maestros del Movimiento sin Tierra de Brasil: recuerdos de la niñez, escuela y proceso de formación.	Noeli Valentina Weschenfelder	BRA	ESP
2009	Artigo: El MST en Brasil y las organizaciones sociales kirchneristas en Argentina. Roles, identificación y relaciones dentro del conglomerado oficialista	Maria Dolores Rocca Rivarola	ARG	ARG
2009	Artigo: En la lucha y en la sombra: Relaciones entre mujeres y hombres en el Movimiento Sin Tierra de Ceará.	María Carballo López	ESP	ESP
2009	Artigo: El Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST): se trata de trabajadores proletarios y de sobrepoblación relativa formado, en su mayoría, por negros.	Simone Maria de Souza	BRA	ARG
2010	Artigo: El Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra(MST) hoy: desafíos de la izquierda social brasileña.	Armando Chaguaceda	MEX	MEX

2010	Monografía: Movimiento de los Sin Tierra. En la construcción de una alternativa a la crisis del capital.	Rebeca Peralta Mariñelarena	MEX	MEX
2010	Dissertação: El Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra y la hegemonía de la lucha popular en Brasil.	Mariana López de la Vega	MEX	MÉX
2010	Livro: Método de trabajo y organización popular.	Sector Nacional de Formación del MST	BRA	VEN
2010	Tese: Geografías de la acción colectiva: el Movimiento de los Sin Tierra de Brasil y el activismo rural transnacional (1978-2008)	Breno Bringel	BRA	ESP
2010	Artigo: Conflictos en la gran pantalla: la representación de Guerrilleros y sin tierras en las cinematografías Brasileña y mexicana contemporáneas.	Marina Cavalcanti Tudesco	BRA	MEX
2010	Capítulo de libro: La lucha por la tierra. Casos comparados de Brasil y España.	Víctor O. Martín Martín	ESP	ESP
2011	Capítulo de libro: Movimientos sociales y educación pública: la experiencia del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra.	Florencia Stubrin	ARG	ARG
2011	Artigo: Globalización, tierra, resistencia y autonomía: el EZLN y el MST.	Leandro Vergara-Camus	MEX	MEX
2011	Artigo: Los Sin Tierra y los Sin Trabajo en Brasil y Argentina durante los gobiernos de Lula Da Silva y de Néstor Kirchner. Un análisis de los procesos de institucionalización de los movimientos sociales.	Esteban Iglesias	ARG	VEN
2011	Tese: Vem, teçamos a nossa liberdade. Mujeres líderes en el Movimiento Sin Tierra (Ceará - Brasil).	María Carballo López	ESP	ESP
2012	Artigo: El Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST): entre autonomía e institucionalización.	Beate Jungemann	VEN	VEN
2012	Monografía: Desarrollo comunitario y Empoderamiento de Colectivos en riesgo de Exclusión social.	Ana Cabria Corral	ESP	ESP
2012	Artigo: Entre as FARC o MST, entre a violência no campo o Estado policial na América Latina: Aspectos distintos de conflitos agrários históricos no Brasil e Colômbia.	Fernando Antonio Alves	BRA	COL
2012	Artigo - De labradores a pistoleros: El Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra en la revista Veja.	Cláudia Mendes Giesel	BRA	CHILE
2012	Capítulo de livro - Sembrando luchas: Mujeres líderes en el Movimiento Sin Tierra de Brasil.	María Carballo López	ESP	MEX
2012	Tese: El MST en el marco de la cuestión agraria brasileña. La experiencia histórica del asentamiento São Bento.	Bruno López Aretio-Aurtena	ESP	ESP
2012	Capítulo de libro: Las organizaciones sociales en los conjuntos oficialistas: identidades parciales y definiciones de pertenencia en el MST y en organizaciones sociales kirchneristas	María Dolores Rocca Rivarola	ARG	ESP

2013	Artigo: El Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra y sus estrategias de comunicación 1978 – 2010.	Gabriela Mangelardo et al.	BRASIL	BRASIL
2013	Artigo: La infraestructura y su relación con la práctica educativa: escuela de asentamiento rural zumbi de los Palmares en el municipio de Claudia-MT/Brasil.	Antonio Carlos de Souza Diniz	BRASIL	BRASIL
2013	Dissertação: Educar es cuidar: la formación de educadores y las prácticas prefigurativas en el movimiento de trabajadores rurales sin tierra (MST) de Brasil.	Cesar Eduardo Ortega Elorza	MEX	MEX
2013	Dissertação: Formación de resistencias y construcción de nuevas realidades El Caso del Madre Cristina asentamiento del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra, Brasil.	René Rojas Gonzales	MEX	MÉX

Fonte: Quadro desenvolvido pelo autor a partir do levantamento bibliográfico realizado em 2013 na Cidade do México, México.

Iniciando a desagregação desses dados gerais, apresentamos a evolução dos trabalhos sobre o MST, escritos em espanhol, por ano de publicação. Pelo gráfico abaixo, percebe-se que não há uma grande variação ou tendências óbvias no período verificado. Entre 1991, ano do primeiro trabalho publicado sobre o MST em espanhol, e 2013, verifica-se que as aparições mais constantes de trabalhos surgem a partir de 1997. Mais uma vez recorremos aos casos emblemáticos do Massacre de Eldorado dos Carajás e da Marcha para Brasília, tragédia que fez com que o MST ganhasse repercussão internacional. A partir de 2004, quando o MST completa 20 anos, os trabalhos na América Latina se tornaram ainda mais constantes, no entanto, ainda não foi possível encontrar especificidades dessa recorrência. O único fato que chama a atenção é o de que em 2003 não encontramos publicações. Não há como afirmar que não houve, mas o fato é que não descobrimos nada até o momento.

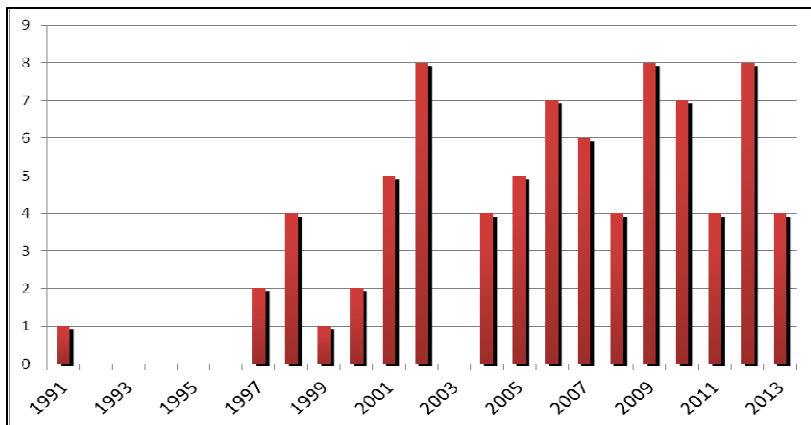


Figura 10. Ano de publicação dos trabalhos sobre o MST escritos em espanhol.
Fonte: Gráfico desenvolvido pelo autor a partir do levantamento bibliográfico realizado em 2013 na Cidade do México, México.

Além da periodicidade, outro fator relevante é saber onde esses trabalhos foram publicados. O gráfico abaixo mostra essa divisão, adotando o local de publicação dos textos, o que não corresponde necessariamente à origem da/o autor/a que escreveu o trabalho. Assim, podemos identificar os países que mais receberam publicações sobre o MST.

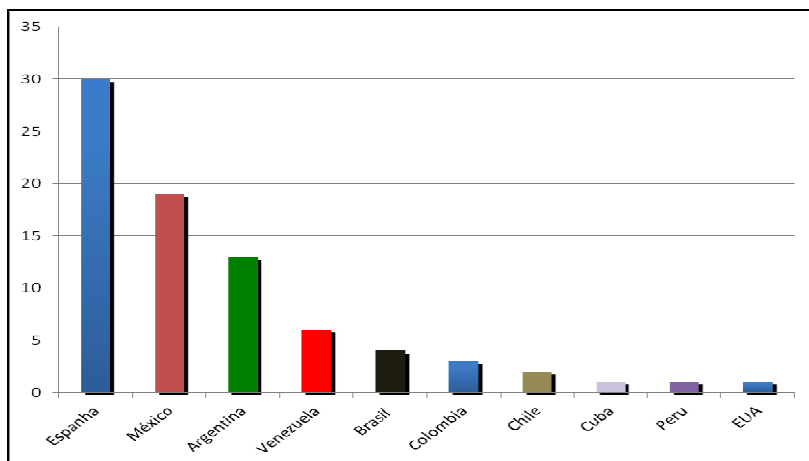


Figura 11. Local da publicação dos trabalhos sobre o MST escritos em espanhol. **Fonte:** Gráfico desenvolvido pelo autor a partir do levantamento bibliográfico realizado em 2013 na Cidade do México, México.

Os países que mais publicaram trabalhos sobre o MST foram Espanha, México e Argentina, seguidos por Venezuela, Brasil, Colômbia, Chile, Cuba, Peru e Estados Unidos. Há algumas nuances dessa recorrência que devem ser explicadas, como, por exemplo, o fato do Brasil estar presente na lista. Isso se deve ao encontro de algumas publicações brasileiras que aceitaram artigos em espanhol, o que também ocorreu com um periódico estadunidense.

Como já mencionado, essa pesquisa foi realizada no México, onde tivemos acesso a diversas bibliotecas *in loco*, o que de certa maneira pode ter influenciado no grande número de trabalhos localizados nesse país. Lá, inclusive, conseguimos interagir com pesquisadores¹⁰⁰ que contribuíram nessa busca de trabalhos sobre os Sem Terra, pois alguns dos trabalhos encontrados não estavam em bancos de dados e foram incorporados na pesquisa depois do contato com esses pesquisadores. Além disso, essa maior incidência de trabalhos no México, como também na Argentina e na Espanha também se deve a outros fatores. No México existe grande produção acadêmica sobre movimentos sociais latino-americanos nas universidades daquele país,

¹⁰⁰Tive a oportunidade de conhecer alguns dos autores dos trabalhos encontrados como: Ernesto Scheinvar Gottdiener, Waldo Lao Fuentes Sánchez e Cesar Eduardo Ortega Elorza.

principalmente na UNAM, considerada um centro de ensino e pesquisa de excelência mundial. Na Argentina, um fator importante no significativo número de trabalhos publicados, muito provavelmente, se deve às publicações do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), uma das mais importantes instituições de pesquisa não governamentais do mundo sediada em Buenos Aires, capital argentina. Chegamos a essa conclusão, pois nas universidades argentinas, apesar das buscas nos bancos de dados das principais bibliotecas, não encontramos trabalhos publicados sobre o MST. Na Espanha encontramos o maior número de trabalhos sobre esse Movimento. Um das hipóteses mais plausíveis desse grande número de publicações é que há de fato várias universidades renomadas e periódicos internacionais importantes no país. Outra constatação interessante é o fato de que vários desses trabalhos foram publicados em regiões com histórico separatista, como a Catalunha e o País Basco.

Outros dados importantes a serem analisados, referem-se às nacionalidades das/os autoras/es. No gráfico abaixo vemos essa segmentação.

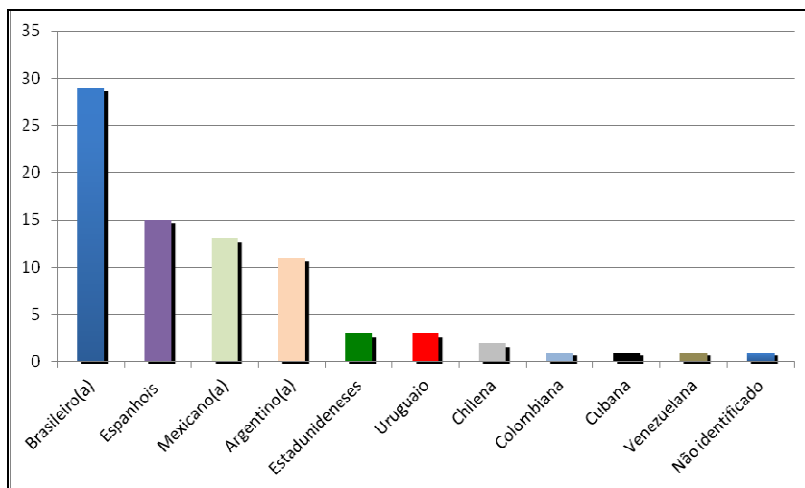


Figura 12. Nacionalidade das/os autoras/es que publicaram trabalhos sobre o MST escritos em espanhol. **Fonte:** Gráfico desenvolvido pelo autor a partir do levantamento bibliográfico realizado em 2013 na Cidade do México, México.

As/os brasileiras/os são as/os maiores publicadoras/es de trabalhos sobre o MST em espanhol, seguidos de espanholas/espanhóis, mexicanas/os e argentinas/os. A predominância de autoras/es brasileira/os que publicam suas pesquisas em outros lugares do mundo, mostra o escoamento das pesquisas para além dos locais tradicionais de publicações internacionais, Europa e/ou nos Estados Unidos, sobretudo.

A segmentação por sexo mostra que há uma divisão equitativa de mulheres e homens que escreveram sobre o MST. Dos 77 trabalhos, 39 foram escritos por mulheres, 37 por homens e um pelo Setor de Educação do MST, não havendo registro dos nomes dos/as autores/as. Contudo, o número de trabalhos não corresponde necessariamente ao de autores/as. No caso das mulheres, os 39 trabalhos foram escritos por apenas 33, pois quatro autoras escreveram duas ou mais publicações. Quanto aos homens, os 37 trabalhos foram realizados por 35, devido à publicação de dois ou mais trabalhos por três autores. Destacaremos algumas/alguns dessas/es autoras/es, não somente por esses trabalhos, mas pelo conjunto das obras que enfocam o MST e as lutas de movimentos sociais no campo brasileiro e latino americano. Dentre as/os que mais se destacaram, podemos ressaltar João Pedro Stédile, Bernardo Mançano Fernandes, Roseli Caldart, Leandro Vergara-Camus, James Petras, Marta Harnnecker, Simone Maria de Souza e María Carballo López.

Os três nomes mais conhecidos dessa lista são de dois brasileiros e uma brasileira: João Pedro Stédile, Bernardo Mançano Fernandes e Roseli Caldart. O primeiro é uma das principais lideranças do MST. Economista pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) e pós-graduado em Estudos Latino-americanos pela Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM), Stédile é membro da direção nacional e um dos fundadores do movimento. Além de conter dois trabalhos em espanhol presentes no levantamento, *Los Sin Tierra contra el corporativismo* publicado em 1998 pela revista argentina *Cuadernos del Sur* e *El MST y las disputas por las alternativas en Brasil* publicado pela CLACSO em 2004, ele aparece em duas outras publicações como figura central, sendo o entrevistado que forneceu quase todo o conteúdo sobre a história do MST. O livro *Brava Gente: la trayectoria del MST y de la lucha por la tierra en el Brasil* de Bernardo Mançano Fernandes e João Pedro Stédile é uma tradução feita inicialmente na Argentina de uma das produções mais conhecidas sobre o movimento, o livro *Brava Gente: a trajetória do MST e luta pela terra no Brasil*. Além da Argentina, a obra foi publicada originalmente no

Brasil em 1999 e em diversas edições em outros países. Em 2001 foi publicado em Cuba, na Itália e no México. Em 2002 em Barcelona na Espanha. Em 2003 em Paris na França e em 2004 em Madrid, também na Espanha. O outro livro de entrevistas com o líder Sem Terra foi publicado em 2008, *MST: simiente de la vida y la esperanza* da médica Aleida Guevara, filha do famoso revolucionário argentino, Ernesto Guevara. Esse segundo livro, é muito menos divulgado e conhecido no Brasil e na América Latina.

A segunda figura central dessas publicações é Bernardo Mançano Fernandes, talvez o maior estudioso brasileiro sobre o MST, como já mencionamos anteriormente, ao expor suas orientações de dissertações e teses, algumas de suas publicações e sua formação acadêmica. Além do afamado livro *Brava Gente*, publicado em diversas línguas, Fernandes publicou diversos outros trabalhos sobre o Movimento. Encontramos mais dois, um artigo publicado em 1998 no periódico chileno *Reflexion y liberación* intitulado *La lucha de los Sin-Tierra en Brasil* e um capítulo no livro publicado na Venezuela, *Lucha Popular, democracia, neoliberalismo: protesta popular en América Latina en los años de ajuste* intitulado *La territorialización del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra en Brasil*. Em seu currículo ainda consta mais de uma centena de publicações em periódicos nacionais e internacionais e mais de 100 participações em livros, seja como autor, organizador ou proponente de um capítulo em espanhol, inglês e francês. Em quase todos eles, o autor aborda a questão agrária e o MST, foco central de suas pesquisas e de sua militância, afinal, também é assessor do Movimento.

Outra importante pesquisadora é a brasileira Roseli Salette Caldart, graduada em pedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), mestra em Educação pela UFPR e autora da primeira dissertação sobre o MST, apresentada anteriormente. Ela também é doutora em Educação pela UFRGS com a tese “Escola é mais do que escola na Pedagogia do Movimento Sem Terra” defendida em 1999. Atualmente é assessora pedagógica do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária e coordena o curso de Licenciatura em Educação do Campo, parceria entre Iterra, UnB e MEC. Em nosso levantamento encontramos o artigo “Movimiento Sin Tierra: lecciones de Pedagogía”, publicado na revista *Cuadernos de Pedagogía* em Barcelona na Espanha. A pesquisadora é autora do livro “Pedagogia

do Movimento Sem Terra”, publicado pela Editoria Vozes em 2000. Uma das obras mais citadas em trabalhos sobre o MST.

Entre os pesquisadores estrangeiros, os três que mais se destacaram foram o mexicano Leandro Vergara-Camus, o estadunidense James Petras e a chilena Marta Harnecker. O primeiro, professor de várias universidades pelo mundo, com passagens pelas Universidades de York em Toronto no Canadá, de Groningen na Holanda e Universidade de Londres, chamou-nos a atenção devido à expressiva quantidade de trabalhos que continham o MST como ator coletivo central de suas análises, além das suas abordagens a respeito do contexto de luta pela terra no Brasil e na América Latina, especialmente, em comparações com o EZLN. Além do artigo em espanhol, *Globalización, tierra, resistencia y autonomía: el EZLN y el MST* publicado em 2011 na Revista Mexicana de Sociologia da UNAM, Vergara-Camus ainda publicou dezenas de artigos em inglês e francês em periódicos do Brasil, dos Estados Unidos e/ou do Canadá¹⁰¹. Em 2014, ele lançou o livro *Land and Freedom. The Peasant Development Alternatives to Neoliberalism of the Landless People in Brazil and the Zapatista Movement in Chiapas* (sem tradução para o português) editado pela Zed Books em Londres, na Inglaterra.

O outro autor que parece ter se aprofundado sobre o MST foi o estadunidense James Petras, professor aposentado de sociologia da Universidade de Binghamton em Nova York. Encontramos apenas um artigo em espanhol *América Latina. La izquierda contra ataca* publicado na revista argentina *Nueva Sociedad* em 1997. No entanto, encontramos várias outras¹⁰² publicações sobre camponeses e lutas sociais na América Latina em inglês e português. Além disso, Petras tem escrito para o Jornal Sem Terra com periodicidade, sendo um dos porta-vozes internacionais do Movimento.

A socióloga chilena Marta Harnecker, professora na Universidade de Santiago, publicou um dos livros que mais circularam na América

¹⁰¹ Na página da Universidade de Londres encontramos em o seu currículo (Link: <http://www.soas.ac.uk/staff/staff73684.php>) quase trinta trabalhos entre livros, capítulos de livros e artigos abordando os dois movimentos sociais do campo mais emblemáticos da América Latina, MST e EZLN. Citaremos alguns deles no final desse tópico.

¹⁰² Em seu site pessoal encontramos várias publicações sobre a América Latina e os movimentos sociais no campo. Maiores informações sobre as publicações de James Petras, acessar: <http://petras.lahaine.org/?p=1906>.

Latina e na Europa sobre o MST. *Sin tierra: Construyendo movimiento social* foi publicado na Espanha pela editora Siglo XXI em 2002, livro extremamente difundido nos países hispano falantes. Em inglês, foi publicado em 2003 pela editora brasileira Expressão Popular e em francês, pela editora suíça CETIM em 2005 com o título *MST-Bresil: la construction d'un mouvement social*. Além desse difundido livro, publicou em 2005 o artigo *El movimiento de los campesinos sin tierra de Brasil (MST)* no livro *Las luchas campesinas y obreras frente a los desafíos del siglo XXI : el porvenir de las sociedades campesinas y la reconstrucción del frente unido de los trabajadores*, também editado pela espanhola Siglo XXI.

Mais duas autoras se destacam nesse levantamento: Simone Maria de Souza e María Carballo López, ora pelo grande número de trabalhos, ora pela temática escolhida por ambas. A primeira, brasileira, escreveu o artigo *El Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST): se trata de trabajadores proletarios y de sobrepoblación relativa formado, en su mayoría, por negros* publicado em 2009 na revista argentina *Razón y Revolución*. Trata-se de um artigo embasado em sua tese de doutorado “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras”, que aprofundaremos mais tarde, sendo um dos poucos trabalhos a abordar a questão de raça no MST até hoje. Simone de Souza é formada em Ciências Sociais pela UFRPE, fez mestrado e doutorado em Serviço Social pela UFPE. Além da referida tese, escreveu sua dissertação sobre o MST, intitulada “O MST e a Educação: perspectiva de construção de uma nova hegemonia”. Também escreveu um capítulo de livro e outros artigos em português sobre o Movimento.

A antropóloga espanhola María Carballo López se destaca não só pelo capítulo de livro *Sembrando luchas: Mujeres líderes en el Movimiento Sin Tierra de Brasil* publicado no livro *Mujeres y hombres en el mundo global: antropología feminista en América Latina* da Editora da UNAM no México, mas também pelo extenso trabalho com mulheres do MST no Ceará. Sua dissertação de mestrado *Mulheres com coragem: mujeres líderes en el movimiento de los trabajadores y trabajadoras rurales sin tierra de Brasil* e sua tese de doutorado *Vem, teçamos a nossa liberdade. Mujeres líderes en el Movimiento Sin Tierra (Ceará - Brasil)*, ambas feitas na Universidade Autônoma de Barcelona

(UAB) no Departamento de Antropologia, compartilham com o leitor/a quase uma década de vivência da autora com o Movimento. Abordaremos novamente as publicações que abordam as questões de gênero e raça dessas duas autoras no próximo capítulo.

Outro dado que pode nos oferecer importantes indicativos das publicações em espanhol referem-se aos tipos de trabalhos que foram encontrados no levantamento. A maioria das publicações é composta por artigos publicados em periódicos, 55% da produção total, o que corresponde a 44 artigos. Desse montante, 13 foram publicados em periódicos espanhóis, nove em mexicanos, oito em argentinos, quatro em venezuelanos, quatro em brasileiros, três em colombianos, dois em chilenos e um em periódico estadunidense. O restante (45%) é composto por 11 capítulos de livros, nove livros, sete monografias, cinco dissertações e quatro teses. Dentro desse conjunto de trabalhos um fato que chama atenção é que todos os trabalhos de monografia, dissertação ou tese, ou foram escritos no México, ou na Espanha.

No México foram escritos cinco trabalhos de conclusão de curso, ou como é chamado nativamente naquele país de *tesis de licenciatura*, e quatro dissertações ou *tesis de maestria*. Desses nove trabalhos, sete foram realizados na UNAM, um na Escuela Nacional de Antropología y Historia (ENAH)¹⁰³ e um na Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP)¹⁰⁴. Na Espanha não existe um concentração de estudos em uma universidade específica como no México, no entanto, as quatro teses de doutorado que foram encontradas eram espanholas. Além dessas, encontramos mais duas monografias e uma dissertação. Esses trabalhos foram realizados nas seguintes instituições: dois trabalhos, uma tese e uma monografia, na Universidade de Valladolid; dois trabalhos, uma tese e uma dissertação, na Universidade Autónoma de Barcelona; uma tese na Universidad de Castilla-La Mancha, uma tese na Universidad Complutense de Madrid e uma monografia na Universidad de Universidad Internacional de Andalucía.

¹⁰³ A ENAH é uma instituição de excelência no México e em toda América Latina. Nascida no final dos anos 1930, atualmente oferece cursos de licenciatura e de pós-graduação em antropologia e história, além de cursos de línguas indígenas (ENAH, 2014).

¹⁰⁴ A Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP) é maior e mais antiga universidade do estado de Puebla, no México. Conta com diversos cursos de graduação e pós-graduação em nove campus espalhados pelo estado (BUAP, 2014).

Dos vinte livros encontrados (fazendo a junção de livros e capítulos de livros), dez foram publicados na Espanha, cinco na Argentina, dois na Venezuela, um em Cuba e um no Peru. Não existe grande concentração de editoras, no entanto, duas se destacam: Siglo XXI e a CLACSO, com três livros cada. Algumas das outras editoras presentes são: Comité de Apoyo al MST de Barcelona, América Libre, Editora Txalaparta, Editora Dykison, Editora da Universidad de Deusto e a Editora Ocean Sur.

A partir de todas essas segmentações, fizemos um esforço de criar uma divisão de trabalhos segundo as temáticas centrais que neles prevaleceram. Dividimos os trabalhos em 11 grupos, a saber:

Quadro 4

Agrupamento de trabalhos sobre o MST escritos em espanhol, segundo as temáticas centrais que neles prevaleceram.

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6
Contextualização histórica do MST e sua organização	Propostas pedagógicas do MST	Comparações com outros movimentos sociais	Cooperativismo e agroecologia no MST	Relações do MST e os meios de comunicação	Questões de gênero no MST
Grupo 7	Grupo 8	Grupo 9	Grupo 10	Grupo 11	
Estudos de caso em assentamentos do MST	Fotografia relacionada ao MST	Questões étnico-raciais no MST	Relações do MST no campo jurídico	MST e religiosidade	

Fonte: Quadro desenvolvido pelo autor a partir do levantamento bibliográfico realizado em 2013 na Cidade do México, México.

O grupo 1 corresponde aos trabalhos que centram suas análises na história do MST, seu potencial revolucionário na América Latina e nas estruturas organizativas do Movimento. Correspondem a mais da metade dos trabalhos levantados, 41 no total. Parecem ter o intuito de informar a/o leitor/a estrangeira/o ou que desconhece a realidade brasileira sobre o influente movimento social camponês. São, em sua maioria, os mais antigos do levantamento, quando o MST ainda não era muito (re)conhecido e estudado na academia fora do Brasil. Dos trabalhos levantados antes de 2000, apenas um não tem essa característica. Algumas obras são emblemáticas nesse agrupamento, como o livro *La lucha por la tierra en el Brasil* de Sérgio Frei Gørgen e João Pedro Stédile (1991), o artigo de James Petras (1997) *América Latina. La izquierda contra ataca*, o artigo *El movimiento de los*

trabajadores Rurales sin tierra y la reforma agraria en Brasil de Lorenzo Fernández Franco (1997) e o artigo *Exclusión social y acción colectiva en el medio rural. El Movimiento de los Sin Tierra de Brasil* de Maria das Graças Ruas (1998), todos em espanhol, estudos pioneiros registrados em nosso conforme este levantamento.

Também há trabalhos mais recentes que buscam fazer balanços históricos mais gerais sobre a atuação do MST nessas últimas três décadas, como a tese de Breno Bringel *Geografías de la acción colectiva: el Movimiento de los Sin Tierra de Brasil y el activismo rural transnacional (1978-2008)*. Conforme anunciamos no capítulo anterior, Bringel é um dos pesquisadores brasileiros que mais tem produzido trabalhos sobre os Sem Terra. Em seu currículo Lattes encontramos diversos trabalhos que investigavam o MST, inclusive um livro recente baseado em sua tese, intitulado “O MST e o internacionalismo contemporâneo” de 2014.

Outro artigo, de Gabriela Mangelardo et al (2013) também busca fazer um balanço crítico das estratégias de comunicação do Movimento entre 1978 e 2010. A partir de uma pesquisa bibliográfica a autora tenta demonstrar a importância da comunicação no MST para chamar a atenção da opinião pública. Segundo seu ponto de vista, as novas TIC teriam influenciado o repertório da ação coletiva do MST, permitindo que o Movimento ficasse conhecido internacionalmente. Apesar de ter nas ocupações de terra sua estratégia central de visibilização e pressão frente ao Estado, o MST utiliza uma série de meios de comunicação, como o Jornal Sem Terra que existe desde sua fundação em 1984; a Revista Sem Terra e o site do MST (www.mst.org.br), ambos surgidos em 1997; a Editora Expressão Popular, coordenada pelo Movimento desde 1999; o Jornal Brasil de Fato, bem como diversas rádios localizadas em assentamentos do Brasil. Além das estratégias tradicionais de comunicação, a autora cita as aparições de dirigentes nacionais, como João Pedro Stédile, em programas de TV, palestras em universidades e/ou a publicação de artigos em periódicos, acadêmicos ou não, como pudemos verificar nesse levantamento. Mais uma vez os massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás nos anos 1990, são lembrados como fatos que fomentaram o reconhecimento do MST. “Las masacres [...] atizó el interés nacional e internacional por el movimiento y consiguió el apoyo de la opinión pública en general” (MANGELARDO, 2013, p. 24).

O grupo 2 contém 10 trabalhos sobre a proposta pedagógica do MST. A maioria parece exaltar as experiências de escolas nos

assentamentos através das diretrizes pedagógicas do MST, tais como nos trabalhos de Ceron (1998), Vascocelos (2001a; 2001b), Caldart (2001); e Vilalba (2007). Há também trabalhos mais específicos, como por exemplo, a etnografia de Waldo Lao Fuentes Sánchez na Escola Florestan Fernandes, intitulada *Un análisis antropológico del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra de Brasil. El caso de la escuela Florestan Fernandes*, e o artigo *Historia de vida y memoria de los maestros del Movimiento sin Tierra de Brasil: recuerdos de la niñez, escuela y proceso de formación*.

No Grupo 3, encontramos nove trabalhos comparativos com outros movimentos sociais na América Latina e na Europa, como o EZLN no México, *Piqueteros* na Argentina e as FARC da Colômbia. São três trabalhos comparando o MST com o EZLN (MILLÁN, 2005; TUDESCO, 2010; VERGARA-CAMUS, 2011), todos sob a forma de artigos publicados em periódicos mexicanos. As comparações buscam particularidades dos processos contra-hegemônicos em Chiapas no México e do MST no Brasil. Correndo o risco de tentar aproximar demasiadamente as duas experiências mais emblemáticas na América Latina, os autores tentam compará-los explicando similitudes e diferenças, desde experiências *in loco*, seja em comunidades zapatistas ou em assentamentos Sem Terra, até as transformações institucionais e a relação com o Estado, estas, talvez, a grande diferença salientada entre ambos os movimentos sociais. Mais um artigo faz essa comparação, porém incluindo o movimento *Piqueteros* da Argentina (OUVIÑA, 2004), publicado em um periódico argentino. Outros três trabalhos, dois artigos e um capítulo de livro (RIVAROLA, 2009 e 2012 e IGLESIAS e DI FILIPPO, 2011) fazem uma comparação do MST com movimentos sociais na Argentina, denominados de organizações kirchneristas, também conhecidos como *Piqueteros*, como por exemplo, a *Federación Tierra y Vivienda* (FTV), a *Frente Transversal Nacional e Popular* e o *Movimiento Evita y Libres del Sur*. Os artigos se propõem a analisar os vínculos estabelecidos entre movimentos sociais e partidos políticos, ou seja, no Brasil entre MST e Partido dos Trabalhadores (PT) no período de governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2007) e na Argentina entre *piqueteros* e o Partido Justicialista (PJ) no período de governo do presidente Néstor Kirchner (2003-2007).

Outros artigos que adotaram uma perspectiva comparativa são os seguintes: o de Alves (2012) sobre o MST e a guerrilha colombiana

FARC, estabelecendo os contextos do surgimento de ambos que resultaram em formas distintas de luta no campo e, por último, o capítulo de livro *La lucha por la tierra. Casos comparados de Brasil y España*, de Víctor O. Martín Martín (2010), onde o autor tenta aproximar as experiências no Brasil e na Espanha se utilizando de uma série de quadros comparativos da história de ambos os países. Isso resultou em um conteúdo que parece forçar a comparação entre o MST e o Sindicato de *Obreros do Campo* (SOC) da Andaluzia na Espanha, surgido em 1979 e com algumas semelhanças com os Sem Terra, como o hibridismo ideológico e a influência histórica da Igreja Católica.

O Grupo 4 é composto pelos trabalhos que refletiram sobre a questão produtiva do MST, no que se refere ao cooperativismo e à produção agroecológica. São três os trabalhos encontrados: os artigos de Moreno-Peñaranda (2007) e Ramírez (2007) e o trabalho de conclusão de curso de Correa (2007) da Universidade Internacional de Andalucía na Espanha.

No grupo 5, congregamos as publicações que fazem a relação mídia e MST. O artigo de Alexandre Lima (2007) fala sobre as versões de dois diários impressos em relação ao MST, a Folha de São Paulo, jornal de circulação nacional, e O Imparcial de Presidente Prudente, de circulação regional, ambos com posições críticas ao Movimento, de maneiras distintas, mas sempre o desqualificando. O artigo de Cláudia Mendes Giesel e Fernando Ramalho (2012) denominado *De labradores a pistoleros: El Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra en la revista Veja*, analisa a construção discursiva negativa da Revista Veja sobre o MST. Os resultados sugerem que as estratégias discursivas e opções léxicas negativas sobre o MST se intensificam ou suavizam de acordo com a agenda da Revista em cada momento político brasileiro, sobretudo em campanhas presidenciais quando há um aumento significativo da diversidade linguística de léxicos referentes a palavra “violência”, ou como vimos no início dessa tese, associando o MST ao terrorismo.

O grupo 6, onde estão agrupados os trabalhos sobre relações de gênero, contém cinco publicações, todos realizados pela pesquisadora espanhola María Carballo López, citada anteriormente como uma das pesquisadoras que mais tem produzido sobre o MST fora do Brasil. Os dois capítulos de livros, um deles publicado no México e outro na Espanha, o artigo publicado na Espanha, sua dissertação de mestrado e sua tese de doutorado, ambas realizadas na Universidade Autônoma de

Barcelona (UAB), são o resultado de anos de pesquisas com mulheres no MST. Falaremos mais das suas pesquisas no próximo capítulo.

O Grupo 7 corresponde a uma dissertação e uma tese que realizaram estudos de casos em assentamentos do MST. A primeira de René Rojas Gonzáles (2013), dissertação defendida na Universidade Autônoma de Puebla, investigou o assentamento Madre Cristina no estado de Rondônia e o processo de consciência de assentadas e assentados através da luta pela terra. Um dos fatos mais interessantes é que quase não há pesquisas sobre o MST em Rondônia, sendo essa investigação, de um estudante mexicano, uma das poucas encontradas, inclusive, no levantamento de dissertações e teses brasileiras. A segunda é a enorme tese de Bruno López Aretio-Aurtena (2012) na Universidade de Castilla-La Mancha, com mais de 600 páginas. Orientado por Bernardo Mançano Fernandes, o autor investigou o assentamento São Bento no Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo através de uma análise da história colonial brasileira, transcorrendo todos os períodos, presidentes e mudanças econômicas do país. Como o próprio autor intitula, passa da “macro-história” brasileira para a “micro-história” do Pontal do Paranapanema e, posteriormente, do assentamento, onde permaneceu por três meses em 2009, descrevendo minuciosamente a organização local.

O grupo 8 foi reservado a um trabalho que não se encaixava em nenhum outro e que trouxe bastante satisfação quando o encontramos. A monografia, ou *tesis de licenciatura*, *La fotografía de Sebastião Salgado como documento estético y histórico en el Movimiento de los Sin Tierra* de Hayde Yasmín Toledo Martínez (2005), é um trabalho de extrema qualidade e que nos surpreendeu ao percebermos que se tratava de um trabalho de término de graduação, sendo facilmente comparável a uma dissertação de mestrado, algo que percebemos em quase todas os trabalhos dessa natureza no México. Pensando na fotografia como um documento social, Martínez busca compreender o discurso de Sebastião Salgado dentro da história da fotografia documental na América Latina. Utilizando a coleção Terra de 1997 como documento de análise, a autora apresenta algumas das fotos mais emblemáticas tiradas pelo fotógrafo, seja de crianças nas escolas do Movimento, de ocupações de terras e das mortes no Massacre de Eldorado dos Carajás.

No grupo 9 está o artigo *El Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST): se trata de trabajadores proletarios y de*

sobrepoblación relativa formado, en su mayoría, por negros de Simone Maria de Souza, um dos poucos, seja em espanhol, português ou qualquer outra língua, que aborda relações raciais no Movimento. Trata-se de uma tese que abordaremos com mais vagar no próximo capítulo e que critica o Movimento de forma veemente, afirmando que o mesmo, formado em sua maioria por negras e negros, não incorpora e não prioriza as questões de “género y raza, además de las cuestiones de edad y orientación sexual que estructuran las desigualdades sociales vividas por la clase trabajadora” (SOUZA, 2009, p. 52).

No grupo 10, há dois trabalhos sobre o MST no campo jurídico, o artigo de Peter P. Houtzager (2005), *El movimiento de los sin tierra (MST) y el campo jurídico en Brasil*, mostra a capacidade e habilidade do MST na mobilização de diversos atores da sociedade civil e do Estado para enfrentar processos penais e civis, resultados de suas ações contra propriedades privadas, focando a questão “ocupação versus propriedade”, mostrando que muitas vezes existe uma parcialidade no poder judiciário. Mesma discussão apontada pelo livro *Función social de la propiedad y latifundios ocupados: Los sin Tierra de Brasil* de Mario G. Losano (2006).

No Grupo 11 o trabalho que associa discussões sobre MST e religiosidade, sobretudo a Mística, é um artigo publicado em 2008, *Símbolos religiosos y acción colectiva: la “mística” del movimiento de los trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) de Brasil* de Jaume Vallverdú, que mostra a importância de setores da Igreja, como a CPT e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), inspiradas pela teologia da libertação foram importantes na construção de um imaginário de luta e do sujeito Sem Terra.

Esse agrupamento, referenciado com algumas obras icônicas e que somente sugerem algumas das linhas discursivas, mostra uma visão geral de mais de duas décadas de produção sobre o MST em espanhol (1991-2013). Além desses, e, apesar de não ser nosso foco nesse trabalho, encontramos publicações divulgadas em inúmeros países em idiomas como inglês, francês, italiano e catalão. Apesar da falta de tempo para incorporá-los à análise, tal como fizemos com os estudos em espanhol, apresentaremos em seguida uma lista dos trabalhos segmentados por idioma encontrados, a fim de deixarmos ainda mais evidente a expansão do campo de pesquisas sobre o MST.

Os trabalhos em inglês sobre o MST foram publicados nos Estados Unidos e na Inglaterra:

1. O artigo *So Much Land, So Much Hope: The Struggle for Agrarian Reform in Brazil* de Domingos Armani (1996);
2. A dissertação *The landless workers and the struggles for agrarian reform in Brazil* de Malcolm K. Macnee (1997);
3. A monografia *The problem of agrarian reform in contemporary Brazil: conflicts and co-operation between the MST social movement and the Cardoso reform government* de Anne-Laure Cadji (1998);
4. O artigo *Law and Disorder: The Brazilian Landless Farmworkers' Movement* de John L. Hammond (1998);
5. O artigo *No ordinary revolution: Brazil's Landless Workers' Movement* de George Meszaros (2000);
6. O artigo *Taking the Land into their Hands: The Landless Workers' Movement and the Brazilian State* de George Meszaros (2000);
7. O artigo *The MST Challenge to Neoliberalism* de Monica Dias Martins (2000);
8. O artigo *Movimento Sem Terra and migrations* de Luca Favelli (2001);
9. A tese *This land is ours now: social mobilization and the struggle for agrarian reform in Brazil* de Wendy Wei-Chen Wolford (2001);
10. O artigo *Cutting the Wire: the landless movement of Brazil* de Sue Branford e Jan Rocha (2002);
11. O artigo *Feminist ecological economics in practice? A visit to the "Lagoa do Junco" settlement in Tapes, Brazil* de Guerville DH (2002);
12. O artigo *To inherit the earth. The Landless Movement and the struggle for a new Brazil* de Angus Wright e Wendy Wolford (2003);
13. O artigo *The origins of Brazil's landless rural workers' movement (MST): The Natalino episode in Rio Grande do Sul (1981-84)* de Miguel Carter (2003);
14. O artigo *The Concept of Sem Terra and the Peasantry in Brazil* Luca Fanelli and Sarah Sarzynski (2003);
15. A tese *The Arts In Movement Cultural Politics and Production In Brazils Landless Rural Workers Movement MST* de Malcolm K. Macnee (2003);

16. A dissertação *The role of mass media in the promotion of the right to food and the agrarian reform in today's Brazil Freedom of expression and the media coverage of the MST in the pre-Lula and post Lula's election period* Solimeo Luca (2003);
17. O artigo *Exodus, or an imagined political community: the Landless Workers Movement and internal migration in the work of Sebastião Salgado* de Marina Cunha (2005);
18. O artigo *The landless rural workers' movement (MST) and democracy in Brazil* de Miguel Carter (2005);
19. O artigo *The Movement of the Landless (MST), juridical field, and legal change in Brazil* Peter P. Houtzager (2005);
20. O artigo "Marching As To War": *A letter from Brazil to South Africa about Landlessness, Agrarian Reform and Social Movement Struggles against Neoliberalism* de Abdurazack Karriem (2005);
21. O artigo *Movement histories: a Preliminary Historiography of the Brazil's Landless Laborers' Movement (MST)* de Cliff Welch (2006);
22. O artigo *Repression, Opportunity, and Protest: Explaining the Takeoff of Bra. & Ludless Movsent* de Gabriel Ondetti (2006);
23. O artigo *A diasporic, post-traditional peasantry: the Movimento Sem Terra (MST) and the writing of landless identity* de XXXX (2006);
24. O artigo *Struggle, Revolution, and the MST: Reflections on the Meaning of Resistance* de Andrew Cole (2007);
25. O artigo *Landless Voices In Song and Poetry The Movimento dos Sem Terra of Brazil* de Else R. P. Vieira and Bernard McGuirk (2007);
26. O artigo *Access to pre-natal care and cervical cancer prevention Action among women from brazilian landless workers movement* de Sayuri Tanaka Maeda et al (2007);
27. O artigo *Land, Protest, and Politics: The Landless Movement and the Struggle for Agrarian Reform in Brazil* de Gabriel Ondetti (2008);
28. A tese *Revolution underway: power practises of MST and EZLN* de Serhat Taka (2008);
29. O artigo *The rise and transformation of the Brazilian landless movement into a counter-hegemonic political actor: A Gramscian analysis* de Abdurazack Karriem (2008);

30. O artigo '*My land, your social transformation*': *Conflicts within the landless people movement (MST), Rio de Janeiro, Brazil* de Ruth Caldeira (2008);
31. O artigo *Reframing agrarian citizenship: Land, life and power in Brazil* de Hannah Wittman (2009);
32. O artigo *The MST and the EZLN Struggle for Land: New Forms of Peasant Rebellions* de Leandro Vergara-Camus (2009);
33. O artigo *The place of pluriactivity in Brazil's agrarian reform institutions* de Jacquelyn Chase (2010);
34. O artigo *Participatory Democracy in Action Practices of the Zapatistas and the Movimento Sem Terra* de Amory Starr, María Elena Martínez-Torres e Peter Rosset (2010);
35. O artigo *Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST)* de Cliff Welch (2012);
36. O artigo *Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil* de Elizabeth Alice Clements (2012);
37. O artigo *Challenging Social Inequality: The Landless Rural Workers Movement and Agrarian Reform in Brazil* de Miguel Carter (2013).

Não realizamos uma busca intensa de trabalhos em inglês, mesmo assim, encontramos quase 40 trabalhos, sendo 31 artigos, uma monografia, uma dissertação e quatro teses.

Em francês encontramos um número menor de publicações (13), sendo todas, artigos de revistas:

1. O artigo *Paysans du Brésil: la lutte des "sans-terre"* de Olivier Colombani (1987);
2. O artigo *Brésil sans terre* de Marie-Christine Labourie (1997);
3. O artigo *Histoires de campements* de Lygia Sigaud et al (1997);
4. O artigo *Parcours commenté dans la bibliographie sur les "mouvements ruraux" au Brésil (part 1)* de Jules France Falquet (1998);

5. O artigo *De la colonisation des terres neuves à la réforme agraire au Brésil [Microforme]: le parcours exemplaire du Rio Grande do Sul* de Rosa Maria Vieira Medeiros (1998);
6. O artigo *Le MST-RN (Mouvement des Sans-terre dans le Rio Grande do Norte) 1990-1996, déploiement géographique d'un mouvement sociospatial rural: nouvelles pratiques territoriales et mutations identitaires* de Jean Yves Martin (1998);
7. O artigo *Parcours commenté dans la bibliographie sur les "mouvements ruraux" au Brésil (part 2)* de Jules France Falquet (1999);
8. O artigo *Les Sans-Terre du Bresil: geographie d'un mouvement socio-territorial* de Jean Yves Martin (2001);
9. O artigo *Qui fait gémir la terre? Un roman au cœur du Mouvement des Sans Terre* de Charles Kiefer (2003);
10. O artigo *Avoir un visage pour exister publiquement : l'action collective des Sans Terre au Bresil* de Susana Bleil (2005);
11. O artigo *Du local au global: Les Sans-terre du Brésil Mouvement de reterritorialisation rurale et altermondialiste* de Jean Yves Martin (2006);
12. O artigo *Mouvement des Sans-Terre du Brésil: une histoire séculaire de la lutte pour la terre* de Douglas Estevam (2009);
13. O artigo *Réforme agraire et Mouvement des sans-terre sous le gouvernement Lula* de Bernardo Mançano Fernandez (2010).

Em italiano também encontramos 17 trabalhos: dois artigos, uma monografia, uma dissertação, 11 teses e dois livros:

1. A tese *La scelta della terra: studio di un insediamento rurale del Movimento Sem Terra in Brasile* de Luca Fanelli (2000);
2. O livro *Zapatisti i Sem Terra* de Raul Zibechi (2001);
3. A tese *Latifondo, riforma agrária e movimento dei contadini Senza Terra in Brasile* de Fabrizio Ciocca (2001);
4. A tese *I Movimenti Sociali nel Contesto della Globalizzazione. Il Movimento dei Lavoratori Rurali Senza Terra (MST): Identità, contributo alla Riforma Agraria e la Chiesa nel Brasile* de Pe. M. Lenz (2002);
5. A tese *Esperienze di collettivo nella "questione rurale" brasiliana* de Alberto Baccichetto (2003);
6. A tese *Militanza politica e fede nel Movimento Sem Terra* de Laura Zordan (2003);

7. A monografia *Il "Movimento Sem Terra" in Brasile: il caso del Piauí* de Erica Spinelli (2003);
8. O artigo *Sem Terra. Il Movimento dei Lavoratori Rurali Senza Terra del Brasile* de Marco Murgia (2003);
9. A tese *Fame di terra. Il movimento senza terra e a riforma agraria in Brasile* de Francesca Schingo (2004);
10. A tese *Il Movimento dei Sem Terra: la questione del Maranhão* de Paolo Marelli (2004);
11. O artigo *Lula e i sem terra* de Luca Fanelli (2004);
12. A tese *La "questione agraria" e i movimenti sociali del Brasile rurale* de Paolo Menichino (2006);
13. A tese *Il Movimento Sem Terra e il governo Lula: cosa è cambiato dopo la grande vittoria del PT* de Lorenzo Santi (2006);
14. A dissertação *La partecipazione delle donne all'interno. Del "movimento dos trabalhadores rurais Sem terra" (mst): il caso dell'insediamento Ho chi minh* de Francesca Baggia (2007);
15. A tese *Movimenti sociali e sviluppo: il caso dei Senza Terra nel Brasile degli anni* de Novanta Sabrina Milano (2007);
16. A tese *I Profeti della terra! Pratiche economiche e utopie sociali tra i Sem Terra di Santa Catarina (Brasile)* de Veronica Martini (2010);
17. O livro *La lunga marcia dei senza terra – dal Brasile al mondo* de Claudia Fanti, Marinella Correggia e Serena Romagnoli (2014).

Também encontramos trabalhos em catalão como *Els sense terra: un projecte pedagògic per al segle XXI* de Joaquín Valdivieso Navarro, do Departamento de Filosofia da Universidad de las Islas Baleares (UIB) e *El Moviment dels Treballadors Rurals Sense Terra del Brasil com Escola de Ciutadania: una aproximació crítica*, de Mariana de Diniz Bittencourt Nepomuceno, na Revista catalã *Temps d'Educació* da Universidade de Barcelona em 2012.

Tendo visualizado as d&t produzidas no Brasil, os trabalhos sobre o MST em espanhol e alguns outros em outras línguas é possível fazer algumas comparações entre ambas as produções, brasileira e às publicadas em espanhol. Primeiro, ao contrário das publicações em

português, não há grande convergência de referências bibliográficas utilizadas sobre o Movimento nos trabalhos internacionais, apenas Bernardo Mançano Fernandes e João Pedro Stédile são constantemente citados, mostrando mais uma vez a centralidade que ambos têm na produção escrita sobre o MST. Segundo, parece haver uma centralidade dos trabalhos internacionais na exposição do Movimento, contando sua história, do nascimento à difusão por todo o espaço brasileiro, sua proximidade com o PT, suas bandeiras de luta, ou seja, informando e tornando-o mais conhecido, geralmente, exaltando-o como uma experiência transgressora.

No Brasil, essa análise ampla parece ser secundária. Outro fato interessante é que em âmbito internacional, parece haver uma tendência na exposição do MST junto a outras experiências latino-americanas, sobretudo, o EZLN. Vários dos trabalhos encontrados se propõem a mostrar ambos os movimentos, aspecto que não encontramos com frequência nos trabalhos brasileiros, onde grande parte das produções resultam de pesquisas empíricas e centram suas análises em estudos de caso em assentamentos e acampamentos por todo o país, com temáticas específicas como práticas pedagógicas, relações de gênero, produção agroecológica, entre outras. A linguagem parece menos idealizada, contudo, ainda se nota uma exaltação das ações do MST, o que é importante, contanto que essa abordagem não atinja um discurso meramente apologético.

Daqui para frente, faremos uma imersão nos trabalhos que centraram suas análises em temas como: gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades. Apontaremos os discursos hegemônicos, as invisibilidades e as nuances dessas temáticas no e sobre o MST.

6 Gênero, sexualidade, raça e suas intersecções: dissertações e teses em português e espanhol sobre o MST

Nesse capítulo, apresentaremos os resultados das interpretações de dissertações e teses que abordaram as categorias gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades. Dividimos nossas análises em diversos eixos que versam sobre os trabalhos pioneiros sobre as referidas temáticas, as metodologias de pesquisa predominantes, os perfis das/os sujeitas investigadoras/es e um panorama sobre as principais referenciais teóricos sobre gênero, sexualidade e raça utilizadas nos trabalhos. Por último, faremos a exposição de assuntos considerados tabu nos trabalhos sobre o MST, para tanto, iniciamos esse capítulo com a exposição de temáticas ausentes e indizíveis nos estudos sobre o rural brasileiro e, conseqüentemente, sobre o MST.

6.1 As ausências nos Textos Brasileiros sobre o Rural (TB): ditos e não-ditos na construção de um ideário sobre o campo

Ao utilizar o conceito de Textos Brasileiros sobre o Rural (TB), Paulo Rogers Ferreira (2006; 2008a; 2008b) se refere à tradição teórica criada por um grupo de “autores clássicos”, composto por sociólogos, economistas, historiadores e antropólogos, sobre os estudos de um campesinato brasileiro que são reproduzidos há décadas no Brasil. Uma repetição funcional de uma literatura autorizada, uma literatura dita, ou bem-dita, que se baseia em categorias estrangeiras, como o camponês e o campesinato europeus, que muitas vezes universaliza modos de vida, omite encontros, práticas desviantes, suprimindo afetos “mal-ditos”, indizíveis. Para o autor, esse indizível se remete às sexualidades consideradas “anormais”, ambíguas e fora da norma, geralmente não percebidas. Sexualidades que são silenciadas e esquecidas em prol de um ideário sobre o rural, pautado numa família, cuja sexualidade está no singular e tem como único objetivo a reprodução da espécie.

A sexualidade camponesa, com raríssimas exceções, se centra, segundo o TB, na vertente, heterossexual. Outros afectos indizíveis, por sua vez, permanecem fadados à expulsão funcional e ao anonimato teórico. Discurso direcional em que

prevalece nos confins do rural uma sexualidade em função do patrimônio, em função da herança, em função do parentesco, em função do compadrio, sem dar espaço para as paixões e intensidades para além do casal, do casamento, do grau parental. O corpo do camponês é 'patenteado', sua vida ordenada, policiada, para a perpetuação de um grupo de teóricos, espécie de "novos padres", com suas Verdades e seus Juízos professados (FERREIRA, 2006, p. 20).

Esse camponês, caricatura de homem universal no singular, heterossexual, sem cor, não abre espaço ao diverso, aos "não-ditos", às lacunas, às transgressões, às minorias, aos desvios. Ferreira indaga se "o indizível das sexualidades camponesas constitui uma espécie de 'erro desprezível' nas curvas demográficas do TB?" (2006, p. 17). "Erro desprezível" que perdura há décadas, apesar da diversidade de pesquisas sobre o campesinato brasileiro, cuja tradição tem se pautado num imaginário camponês bíblico, normatizado e domesticado a partir de uma Tríade "Deus-Homem-Natureza". Essa análise critica as teorias do campesinato no que concerne à construção funcional da sexualidade camponesa, tornando-se reféns de uma estrutura social que prega a manutenção de relações contratuais, parentais e vicinais de maneira universal e estruturante, de forma prescritiva, sem abrir espaço às múltiplas possibilidades do corpo, que geralmente são omitidas ou oferecidas como Verdades no discurso acadêmico, como salienta Daniel Lins (1997) em pesquisa sobre o Cangaço.

Os raros pesquisadores que realizaram um trabalho de campo sobre Lampião e o cangaço sabem o quanto os sertanejos são hábeis na arte de mostrar como o mundo social é, para grande maioria, o que se quer que ele seja – quer dizer, tanto "representação" quanto "vontade". Esse aspecto da personalidade sertaneja é importante. Estudiosos brasileiros e, sobretudo, estrangeiros tiveram a possibilidade de constatar o poder dos sertanejos – camponeses ou não – de "desencaminhar" ou confundir o pesquisador a procura da "verdade" ou de um "sociologismo" a qualquer preço (LINS, 1997, p. 112).

Este autor propõe a busca de outras versões, de outras histórias, outros imaginários e outros informantes com o objetivo de transpor os discursos cristalizados, livres de mimetismos, em busca de uma “narração íntima”. Para tanto, sua proposta, orientada por uma alquimia epistemológica, misto de psicanálise, antropologia social e história, busca o “pouco visível”, aquilo que geralmente escapa às formas visíveis e “reais” (LINS, 1997). Apesar de centrar sua narrativa no imaginário de dezenas de informantes sobre a vida de Virgulino Ferreira da Silva, o afamado cangaceiro Lampião, ora tratado como herói, ora como santo, ora como facínora e monstro assassino, o autor acaba descrevendo uma “revolução feminina” em pleno sertão do agreste nordestino na década de 1930, ao enveredar pela análise da condição social das camponesas que foram aceitas pelo bando de Lampião, subvertendo a norma social do macho guerreiro vigente até aquele momento. Para isso, explora várias questões como a mudança da estética guerreira amplamente disseminada no país por fotos de Lampião e Maria Bonita com indumentárias sertanejas de couro; os imaginários dos afetos íntimos de cangaceiros e cangaceiras; a prática comum dos estupros seja exercida pelos cangaceiros ou pelas “volantes”¹⁰⁵; bem como os amores e vícios cotidianos daquele bando. O ápice da narrativa se dá no que Lins chama de “nova ordem amorosa”, após a entrada de mulheres no Cangaço, que inicialmente obedeceram às regras impostas pelos cangaceiros, ainda estruturadas numa moral autoritária e machista, mas que começaram a adquirir novos contornos a partir desse ingresso transgressor da mulher.

As mulheres se emanciparam, com efeito, no contexto sertanejo da época, ao mesmo tempo em que eliminaram, até certo ponto, as barreiras do autoritarismo patriarcal e impuseram respeito, dignidade e igualdade de sexo. Elas eram antes de tudo mulheres e não amantes de cangaceiro ou guerreiras masculinizadas. [...] A cangaceira não era nem empregada, nem costureira, nem mãe, muito menos “rapariga” de cangaceiro. Ela poderia exercer essas “funções” ao mesmo tempo, quando a dureza da vida exigia, mas não era a regra. (LINS, 1997, p. 130).

¹⁰⁵ Eram grupos de policiais, às vezes disfarçados, que combatiam os cangaceiros no sertão.

No início do Cangaco, que representa um fenômeno mais amplo do que o bando de Lampião, as mulheres não podiam fazer parte de grupos cangaceiros, seja como membro do grupo, seja como companheira e/ou amante dos homens. A mulher, e conseqüentemente o “amor” e o “desejo”, cegavam o homem e o ímpeto guerreiro necessário na luta sertaneja. Essa e tantas outras narrativas apresentadas no livro são dissidentes do *mainstream* dos TB, o indizível no âmbito rural.

A partir dessa lógica proposta por Daniel Lins, Paulo Ferreira (2006; 2008) buscou o indizível nas sociedades camponesas realizando o que ele denominou de um experimento-vida, conceito utilizado para descrever sua pesquisa de campo no sertão do Ceará e para desgarrar-se do discurso instituído do TB. Os “esquemas”, encontros amorosos entre homens, revelaram práticas sexuais cotidianas de camponeses que a um olhar pré-concebido passariam como inexistentes. Essa invisibilidade presente nos TB, no que tange a discussões sobre sexualidades, pode ser pensada de maneira mais ampla, e estendida às concepções de corpo, de raça, de gênero, etc.

Para Boaventura de Souza Santos (2003) existem realidades autorizadas e dizíveis e um conseqüente apagamento de outras narrativas que omitem aspectos da vida cotidiana, culminando em uma produção de “não-existência”, que se configura quando determinada “entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível” (p. 12). Ainda segundo ele, há vários modos de se produzir “não-existências”.

A primeira lógica provém do que ele denomina de *monocultura do saber* e do *rigor do saber*, caracterizado pela unicidade de critérios sobre o que é “verdade” e o que é qualificado esteticamente como bom e belo. Tudo o que estaria fora dessa verdade e dessa “qualidade” seria declarado inexistente, desprezível, ignorante e inculto. A segunda lógica estaria alicerçada em uma *monocultura do tempo linear*, cuja ideia parte de uma direção única e linear de uma história, pautada em léxicos históricos como: progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento e globalização. Aqui, as “não-existências” estariam associadas à não linearidade, ao assimétrico, ao residual, como a concepções de tradicional, do pré-moderno, do que é simples, do obsoleto e do subdesenvolvido. O terceiro modo seria a lógica da *monocultura da naturalização das diferenças*, que consiste na naturalização de hierarquias de grupos sociais, seja como classificações

de gênero, sexuais, raciais, de classe ou geracionais. A “não-existência” seria produzida a partir da construção de uma superioridade sobre uma suposta inferioridade natural, e nesse caso, insuperável. A quarta é a lógica da *escala dominante*, onde a escala adotada como base seria unívoca, como por exemplo, as concepções de “universal” e de “global” que, hoje, determinam a irrelevância de outras esferas possíveis, como o “local” e a ideia de “particular”, que são subsumidas à inexistência. Por último, a lógica da *monocultura dos critérios de produtividade capitalista* que se fundamenta no pressuposto inquestionável do crescimento econômico, da produtividade econômica, criando assim, a “não-existência” no que seria improdutivo, estéril ou preguiçoso.

São, assim, cinco as principais formas sociais de não-existência produzidas ou legitimadas pela razão metonímica: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo. Trata-se de formas sociais de inexistência porque as realidades que elas conformam estão apenas presentes como obstáculos em relação às realidades que contam como importantes, sejam elas realidades científicas, avançadas, superiores, globais ou produtivas. São, pois, partes desqualificadas de totalidades homogêneas que, como tal, apenas confirmam o que existe e tal como existe. São o que existe sob formas irreversivelmente desqualificadas de existir (SANTOS, 2003, p. 15).

Essa produção social de ausências culmina em homogeneizações, invisibilização de experiências, onde, por exemplo, no campesinato brasileiro, a mulher poucas vezes é lembrada como negra, ou simplesmente são excluídos discursos de práticas vivas do cotidiano, como o aborto e a violência doméstica praticada contra a mulher. As reflexões dos autores mencionados nos ajudam a compreender que se trata de verdades apagadas e que não existem num rural idealizado, tal como percebemos durante a realização do mapeamento dos estudos sobre o MST e neste capítulo, especificamente, através de uma retrospectiva dos estudos sobre gênero, sexualidade e raça no meio rural brasileiro.

Para Parry Scott et al (2010), os estudos sobre o meio rural fizeram parte da construção identitária do país, idealizando origens

patriarcais e familiares que tinham uma rígida divisão hierárquica. Estes foram suplantados décadas mais tarde por estudos etnográficos sobre a agricultura familiar e trabalho no campo e só recentemente incorporaram discussões sobre mulheres e/ou relações de gênero no campo. Vários desses trabalhos foram, e ainda são, orientados por um viés funcionalista e economicista influenciados pelas ideias de Alexander Chayanov¹⁰⁶ sobre organização social do campesinato. Uma importante abordagem que versa sobre a lógica da produção familiar, cujos arranjos se baseiam num modelo heterossexual de casamento e na divisão do trabalho entre os sexos, e que em vários aspectos é resistente às instruções que ameaçam a sua produção, desde as desigualdades de gênero nos espaços domésticos, às sexualidades não hegemônicas ou a diversidade étnico-racial de tais populações.

É importante ressaltar que não estamos desqualificando a teoria proposta por Chayanov e outros autores que seguiram sua abordagem, exatamente porque não era sua prioridade discutir sexualidades camponesas e sim realizar uma análise da produção econômica da família camponesa, pensada enquanto grupo doméstico. Nossa crítica problematiza o sentido da apropriação dessa abordagem para toda uma gama de estudos sobre o rural brasileiro, que estabeleceram aquilo que é pertinente e aquilo que não o é, ignorando, invisibilizando e inferiorizando, aspectos fundamentais sobre o cotidiano das relações sociais no campo. Esse fato impulsionou uma estrutura discursiva do que é dito, o que é “mal-dito” (LINS, 1997) e o indizível sobre o rural (FERREIRA, 2008a), as existências e “não-existências” (SANTOS, 2003). Hierarquia quase intocável, que desvaloriza outras abordagens, frente a uma ideia de totalidade que na verdade pouco assume a ideia de todo. Vários desses estudos, segundo Ferreira (2006), fazem parte de uma grande corrente de pensamento da Antropologia e da Sociologia que buscou compreender sociedades agrárias e o campesinato brasileiro.

Quando nos remetemos aos estudos sobre gênero, mulheres e meio rural no Brasil, observamos que os trabalhos pioneiros começaram a ser produzidos no final da década de 1960. Segundo Nascimento

¹⁰⁶ A teoria dos sistemas econômicos não capitalistas de Chayanov, ou *lei de Chayanov*, como aponta Ferreira (2006), com base nos estudos de Ellen Woortmann, centra seus esforços em compreender as sociedades camponesas, sobretudo, a unidade econômica familiar, ou grupo doméstico, não assalariado no início do final do século XIX na Rússia.

(2008) eram textos, geralmente artigos, alinhados às perspectivas marxistas que procuravam apontar condições precárias de trabalho das mulheres no âmbito rural, sobretudo, através da relação direta com o avanço do capitalismo no campo, que desregulou e destruiu a lógica camponesa de produção doméstica, considerada harmônica em relação à divisão sexual do trabalho. Esse avanço capitalista colocou as mulheres em situação de exploração, subordinação e invisibilidade, por meio de baixos salários e/ou de jornadas duplas e triplas de trabalho. O questionamento dessa lógica tinha como foco a valorização de experiências de mulheres no trabalho externo (espaço público) e no trabalho doméstico (espaço privado) na agricultura familiar. Isto é, contrariavam a ideia de que atividades femininas fossem apenas atividades reprodutivas, centradas no cuidar da casa e das/os filhas/os, mas também a consideravam produtivas, dentro ou fora do espaço doméstico. Alguns dos principais trabalhos sobre mulheres no campo desse período foram: Odete Rosa da Silva (1968); Lia Fukui (1975; 1976); Eva Blay (1976); Juan Martinez-Alier (1975); Maria Inez Paulilo (1980); Heleieth Saffioti e Vera Ferrante (1980); Rose Maria Muraro (1983). Segundo Scott et al (2010) outros trabalhos se destacaram, como: Verena Stolke (1975), Parry Scott (1981), Heleieth Saffioti (1979) e Ligia Sigaud (1979).

Na década de 1990 começa a surgir um segundo conjunto de trabalhos acadêmicos mais heterogêneos, seguindo diferentes perspectivas, mais diversas do que se vê no primeiro conjunto de publicações. Apesar de haver certa continuidade com os trabalhos do período anterior, que centravam suas preocupações na subordinação das trabalhadoras rurais após o avanço do capitalismo no campo, outras linhas interpretativas apontavam para a utilização do conceito de gênero, com enfoque principal na mulher. Além dessas, outra vertente começou a associar as preocupações da subordinação das mulheres na reforma agrária (NASCIMENTO, 2008), especialmente através de estudos no MST, principal movimento social rural brasileiro, como também no MMC ou em assentamentos produzidos por outras organizações sociais. Esses estudos, de maneira geral, permaneceram explorando questões de gênero seguindo certa tradição que omitia questões relevantes do cotidiano, como homossexualidade, aborto, violência contra a mulher, racismo, entre outras questões indizíveis e “inexistentes”.

Além das ausências de estudos sobre sexualidades no meio rural colocadas por Ferreira (2006, 2008a, 2008b), deparamos-nos com outras

“não-existências” nos TB. Sobre a tradição de estudos de gênero no meio rural, Scott et al (2010) afirmam que há uma lacuna no que se refere à questão da violência contra a mulher, pois as temáticas que geralmente são priorizadas junto às abordagens de gênero estão ligadas a aspectos fundiários, relações de trabalho desiguais na família, relações parentais e vicinais, aspectos de produção e reprodução, além de lutas sindicais e aspectos ligados à participação em movimentos sociais. O assunto de mulheres vítimas de violência no campo permanece sendo omitido nas pesquisas, tanto no campo de estudos sobre contextos rurais, quanto naqueles sobre violência contra a mulher, que geralmente centram suas atenções em casos urbanos.

Realizar pesquisas sobre violência doméstica em contextos rurais mostrando o espaço rural como um campo de negociações entre homens e mulheres que estão presos a hierarquias familiares reprodutoras de um espaço camponês idealizado como unificado é uma das diversas formas de fazer com que os gritos de alerta nas áreas rurais não sejam tão abafados quanto historicamente ocorreram. E vale lembrar a advertência anterior: ver a inserção de mulheres não apenas como cônjuges, como vem sendo enfatizado até agora, mas também como filhas ou como avós pode trazer novas luzes à problematização que reconhece ainda mais as transformações que informam conflitos e conformações nas relações entre mulheres e homens de idades diferentes, com mobilidades, acessos a recursos e articulações diferentes com os mundos de produção, educação e de resistência (SCOTT et al, 2010, p. 87).

A advertência do autor mostra a urgência em se pensar, de forma mais ampla a violência contra a mulher no âmbito rural, inclusive, articulando outras categorias como a questão geracional. Além dessa lacuna, outra ausência é a discussão sobre a questão racial no campo, que de modo semelhante a certos silenciamentos sobre questões de gênero, também se reproduz nos termos de um discurso instituído ou até mesmo inexistente.

A abordagem hegemônica de raça no meio rural tem uma característica, do que Rita Segato (2006) chamou de associação entre raça e etnia, quando o patrimônio histórico e a questão fenotípica de populações afrodescendentes estão imbricadas, como nos casos de comunidades remanescentes de quilombolas. Em casos onde raça não está diretamente relacionada à questão étnica, como no caso de grande parte da população brasileira, os estudos não existem.

Ao contrário dos estudos de movimentos sociais de luta pela terra que vêm incorporando a questão da mulher como agente e articuladora de lutas sociais, os estudos sobre relações raciais são quase inexistentes quando se pensa na população negra como protagonista no seio dos atuais movimentos sociais de luta pela terra. Essa ausência nos remete mais uma vez a uma crítica ao indizível nos TB, que se utilizou de uma história oficial e ocultou experiências negras durante muito tempo.

Segundo Fernandes et al,

Muito já se disse a respeito da luta pela terra e pela posse desta no mundo rural camponês no Brasil, desde análises antigas e clássicas referentes a este processo socioeconômico e político-cultural, mas que não deram a devida importância para a questão étnico-racial. Constatamos que a discussão objetiva, ainda se dá de maneira bastante incipiente, seja pelas leituras reducionistas de caráter liberal e social-comunista com fundo eminentemente teleológico que mesmo ao negarem a naturalização dos processos sociais, paradoxalmente, as reificaram em seu viés ideológico e pseudo-cientificista. [...] Estas leituras reducionistas continuaram a dar a primazia da luta pela terra aos brancos, particularmente os imigrantes europeus do sul do país (2008, p. 152).

De acordo com o mesmo autor, os TB não enfocaram em momento algum a população negra na questão agrária, pois se orientaram a partir de análises sobre classe social, destacando a expropriação da terra pelo grande latifundiário (FERNANDES et al, 2008). A imbricação de discursos de luta antirracista e da luta pela reforma agrária permaneceu exclusivamente associada à questão quilombola, tratada como uma modalidade de “campesinato negro”

(GOMES, 2006), tradição de estudos que se iniciou somente no final da década de 1980, quando a Constituição de 1988 reconheceu oficialmente a existência de comunidades quilombolas no Brasil. Antes disso, poucos estudos oriundos da História se preocupavam com os quilombos brasileiros remanescentes e a maioria daqueles sobre a questão racial tratavam o tema de maneira totalizante, com primazia em experiências da população negra no ambiente urbano.

Quando pensamos em trabalhos interseccionais de gênero, sexualidade e raça, a invisibilidade é ainda maior. O mapeamento realizado indicou que praticamente não há pesquisas que “ousaram” articular essas categorias de opressão no meio rural. Parece evidente que há muitas ausências nos TB e para isso, para visibilizá-las, apropriamos do que Boaventura de Souza Santos denomina de sociologia das ausências.

Trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. O seu objecto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas. O objectivo da sociologia das ausências é transformar objectos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças. Fá-lo centrando-se nos fragmentos da experiência social não socializados pela totalidade metonímica. O que é que existe no Sul que escapa à dicotomia Norte/Sul? O que é que existe na medicina tradicional que escapa à dicotomia medicina moderna/medicina tradicional? O que é que existe na mulher que é independente da sua relação com o homem? É possível ver o que é subalterno sem olhar à relação de subalternidade? Não há uma maneira única ou unívoca de não existir, porque são vários as lógicas e os processos através dos quais a razão metonímica produz a não-existência do que não cabe na sua totalidade e no seu tempo linear (SANTOS, 2003, p. 15).

Inspirados em Santos (2003) e na busca de indizíveis (FERREIRA, 2006), veremos no tópico abaixo que os estudos sobre o MST seguem exatamente essa lógica dos textos brasileiros sobre o rural, culminando na produção de “não-existências” de temáticas sobre gênero, sexualidade, raça e suas intersecções. No entanto, além de descrevermos os dizíveis desses trabalhos, características gerais e tendências analíticas, tentaremos transformar ausências em presenças, através de um olhar mais aguçado.

6.2 Estado da arte no MST: publicações sobre gênero, sexualidade e raça

As publicações sobre o MST, bem como as condutas do Movimento, tem reproduzido toda uma tradição de uma esquerda marxista que hegemonizou os estudos agrários latino-americanos, os quais em geral, estavam enraizadas numa ideologia universalizante. Veremos adiante que a maioria das d&t também permanecem hierarquizando desigualmente categorias sociais, consequentemente omitindo algumas delas a partir da seleção de um “bom discurso”, de “bons assuntos” e de “boas temáticas” na academia.

Chegamos a essa conclusão, pois no levantamento sobre a produção acadêmica a respeito deste Movimento, encontramos uma incidência desigual e muitas ausências nos trabalhos sobre as temáticas eleitas: gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades. A grande maioria dos trabalhos trouxe a questão de gênero, associada à de classe, como elemento central da discussão. Nesse quesito, a sexualidade muitas vezes é abordada periféricamente e em poucos trabalhos. Somente em um deles é que ela é a categoria central de análise, interseccionando as categorias gênero e juventude. Ainda mais invisibilizada que a discussão sobre sexualidade é a questão racial, quase inexistente nos trabalhos encontrados. Além de algumas ponderações isoladas, identificamos em um único trabalho um enfoque de destaque, interseccionando gênero e classe, focalizando a situação de mulheres negras assentadas.

Esses trabalhos trazem indiscutíveis contribuições e reflexões sobre gênero, sexualidade e raça, com um arcabouço teórico específico e assumindo posturas feminista e antirracista. No entanto, há outros trabalhos que simplesmente excluíram as questões de gênero, sexualidade e raça, mesmo indicando, a princípio, que as abordariam.

Optamos pela inclusão desses trabalhos, por considerarmos que afinal, a não existência dessas temáticas em textos que afirmam fazer algum tipo de discussão desse tipo, sugere questões extremamente relevantes sobre a invisibilidade de opressões.

Importa salientar três aspectos: primeiro, os trabalhos selecionados representam menos de 10% do total (619) pesquisas acadêmicas encontradas sobre o MST. Isto é, as pesquisas que abordam questões de gênero sexualidade, raça e suas interseccionalidades atingiu o número de 48 trabalhos, sendo que 38 são dissertações e 10 são teses. Segundo, apenas dois desses trabalhos foram publicados fora do Brasil, uma dissertação e uma tese, o restante foi realizado em instituições brasileiras. Terceiro, três dissertações (GAIÃO, 2001; SILVA, 2003; SANTOS, 2005) e duas teses (ESMERALDO, 2004; SCHEFLER, 2011) não puderam ser analisadas em profundidade pela impossibilidade de acesso às obras completas, seja o material impresso ou o virtual, assunto que abordamos no Capítulo 1 dessa tese. Assim, apesar de as incluirmos, apenas informações básicas coletadas nos resumos e nas fichas catalográficas dos trabalhos serão referidas nas discussões.

Iniciamos apresentando um quadro que mostra todos os trabalhos selecionados, indicando a autoria, o local da pesquisa, quando houve um *locus* específico de investigação, a instituição de ensino, onde a dissertação ou tese foi elaborada, e a área disciplinar do estudo.

Quadro 5

Dissertações e teses escritas em português e espanhol que abordam as categorias gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades no MST.

Ano	Título	Autor(a)	Local da pesquisa	Instituição	Área
1993	1. <i>Dissertação</i> - A questão de gênero no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul.	Noelle Marie Paule Lechat	RS	UNICAMP	Antropologia
1997	2. <i>Dissertação</i> - Mulheres Sem Terra: identidade em representação.	Denise Marcos Bussoletti	RS	PUC/RS	Psicologia
1998	3. <i>Dissertação</i> - As Marias sem-terras: trajetória e experiências de vida de mulheres assentadas em Promissão-SP - 1985-1996.	Dulcinéia Pavan	SP	PUC/SP	História
1998	4. <i>Dissertação</i> - O cotidiano pedagógico de professores e professoras em uma escola de	Isabela Camini	RS	UFRGS	Educação

	assentamento do MST: limites e desafios.				
2000	5. <i>Dissertação</i> - Facetas do Cotidiano – o dia a dia dos assentamentos do MST. Porto Alegre – RS.	Cristine Jaques Ribeiro	RS	PUC/RS	Sociologia
2001	6. <i>Dissertação</i> - Negócio de acampar pra pegar terra é pra cabra macho: a construção social do lugar de militância política no MST: Uma discussão de gênero.	Wilmar Roberto Gaião	PB	UFPB	Sociologia
2001	7. <i>Dissertação</i> - “Andando pra riba e pra baixo”: lembranças femininas das barracas ao assentamento de Acauã. João Pessoa – CE.	Mariana Moreira Neto	CE	UFPB	Sociologia
2001	8. <i>Dissertação</i> - A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST.	Denise Mesquita de Melo	SP	UNICAMP	Educação
2002	9. <i>Dissertação</i> - Mujeres líderes en el movimiento de los trabajadores y trabajadoras rurales sin tierra de Brasil	María Carballo López	CE	UAB	Antropología
2002	10. <i>Dissertação</i> - A família em transformação: democratização das relações intrafamiliares de assentados.	Nilson Binda	RS	UFRGS	Sociologia
2002	11. <i>Dissertação</i> - Processos de mudança no MST: história de uma família cooperada.	Suzana Lopes Salgado Ribeiro	SP	USP	História
2003	12. <i>Dissertação</i> - Mulheres e homens do “terra a vista”: Estudo de caso das relações de gênero no MST.	Terezinha A. Gonçalves da Silva	BA	UFBA	Sociologia
2003	13. <i>Tese</i> - Criações coletivas da juventude no campo político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST.	Cecelina de Maria Veras Sales	CE	UFC	Educação
2003	14. <i>Dissertação</i> - Alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos e acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Baixada Fluminense.	Ramofly Bicalho dos Santos	RJ	UFF	Educação
2003	15. <i>Dissertação</i> - O educativo das relações de gênero no Assentamento Águas Claras: algumas considerações sobre tempo, trabalho e lazer.	Carla Patrícia Pintado Núñez	RS	UFRGS	Educação
2003	16. <i>Tese</i> - As fissuras na construção do “novo homem” e da “nova mulher” - Relações de gênero e subjetividades no devir MST – 1979 – 2000.	Cristiani Bereta da Silva Luiz	SC	UFSC	História
2004	17. <i>Tese</i> - O MST sob o signo de uma economia subjetiva: o assentamento José Lourenço.	Gema Galgani S. L. Esmeraldo	CE	UFC	Sociologia
2004	18. <i>Dissertação</i> - Um (re)trato pedagógico a partir do olhar de educadores/as de jovens e	Lucia Helena Correa Lenzi	SC	UFSC	Educação

	adultos do MST.				
2004	19. <i>Dissertação</i> - Fuxicando sobre a cultura do trabalho e do lúdico das meninas-jovens-mulheres de assentamentos do MST.	Natacha Eugênia Janata	SC	UFSC	Educação Física
2004	20. <i>Dissertação</i> - “Ainda precisamos avançar”: os sentidos produzidos por trabalhadoras/es rurais sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST) em Santa Catarina.	Giovana Ilka Jacinto Salvaro	SC	UFSC	Psicologia
2004	21. <i>Dissertação</i> - Juventude e sexualidade no contexto escolar de assentamentos do movimento dos trabalhadores rurais sem terra.	Rosângela Steffen Vieira	Sul do país (não identificado)	UFSC	Educação
2004	22. <i>Tese</i> - A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema.	Maria Franco Garcia	SP	UNESP	Geografia
2005	23. <i>Dissertação</i> - Lutadoras do povo: as condições de inserção e trabalho político de lideranças femininas no MST.	Maria Aparecida dos Santos	CE	UFC	Sociologia
2005	24. <i>Tese</i> - Vamos acampar: a luta terra e a busca pelo assentamento de novas relações de gênero no MST do Pontal do Paranapanema.	Renata Cristina Gonçalves	SP	UNICAMP	Sociologia
2006	25. <i>Dissertação</i> - Esperança e persistência: os significados da docência em um assentamento Belo Vista, do MST.	Maria Jucilene Lima Ferreira	BA	PUC/MG	Educação
2006	26. <i>Dissertação</i> - Muitas mulheres, um mesmo movimento: história e participação política das mulheres do MST na Bahia 1987/2001.	Hélida Santos Conceição	Sem local específico	UFBA	História
2006	27. <i>Dissertação</i> - A formação política das educadoras e educadores do MST.	Luciléia Teixeira Lins	Sem local específico	UFPB	Educação
2006	28. <i>Dissertação</i> - A violência institucional como método para lidar com a miséria social: a trajetória dos/as sem terra do assentamento Dom Hélder Câmara/PR, no difícil percurso de luta até chegar “em cima do lote”.	Adriana Rodrigues	PR	UFSC	Psicologia
2007	29. <i>Dissertação</i> - Professores (as) sem-terra: um estudo sobre práticas educativas do MST.	Josimara Pezzin	ES	UFES	Educação
2007	30. <i>Dissertação</i> - Escola, família e movimento social: um estudo sobre a relação família-escola em um assentamento do MST em Minas Gerais.	Alessandra Rios de Faria	MG	UFMG	Educação

2007	31. <i>Tese</i> - Tramas e tramas: identidades em marcha.	Suzana Lopes Salgado Ribeiro	Sem local específico	USP	História
2008	32. <i>Dissertação</i> - Práticas de leitura de homens e mulheres do campo: um estudo exploratório no assentamento Paulo Freire – Bahia.	Luzeni Ferraz de Oliveira Carvalho	BA	UFMG	Educação
2008	33. <i>Tese</i> - Formação moral das crianças: construção de regras fundamentais aos valores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).	Nilvânia dos Santos Silva	RN e TO	UFRN	Educação
2008	34. <i>Dissertação</i> - Luta pela terra, luta pela palavra: história de vida e formação de duas educadoras populares do campo.	Kelly Pereira de Souza	SE	UFRN	Educação
2009	35. <i>Dissertação</i> - Ação Política, Transformação Social e Reconstrução de Identidades: um olhar a partir do feminismo para a militância das mulheres rurais nos movimentos sociais.	Elizabeth Ferreira da Cruz	CE	UFC	Sociologia
2009	36. <i>Tese</i> - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras.	Simone Maria de Souza	PE	UFPE	Serviço Social
2009	37. <i>Dissertação</i> - Do assentamento a universidade: a mulher camponesa no ensino superior.	Denice Batista da Silva	Sem local específico	UFS	Educação
2010	38. <i>Dissertação</i> - Cruzando fronteiras invisíveis: desvendando relações de gênero em um assentamento rural organizado pelo MST no sul de Minas Gerais.	Pedro Rosas Magrini	MG	UFLA	Administração
2010	39. <i>Dissertação</i> - Lazer e processos educativos no contexto de trabalhadores/as rurais do MST.	Robson Amaral da Silva	SP	UFSCar	Educação
2011	40. <i>Tese</i> - Mujeres líderes en el Movimiento Sin Tierra (Ceará – Brasil)	María Carballo López.	CE	UAB	Antropologia
2011	41. <i>Dissertação</i> - O imperativo masculino em assentamento do MST: uma relação de poder e dominação simbólica.	Erik Marcelo de Moura	AL	UFAL	Sociologia
2011	42. <i>Tese</i> - Movimento(s) na roça: mulheres, estratégias de luta e de reprodução no meio rural.	Maria de Lourdes Novaes Schefler	BA	UFBA	Sociologia
2011	43. <i>Dissertação</i> - A pedagogia do Movimento Sem Terra e a relação de gênero: incidências, contradições e perspectivas em movimento.	Djacira Maria de Oliveira	Sem local específico	UFBA	Educação

2011	44. <i>Dissertação</i> - Jovens assentados, jovens estudantes, jovens professores: juventude em assentamentos rurais do RN.	Jeremias Alves de Araujo e Silva	RN	UFRN	Sociologia
2011	45. <i>Dissertação</i> - A participação da mulher no MST no DF e entorno estudo de caso.	Judite Dias Ximenes	DF	UnB	Sociologia
2011	46. <i>Dissertação</i> - As mulheres assentadas e suas lidas: compreensões acerca de gênero, educação, saúde e trabalho.	Sandra Beatris Diniz Ebling	RS	UNIJUI	Educação nas ciências
2012	47. <i>Dissertação</i> - Nem brabo nem manso: homens, animais e plantas no assentamento Vale da Serra; Pitanga PR.	Ricardo de Campos Leinig	PR	UFPR	Antropologia
2012	48. <i>Dissertação</i> - A mulher pela lente de jovens militantes do MST.	Gabriela Azevedo de Aguiar	Sem local específico	UFRJ	Psicossociologia de comunid.e ecologia social

Fonte: Quadro desenvolvida pelo autor, a partir do levantamento bibliográfico realizado em 2013 e 2014.

Ao contrário dos tópicos anteriores onde priorizamos análises de incidência, periodicidade e números das publicações, aqui, além de apresentarmos também algumas informações quantitativas sobre esse tipo de produção acadêmica, mergulharemos nos trabalhos selecionados, buscando nuances e detalhes que possam apoiar uma compreensão mais aprofundada do conteúdo dessas obras.

A periodicidade dos trabalhos revela mais uma vez que estes começaram a surgir no período pós 1997 (pós Massacre de Eldorado dos Carajás e pós Marcha de Brasília) e se mantém constante a partir de 2001, quando as publicações que abordam as categorias eleitas se tornam mais frequentes, havendo pelo menos dois deles publicados por ano sobre esses assuntos. Veremos mais adiante que essa “generalização” só serve para os trabalhos de gênero.

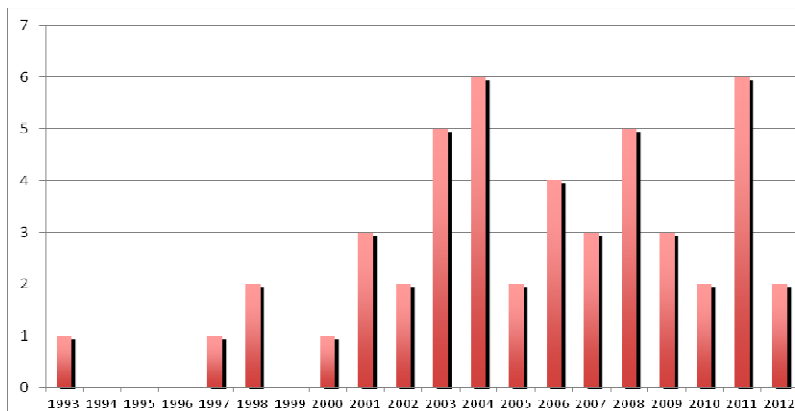


Figura 13. Ano de defesa das dissertações e teses escritas em português e espanhol que abordam as categorias gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades no MST. **Fonte:** Gráfico desenvolvido pelo autor, a partir do levantamento bibliográfico realizado em 2013 e 2014.

As áreas de conhecimento onde esses trabalhos se concentram se diferenciam em apenas um ponto da incidência por área das publicações totais sobre o MST. Na segmentação absoluta, apresentada no capítulo 5, prevaleceram os trabalhos na área de Educação, Sociologia e Geografia. Aqui constatamos uma coincidência quanto às duas primeiras áreas, pois são 17 d&t na área da Educação e 13 da Sociologia. No entanto, apenas um trabalho da Geografia foi encontrado sobre gênero. Seria esse um retrato generizado das áreas do conhecimento? Alguns indicadores dessa disparidade serão melhor abordados adiante. Outras áreas que se destacaram foram a História com cinco trabalhos, a Antropologia com quatro e a Psicologia com três. Com um trabalho em cada área, encontramos ainda pesquisas na Administração, Educação Física, Educação nas Ciências, Serviço Social e Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social, programa de pós-graduação de cunho interdisciplinar.

A universidade que arregimentou mais publicações foi a UFSC com seis trabalhos, cinco dissertações e uma tese, seguida pela UFBA e pela UFC com quatro trabalhos cada. UNICAMP, UFRGS e UFPB contam com três trabalhos cada uma. PUC/RS, UAB, USP, UFMG e UFRN com dois trabalhos cada e o restante, PUC/SP, PUC/MG, UFAL, UFES, UFF, UFLA, UNUJUÍ, UNESP, UFPR, UFPE, UFRJ, UFS, UFSCar e UnB com um trabalho cada uma.

Quando pensamos nos locais dessas pesquisas, novamente percebemos uma hegemonia de assentamentos do sul e sudeste como *locus* de investigação, com 14 trabalhos realizados no sul do país, sendo que um deles não menciona o assentamento, nem o estado¹⁰⁷. Sete pesquisas foram realizadas em assentamentos no Rio Grande do Sul, quatro em Santa Catarina e dois no Paraná. Dez trabalhos foram realizados no sudeste, sendo seis em São Paulo, dois em Minas Gerais, um do Rio de Janeiro e um no Espírito Santo. Os assentamentos no nordeste também motivaram muitas pesquisas, totalizando 10, sendo que cinco ocorreram no Ceará, dois na Bahia, um em Pernambuco, um em Alagoas, um no Rio Grande do Norte e um em Sergipe. No norte do país, um dos trabalhos pesquisou um assentamento no Tocantins. Uma dissertação foi realizada no Distrito Federal e nenhuma publicação foi realizada no Centro-oeste. Seis trabalhos realizaram pesquisas sem um local específico de estudo, abordando o MST de modo geral, ou assentadas/os de várias localidades ou, ainda, a Marcha do Movimento, realizada em 2005.

Por se tratar de um número menor de dados não vamos enfatizar consideráveis correlações entre os trabalhos. A interpretação que foi possível fazer refere-se ao paralelismo entre o local da instituição de ensino e o local da pesquisa. A maioria dos trabalhos ou foi realizado no mesmo estado onde a universidade está localizada ou na mesma região, com exceção de uma dissertação da UNICAMP realizada no Rio Grande do Sul e uma dissertação da UFMG realizada na Bahia.

As/os orientadoras/es das pesquisas são muito variadas/os e com quase nenhuma repetição, apenas a professora Mara Coelho de Souza Lago e Verena Stolke orientaram mais de uma publicação. A primeira orientou as dissertações de Giovana Salvaro (2004) e Adriana Rodrigues (2006), ambas no Programa de Pós-Graduação em Psicologia na UFSC e a segunda orientou a dissertação e a tese de María Carballo López (2002; 2011) no Departamento de Antropologia Social e de Pré-história, da Faculdade de Letras da UAB.

Além dessas informações mais quantitativas, destacaremos em seguida as abordagens utilizadas, as teorias, autoras/es e metodologias

¹⁰⁷ Ao abordar a sexualidade na juventude, Vieira (2004) preferiu preservar as/os informantes omitindo essas informações, devido a possibilidade de reconhecimento das falas no local da pesquisa. Discorreremos sobre esse assunto com mais detalhes adiante.

que foram empregadas nessas pesquisas. Analisaremos ditos e “não-ditos” a partir de uma imersão no texto e nos históricos das/os investigadoras/es, buscando um aprofundamento, não necessariamente forçando uma universalização analítica, mas identificando algumas tendências. É importante salientar que essa análise é limitada e acontece a partir de nossa interpretação. Foi fundamental criar uma categorização dos trabalhos, o que ocorreu a partir de escolhas que omitiram outras questões importantes desses trabalhos. Ou seja, reconhecemos que nossas interpretações também partem de escolhas, omissões, existências e ausências.

Elaboramos um agrupamento conceitual, onde as categorias de análise selecionadas, gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades serão centrais. Os eixos de análise dos próximos itens são os seguintes: pioneirismo nos estudos de gênero, sexualidade e raça no MST; metodologias de pesquisa: homogeneidades e diversidades nos processos de investigação sobre o MST; localizando as/os sujeitas/os da pesquisa: quem fala sobre o MST?; principais referenciais teóricos nas d&t sobre gênero, sexualidade e raça no MST; e o indizível sobre gênero, sexualidade e raça no MST. Antes de iniciarmos essas questões, cabe mencionar a desigual distribuição de trabalhos frente às categorias centrais escolhidas. Quase todos os trabalhos encontrados focam suas análises nas categorias de gênero e classe, existência que será tema e ponto fundamental de nossa reflexão.

6.2.1 Pioneirismo nos estudos de gênero, sexualidade e raça no MST.

Entendemos como trabalhos pioneiros, aquelas publicações que trouxeram pela primeira vez, dentro de uma investigação onde o MST era o ator central, as discussões de gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades como categorias norteadoras da análise. Iniciamos ressaltando seus quatro aspectos comuns: os três trabalhos em questão são interdisciplinares, apesar de estarem localizados em programas de pós-graduação disciplinares; interseccionais, pois articulam múltiplas categorias de análise; de inspiração feminista, conforme o referencial e as posições adotadas no decorrer do texto pelas autoras; finalmente, os três foram escritos por mulheres.

Os três trabalhos foram realizados em períodos bem distintos e representam o eixo central das discussões de cada temática específica. O

trabalho pioneiro que assume a categoria gênero é a dissertação de Noelle Marie Lechat (1993). O primeiro trabalho que toma a sexualidade como categoria central é a dissertação de Rosângela Steffen Vieira (2004) e sobre questões raciais, a tese de Simone Maria de Souza (2009). Vale ressaltar que as análises centradas na categoria gênero tiveram inúmeros sucessores, ao contrário dos trabalhos sobre sexualidade e raça, únicos encontrados no levantamento que utilizam tais categorias como matriz de interpretação. Analisaremos a seguir cada um deles.

O trabalho precursor sobre a questão de gênero no MST aconteceu no início dos anos 1990, quando o Movimento ainda concentrava grande parte de suas forças no sul do país. A dissertação “A questão de gênero no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul” de Noelle Marie Lechat foi realizada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia na UNICAMP¹⁰⁸ e centrou suas atenções em dois assentamentos do MST no Rio Grande do Sul. É uma narrativa que se confunde com a narrativa da origem do MST, afinal, ambos os assentamentos foram experiências pioneiras do Movimento no Brasil. Algumas curiosidades históricas daquele período permearam a narrativa da autora, como os problemas econômicos do país naquele contexto, sobretudo, a hiperinflação do início da década de 1990 e a rejeição a Luís Inácio Lula da Silva, então candidato à presidência nas eleições de 1989. A própria estética do documento nos remete ao início dos anos 1990, onde os trabalhos em sua grande maioria ainda eram datilografados em máquinas de escrever. As fotos da vivência da autora nos assentamentos presentes no documento a que tivemos acesso e que foram digitalizadas pareciam borrões na tela do computador, mas as fotocópias dos mapas da região sul, os desenhos de árvores genealógicas detalhadíssimos das comunidades assentadas, bem como os desenhos com anotações a caneta, estavam legíveis.

A novidade adotada por Lechat consistiu em adotar a memória das mulheres, o que ela denomina de “ponto de vista” sobre sua participação material e simbólica, como narrativa da história. As pretensões iniciais da autora de compreender o cotidiano daqueles assentamentos foram extrapoladas, tornando-se um documento histórico

¹⁰⁸ A orientação foi do professor Carlos Rodrigues Brandão, graduado em psicologia e pós-graduação em Antropologia.

valioso sobre a origem do MST e da luta pela terra no Brasil. A dissertação foi defendida na área da Antropologia, mas tem características claramente interdisciplinares, filiando-se a uma tradição demasiado empirista e carecendo de um arcabouço teórico mais centrado. Talvez por isso mesmo ela afirme que a maior dificuldade do trabalho foi o fato de não ter encontrado um quadro teórico que desse conta dos vários ângulos a partir dos quais a autora enfocou a questão teórica de gênero (LECHAT, 1993).

É uma dissertação que utiliza diversas metodologias, tanto a pesquisa bibliográfica e documental na contextualização da ocupação da terra no Rio Grande do Sul, quanto a etnografia, entrevistas e dinâmicas de análises gráficas. A pesquisa foi realizada entre janeiro de 1990 e janeiro de 1992, com mulheres casadas ou separadas, cujas famílias, antes acampadas na Encruzilhada Natalino, foram assentadas no Rincão do Avaí no primeiro caso, e no segundo caso, ocuparam a Fazenda Annoni até serem assentadas na Fazenda Hilandes, em Sarandi.

As conclusões da autora refletem a qualidade do trabalho realizado. Mesclam críticas consistentes e valorizam avanços e potencialidades daquele nascente Movimento que vislumbrava maior participação política das mulheres, mas que concretamente ainda engatinhava em ações para tal avanço. Durante as próximas análises nos aventuraremos ainda mais nessa excelente investigação.

O primeiro e único trabalho encontrado sobre sexualidade é a dissertação “Juventude e sexualidade no contexto (escolar) de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” de Rosangela Steffen Vieira defendida em 2004 no Programa de Pós-graduação em Educação da UFSC¹⁰⁹, cujo objetivo foi identificar o que dizem jovens assentadas/os sobre sexualidade e suas interfaces com juventude e gênero. O local da pesquisa e o nome das/os jovens foram trocados por nomes fictícios, segundo a autora, por questões éticas, pois a temática é considerada tabu e poderia causar constrangimentos e possíveis implicações nas interações cotidianos das/os informantes. Nem sequer foi citado em qual estado do sul do país a pesquisa foi feita.

Para conseguir captar informações sobre sexualidade, Rosangela Vieira realizou observações em uma escola estadual onde várias/os assentadas/os estudavam, o que ajudou na socialização e posterior seleção de oito jovens para entrevistas, sendo quatro mulheres e quatro homens de 15 a 18 anos. Para garantir a privacidade e aprofundamento

¹⁰⁹ O trabalho foi orientado pelo professor Reinaldo Matias Fleuri.

das entrevistas, todas foram realizadas na biblioteca da escola ou na agroindústria do assentamento, pois nas casas das/os jovens, provavelmente as e os informantes sentiriam dificuldades para se abrirem sobre assuntos íntimos perto dos familiares. Além das entrevistas, a autora realizou uma oficina, na qual estudantes escreveram perguntas com dúvidas sobre sexualidade, o que também contribuiu para compreender suas concepções e práticas sobre o tema.

Trata-se de um trabalho assumidamente interdisciplinar e que traz uma grande contribuição, pois se pautou na ausência de estudos sobre a temática no âmbito rural. Segundo a autora, a maioria das pesquisas que enfocam a temática juventude, centra-se no ambiente urbano, enquanto o meio rural ganha pouca visibilidade. A juventude, pensada como um período em que emergem com maior intensidade questões relativas à sexualidade, é uma área pouco explorada, invisível.

O enfoque sobre gênero e sexualidade possibilita dimensionar questões pouco exploradas na literatura acadêmica sobre relações sociais, especificamente no MST, e acredito que os resultados deste estudo podem oferecer elementos significativos para se analisar representações de gênero e sexualidade que configuram os significados de situações comuns vivenciadas cotidianamente pelos jovens Sem Terra assentados no Sul do Brasil (VIEIRA, 2004, p. 28).

A partir do conteúdo das entrevistas, Vieira adotou algumas categorias de análise, como iniciação afetivo-sexual, para analisar as questões da virgindade, o “ficar”, o namoro, as relações com a família e as redes de sociabilidade na construção da sexualidade; saúde sexual e reprodutiva, para abordar menstruação, atendimento médico, doenças sexualmente transmissíveis (DST) como a AIDS, e temas como gravidez, aborto e anticoncepcionais. Com um material aprofundado e com um conteúdo único nos trabalhos sobre o MST, a autora percebeu grande distinção de gênero nas interações cotidianas no que se refere à sexualidade. Apesar dos avanços e questionamentos frente a desigualdades de gênero, os homens continuavam tendo maior autonomia em atividades de lazer, maiores possibilidades de

participação política e na valorização do trabalho. Quanto à sexualidade, a autora mostra certa preocupação sobre o ocultamento da discussão:

manter a sexualidade sob o manto da invisibilidade poderia constituir-se como proteção, permitindo que esses jovens construíssem mais facilmente estratégias para desviar do controle social. No entanto, a invisibilidade pode implicar também um não reconhecimento da sexualidade como uma dimensão legítima na vida desses jovens e uma consequente condição de não-direito, caracterizada pela falta - como a falta de reconhecimento, já mencionado, ou mesmo a falta de acesso à informação, a recursos, ao atendimento médico, a políticas públicas específicas, etc. Por isso optamos por abordar o tema, atentando para as estratégias e as concepções desses jovens quanto a sua sexualidade (VIERIA, 2004, p. 65).

Foi uma pesquisa pioneira, corajosa e que infelizmente esteve afastada de maiores possibilidades de comparações mais amplas com outras realidades em assentamentos do MST espalhados no Brasil.

Sobre relações raciais no MST, o único trabalho que abarca diretamente a categoria raça é a tese “Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST): as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras”, de Simone Maria de Souza, defendida em 2010 no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE¹¹⁰, cujo título já evidencia o posicionamento crítico da autora frente às posições adotadas pelo MST, sendo, talvez, o trabalho mais crítico que encontramos em todo o levantamento realizado. O argumento central gira em torno da crítica marxista de que o MST é uma organização política tradicional da classe trabalhadora, como partidos políticos de esquerda e sindicatos, formada por uma superpopulação relativa constituída por trabalhadoras e trabalhadores proletários/os, em sua maioria negras/os, que teria abandonado o trabalho enquanto categoria central na luta socialista. No lugar do trabalho, o MST teria

¹¹⁰ O trabalho foi orientado pela professora Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá.

colocado a reforma agrária e estimulado formas de organização do trabalho com base na família, através de associações e cooperativas, o que resultou na exclusão de debates sobre a divisão racial e sexual do trabalho, e na presença de contradições sobre o processo produtivo produção que é vislumbrado sem articulação com a discussão sobre a participação das mulheres, sobretudo as negras.

Para embasar essa afirmação a pesquisadora utilizou diversas ferramentas metodológicas como observação participante, entrevistas semi-estruturadas e análise documental. As observações foram realizadas durante diversas atividades do MST em Pernambuco, entre 2006 e 2008, como no XVIII Encontro Estadual, nos cursos de formação política do Setor de Gênero e em protestos do dia 8 de março. Nesses espaços, ela realizou cinco entrevistas com mulheres integrantes e dirigentes do Coletivo de Mulheres do setor de Gênero do MST/PE, preservando a identidade das militantes ao trocar seus verdadeiros nomes por nomes de países africanos, como: Nigéria, Angola, Ruanda e Somália e do país caribenho Haiti.

Utilizando, sobretudo, autores marxistas clássicos como o brasileiro Caio Prado Junior, Gramsci, bem como as próprias obras de Marx e também de Engels, Souza resgata a formação do capitalismo no Brasil para justificar que o MST é constituído por uma superpopulação relativa formada, especialmente, por trabalhadoras/es negras/os. Esse conceito se baseia na ideia de que o processo de acumulação, concentração e centralização capitalista vem produzindo uma progressiva superpopulação relativa, ou o que é mais comumente denominado de exército industrial de reserva, população que é mantida em espera para ser explorada nos períodos de expansão do capital.

O trabalho, que em vários momentos é repetitivo quanto aos conceitos centrais, traz um histórico do MST enquanto organização de classe trabalhadora tradicional, sem levar em conta novos arranjos aprofundados por teorias como a dos Novos Movimentos Sociais (NMS), Rede de Movimentos Sociais (RMS), nuances dos movimentos sociais latino-americanos, bem como elementos de teorias pós-coloniais. Estas lacunas causam uma certa estranheza haja vista que se trata de um estudo recente pautado em questões de raça e gênero em um movimento social latino-americano. Para falar sobre a trajetória do Movimento, além de cartilhas, ela se embasa em autores clássicos que aprofundaram

sobre as práticas do MST, como Fernandes (2000), Stédile e Fernandes (2001) e Morissawa (2001).

Sobre o conceito de gênero, parece não haver nenhum aprofundamento e o único trabalho de inspiração feminista utilizada em toda a tese é o artigo “Divisão sexual e relações sociais de sexo” da socióloga francesa Daniele Kergoat. Essa lacuna se justifica pela escolha epistemológica, centralizada quase exclusivamente nos preceitos de autores clássicos marxistas. Uma falha chama atenção: nas referências bibliográficas, a autora cita o texto de Joan Scott “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”, sem tê-lo mencionado durante toda a tese, ou, pelo menos, sem tê-lo identificado. Falaremos mais adiante sobre Joan Scott e esse importante texto que influenciou toda uma gama de trabalhos de gênero na academia brasileira. Ao contrário das discussões sobre gênero, as discussões sobre relações raciais estão bem embasadas, sobretudo, a partir de textos de Alberto Guimarães, Otavio Ianni, Sueli Carneiro, Peter Fry, entre outras/os.

Os relatos das entrevistas são muito interessantes e mostram a enorme lacuna do MST na assunção de posturas antirracistas e feministas. Ademais, mostram as dificuldades do Movimento no dia a dia, sobretudo, no cumprimento dos princípios de igualdade de gênero pautados como linha política. Um dos poucos avanços enaltecidos pela autora refere-se a titularidade conjunta da terra, quando o MST exigiu que todos os documentos de posse estivessem em nome do casal, e não somente no nome do marido. No restante dos relatos, percebemos várias contradições nas práticas do Movimento, como a concentração de mulheres em setores tradicionalmente vistos como femininos como o setor de educação e o de saúde, do mesmo modo na falta de mulheres em setores tradicionalmente masculinos como o de produção e o de formação, prioridade no MST. Nas coordenações estaduais, que a princípio, deveriam ser compostas igualmente por homens e mulheres, também não havia uma divisão equitativa. Sobre o setor de gênero, importante estrutura formada para se discutir a questão das desigualdades de sexo, a autora critica a desarticulação da linha política com questões de raça e gênero. Para a autora “vem prevalecendo no MST e, especificamente, no Setor de Gênero, a ideologia dominante da universalidade, de que todos/as são iguais” (2009, p. 69). Esses fatos foram observados em várias pesquisas, inclusive em nossa dissertação de mestrado realizada em Minas Gerais (MAGRINI, 2010).

Quanto às questões raciais, a autora mostra que ainda falta muito para o MST se apropriar e assumir lutas antirracistas. Estas apenas

aparecem no apoio aos quilombolas, adotando-se essas populações como parceiras na luta pela reforma agrária, sendo portanto, as articulações com gênero e classe pouco incorporadas pelo Movimento. Mais do que isso, o MST, segundo ela, vem se omitindo sobre a existência de discriminação “racial” nos assentamentos e acampamentos e mesmo reconhecendo a necessidade de lutar contra o racismo, pouco ou nada tem feito para combatê-lo.

O tom crítico permanece por quase toda a tese, inclusive sobre uma das atividades mais idealizadas do Movimento, a Ciranda Infantil, que segundo Souza “não tem sido assumida pelo MST, porque tem predominado no Movimento o entendimento de que as mulheres devem cuidar das crianças, por este motivo não aparece como uma das ações prioritárias” (2009, p. 63). Discordamos da afirmação da pesquisadora, tomando por base algumas de nossas experiências em assentamentos e eventos do MST que organizam a Ciranda de forma muito competente. Essa e outras opiniões da autora adotam um tom generalizante em boa parte da tese, sem levar em conta questões regionais e a amplitude do Movimento, além dos vários avanços obtidos ao longo das últimas três décadas. Nesse sentido, parece que a autora critica de forma veemente a postura universalista do Movimento, mas reproduz essa ideia generalizando e adotando um “remédio” universalizante para resolução das contradições. Parece haver uma construção vitimizadora que não leva em conta uma ideia de processo, de pequenas vitórias e de lutas cotidianas, que, acreditamos, o Movimento vem conquistando, mesmo que no caso das questões de gênero e raça, ocorram processos lentos e contraditórios.

O pioneirismo desses três trabalhos teve reflexos bem distintos em cada uma de suas áreas. Veremos que a dissertação de Lechat (1993) impulsionou toda uma tradição de estudos sobre relações de gênero em assentamentos do MST que utilizaram ferramentas metodológicas, geralmente oriundas da antropologia, mas que foram (re)apropriadas por diversas áreas do conhecimento. Outras investigações simplesmente inovaram no modo de investigar as e os Sem Terra. Sobre o trabalho de Vieira (2004) e Souza (2010) ainda não podemos tecer uma análise sobre suas continuidades, afinal, se tratam dos únicos trabalhos sobre sexualidade e raça no MST. O primeiro, mesmo completando 10 anos, aparentemente ainda não teve sucessores, o que seria de suma importância, por exemplo, para confrontá-lo metodologicamente com

outras pesquisas que trataram de temas tão invisíveis, como a sexualidade. O segundo, sendo uma reflexão mais recente, de 2010, já indica sucessores como o pesquisador Fred Igor Santiago Ferreira, que publicou diversos artigos (FERREIRA, 2013; 2014) sobre a questão e que possivelmente defenderá sua dissertação nos próximos anos.

6.2.2 Metodologias de pesquisa: homogeneidades e diversidades nos processos de investigação sobre o MST

Existe grande homogeneidade na escolha das metodologias de pesquisa adotadas nos trabalhos aqui analisados. A maior parte das pesquisas são estudos de caso em assentamentos do MST espalhados pelo Brasil. São pesquisas qualitativas que utilizaram quase sempre observações diretas, entrevistas e análises documentais como principais ferramentas de coleta de informações. Alguns trabalhos realizaram entrevistas coletivas ou grupos focais e poucos se aventuraram em análises exclusivamente teóricas ou quantitativas.

Entre as 48 dissertações e teses, apenas uma não utilizou observação participante e entrevistas como técnicas de coleta de dados. Geralmente o período de permanência das/os pesquisadoras/es não passava de um mês nos assentamentos, acampamentos ou outra atividade foco da pesquisa. Contudo, em quase todos havia um retorno ao local da pesquisa para mais uma rodada de observações e entrevistas ou qualquer outra atividade complementar, como oficinas e divulgação dos resultados da pesquisa. Um caso nos chamou atenção devido ao enorme espaço de tempo que o pesquisador tardou em regressar para a segunda fase da pesquisa de campo. Na dissertação “Nem brabo nem manso, homens, animais e plantas no assentamento Vale da Serra, Pitanga/PR”, Ricardo de Campos Leining (2012), ao descrever sua metodologia, colocou que sua pesquisa de campo ocorreu em dois momentos distintos, sendo o primeiro em 2004, onde permaneceu por noventa dias em um assentamento no estado do Paraná, e o segundo em 2009, quando ficou mais vinte dias no assentamento. As razões desse longo intervalo de tempo foram omitidos em seu texto. Avaliamos que esse longo período de mais de cinco anos, possibilitou a observação de mudanças significativas como a transformação de um acampamento de beira de estrada em um assentamento organizado.

As entrevistas em geral eram “livres” (não estruturadas) ou semi-estruturadas e privilegiavam a fala de mulheres e, em menor escala,

foram também entrevistados homens. Não constatamos estudos que tenham realizado entrevistas apenas com os homens. Esse parece ser um reflexo da concepção de gênero, tanto no MST, como nas abordagens teóricas comuns na academia brasileira, de que a questão de gênero é sinônimo de estudos sobre a mulher, ora pela limitação do emprego do conceito de gênero, ora por uma postura estrategicamente assumida ao divulgar vozes historicamente oprimidas como fez María Carballo López (2011): “Indudablemente sería de un enorme interés incluir la visión y experiencias de los hombres, pero el esfuerzo necesario y el tiempo que supondría una etnografía minuciosa lo hizo inviable. Los hombres fueron incluidos en la tesis a partir de sus relaciones con las mujeres (p. 29).

Além da limitação e das opções epistemológicas, percebemos certa dificuldade quando uma pesquisadora mulher entrevistava homens, e, principalmente, quando um pesquisador homem entrevistava mulheres. Sobre essa questão as/os pesquisadoras/es fizeram alguns registros, este é o caso de Vieira (2004) que percebeu o acanhamento das/os jovens frente a perguntas sobre sexualidade durante a entrevista: “As narrativas masculinas eram também pontuais, isto é, os jovens contavam rapidamente os fatos e não abordavam detalhes que contextualizassem a relação, ao contrário das narrativas femininas, que indicavam mais detalhadamente a circunstância e os sentimentos envolvidos nas relações” (p. 71).

Quando o pesquisador era homem, circunstância incomum nesse tipo de pesquisa, o constrangimento e as dificuldades parecem ainda maiores. Em Leinig (2012), por exemplo, o autor assume um ponto de vista masculino para justificar uma lacuna de sua pesquisa.

[...] é necessário fazer uma menção importante ao gênero. Ficará claro para o leitor, no suceder das páginas, que a dissertação apresenta um ponto de vista masculino. O fato de o pesquisador ser um homem impede, naquele universo, o acesso à maioria das práticas e pensamentos das mulheres. Até mesmo contextos produtivos que são inerentemente femininos aparecem no texto, por vezes, mediados por falas de homens, e até demonstrações concretas, sobre atividades que

cotidianamente são das mulheres. Apenas no fim da pesquisa, quando eu já conquistara boa confiança por parte de algumas famílias, ou nas relações construídas em famílias com mulheres no comando, é que tive contato com o ponto de vista feminino, mas não houve condições de trazê-lo para o texto com a devida profundidade (2012, p.23).

Já em nossa pesquisa de mestrado (MAGRINI, 2010), mesmo sabendo da relativa confiança que havia entre pesquisador e assentadas/os, devido aos anos de trabalho naquele assentamento, utilizamos uma estratégia diferente para conseguir aprofundar ainda mais as falas de mulheres através da participação de uma interlocutora mulher, no caso, a professora orientadora do trabalho.

O grupo focal foi conduzido, na maior parte do tempo, pela professora Maria de Lourdes, devido às dificuldades, previamente percebidas por nós, de que um espaço exclusivo de mulheres fosse conduzido por um homem, podendo não render o esperado. No decorrer do espaço, percebeu-se que essa escolha foi adequada e que informações qualificadas foram geradas, além de que a participação do pesquisador-homem, não influenciou negativamente o espaço (2010, p. 44).

O espaço mencionado era um grupo focal realizado somente com mulheres, técnica utilizada em outras pesquisas, como nos trabalhos de Garcia (2004), Ribeiro (2005), Ferreira (2006) e Cruz (2009). Em todas as pesquisas, os grupos focais foram utilizados como técnica complementar das observações e das entrevistas, para tentar captar possíveis contradições, além de outros pontos de vista em um espaço mais coletivo.

As entrevistas estruturadas (questionários) foram usadas em cinco trabalhos como ferramenta de pesquisa, sobretudo, aqueles que tinham um grande contingente de informantes, como nos casos de Carvalho (2008), Silva (2009) e Moura (2011) e em outras duas pesquisas com um número menor de informantes (FERREIRA, 2006; CRUZ, 2009; XIMENES, 2011).

Na dissertação “Práticas de leitura de homens e mulheres do campo: um estudo exploratório no assentamento Paulo Freire Bahia” de Luzeni Ferraz de Oliveira Carvalho, defendida em 2008 no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG, a autora aplicou 47 questionários (26 mulheres e 21 homens) com o objetivo de identificar e discutir práticas de leitura de homens e mulheres assentadas. Entre as conclusões, a autora mostra a influência da Igreja, da militância e da escola como importantes instituições fomentadoras da leitura de homens e mulheres. A autora percebeu que se manifestam de maneiras diferentes, sendo a leitura das mulheres diretamente voltada para os campos religioso, doméstico e da formação escolar e dos homens, predominantemente, nos campos da formação política e da informação.

Em outra dissertação “Do assentamento à universidade: a mulher camponesa no ensino superior” de Denice Batista da Silva defendida em 2008 no Programa de Pós-graduação em Educação da UFS, a autora aplicou 46 questionários somente para mulheres participantes dos cursos Pedagogia da Terra e Agronomia da UFS, com o objetivo de avaliar como estava se dando a inserção de mulheres camponesas assentadas em áreas de reforma agrária no ensino superior nos cursos supracitados. A autora constatou que a dificuldades pessoais, a concentração de mulheres em cursos tipicamente femininos como a pedagogia e a ausência de mulheres em cursos como agronomia, tradicionalmente masculinos, a distância da escola, as relações familiares e atividades domésticas foram algumas das barreiras encontradas pelas entrevistadas, o que não impediu que elas ainda fossem a maioria no PRONERA.

O trabalho que aplicou o maior número de questionários foi a dissertação “O imperativo masculino em assentamento do MST: uma relação de poder e dominação simbólica” de Erik Marcelo de Moura defendida em 2011 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFAL. Com uma amostra extremamente representativa de 100 questionários distribuídos entre assentadas e assentados maiores de 18 anos, o autor buscou identificar como estavam se desenvolvendo as desigualdades de gênero no interior de um assentamento em Alagoas. Apesar de utilizar uma linguagem exageradamente binária de sexo nas comparações das respostas oriundas dos questionários, o autor contribui expressivamente com uma crítica sobre a apropriação de um ideal de igualdade conquistado no Assentamento, mas que de certa maneira, acabava por tratar apenas de mudanças na esfera normativa

determinadas pelo MST, que ainda não podiam ser efetivamente percebidas no cotidiano das pessoas.

A dissertação “Esperança e persistência: os significados da docência em uma escola do assentamento Bela Vista do MST” de Maria Jucilene Lima Ferreira, defendida em 2006 no Programa de Pós-graduação em Educação da PUC/MG teve como objetivo estudar a construção do cotidiano docente em um assentamento do MST na Bahia. Para tanto se utilizou de questionários como meio para levantar informações junto a diferentes agentes: quatro professoras, a diretora e a secretária da escola, a representante do Setor de Educação do MST, três educandos das séries iniciais do ensino fundamental e quatro pais de estudantes. De uma maneira que nos pareceu exageradamente idealizada, a autora exalta a prática de docentes daquele contexto através de observação participante, entrevistas e grupos focais.

Do mesmo modo, Elizabeth Ferreira da Cruz utilizou o questionário como ferramenta complementar para construir o perfil de mulheres militantes de três movimentos sociais: o MST, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE) e Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) em sua dissertação intitulada “Ação política, transformação social e reconstrução de identidades: um olhar a partir do feminismo para a militância das mulheres rurais nos movimentos sociais” defendida em 2009, no Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFC. O objetivo de seu trabalho foi analisar experiências dessas mulheres militantes e de outro grupo de mulheres que não militavam de forma a identificar diferenças e semelhanças entre os dois grupos. Uma das suas conclusões foi que existem diferenças perceptíveis entre esses grupos sobretudo, com relação a uma visão de mundo crítica das opressões de classe e de gênero, mais assumida pelas militantes. Mas também, ficou evidente que há diferenças entre as mulheres militantes que se assumem feministas e as mulheres que não se assumem enquanto tal, na percepção das opressões de gênero.

O sexto trabalho que utilizou entrevistas estruturadas foi a dissertação de Judith Dias Ximenes com o título “A participação da mulher no MST no DF e entorno – Estudo de caso” defendida em 2011 na UnB. De maneira enxuta e com uma escrita particular, a autora pesquisou o papel político da mulher no MST no Distrito Federal através da aplicação de questionários com 19 mulheres assentadas, entre lideranças e não lideranças. Como muitos trabalhos sobre MST, as

conclusões sobre o papel da mulher no Movimento também nos pareceram demasiadamente idealizadas.

Constatamos ainda, que o levantamento bibliográfico também foi uma ferramenta corriqueira. Vários trabalhos realizaram esforços para fazer um mapeamento de bibliografias sobre a temática central, sobretudo, gênero no MST ou gênero em suas áreas disciplinares. Os principais foram: Silva (2003), Garcia (2004), Salvaro (2004); Pezzin (2007) e Ximenes (2011).

Cristiane Bereta da Silva (2003) realizou um pequeno levantamento de dissertações e teses sobre o MST até o início dos anos 2000. Até aquele momento havia poucas pesquisas sobre gênero, entre elas se destacaram três dissertações: Lechat (1993), Schwade (1993) e Pavan (1998). O único trabalho que não está em nosso levantamento como uma pesquisa sobre gênero é a dissertação de Elisete Schwade, defendida em 1993 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAS) da UFSC, pois apesar de trazer reflexões sobre o cotidiano das relações de gênero, focou suas análises na influência da Teologia da Libertação no projeto político de assentamentos no oeste de Santa Catarina.

Maria Franco Garcia (2004) fez o estado da arte de estudos de gênero no Brasil oriundos da Geografia. Segundo a autora as produções sobre gênero ainda eram periféricas na Geografia Agrária, demonstrando o caráter androcêntrico da área. Crítica que corroboramos, pois na Geografia, entre as 75 dissertações e teses encontradas sobre o MST, a terceira área do conhecimento com mais produções acadêmicas apenas uma delas, exatamente a tese de Franco, aborda a questão de gênero.

Encontramos na dissertação de Giovana Salvaro (2004) a pesquisa bibliográfica exploratória, como a autora denominou em seu trabalho, mais ampla de todos os trabalhos mapeados. Utilizando o Banco de Teses da Capes, a autora encontrou, entre 1987 e 2001, 91 trabalhos sobre o MST, dos quais, somente quatro foram identificados como diretamente associados a discussão de gênero: Lechat (1993), Pavan (1998), Gaião (2001) e Melo (2001). Durante nossa tese utilizamos sua dissertação como base de dados primários e de comparação com outras fontes.

O trabalho de Josimara Pezzin (2007) também realizou um mapeamento de produções acadêmicas, sobretudo, periódicos que

discutissem educação do campo, entre 1996 a 2006. O objetivo da dissertação “Professores (as) sem terra: um estudo sobre práticas educativas do Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” era captar o cotidiano de professoras e professores Sem Terra, “dando” voz aos profissionais educadoras/es. Ao contrário do que o resumo parecia indicar, a pesquisa não abordou em nenhum momento questões de gênero, sexualidade e raça, e adotou uma postura “neutra” frente aos nove docentes entrevistados, não indicando quantos eram homens e quantas eram mulheres. Ademais, a prática docente foi vinculada exclusivamente à militância do intelectual orgânico, sem se referir a outras possibilidades e experiências dos sujeitos pesquisados.

Por último, o trabalho de Judith Ximenes (2011) realizou um levantamento no Banco de Teses das Capes de dissertações e teses sobre gênero no MST ou em assentamentos, encontrando 13 trabalhos, sendo que apenas cinco foram realizados em áreas organizadas pelos MST: Lechat (1993), Pavan (1998), Melo (2001), Nuñez (2003), Cruz (2009). Segundo sua pesquisa o restante dos trabalhos eram pesquisas realizadas em assentamentos organizados por outros movimentos sociais, como a tese “Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento de Reforma Agrária: o caso do Saco do Rio Preto em Minas” de Maria de Lourdes Souza Oliveira (2006) da UFRJ; a dissertação “Mulheres da terra: história e memória das assentadas de Sumaré II no limiar do século XXI” de Claudia Delboni (2008) da USP; a dissertação “Mulheres embarcadas: gênero, família e trabalho na percepção de mulheres em espaços masculinos” de Camila Daniel (2009) na UERJ; a dissertação “Do chão do cotidiano, o protagonismo do Movimento de Mulheres Camponesas em terras catarinas: uma trajetória de lutas, construindo identidade e conquistando autonomia” de Mailiz Garibotti (2009) da PUC/SP; a dissertação “Uma fonte de água viva: a participação das mulheres no assentamento Arizona São Miguel do Gostoso-RN” de Marialda Moura da Silva da UFRN; a dissertação “De senhoras a mulheres trabalhadoras rurais: a desordem no MSTTR” de Sonilda F. da Silva Pereira (2002) na UFRGS; a tese “Mulheres da terra: um estudo sobre saúde e gênero na área rural de Pernambuco” de Maria de Fátima Gomes de Lucena (2002) na UNICAMP; e a dissertação “Mulheres marceneiras e autogestão na economia solidária: aspectos transformadores e obstáculos a serem transpostos na incubação em assentamento rural” de Carolina Orquiza Chermem (2009) na UFSCAR.

O único trabalho exclusivamente teórico, ou seja, aquele que não realizou pesquisa de campo em acampamentos, assentamentos ou outras

atividades do MST, foi a dissertação “A pedagogia do Movimento Sem Terra e a relação de gênero: incidências, contradições e perspectivas em movimento” de Djacira Maria de Oliveira Araújo (2011), realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação na UFBA, cujo objetivo era compreender os pressupostos pedagógicos do MST numa perspectiva de gênero, através de análise de documentos do Movimento. Ao nosso ver, trata-se de mais um estudo pouco crítico frente às contradições no que concerne à discussão de gênero, reafirmando a sobreposição da questão de classe às demais.

Apesar das homogeneidades aqui sintetizadas, percebe-se nos enfoques disciplinares diferenças quanto às nomenclaturas, profundidade e rigor nas abordagens metodológicas. Com relação aos trabalhos da História e da Antropologia foi diferente. No caso da História, vemos que há um predomínio da história oral como ferramenta central, conforme o verificado nos trabalhos de Pavan (1997); Ribeiro (2002; 2007); Silva (2003) e Conceição (2006). Em todos eles as autoras se apropriaram de vários referenciais teóricos da história oral, mas dois deles sobressaíram: o livro “A voz do Passado: história oral” do historiador inglês Paul Thompson e o artigo “O que faz a história oral diferente” do italiano Alessandro Portelli. O outro caso emblemático foi o dos trabalhos da Antropologia, nos quais a etnografia foi a metodologia preponderante: Lechat (1993); López (2002; 2011); e Leining (2012). No entanto, não há, tal como na História, homogeneidade quanto aos referenciais metodológicos e vários autores e autoras clássicos filiados/as a distintas correntes foram citados: Malinowski, Levi-Strauss, Clifford Geertz, Eric Wolf, Verena Stolke, Lygia Sigaud e os brasileiros Klass e Ellen Woortmann, Beatriz Heredia, entre outros

Alguns pesquisadores extrapolaram as metodologias tradicionais, inovando no modo como investigaram o MST. Este é o caso da dissertação defendida em 2004 na UFSC “Um retrato pedagógico a partir do olhar de educadores/as de jovens e adultos do MST” de Luciana Lenzi, cuja análise focalizou a linguagem textual e imagética de educadores e educadoras do EJA em Santa Catarina. Dentre outras técnicas de pesquisa, como observação participante e entrevistas, a autora analisou o sentido atribuído às práticas docentes em 59 imagens fotográficas produzidas por vinte professoras/es (10 homens e 10

mulheres), mostrando que estas se tornaram um modo de vida militante no âmbito do Movimento.

Outro trabalho que utilizou a fotografia como instrumento de pesquisa foi a dissertação “A mulher pela lente de jovens militantes do MST” de Gabriela Aguiar, defendida em 2012 na UFRJ. Seu objetivo foi observar e compreender como jovens militantes do MST que estavam cursando a graduação em Serviço Social da UFRJ, concebiam o papel da mulher no interior de suas famílias, no MST e na sociedade como um todo. Além de entrevistas e observação participante, a autora disponibilizou câmeras fotográficas aos seis informantes (3 mulheres e 3 homens) para que tirassem fotos sobre suas concepções, que refletiriam arranjos familiares tradicionais, preconceitos de gênero, mas também transgressões.

Um estudo que diversificou sua proposta metodológica foi a dissertação de Robson da Silva (2011) que utilizou a análise ideográfica e matriz nomenclógica da fenomenologia existencialista de Merleau-Ponty¹¹¹ para analisar os diários de campo elaborados em sua pesquisa, a qual buscou compreender os significados atribuídos ao lazer na percepção de integrantes do MST, na região de Ribeirão Preto em São Paulo. A análise ideográfica busca identificar unidades de significado em textos a partir de palavras chave, para isso, “o pesquisador descobre e atribui significados aos acontecimentos descritos nos Diários de Campo, buscando acesso ao mundo-vida dos/as colaboradores/as do estudo. [...] Nesse momento de análise buscamos tornar visível a essência do fenômeno” (2011, p. 82). Após elencar temáticas norteadoras, a análise nomenclógica consistiu em uma verificação de divergências e convergências expressas pelas unidades de significado.

A Matriz Nomenclógica se compõe de uma coluna à esquerda onde se expõe as categorias provenientes das unidades de significado dos Diários de Campo e classificadas por letras do nosso alfabeto. Os Diários de Campo são identificados através de numeração sequencial com algarismos romanos, dispostos na parte superior da Matriz em uma sequência horizontal. Abaixo da sequência dos Diários identificados e do lado direito das categorias, estabelecem-se as caselas, onde se

¹¹¹ Maurice Merleau-Ponty foi um filósofo francês ligado à tradição fenomenológica.

inserir os números arábicos das unidades de significado correspondentes àquela categoria e Diário de Campo, não se perdendo assim, a origem da referida unidade. Quando observarmos a ausência de unidade de significado em uma casela, significa que aquele Diário não apresenta asserção(ões) correspondente(s) àquela categoria. (SILVA, 2011, p. 84).

A compreensão da análise assumida não é completamente inteligível, mas representa uma novidade em termos metodológicos num universo que basicamente analisou discursivamente falas de militantes do MST.

A dissertação “Mulheres Sem Terra: identidade e representação” de Denise Bussoletti (1997)¹¹² é um dos textos mais originais que encontramos sobre o MST. Trata-se de um estudo que utilizou entrevistas semi-estruturadas individuais e grupais com 13 mulheres assentadas no Assentamento Palma no Rio Grande do Sul. O roteiro das conversas foi baseado em duas técnicas: a “linha de vida” e a “linha do movimento”. A primeira consiste na categorização de momentos vivenciados pelas mulheres em períodos da vida, como a infância, a adolescência e a velhice. A segunda técnica tem a mesma função, contudo, centra-se na representação das vivências dessas mulheres no MST antes do acampamento, no acampamento e no assentamento. Com a articulação desses dois planos, Bussoletti optou por narrar a história de vida de uma personagem criada a partir dos relatos das entrevistadas. Margarida, nome escolhido pela representação simbólica que a flor tem para vários movimentos de mulheres, além de uma homenagem a líder sindical Margarida Alves, é a expressão de várias vozes em uma única narração.

Essa dissertação, misto de ficção e realidade, contou a vida da personagem com uma narrativa poética e criativa dividida em três cenas distintas: a Margarida antes do MST; a Margarida e o MST; e a Margarida, onde infâncias pobres, peregrinações por todo o país, ocupações e despejos se encontram num roteiro de vida Sem Terra.

¹¹² Não tivemos acesso à dissertação, somente ao livro “Margaridas Sem Terra: identidade em representação” publicada em 2011, quase 15 anos depois do término do trabalho.

Como já foi comentado, a maioria dos trabalhos centrou suas pesquisas em assentamentos do MST e não em acampamentos. Outros focaram em apenas um local e outros em dois ou mais assentamentos, como nos casos Lechat (1993) e Janata (2004) que compararam dois deles, o primeiro no Rio Grande do Sul e o segundo em Santa Catarina. Já Ribeiro (2000) dissertou sobre quatro assentamentos no Rio Grande do Sul e Conceição (2006) fez entrevistas em oito na Bahia. A única pesquisadora que investigou assentamentos em estados diferentes foi Silva (2008) que embasou sua pesquisa em três deles nos estados do Rio Grande do Norte e do Tocantins.

Alguns trabalhos não se centraram no *locus* assentamento, mas em atividades promovidas pelo MST. Lins (2006) participou de dois encontros de formação política do Movimento na Paraíba, onde realizou entrevistas e observação participante e Ribeiro (2007) focou a história de vida de militantes na Marcha nacional do MST em 2005.

Aqui examinamos as trilhas metodológicas das pesquisas sobre o MST. No próximo tópico, faremos uma imersão nos sujeitos que realizaram a investigação.

6.2.3 Localizando as/os sujeitas/os da pesquisa: quem fala sobre o MST?

Levando em conta que este estudo criou condições para elaboração de um balanço sobre o campo, consideramos de fundamental importância saber quem escreveu as dissertações e teses sobre o MST. Constatamos que são pessoas que geralmente tinham contatos anteriores com o Movimento e que já haviam escrito ou trabalhado em algum tema referido ao mundo rural ou sobre a reforma agrária. Das 48 pessoas, 38 são mulheres e oito são homens. Uma disparidade relevante, que mostra mais uma vez a hegemonia de mulheres quando se trata de estudos feministas e de gênero, mesmo que nem todos os trabalhos encontrados se situem neste campo. Deste conjunto, apenas duas pesquisadoras (Suzana Lopes Salgado Ribeiro e María Carballo López) repetiram investigações sobre o MST nos níveis de mestrado e de doutorado.

Desse montante, cinco trabalhos foram escritos por mulheres estrangeiras: Noelle Marie Lechat (1993) que é belga, Maria Carballo López (2002, 2011) e Maria Franco Garcia (2004) que são espanholas e Judith Dias Ximenes (2011) que é timorense. Todos os demais foram escritos por brasileiras/os.

Conseguimos perceber alguns detalhes importantes na leitura dos trabalhos das quatro mulheres estrangeiras, mesmo que não tenhamos nos aprofundado no conhecimento sobre suas trajetórias pessoais. O caso da timorense Judite Ximenes foi o mais emblemático, pois depois de mostrar muitas dificuldades na escrita e na articulação de algumas ideias durante o texto, somente nas conclusões do trabalho ela expôs as dificuldades que teve na elaboração da dissertação realizada na UnB em Brasília.

No que se refere à implementação dos procedimentos metodológicos, ficou evidente que o tempo destinado à pesquisa do campo foi limitado. Mais tempo e recursos deveriam ter sido investidos neste trabalho devido às distâncias dos acampamentos e à distância das casas dentro dos assentamentos para poder entrevistar um maior número de pessoas. Além do mais, nem todas as mulheres assentadas moram permanentemente em seus acampamentos, devido a outros trabalhos que têm em cidades próximas. Uma dificuldade adicional foi a minha situação pessoal durante o período da pesquisa de campo (últimos meses de gravidez, parto e pós-parto) que não permitiu que me envolvesse com mais deslocamentos, sempre difíceis e cansativos (XIMENES, 2011, p.90).

Vários aspectos chamam a atenção neste caso. A dificuldade de adaptação em um país estrangeiro seja com a língua falada e escrita¹¹³, bem como com os percalços que uma gravidez pode gerar num processo desgastante como é uma pesquisa de mestrado deste tipo, não a impediram de realizar uma pesquisa consistente e pioneira no Distrito Federal. Além disso, lançou novas possibilidades de comparação das experiências do MST no Brasil com o país de origem da pesquisadora.

Ao concluir este estudo percebi que outras pesquisas seriam muito bem vindas para

¹¹³ Apesar do idioma oficial do Timor Leste ser português, há diferenças consideráveis na linguagem falada e escrita. Isso ficou perceptível durante a leitura da dissertação da pesquisadora.

completar as informações aqui obtidas. No que se refere à situações das mulheres rurais de Timor-Leste seria interessante estudar aquela realidade, em particular a liderança feminina no campo, e comparar com a realidade que encontrei aqui no Brasil, no DF (XIMENES, 2011, p.91).

Pelo que tudo indica na narrativa do texto, Judith regressou ao Timor Leste após o término do trabalho. Infelizmente, não encontramos maiores informações sobre sua história, nem tampouco referências de outras pesquisas realizadas pela autora.

As outras pesquisadoras são europeias. Noelle Marie Lechat é belga, mas reside no Brasil, onde é professora da UNIJUÍ, no Rio Grande do Sul. Atualmente, concentra suas pesquisas na área de Economia Solidária incorporando as discussões de gênero. María Franco Garcia é espanhola, graduada em Geografia pela Universidade de Santiago de Compostela (USC) na Espanha e com doutorado em Geografia pela UNESP de Presidente Prudente. Atualmente é professora do Departamento de Geociências na UFPB e permanece estudando temas relacionados a Geografia Agrária, movimentos sociais e gênero. A outra pesquisadora espanhola é Maria Carballo López, já apresentada quando discutimos sobre a produção acadêmica internacional, como uma das pesquisadoras que mais escreveram sobre o MST fora do país.

Sobre as/os pesquisadoras/es brasileiros, percebemos que a proximidade com o MST permeia a vida de todas/os, antes mesmo da escrita do trabalho acadêmico. Os relatos sobre trajetória de vida nas dissertações e teses são muito interessantes e revelam histórias de militância e familiaridade com assentamentos e acampamentos organizados pelo MST. Configuram-se como uma mediação pensada, com certas particularidades, por vários intelectuais, como “intelectual específico” para Foucault, “intelectual coletivo” para Bourdieu e o termo mais difundido nas d&t do mapeamento, o “intelectual orgânico” de Gramsci.

Para Foucault (1989), o “intelectual específico” seria o contraponto do “intelectual universal”, ou seja, aquele que era por excelência um pensador e escritor e que se opunha aos profissionais que se dedicavam a outras atividades ligadas ao Estado ou ao Capital. Essa “nova” modalidade intelectual romperia com essa fronteira e profissionais como: médicos, magistrados, sociólogos, entre outros trabalhadores, poderiam realizar intercâmbios e articulações político-

intelectuais. Para Bourdieu (2002), o “intelectual coletivo” seria aquele que considera que a prática acadêmica não está dissociada de sua intervenção no mundo social e conseqüentemente do compromisso de construção de contrapoderes.

Talvez o exemplo mais simbólico da ideia de intelectuais orgânicos, ou seja, aquele intelectual que está vinculado e comprometido com a classe trabalhadora, segundo Gramsci, seja das investigadoras que também são membros militantes do MST, como Dulcinéia Pavan (1998) que era, no momento da escrita da dissertação, membro do Setor de Relações Internacionais do MST, ou como Djacira Maria de Oliveira (2011) que era ou continua sendo educadora do Movimento. O restante, apesar de não atuar diretamente junto ao Movimento, acompanhou atividades para além da escrita das dissertações e teses. Várias/os autoras/es tinham ligação com o MST a partir do PRONERA, principalmente como educadoras/es e depois de um certo período trabalhando nesse projeto ingressaram em programas de pós-graduação onde estenderam suas pesquisas nos lugares onde trabalhavam. Nesse caso podemos destacar Lenzi (2004), Lins (2006), Souza (2008), Carvalho (2008), Silva (2009) e Silva (2011). A militância estudantil apareceu em algumas descrições como em Janata (2004), Magrini (2010) e Aguiar (2012) e a participação em projetos de iniciação científica ou de extensão também foram mencionados como atividades que impulsionaram a aproximação junto ao MST, aparecendo nos casos de Vieira (2004), Salvaro (2004), Pezzin (2007), Magrini (2010) e Silva (2010).

Várias pessoas haviam escrito suas monografias sobre o Movimento, sobretudo aquelas/es que participaram desses projetos de extensão e pesquisa em assentamentos e acampamentos, por exemplo, Natacha Janata, Giovana Salvaro, Josimara Pezzin, Pedro Magrini e Gabriela Aguiar. Os trabalhos junto a órgãos e agências mediadoras como as pastorais, ONGs e o próprio Estado também apareceram, como nos casos de Celecina Sales que fez parte da Pastoral da Juventude, de Elizabeth Cruz que era membro de uma ONG e militante feminista da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Sandra Ebling que era enfermeira em áreas de reforma agrária e Adriana Rodrigues que prestou atendimento psicológica em assentamento cujos componentes haviam passado por violentos e repetidos processos de reintegração de terras no Paraná. Consideramos essas distintas vinculações ao MST, anteriores às

pesquisas analisadas, como uma característica extremamente relevante desse campo de pesquisa e que sinaliza o seu alto poder mobilizador no sentido da produção de diferentes conhecimentos e de práticas que se entrecruzam e se desdobram na própria trajetória dos/as autoras/es.

Nos relatos pessoais notabilizaram-se alguns acontecimentos históricos emblemáticos do surgimento do Movimento. A esse respeito, citaremos apenas alguns exemplos. No trabalho de Lechat (1993), como já salientamos, a autora acompanhou a gestação do MST em uma pesquisa em assentamentos pioneiros no final da década de 1980 e começo da de 1990. No entanto, talvez o exemplo mais notável dos primórdios dos Sem Terra seja o relato de Isabela Caimi (1998) que presenciou *in loco* a ocupação e os acampamentos de Encruzilhada Natalino em 1979 e o acampamento da fazenda Annoni em 1985, momentos mais representativos no imaginário do nascimento dos Sem Terra.

Ainda tenho bem presente na mente o meu primeiro contato com o MST. Isso aconteceu num dos primeiros acampamentos do Estado, em Encruzilhada Natalino, município de Ronda Alta, em 1979. Eram centenas de famílias, muitos/as jovens e crianças que, por um significativo tempo de espera, moraram à beira da estrada, numa verdadeira cidade de lonas pretas. Visitá-los/as, conversar com o povo, celebrar a vida com eles/as, ficar lá uma semana, em pleno janeiro, sentindo o calor, a poeira e o aconchego dos barracos, tudo tinha a ver com solidariedade e apoio. Lá conheci professora Salete Campigotto, preocupada com a educação. Entre a fumaça vinda dos fogões improvisados, os/as acampados/as e um barraco e outro, conheci Frei Sérgio. [...] Em 1985, já de volta ao Rio Grande do Sul, aconteceu o grande acampamento da Fazenda Annoni em Sarandi. Lá estava eu, caminhando pelos barracos, visitando as famílias, tomando chimarrão, fazendo refeições com eles/as, sentindo o cheiro da fumaça, sensibilizada com a esperança, a organização e a responsabilidade de cada um/a dentro daquele novo cenário (CAIMI, 1998, p. 12-13).

Esse relato descreve o contexto das primeiras ocupações do MST e lideranças icônicas das primeiras lutas do Movimento. Contudo, somente depois de quase duas décadas, em 1998, é que a autora defendeu sua dissertação, mostrando que não abandonou o Movimento que havia visto nascer.

Para complementar a caracterização das pesquisas, depois de termos descrito as metodologias e o perfil das/os sujeitos da pesquisa, falaremos no próximo capítulo sobre os principais aportes teóricos utilizados nos estudos analisados e sobre as lacunas identificadas.

6.2.4 Principais referências teóricas nas d&t sobre gênero, sexualidade e raça no MST

Algumas bibliografias, como: Fernandes (1999; 2000), Caldart (2001) e Morissawa (2001), são transversais a quase todos os trabalhos sobre o MST. Dentro das dissertações e teses que estavam em nosso levantamento, apenas Lechat (1998) e Pavan (1998) são citadas constantemente nas outras pesquisas, mostrando certo desconhecimento ou opção pela omissão de pesquisas com temáticas correlatas. E quais seriam os principais referenciais teóricos que foram utilizados para abordar as categorias gênero, sexualidade e raça nos 48 trabalhos levantados? A partir dessa interpelação, nesse tópico, veremos que há certa homogeneidade na assunção do conceito de gênero nos trabalhos sobre o MST. Ao contrário de uma tradição que vem se consolidando nas últimas duas décadas nos estudos de gênero, como já enfatizamos, os estudos sobre sexualidades e sobre raça, são praticamente inexistentes.

Os estudos sobre relações de gênero no MST despontam somente na década de 1990, exatamente quando o conceito de gênero começa a ser apropriado pelos movimentos feministas brasileiros e pela academia. Antes, os estudos sobre mulheres no meio rural centravam sua atenção na agricultura familiar. Apesar do surgimento do conceito de gênero, o termo ainda é tratado, na maioria dos trabalhos analisados, como sinônimo de estudos sobre as mulheres.

No trabalho pioneiro sobre gênero, Lechat (1993) se preocupou com as relações sociais de sexo desiguais no interior do Movimento.

Segundo a autora, uma preocupação “que já trazia da Europa diz respeito aos movimentos feministas e de mulheres e à luta travada por cientistas sociais para que o gênero seja compreendido como uma categoria fundamental de análise real” (1993, p. 8). Ao utilizar o conceito de gênero, Lechat parece adotar uma conceituação da tradição francesa de estudos sobre relações de sexo. O trecho a seguir é simbólico e mostra como a autora se utiliza do conceito: “Essas trabalhadoras rurais esperam do MST muito mais do que a luta pela Reforma Agrária. Entendem que novas relações sociais mais igualitárias devem ser criadas entre os membros do Movimento, especialmente entre gêneros”. (LECHAT, 1993: 4-5).

Interessante pensar que esse esforço, muitas vezes, de militantes brasileiras exiladas em outros países, ou de estrangeiras, como no caso a referida autora, contribuíram para a disseminação do conceito de gênero no Brasil. No entanto, segundo Joana Pedro (2011), um dos principais difusores da ideia de “gênero” no Brasil foi o trabalho de Joan Scott, importante historiadora estadunidense.

[...]teria acontecido nos anos 1990 a grande divulgação da categoria “gênero”. O trabalho da historiadora Joan Scott representa um marco nessa discussão. No final da década de 1980, a categoria já vinha sendo empregada em diferentes disciplinas, entre as quais, psicanálise, antropologia, sociologia, literatura. Foi em 1986, porém, que Scott publicou nos Estados Unidos, na *The American Historical Review*, o artigo que viria a ser traduzido na França em 1988, publicado no *Les Cahiers du GRIF* e no Brasil, em 1990, na revista *Educação e Realidade*, sob o título de “Gênero, uma categoria útil de análise histórica” (PEDRO, 2011, p. 272).

Não resta a menor dúvida de que Joan Scott tem lugar de destaque na definição do conceito de gênero, inclusive, nos trabalhos levantados sobre o MST. Na maioria das d&t, encontramos citações de algumas de suas obras, como principalmente Scott (1990; 1995) que na verdade é o mesmo artigo publicado em duas revistas diferentes, e a entrevista concedida por essa historiadora à Miriam Grossi, Maria Luiza Heilborn e Carmen Rial à *Revista Estudos Feministas*, publicada em 1998. Apesar da citação de outros de seus trabalhos, o artigo “Gênero,

uma categoria útil de análise histórica” e o trecho da famosa definição de gênero: “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 14) são muito recorrentes nos trabalhos sobre o MST, mesmo que de maneira contraditória. Isso porque, o conceito de Joan Scott busca ampliar a concepção de gênero para além do foco exclusivo na “mulher” ou nas “mulheres”. Trata-se de uma concepção relacional, nas palavras de Berenice Bento (2006), onde relações de gênero devem ser pensadas entre mulheres e homens, entre mulheres e entre homens. Os limites do uso da categoria são apontados também por Joana Pedro:

Apesar de o artigo de Joan Scott ser muito citado, tanto no Brasil como em outros países do Cone Sul, e a palavra “gênero” constar no título das obras, o conteúdo continua falando de “mulheres”, reforçando assim a ideia corrente no senso comum, de que “gênero” seria sinônimo de “estudo sobre mulheres”. Mesmo assim, são publicados inúmeros trabalhos – não necessariamente escritos por historiadoras – que utilizam a categoria “gênero”, tanto no título como nas análises que fazem (PEDRO, 2011, p. 273).

Nos parece que prevalece a ideia de gênero como um constructo social associado exclusivamente a mulher nos estudos analisados, onde as concepções de igualdade não fogem de uma visão binária de sexo, fixando mais do que rompendo as hierarquias de gênero. Ou seja, temos a impressão de que o emprego do conceito de gênero de Joan Scott não é utilizado em sua completude, mas quase como um cânone conceitual. Isso se reflete também em umas das concepções adotadas pelo próprio MST, como vimos no capítulo 4, quando referimos uma das suas cartilhas mais importantes sobre a linha política de gênero, que também incorpora a definição de Scott.

O conceito de dominação masculina de Bourdieu também aparece em alguns trabalhos, como na dissertação de Moura (2011), segundo o qual as desigualdades de gênero são construções sociais simbólicas e a

divisão social dos sexos deve ser analisada como um constructo hierarquizado constituído a partir do habitus¹¹⁴. Mesmo utilizando os conceitos de Bourdieu como referência principal, Moura adota o emblemático trecho do artigo de Scott, até porque ambas as ideias convergem-se no que concerne às relações de poder simbólico.

A justificativa dos trabalhos que priorizavam estudos de mulheres e falas de mulheres centravam-se constantemente nas concepções da historiadora Michelle Perrot, que segundo PEDRO (2003) é para a academia brasileira a grande mestra da História das Mulheres. As principais obras dessa autora utilizada em d&t foram: “Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros” e “Práticas da Memória feminina”, ambos questionando o monopólio masculino na representação da história e a consequente invisibilidade das mulheres. Na dissertação de Mariana Neto (2001) se vê claramente a assunção dessa posição: “a ausência masculina ao longo de todo este trabalho carece ser ressaltada, não como uma imperdoável omissão metodológica, mas tão somente porque a fala masculina não se constituía ponto de investigação no curso de nossas intenções” (p. 147). Em vários outros casos, a justificativa se repetiu, como em Lechat (1993), que afirmou que

poucos são os trabalhos nesta área, pois os cientistas sociais, parte deles assessores dos movimentos sociais, não souberam perceber a importância da participação da mulher na luta pela terra e não registraram seus anseios na formação dos assentamentos. Essas trabalhadoras rurais esperam do MST muito mais do que a luta pela Reforma Agrária. Entendem que novas relações sociais mais igualitárias devem ser criadas entre os membros do Movimento, especialmente entre gêneros. Os sujeitos desta pesquisa insistiram sobre sua importância, e me senti comprometida em assumir a responsabilidade de ser seu porta-voz (LECHAT, 1993: 4-5).

¹¹⁴ “O habitus é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital que indica a disposição incorporada, quase postural, os princípios que geram e organizam práticas de um agente em ação” (BOURDIEU, 2009 apud MOURA, 2011, p. 47).

A justificativa de Lechat é pertinente, principalmente se ressaltarmos que sua dissertação foi a primeira investigação que se sobressaiu no Brasil sobre as relações de gênero no interior do MST. A partir desse trabalho, o “silêncio ensurdecedor” (PERROT, 2005, p. 9) deu lugar a uma consistente tradição de pesquisas com enfoque nas mulheres Sem Terra. Contudo, uma das grandes limitações desses estudos ocorre quando há uma apropriação essencialista da concepção de mulher, geralmente associado-a a natureza. Não encontramos nenhuma d&t que tenha se posicionado dessa forma, mas temos percebido que dentro do MST, apesar dos conflitos e disputas internas, essa ainda é uma visão predominante.

A valorização da articulação de categorias é frequente, sobretudo às de gênero e classe. Grande parte das dissertações e teses se situa no seio de uma tradição marxista que procura um compromisso com as críticas feministas, não o contrário. Nesse caso, além da utilização das obras de Marx e Engels, constatamos referências em Heleieth Saffioti, Helena Hirata e Danièle Kergoat. Alguns trabalhos se inspiram em autores considerados pós-estruturalistas como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari e nenhum trabalho assumiu uma postura feminista radical ou pós-colonial, por exemplo.

Juntamente com o artigo de Scott (1990), outro trabalho frequentemente utilizado nas d&t levantadas foi a obra de Maria das Graças Rua e Miriam Abramoway (2000). As informações presentes nessa exaustiva pesquisa em assentamentos de seis estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Bahia e Ceará) identificou e descreveu atividades sociais, produtivas e reprodutivas sob um olhar das relações sociais de gênero. Até hoje é o trabalho mais completo com esse enfoque, mas já não pode ser utilizado como base de dados atuais, pois trata-se de uma pesquisa realizada no final dos anos 1990. Mesmo defasada, as informações foram utilizadas como um panorama da “realidade” em assentamentos por várias/os autoras/es, mostrando os avanços e conquistas de assentamento como um espaço privilegiado para desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade de gênero.

Mesmo enfatizando quase todo o tempo na pesquisa os avanços na educação¹¹⁵, no trabalho coletivo e as condições propícias para o desenvolvimento de estratégias que combatam as desigualdades de gênero, a autora aponta algumas questões de vulnerabilidade ainda intocadas no meio rural, relativas, sobretudo, ao disciplinamento do corpo feminino.

A vulnerabilidade feminina é fortemente definida por um tipo de relação que a mulher mantém com sua sexualidade e com a do homem, cuja marca tem sido a subordinação ao desejo deste. As concepções acerca da virgindade, do aborto, dos comportamentos sexuais feminino e masculino indicam que as normas de gênero impõe à sexualidade da mulher uma acentuada característica de submissão e inferioridade (RUA & ABRAMOWAY, 2000, p. 282).

Quando se refere à problemática das doenças sexualmente transmissíveis (DST), afirma que o imaginário conservador não é o único problema, mas as “deficiências e falta de serviços e de informações colaboram para tal situação. Em vários assentamentos, não há preservativos disponíveis, a não ser nos postos de saúde das cidades mais próximas” (RUA & ABRAMOWAY, 2000, p. 282). Sobre o alcoolismo e uso de drogas, as autoras fazem uma associação com a violência doméstica.

Também o alcoolismo tem marcas de gênero, sendo o consumo do álcool socialmente admitido e muito mais frequente e abusivo entre os homens. Os adultos de ambos os sexos se preocupam com o risco de exposição dos jovens ao álcool e às drogas. Em vários assentamentos o problema é presente e não raro se associa a casos de violência, inclusive violência doméstica (2000, p. 283).

As temáticas abordadas na pesquisa de Rua e Abramoway identificam algumas das barreiras encontradas para um efetivo avanço

¹¹⁵ Segundo Rua & Abramoway (2000), um dos achados mais instigantes da pesquisa foi constatar que, ao contrário do que ocorre meio rural com um todo, nos assentamentos as mulheres são mais escolarizadas que os homens.

rumo a um cotidiano mais igualitário no MST. Lacunas indizíveis e pouco exploradas não somente pelo MST, mas nos trabalhos mapeados sobre o Movimento. Um trecho do trabalho de Oliveira mostra essa limitação, a partir da escolha epistemológica: “Neste trabalho, o conceito de gênero é compreendido como as relações dos homens entre si, das mulheres e dos homens e mulheres. Ressalta-se, no entanto que, neste estudo priorizamos a análise acerca das relações entre homens e mulheres” (OLIVEIRA, 2011, p. 16). A concepção relacional de gênero assumiu diretamente uma abordagem heteronormativa, postura seguida na maioria dos outros trabalhos, por exemplo, em López (2011).

Debemos de tener en cuenta que la cuestión de género trata de las relaciones entre mujeres y hombres. Por tanto, seguidamente mostraré cómo perciben los militantes Sin Tierra del Ceará las relaciones entre hombres y mujeres, cuáles son las diferencias entre los dos sexos, la lucha de género, la relación con la pareja y los hijos de las dirigentes del MST” (2011, p. 420).

O único trabalho que explorou teoricamente a articulação entre sexualidade e gênero foi o de Rosângela Vieira (2004) através de autores como Jeffrey Weeks, Carol Vance, Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj. Todas/os concebem a conexão dessas duas categorias como dimensões autônomas, porém entrelaçadas. Para além dessa discussão, a autora distingue duas abordagens nos discursos sobre sexualidade: as abordagens essencialista e construtivista. A primeira compreenderia a sexualidade a partir de aspectos que seriam inerentes ao ser humano e teria se desenvolvido no âmbito da sexologia do final do século passado e a segunda abordagem, surgida mais recentemente, nos anos sessenta, aponta a sexualidade como um construto social. A autora assume a perspectiva da construção social, a partir da definição de Jeffrey Weeks, segundo o qual “nossas definições, convenções, crenças, identidades e comportamentos sexuais não são o resultado de uma simples evolução, como se tivessem sido causados por algum fenômeno natural: eles têm sido modelados no interior de relações definidas de poder” (WEEKS, 2001, apud VIEIRA, 2004, p. 27).

Sobre raça os conceitos utilizados por Souza se embasam, conforme já foi referido, em textos como os de Alberto Guimarães,

Otavio Ianni, Sueli Carneiro, Peter Fry, entre outras/os. A partir desse referencial, Souza defende a importância da utilização da categoria “raça” para uma melhor compreensão das particularidades do racismo à brasileira, mesmo sabendo de sua inexistência biológica. Para a autora “a categoria raça é utilizada porque existe enquanto ideologia. Logo, os movimentos antirracistas têm utilizado tal categoria enquanto estratégia de luta política contra o racismo” (SOUZA, 2009, p. 11). Apesar disso, salienta que “raça” não é somente uma categoria política, mas também uma categoria analítica indispensável, pois é capaz de revelar os processos discriminatórios para além da questão de classe social. Apesar disso, sua postura segue uma perspectiva marxista, articulada com críticas antirracistas e feministas.

No próximo tópico, mostraremos alguns dos assuntos geralmente indizíveis nos trabalhos sobre o MST. Após um processo exaustivo de leitura das dissertações e teses, garimpamos relatos “não-ditos” no TB.

6.2.5 Ausências nos estudos sobre o MST: o indizível sobre gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades

Privilegiamos neste trabalho duas determinações: a de gênero e a de classe. A escolha se deve ao próprio processo de construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Se a questão de classe social surge como inerente à organização dos trabalhadores na luta pela terra, a problematização das relações de gênero aparece bem mais tarde num processo não linear e que adota formas diferentes nas regiões ou na estrutura organizativa do MST. A “marca” raça/etnia está presente nos rostos, na pele e em determinados comportamentos daquele(a)s que compõem o Movimento. Todavia, não há uma discussão sistemática do assunto, assim como também não há problematização quanto a homossexualidade (GONÇALVES, 2005, p. 28).

Essa foi a justificativa da excelente tese de Renata Gonçalves, defendida em 2005 na UNICAMP, para a escolha de gênero e classe como categorias centrais de análise em um assentamento do Pontal do Paranapanema em São Paulo. Essas escolhas epistemológicas foram

icônicas nos estudos que levantamos: o ocultamento das categorias raça e sexualidade e o aprofundamento das categorias de gênero e classe. O indizível muitas vezes é uma opção, mas poucas vezes é explicitado como fez a autora ao justificar sua escolha.

O “não-dito” e as ausências, por muitas vezes, se referem a assuntos que podem prejudicar a imagem do MST, ao expô-los à grande mídia, à polícia, ou seja, aos inimigos históricos do Movimento que, geralmente, exploram suas contradições de maneira sensacionalista. Alguns temas são considerados tabus, como a expulsão de militantes ou famílias assentadas, sexualidade, infidelidade entre casais e uso de drogas (CONCEIÇÃO, 2006). Essas temáticas podem abrir brechas para críticas ao MST e, segundo as/os militantes, não devem ser registradas em entrevistas concedidas a “pessoas de fora”, sejam elas pesquisadoras/es e/ou jornalistas, para possível exposição ulterior. Esse é um fato relevante que não deve ser deixado de lado. A imagem do MST frente à opinião pública geralmente é negativa e qualquer deslize moral será noticiado como mais uma das contradições dos Sem Terra. No tocante ao racismo, existe um consenso de que ninguém no Movimento é a favor, pelo contrário, os preconceitos são todos repudiados discursivamente, no entanto, a nomeação e assunção da luta antirracista parecem ainda estar engatinhando nos assentamentos.

Inicialmente, enquanto garimpávamos d&t em bancos de dados que abordassem diretamente as categorias gênero, sexualidade e raça, encontramos apenas dois trabalhos que focalizaram as duas últimas explicitamente: a dissertação de Rosangela Vieira (2004) e a tese de Simone Maria de Souza (2009) que apresentamos há pouco. Ambas omitiram informações, como local da pesquisa e nome de informantes, argumentando que os assuntos eram um tabu e poderiam prejudicar a imagem do Movimento. Contudo, outros trabalhos incorporaram “não-ditos”, como aqueles referentes a sexualidades, racismo, aborto e violência contra a mulher, geralmente de forma superficial e/ou periférica, sem aprofundamentos. Outros simplesmente excluíram essas temáticas, omitindo e invisibilizando, ou não investigando questões que frequentemente são tratadas como coisas “pequenas”, menores, nas palavras de Cristiani Bereta da Silva (2003) e a autora complementa.

Intriga a falta de detalhes sobre o que poderia ser entendido por “problemas da mulher”. São raras as publicações que falam para além do

político, questões relacionadas ao corpo, à sexualidade, do direito a não-maternidade, ao aborto, tantos temas que ocupam o discurso feminista e suas bandeiras de luta. A emancipação feminina aparece, muitas vezes, sob a incômoda perspectiva de que só é importante ou tem a ver com o direito de ser militante política, ou seja, de engrossar a luta que os homens comandam (SILVA, 2003, p. 189).

Além da dissertação de Rosângela Vieira que explorou profundamente questões comumente ausentes, um dos trabalhos que mais trouxeram elementos sobre o indizível no âmbito rural brasileiro, não centrou diretamente sua pesquisa em análises sobre o corpo camponês, sobre afetos e sexualidade, mas descreveu brilhantemente questões quase inexistentes nas dissertações e teses sobre o MST. Lechat (1993), num dos trabalhos que mais exploramos, realizou uma etnografia que abordou questões delicadas sobre sexualidade nos dois assentamentos estudados, enfatizando os discursos e lugares autorizados, o “não-dito”, ou considerado “mal-dito” pelas/os camponesas/es. “Iniciei falando de saúde e doença já que estes são assuntos que não fazem parte da fala autorizada. Quanto ao corpo, à sexualidade, às relações de gênero mais íntimas enfim, fiquei com a impressão do não dito” (1993, p. 172). Esse assunto não tem sido discutido, é praticamente inexistente pois parte-se da concepção de que em sociedades camponesas não há preocupações em relação ao corpo e, este somente é lembrado quando se torna um problema ou uma preocupação, na medida que seu funcionamento não está sendo considerado normal. O modo encontrado pela autora para falar do corpo camponês foi a doença, uma maneira “autorizada” do discurso de si (LECHAT, 1993).

Há estratégias para conseguir identificar as ausências, e a temática sexualidade por si só exige uma transgressão do discurso instituído, mas há limitações, como descreve Vieira.

Estaremos privilegiando o que é dito pelos jovens acerca da sexualidade, não nos preocupando em verificar a veracidade das falas, mas entendendo-as como representativas do que esses jovens consideram dizível, isto é, o que pode ou deve ser dito para a pesquisadora. O desencontro de

informações, que pudemos constatar quando confrontamos algumas entrevistas, ao contrário de invalidá-las, informa sobre o que os jovens percebem como ideal, aceitável e/ou passível de divulgação (VIEIRA, 2004, p. 64-65).

A partir daqui, mostraremos trechos das teses que conseguiram explorar os indizíveis, geralmente ausentes dos textos sobre o MST, elencando temas que interseccionam gênero, sexualidade e raça, como: práticas afetivo-sexuais, sexuais, aborto, homossexualidade, violência contra mulher, racismo, entre outros.

Começamos com o único relato sobre práticas sexuais em todos os trabalhos encontrados (VIEIRA, 2004). Narrativa que nos remeteu à excelente dissertação de Ferreira (2006), cujo trabalho priorizou uma antropologia com o corpo, com afetos e vibrátil que não concebia o roçado como lugar estritamente vinculado ao trabalho da plantação, sendo a moita, também um lugar de encontros indizíveis.

cabe ressaltar que os locais mais citados da ocorrência das relações sexuais são a residência do parceiro, o mato e dentro do carro – as transas acontecem “em qualquer lugar (...) do lado do mato, ou dentro do carro”. Sobre estes locais, “o lugar é desconfortável, mas é o único lugar que tem”, “no carro é bem legal”. Embora tenhamos nos perguntado sobre a pertinência de apresentar estes dados, que poderiam implicar posteriormente maior controle social sobre estes espaços, eles nos parecem relevantes para compreender as informações acerca da saúde sexual e reprodutiva, particularmente em relação à utilização de preservativos (VIEIRA, 2004, p. 81).

Como o trabalho de Vieira centrou sua análise sobre sexualidades juvenis, os afetos e práticas sexuais também foram explorados, mas não apareceram em mais nenhuma outra fala, seja nesse trabalho ou em outro.

Na dissertação de Lechat, os indizíveis aparecem na distinção feita pela autora sobre o contexto dos dois assentamentos que ela estudou, ao descrever que em um deles há padrões de comportamento

mais rígidos e tradicionais que o outro. Em sua vivência, não houve demonstrações de afetividade pública entre pessoas casadas e em âmbito doméstico, pelo menos durante o período que ela ficou hospedada em uma casa no assentamento, nunca observou nem ouviu qualquer intimidade entre o casal. Pode parecer estranha, à primeira vista, a afirmação da pesquisadora, todavia, as casas e barracos em assentamentos e acampamentos, sobretudo aqueles que estão em fase de estruturação, não tem divisões consolidadas que separam os cômodos, assim, qualquer som, barulho e conversa pode ser ouvida com facilidade¹¹⁶. Esse ambiente íntimo, rígido, silencioso e tratado como impenetrável, apresenta brechas, sobretudo, em conversas informais.

Tudo isso não impediu que algumas mulheres falassem comigo a respeito de relações sexuais, sempre, no entanto, como um ato em vista da procriação. Dois casos fazem exceção a esta regra, as fofocas que têm, como se sabe, um objetivo normativo, mas que foram escassas na minha presença, pois esta questão implica na hora do grupo e essa deve ser preservada o máximo possível, e as conversas jocosas que tratam de outros, não fazem parte do seu cotidiano, mas cujas estórias integram a gesta camponesa como o caso dos padres que tiveram mulheres e filhos (LECHAT, 1993, p. 192).

A brecha do caso dos padres que tiveram filhos, esse indizível, pelo menos por uma vez, foi dito, mas não apareceu em mais nenhum trabalho. Em outro momento, Lechat relata escuta de uma assentada que comentou sobre vários assuntos íntimos do assentamento e de sua vida pessoal, como o número de filhos por casal, das poucas mulheres que tomavam pílula contraceptiva e especialmente, da experiência pessoal pela qual passou, quando o médico da região a proibiu de ter relações sexuais por 40 dias com seu marido, devido ao aborto que ela havia sofrido. Vemos aí vários assuntos, como a questão de saúde reprodutiva, o aborto e relações sexuais.

¹¹⁶ Em minhas experiências em assentamentos do MST pude observar essa lógica, sobretudo, na utilização dos banheiros, quando estes, eram dentro das casas. Ficava evidente para todos os membros da família o que a pessoa estava fazendo no banheiro.

No outro assentamento estudado pela pesquisadora belga, a conjuntura era diferente e os “não-ditos” assumiam outros contornos, menos fechados. “Desde o primeiro dia fiquei sabendo de casos e aventuras amorosas, incestos, prostituição, filhos ilegítimos, homossexualidade e bigamia. No entanto, ninguém me falou em aborto” (LECHAT, 1993, p. 190). Nesse relato, fica evidente que um dos temas de maior tabu é o aborto. Inexistente para “os de fora” o assunto é um mal-dito no meio rural, talvez o maior dos tabus.

Os relatos mais aprofundados sobre aborto foram trazidos por Vieira (2005), através das entrevistas feitas com as/os jovens assentadas/os. Todas/os se declararam contrários à interrupção forçada da gravidez com respostas como: “eu acho uma coisa absurda”; “jamais”; “eu estou fora cara”, “é uma destruição né. Porque, pense bem, uma criança, o que é que a criança tem culpa?” (p. 86). Além disso, responderam nunca ter ouvido falar sobre o assunto no assentamento ou na escola, somente histórias no rádio ou de pessoas conhecidas distantes. O fato, segundo a autora, é tratado como um “problema das mulheres”.

Outro depoimento significativo foi o do informante que se declarou contrário ao aborto, mas acrescentou que, se a mulher quisesse fazer, “aí ficava na consciência dela né”, indicando que o aborto é principalmente um problema e uma responsabilidade da mulher. Mesmo nos outros comentários relatados, os homens sequer são mencionados: retratam uma mulher que se arrependeu, uma mulher que abortou e uma mulher que ensinou um “remédio” abortivo (VIEIRA, 2004, p. 87).

Elisabeth Cruz (2009) também percebeu em sua pesquisa o embate em torno da questão do aborto. Entre suas entrevistadas, polarizadas em mulheres “militantes” e “não militantes”, quase todas foram contrárias à legalização do aborto, argumentando que se tratava de uma vida, “um fruto de Deus” e que nenhuma pessoa teria o direito de tirá-la. Contudo, as militantes que assumiam algum vínculo com o feminismo, mostraram postura diferente, não criminalizando o aborto. Essas falas captadas pela autora demonstram a

ambiguidade da posição de algumas dessas mulheres em relação ao aborto e o conflito que vivenciam. De um lado, os valores sociais e políticos que constroem a partir da militância e de um processo de formação política em um campo político que debate e defende os direitos humanos, entre os quais os direitos das mulheres. De outro, os valores que vem de sua socialização na sociedade, sobretudo, a sociedade camponesa, com forte tradição religiosa (CRUZ, 2009, p. 159).

Geralmente as opiniões negativas e contrárias frente ao aborto são respaldadas em fundamentações religiosas, que disciplinam não somente a interrupção da gravidez, mas toda uma discussão sobre o corpo feminino.

Sobre saúde sexual e reprodutiva, os relatos apresentados por Vieira, mostraram um desconhecimento preocupante por parte das/os jovens pesquisadas/os no sul do país, devido, segundo, a fatores como a falta de informação, a atendimento médico e o acesso a contraceptivos. Nas oito entrevistas, as/os jovens se referiram ao HIV/AIDS como única doença sexualmente transmissível e a camisinha como único contraceptivo que conheciam. Sobre o atendimento médico, somente uma jovem já havia ido ao ginecologista para fazer exames do pré-natal, pois tinha tido um filho. Segundo a autora, esse desconhecimento implica na “falta de acesso à escolha no planejamento de sua vida sexual e reprodutiva e, em consequência, condição de não-direito aos direitos sexuais e reprodutivos” (p. 101). Não podemos deixar de levar em conta que essa pesquisa foi realizada no início dos anos 2000 e que, provavelmente esse quadro tenha mudado um pouco, não totalmente. Futuras pesquisas com enfoque na sexualidade de jovens Sem Terra poderiam contribuir muito com o próprio Movimento.

Em pesquisa mais recente e em outro contexto, no Ceará, uma militante do MST mostra que a discussão tem acontecido, mas que muitas vezes, fica restrita a conversas e atividade do Setor de Gênero.

Temas como la sexualidad y los anticonceptivos sí que son tratados, sobre todo el primero, pero no en profundidad o al menos no llega a todos los integrantes del MST. [...] la sexualidad femenina

y el tema de los anticonceptivos se ha discutido algo dentro del Sector de Género del MST, ya que es el espacio determinado y reconocido por las militantes para tratar los problemas más específicos de las mujeres (LÓPEZ, 2011, p. 423).

A saúde sexual e reprodutiva segue sendo um assunto periférico, pequeno, de menor importância, restrito ao Setor de Género, estrutura também meramente figurativo, como várias pesquisas indicam (SOUZA, 2009; MAGRINI, 2010; MOURA, 2011). Interessante notar, por exemplo, o papel deste setor em um assentamento no sul de Minas Gerais, quando realizamos a dissertação de mestrado. “Às vezes tem uma atividade atrapalhada e tem que chegar. Ainda tinha um outro setor que nós trabalhava nele, o Setor de Género, fala gênero, mas é a disciplina. Pra não falar disciplina falava gênero” (p. 86). Em nível local, ou seja, em assentamentos e acampamentos, os Setores de Género permanecem tendo um papel pouco valorizado. Os evidentes avanços ainda parecem não ter força em âmbito local, mas já mostram significativos esforços no estímulo do debate.

En julio de 2003 yo había participado en el Encuentro de Género de Ceará – Rio Grande do Norte, junto a militantes del Sector de Género del MST de ambos estados de Brasil. El primer día por la tarde, una de las sesiones programadas era “Sexualidad y afectividad”. Durante la sesión se trataron temas como el uso del preservativo; el SIDA; el lenguaje verbal y el lenguaje corporal; modificaciones en cuestiones de sexualidad que van cambiando en la cultura y en la ley (madres solteras, homosexualidad, transexualidad, violencia hacia la pareja); prostitución de mujeres, niñas y niños; y embarazos no deseados de adolescentes (LÓPEZ, 2011, p. 424).

Além dessa temática, outra que poucas vezes é mencionada é a violência contra as mulheres. Apesar de a violência ser um tema constante nos trabalhos sobre o MST, geralmente são expostas as violências vivenciadas no contexto agrário, aquelas que ocorrem em razão da luta pela terra, geralmente empreendidas por proprietários da

terra e/ou por parte do Estado, sobretudo, pela Polícia em oposição ao Movimento. Ao contrário dessa, a violência contra a mulher, muitas vezes doméstica e intrafamiliar, parece invisível. Encontramos poucos relatos sobre essa questão. Em Salvaro (2004), por exemplo, a autora aborda o assédio sexual às mulheres solteiras no assentamento onde ela realizou sua pesquisa. O tema é tratado pelas próprias mulheres entrevistadas com o léxico “situação desagradável”, que se configura como um discurso que ameniza a violência sofrida por elas. No trecho abaixo a autora relata como estas criaram estratégias para evitar situações de risco.

A situação de uma mulher sozinha no acampamento não era vista como algo “natural”, por parte das/os demais acampadas/os, inclusive, se não fosse a proteção de alguma família, a informante dessa pesquisa seria “olhada” de forma diferenciada. Pode-se observar a partir desses relatos, que a preocupação de um acampado sozinho residia em questões relacionadas à conciliação das tarefas no barraco e na roça. No caso das mulheres sozinhas, era necessário, além de garantir a própria sobrevivência, buscar a proteção de outras famílias, para que não fossem alvo de olhares e atitudes diferenciadas, atribuídas às suas condições (SALVARO, 2004, p. 67).

A violência física é inexistente discursivamente nos relatos das pesquisas e não é o único problema conforme pode ser visto no trecho acima, a “olhada” e as “atitudes diferenciadas” se configuram como violências psicológicas no cotidiano das mulheres. Em um relato de uma entrevistada de Simone Maria de Souza (2009), vemos essa mesma preocupação.

Eu acho que a violência psicológica é a que mais atrapalha, porque ela amedronta muito. Desde quando você diz que ela não vá, porque ela não sabe falar. Ou, que ali não cabe a mulher e, também, uma das coisas que mais atrapalha, além da violência, é o medo e a violência psicológica, verbal, física, vários tipos de violência que

atrapalha. (Relato de uma assentada citado por SOUZA, 2009, p.91).

Nesse caso a assentada se refere a dificuldade em participar de espaços onde geralmente somente os homens tem voz. Podemos supor que esse assunto, geralmente não é incluído nos relatos das pesquisas, pois muitas vezes soam como uma crítica que pode prejudicar a imagem do Movimento ou partem de comentários paralelos ou de possíveis fofocas que não são “cientificamente confiáveis” ou não são necessariamente verídicos. Há outros casos de violência contra a mulher que são relatados de forma superficial, por exemplo em Lechat (1993) que descreveu uma conversa com freiras que trabalhavam em atividades de apoio aos assentamentos onde ela realizou a pesquisa. Segundo elas, histórias de violência doméstica ocorriam, mas as mulheres não compartilhavam suas experiências nas reuniões da Igreja.

A questão da violência doméstica quase sempre é tratada internamente nos assentamentos como uma questão familiar, como captamos no relato de María Carballo López, quando a pesquisadora espanhola participou de uma discussão do MST:

En el MST se ha conseguido crear una cultura de ‘indignación’ y en los campamentos no hay ningún espacio que permita la violencia contra las mujeres. En los asentamientos es más difícil, suelen hacer referencia al refrán: “en pelea de marido y mujer nadie mete cuchara”. Es un tema insuficientemente debatido (LÓPEZ, 2011, p. 421).

Nos acampamentos, onde o controle social se torna mais coletivo, é mais fácil evitar esse tipo de violência, no entanto, nos assentamentos ninguém “mete a colher” em assuntos de casal, imaginário comum na sociedade brasileira, tanto no âmbito rural como no urbano. Isso mostra que o indizível sobre a violência contra a mulher, seja ou não em âmbito doméstico, permanece um tabu, assim com o racismo, outro assunto periférico nas d&t sobre o MST.

Renata Gonçalves, apesar de não escolher as categorias raça e/ou sexualidade como foco de análise, ressaltou a importância de se considerar os sujeitos atravessados por identidades de gênero, de classe

e de raça/etnia. Mais do que isso, comentou, mesmo que superficialmente, fatos vivenciados em suas observações no assentamento.

Chegamos à casa de um casal de assentados. Ele negro, ela branca. Ele havia sido pescador a vida toda, ela trabalhadora rural. Os dois com aproximadamente 65 anos. Ele estava furioso porque o filho de 7 anos não queria ir mais a escola por causa das piadas racistas dos colegas. Reação do pai foi o de mandar revidar: lute, bata, brigue. Mas estava indignado com a maneira como o motorista do ônibus incentivava aquele preconceito. Esta situação que o militante do MST condenou permaneceu um problema individual, um caso isolado. Não foi (pelo menos durante o tempo em que por lá permanecemos) debatida (GONÇALVES, 2005, p. 29).

Claramente se tratava de uma opressão de raça, geralmente travestida de piadas e brincadeiras infantis, mas que, infelizmente, não mereceu a discussão necessária, nem no assentamento, como relatado por ela, nem pela própria autora. Ainda no tocante à raça, a autora relata a existência de várias lideranças negras na região do Pontal do Paranapanema, mas não desenvolve o assunto. Nas entrevistas que realizou, constatou a dificuldade de militantes responderem como o MST lidava com o assunto “racismo”. A resposta de uma assentada foi de que simplesmente não havia esse debate, mas que toda forma de preconceito era repudiada e condenável. Apesar de sintética e muito pontual dentro do texto de Gonçalves, essa foi uma contribuição interessante sobre o tema racismo em sua tese.

Simone de Souza é a única autora que trata o indizível do racismo de forma aberta e ampla, expondo uma das maiores lacunas do MST. Segundo ela, o Movimento reconhece a necessidade de lutar contra a discriminação “racial”, porém nada tem feito para combatê-la. Trata-se de um “racismo à brasileira”, cujo silêncio é sua maior expressão. Para a autora, esse racismo não deve ser tratado de maneira pontual “nem ocasionado por ações esporádicas, porque ele se manifesta em nosso cotidiano, nas conversas, através do preconceito, da discriminação, das brincadeiras, da negação, do silêncio, dos estereótipos, na linguagem, dentre outras formas” (SOUZA, 2009, p. 73). Em um relato

emblemático de Haiti, nome fictício dado a uma de suas entrevistadas, a autora mostra a preocupação e uma admirável percepção da assentada sobre a questão racial e às múltiplas opressões que se encadeiam.

A tomada de consciência das mulheres negras no MST vai ocorrer [...] quando alguma negra das nossas for destrutada por aí... Aí, sentir que ela vai se acordar. Aí, é que se vai fazer. É uma brincadeira. Porque aí, quando a gente tem um susto maior é que vai pensar: isso aqui era uma coisa que a gente deveria ter trabalhado a tempo. Porque nosso pessoal é baixinho, discriminado mesmo, baixinho, excluído, negro e não bonito, porque a gente pobre não é bonita, só vê feiura, porque não tem como se embelezar... Mas nosso povo é mais negro, principalmente onde nós trabalhamos na zona da Mata, no Sertão, você chega nos assentamentos o povo é tudo negro e ninguém vê essa questão racial, ninguém vê. Porque acham que estamos lutando por um mesmo objetivo. Mas eu acho que esse recorte racial é muito importante. (SOUZA, 2009, p. 117).

Além de expor relatos de mulheres assentadas sobre a urgência de discussões sobre a questão racial, por exemplo, a autora relata uma experiência onde o próprio Movimento desprestigiou a proposta de um debate sobre racismo proposto por ela, por não ser uma discussão prioritária.

Em 2008, solicitaram-nos uma proposta para a realização de um encontro em que seria tratada a questão “racial”, entregamos a proposta e ela faria parte de nossas atividades de pesquisa, sem custo nenhum para o Movimento. Entretanto, foi-nos comunicado de que não seria possível a realização do encontro por falta de recursos financeiros, para mobilizar as mulheres e trazê-las das áreas de acampamentos e assentamentos, assim como para montar a infraestrutura necessária. Então, foi proposto que a discussão fosse feita durante o

encontro estadual de mulheres, no ano seguinte, em 2009, e não ocorreu, porque foram priorizadas as manifestações públicas contra o agronegócio. Ainda que no ano anterior tivessem ocorrido as duas atividades (SOUZA, 2009, p. 75-76).

A crise financeira pela qual o Movimento passava naquele período foi o alibi para a exclusão da atividade sobre a questão “racial”, justificativa que geralmente não impede a organização de cursos, marchas e atividades do MST durante o ano, a não ser que a temática não seja prioritária.

Essa mesma justificativa, mas agora referente à questão sobre sexualidade, foi apresentada no trabalho de López, quando uma militante relatou que “consideraba que ese era un tema [orientação sexual] que estaban empezando a aceptar y trabajar, incluso se habían planteado incluirlo en la pauta de las reuniones de la Dirección Estatal, aunque siempre era aplazado debido a que existían temas más urgentes a tratar” (LÓPEZ, 2011, p. 429).

Encontramos outros trechos sobre a discussão do conceito de família, especificamente voltados para a questão da homossexualidade. Neles, membros do MST mostram a dificuldade de se levar a temática a fundo, exatamente porque a instituição família, como vimos em todos os documentos do Movimento no capítulo 4, tem como referência o modelo nuclear, composto por homem, mulher e filhas/os. Esse modelo exclui outras formas de família e outros modos de vida, como a do jovem que não se enquadrava nas percepções hegemônicas de sexualidade, relatado na dissertação de Gabriela Aguiar (2012). A autora interpretou fotos que jovens militantes do MST tiraram no cotidiano de seus assentamentos. Quando a temática se voltou para a unidade familiar a autora percebeu homogeneidade na ideia de família, mas com uma exceção.

O jovem que nos traz a exceção é justamente o que constrói um caminho distinto da vivência heteronormativa presente na maior parte dos discursos: ele nos traz uma luta por uma identidade cultural, pelo reconhecimento da importância do debate e respeito em relação à homossexualidade dentro do Movimento. Essa luta, assim como outras, parece estar sendo aos poucos, incorporada, mas ainda não há indicação

de um debate mais profundo a ponto de estar presente nas análises dos outros militantes, que não parecem estar preocupados com a questão por esta não fazer parte do seu cotidiano, como é o caso deste jovem militante (AGUIAR, 2012, p. 104).

A pesquisadora María López em entrevista com mulheres líderes no Ceará recebeu respostas de que o modelo de família do MST estava mudando e novas práticas já estavam sendo aceitas nos assentamentos, como mostra o relato de uma informante: “É uma coisa da sociedade geral. Isso de aqui a pouco inclusive também no Movimento. A família não é mais homem - mulher com uma rencona de filhos, né? Isso também tem mudado dentro do Movimento”. A partir disso concluiu que “la familia nuclear tradicional (matrimonio legal y/o religioso de hombre y mujer con hijos e hijas) no es la única que existe en las zonas rurales brasileñas, aunque sea la más habitual y numerosa” (LÓPEZ, 2011, p. 428). De fato, temos percebido que a família nuclear não é o único modelo encontrado nos assentamentos. Encontramos ao longo desses anos de pesquisas sobre o MST, diversas outras configurações de famílias que vão, desde solteiras e solteiros, grupos familiares sem a presença de pais ou de mães e casais homossexuais. Todavia, esses modelos alternativos não têm sido discutidos em nenhum espaço institucional do Movimento.

A visão de López frente a essas questões se baseou, sobretudo, em relatos de lideranças feministas no Ceará que geralmente tinham maior esclarecimento sobre esses assuntos e que amenizavam ou exaltavam os avanços. Mesmo assim, a autora percebeu que se tratava de posições mais pessoais e que a concepção de uma família diferente daquelas compostas por homens e mulheres não eram pensadas.

La cuestión de la homosexualidad y del lesbianismo no es tratada en el MST en general, aunque en el estado de Ceará parece ser que existe bastante sensibilidad hacia este tema por parte de varios militantes Sin Tierra. De todas las entrevistas realizadas a militantes del MST en Ceará, sólo Dolores y Tetxa hacían referencia directa al tema de la homosexualidad, aunque ellas se limitaban a su vertiente en la discusión de

género, nunca a la posible existencia de familias formadas por parejas del mismo sexo. Es una cuestión individual, de opción sexual de la persona (LÓPEZ, 2011, p. 427).

Para a autora, ficou evidente a partir dos relatos das entrevistas que nos estudos de gênero do Movimento não há muito espaço para a discussão que quebre a lógica heteronormativa. É possível começar a discutir essas questões, mas não a lógica familiar.

En definitiva, por parte de la Dirección Estatal del MST de Ceará parece haber una abertura positiva a la aceptación de la homosexualidad y del lesbianismo, así como a un interés de iniciar un posible debate sobre las orientaciones sexuales. El planteamiento central gira en torno de la cuestión de género, no de la posibilidad de otras diversas formas de familia (LÓPEZ, 2011, p. 429).

Essa indestrutibilidade da família numa composição nuclear remete a lógica de se pensar no camponês instituído e na estrutura que sustenta a organização do MST, à família, aquela centrada em valores cristãos e numa divisão sexual rígida. Sobre relatos de homofobia¹¹⁷, ou seja, a aversão a homossexuais, não encontramos referências à palavra, mas alguns casos são emblemáticos a esse respeito, como no relato de um informante de López (2011) que disse que “la homosexualidad era una cuestión difícil de entender para la gente del campo, que incluso él había oído a un hombre decir que antes prefería que su hijo muriese o matarlo él mismo” (p. 429). Frase extremamente representativa e, infelizmente comum, na sociedade brasileira.

Vieira ainda relata outra face naturalizada da homofobia que geralmente não é exposta em estudos rurais, como os xingamentos e ofensas.

A homossexualidade é a base de construção das ofensas masculinas, apesar de, nas entrevistas, os jovens assumirem um discurso contrário à

¹¹⁷ Optamos pela nomenclatura homofobia, para nos reportarmos a lesbofobia e transfobia. No entanto, em nenhum dos casos percebemos o uso de qualquer uma das nomenclaturas.

discriminação, ressaltando que “cada um faz o que quer”. Apenas um informante explicita rejeição ao homoerotismo, que só viu na TV e que provoca reação: “a gente fica surpreendido, porque, nossa, onde é que já se viu isso!” (jovem mulher, 15 anos). Porém, todos afirmaram que não há homossexualidade nos assentamentos e que isso seria “coisa da cidade”. Há também, por parte dos homens, uma espécie de ‘defesa’ quando muitos declaram que “não sei muito sobre isso” – uma constante nos depoimentos masculinos. Tal atitude revelaria um distanciamento tal que poderia defendê-los de qualquer desconfiança sobre sua heterossexualidade (VIEIRA, 2004, p. 78).

Além dos xingamentos homofóbicos, a autora relata a face sexista dos xingamentos, onde atitudes semelhantes dos jovens e das jovens têm conotações opostas e se constituem em ofensas específicas. Na dissertação de Gonçalves (2006) encontramos mais um pequeno comentário sobre a questão da homofobia no Movimento, quando a autora relata a preocupação de algumas mulheres do Setor de Gênero com o tratamento dos “companheiros” com homens homossexuais que trabalhavam na secretaria. Novamente, o indizível ficou relegado a uma nota de rodapé.

Os relatos e reflexões expostos representam pequenos trechos catados durante a leitura dos trabalhos escolhidos. Poucas dissertações e teses, mesmo aquelas que discutiram diretamente questões de gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades se aprofundaram em temáticas como: violência contra a mulher, homossexualidade, aborto, racismo e saúde reprodutiva. Essas temáticas, isoladas ou articuladas, permanecem ausentes dos estudos, pois se tratam de indizíveis no meio rural.

Considerações finais

Nesses quatro anos de doutorado a construção dessa tese proporcionou muitas oscilações de ânimo e desânimo, de encantamento e desencantamento com o Movimento Sem Terra. O idealismo frente às experiências revolucionárias do Movimento perdeu força com a descoberta de contradições que insistentemente eram omitidas. Além disso, descobrimos que a transgressão poderia ter outras roupagens, mais criativas e menos dogmáticas. O enfrentamento, tão característico ao MST, perdera o fôlego na segunda metade dos anos 2000 e as contradições se sobrepunham aos avanços que imaginávamos serem fundamentais. Depois de quase 10 anos desde a primeira visita em um assentamento localizado na Zona da Mata mineira, de inúmeras leituras, de tantas outras visitas a assentamentos do sudeste e do sul do país, entre outras atividades do Movimento, o desânimo insistiu em pairar sobre essa pesquisa de doutorado.

A escolha na realização de uma tese “teórica” que criticasse determinadas posturas e práticas do MST, influenciou de forma latente esse desencantamento. Apesar de possibilitar um aprofundamento sobre a produção acadêmica, distanciou-nos do contato com as/os Sem Terras, o que souo como uma grande contradição interna frente ao que considerávamos como prática de pesquisa militante. Com o intercâmbio no México, tivemos novamente a possibilidade de vivenciar experiências cotidianas com vários movimentos sociais, inclusive o EZLN, contato que infelizmente não foi explorado na tese com a profundidade que merecia. Logo após esse período, e já no Brasil, acompanhamos o VI Congresso Nacional do MST em Brasília, o que bastou para reacender e relembrar o imaginário revolucionário que sempre nos manteve focados nesse incrível Movimento de luta pela terra. O idealismo há tempos adormecido renasceu naqueles sete dias na capital federal e as contradições que aqui explicitaremos não interferem em nada no encantamento que sentimos em relação ao movimento social brasileiro mais emblemático das últimas décadas.

Esta última parte da tese não se prestará a trazer conclusões fechadas, mas a recapitular as principais descobertas dessa pesquisa sobre o estado da arte da produção acadêmica a respeito do MST, sobretudo aqueles estudos que enfocaram as categorias gênero, sexualidade e raça, no Brasil e no exterior.

O MST é um movimento social norteado prioritariamente pela busca da reforma agrária, pautado pela luta de classes, apoiado em um

corpo teórico marxista aliado à Teologia da Libertação. Um ícone dos movimentos sociais latino-americanos. A partir dessa estrutura, o Movimento vem incorporando lutas interseccionais (MAGRINI, 2013), assumindo políticas identitárias como o “combate à violência sexista” e à “diversidade étnica”, às políticas de redistribuição, entendendo que estas opressões também são fenômenos oriundos do capitalismo. Essa compreensão de transformação social é por vezes limitante frente aos avanços no combate às desigualdades de gênero, sexualidade e raça, pois prioriza determinadas lutas e deixa outras subsumidas. Ou seja, as mudanças nas relações de propriedade através da distribuição de terras e condições materiais para viver no campo, não correspondem necessariamente à modificação de relações opressivas do cotidiano, seja na família, na vizinhança ou na comunidade. Para se conquistar uma cidadania ampla, com “justiça social ampla” (FRASER, 2007), é necessário enfrentar e discutir práticas, hábitos e costumes tradicionais e naturalizados que oprimem mulheres, negras/os e homossexuais e Sem Terras.

Essa foi a questão impulsionadora dessa tese: buscar o indizível (FERREIRA, 2008) no Movimento e sobre o Movimento, pois a produção acadêmica sobre o MST parece seguir a lógica do mesmo, que, apesar de assumir compromissos normatizando políticas contra opressões de raça e gênero, pouco avança frente às contradições cotidianas nos acampamentos e assentamentos.

Para chegar a essa conclusão, realizamos um mapeamento de estudos acadêmicos sobre o MST no Brasil e no exterior que abordassem temáticas de gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades, buscando identificar perspectivas, tendências e ausências nessas interpretações. Para que isso fosse possível, criamos um catálogo de publicações sobre o MST no Brasil e no mundo após um exaustivo levantamento de trabalhos em bancos de dados virtuais e em bibliotecas brasileiras e estrangeiras, onde encontramos mais de 600 dissertações e teses no Brasil, escritas em português e cerca de 150 trabalhos publicados em outros idiomas, através de pesquisa realizada na Biblioteca da UNAM, México.

Os programas de pós-graduação que mais concentraram estes estudos no Brasil foram os de Educação, Sociologia e Geografia, principalmente aqueles localizados em universidades públicas do sudeste e sul do país, como: UNICAMP, USP, UFSC e UFRGS, entre

outras. Essas dissertações e teses começaram a ser publicadas em 1986, um ano após o surgimento formal do MST, com a produção de “Sem-Terra Com-Poesia: os significados pedagógicos e políticos da produção poética dos agricultores sem terra da região sul do Brasil - um estudo exploratório” de Roseli Sueli Caldart, defendida no Programa de Educação em Educação da UFRGS. Daí para frente as pesquisas se ampliaram em temáticas diversas, como: proposta pedagógica do Movimento, produção coletiva e cooperativas, agroecologia, conflitos agrários, mística, música, relações de gênero, juventude, só para citar algumas das mais recorrentes. A partir de 1997, após o Massacre de Eldorado dos Carajás e da Marcha por Brasília, percebemos um aumento vertiginoso no interesse acadêmico sobre o MST e, ano após ano, dezenas de pesquisas começaram a ser realizadas em acampamentos e assentamentos espalhados por todo o Brasil. O MST se tornou uma linha de pesquisa nas universidades brasileiras, foco de estudos de diversos núcleos, de parcerias através de políticas públicas ou com grupos militantes dentro das universidades, como os movimentos estudantis.

A importância do Movimento estava evidente na academia brasileira, por isso, também nos centramos na relevância do MST em universidades estrangeiras. Em pesquisa realizada no México, encontramos quase 150 trabalhos publicados em outros idiomas: em espanhol foram 76, em inglês 37, em italiano 17, em francês foram 13 e dois em catalão, distribuídos em livros, teses, dissertações, monografias e artigos. Desse montante, foi possível fazer algumas indagações e comparações com a produção brasileira. As únicas convergências de referências bibliográficas utilizadas sobre o Movimento nos trabalhos internacionais foram textos dos onipresentes Bernardo Mançano Fernandes e João Pedro Stédile. Os trabalhos publicados em outros idiomas centraram-se na exposição e contextualização do Movimento, ao contrário da grande maioria dos trabalhos no Brasil, que priorizaram análises mais locais, no cotidiano dos assentamentos. Essa prioridade local fez com que o interesse em outras experiências latino-americanas fosse reduzido, ao contrário dos trabalhos internacionais que invariavelmente realizaram correlações da experiência brasileira do MST com a de outros movimentos sociais latino-americanos, como o EZLN, os Piqueteros, as FARC, entre outros.

Sobre o prestígio de algumas/alguns pesquisadoras/es e de livros sobre o MST, há quase um consenso quanto a utilização de algumas referências bibliográficas. Silva (2004) aponta para um fato

importantíssimo acerca da história e das vozes autorizadas a falar sobre o Movimento. O exemplo mais emblemático disso seria João Pedro Stédile, principal porta-voz dos Sem Terra, seja através de falas em eventos, seja nas declarações para a grande mídia, seja em suas diversas publicações sobre o MST. Outra voz constante é a do professor da UNESP, Bernardo Mançano Fernandes, que nas duas últimas décadas tem publicado, orientado e organizado grandes pesquisas sobre o Movimento, tornando-se, segundo nossa percepção, o mais importante pesquisador sobre o MST no Brasil. Entre suas publicações mais importantes, podemos citar sua tese de doutorado, “Contribuição aos estudos do campesinato brasileiro. Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST 1979-1999” que se tornou o livro mais completo que encontramos sobre o MST até hoje.

Além desses, três outros livros são amplamente utilizados nas pesquisas sobre o MST: “Brava Gente: a Trajetória do MST e a Luta Pela Terra no Brasil”, entrevista de João Pedro Stédile concedida a Bernardo Mançano Fernandes; “A história da luta pela terra e o MST” de Mistue Morissawa, publicado em 2001; e “A pedagogia do Movimento Sem Terra” de Roseli Salete Caldart, publicado em 2000. Estes, dificilmente são excluídos das referências de trabalhos sobre o Movimento.

Desse grande mapeamento realizado nos anos 2013 e 2014, selecionamos 48 trabalhos, 38 dissertações e 10 teses, que abordavam as temáticas eleitas para análise: gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades. Grande parte desses 48 trabalhos se concentra nas áreas hegemônicas que investigam o MST, Educação e Sociologia. Áreas com tradição em estudos de gênero, ao contrário da Geografia que segue o estigma de ser uma disciplina com pouca tradição nesses estudos, podendo ser considerada uma área ainda androcêntrica, segundo García (2004).

Percebemos algumas tendências e ausências na análise desses trabalhos. Primeiro, a temática gênero está bastante difundida em pesquisas em quase todas as regiões do país, mas ainda não incluíram assuntos que o MST não quer ou não pode divulgar, como a violência contra a mulher presente em acampamentos e assentamentos Sem Terra. As pesquisas focam as desigualdades no trabalho em espaços públicos e privados, salientando avanços e retrocessos em práticas locais, e

utilizam o conceito de gênero apropriado, sobretudo, das historiadoras Joan Scott (1990) e Michele Perrot (1988), ainda como sinônimo de mulher. Além desses dos trabalhos de Scott e Perrot, que pautaram respectivamente o conceito de gênero das pesquisas e a justificativa da escolha do enfoque nas mulheres em assentamentos, a pesquisa de Rua & Abramoway (2000) embasou várias das pesquisas selecionadas, com informações sobre relações sociais de gênero em dezenas de assentamentos no Brasil, através de um amplo banco de dados.

Segundo, este montante (48) representa 7% de publicações sobre o MST, ao contabilizarmos os trabalhos em português (619) e espanhol (77). Se aprofundarmos esse fato vemos que, ao contrário da discussão de gênero, as discussões sobre sexualidade, tanto no Movimento, quanto nos estudos sobre o Movimento, principalmente referidas a temáticas como saúde reprodutiva, aborto e homossexualidade, são praticamente inexistentes. Somente um trabalho penetrou nesse indizível do meio rural, a dissertação de Rosangela Vieira (2004), cuja intersecção sexualidade, gênero e juventude, revelou indizíveis de jovens Sem Terra em um assentamento no sul do país. Encontramos a mesma situação em relação à discussão étnico-racial, presente nas normatizações e políticas internas do Movimento, mas ausente dos estudos, principalmente a discussão em torno do racismo. Apenas a tese de Simone Maria de Souza (2010) retratou a questão racial articulada à de gênero, mostrando a invisibilização do assunto, através de relatos de militantes mulheres no nordeste do país.

Sobre pesquisas que vêm sendo realizadas com foco em aspectos vinculados a sexualidade camponesa, além da dissertação de Vieira (2004), super explorada nessa tese, podemos sugerir o artigo “Relações de gênero e diversidade sexual na luta pela terra: a participação política de militantes mulheres e gays no MST” de Jáder Ferreira Leite e Magda Dimenstein (2012), outro trabalho que explora tal debate, mas que não entrou em nossa análise sobre os trabalhos produzidos no Brasil, pois tratava-se de uma artigo. Corroboramos com as conclusões do autor de que há um modelo de militância virilizado e que a ampliação das lutas no campo das relações de gênero vem se dando de forma conflituosa, mas não estão sendo negadas, como ficou evidente nos relatos sobre o VI Congresso Nacional do MST. As/os militantes gays estão ocupando espaços, desafiando preconceitos e vencendo silêncios. Tomara que os estudos sobre o MST também percebam esse movimento.

Temos o mesmo cenário de isolamento sobre a questão racial. O único trabalho encontrado (SOUZA, 2009) já foi amplamente

comentado no decorrer dessa tese, contudo, encontramos alguns artigos do que em breve deve se tornar mais uma dissertação sobre a questão racial no MST, talvez a mais completa. Fred Igor Santiago Ferreira, estudante de mestrado em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia tem publicado alguns artigos sobre essa temática (SANTIAGO, 2013; 2014) e desenvolvido um debate pioneiro sobre a ausência dessa discussão, criticando o Movimento, que apesar de incorporar léxicos discursivos da questão racial em sua agenda política, promove uma mudança acanhada e retórica nesse campo.

Esses artigos mostram que pode haver algumas pesquisas em curso e que mais cedo ou mais tarde tais investigações serão divulgadas e difundidas. Além disso, provavelmente não conseguimos fazer um mapeamento total de dissertações e teses que abordassem tais temáticas. Essa, com certeza, a primeira limitação dessa pesquisa, que aglutinou centenas de trabalhos através de um levantamento de busca on line, através de palavras-chave, o que, provavelmente, omitiu alguns trabalhos. A incoerência da palavra-chave “MST” em títulos e resumos e a não utilização de léxicos que remetiam a estudos sobre assentamentos e/ou acampamentos e atividades dos Sem Terra impediu a localização de importantes pesquisas, fato constatado somente nos instantes finais da escrita dessa tese ou após a conclusão da mesma. Duas produções em especial fizeram falta durante o aprofundamento de trabalhos com enfoque de gênero: Claudia Delboni (2008) e Carolina Orquiza Churfem (2009). A primeira não apareceu no levantamento, pois o assentamento estudado - Sumaré II - havia se distanciado da organização estrutural do MST, fato que quase excluiu do texto palavras-chaves que pudessem indicar um possível trabalho com o MST como ator coletivo relevante. O segundo trabalho, por não utilizar a nomenclatura do Movimento no título e no resumo, além de não ter sido muito citado em outros trabalhos sobre essa temática, passou despercebido em nossa garimpagem nos bancos de dados. Felizmente os encontramos durante a leitura do trabalho de Ximenes (2011), mas com o tempo reduzido para maiores análises, optamos somente por citá-los aqui nessas considerações finais, sem maiores aprofundamentos.

O segundo fato limitante, remete a não utilização de programas estatísticos que poderiam contribuir com maior confiabilidade nos resultados apresentados em gráficos, tabelas e quadros. O número de

dados era demasiadamente grande para análises sem qualquer aporte estatístico, por isso mesmo que optamos por divulgar apenas informações básicas das dissertações e teses, além do conteúdo de algumas delas. Esse aporte poderia contribuir com um maior número de informações e cruzamentos de dados entre os trabalhos, desafio que se põe para futuras pesquisas referentes à produção acadêmica sobre o MST.

Nesse trabalho, assumimos uma postura que nunca imaginamos em nossos estudos anteriores, em que nos apoiamos em um método quantitativo, obviamente aliado à métodos qualitativos. Apesar de limitado, sem esse aporte de softwares estatísticos que incrementariam os cruzamentos de dados, esse levantamento se mostrou necessário às pesquisas que estávamos realizando antes de optar pelo estado da arte, ou seja, as descobertas sobre o MST impuseram uma investigação que em outro momento descartamos precipitadamente, mas sem dúvida agora percebemos que teria sido de grande utilidade. De qualquer forma, acreditamos ter atingido o objetivo de construir um banco de dados, que apesar de suas limitações, poderá subsidiar futuras pesquisas sobre o MST.

Além disso, assumimos uma postura feminista, interseccional e interdisciplinar em nossa escrita. Contudo, talvez seja prematuro dizer que seguimos uma epistemologia feminista, que questiona todo um modelo de ciência que se baseia fortemente em teorias ahistóricas, racistas e, principalmente, generizadas, onde os sujeitos da história são sempre masculinos. Acreditamos que em vários momentos corremos o risco de reproduzir o modelo hegemônico e os vícios de séculos de colonização do conhecimento, mas, com certeza, esse trabalho tem uma forte inspiração de ruptura, uma ruptura feminista.

Apesar de várias descobertas, tendências e ausências, nos parece evidente que a produção acadêmica sobre o MST ainda pode ser muito explorada, segmentando algumas das categorizações que aqui realizamos, aprofundo e ampliando-as. Obviamente não foi possível abordar muitos das questões com a profundidade necessária e outras sequer foram mencionadas. Por isso, queremos destacar algumas temáticas que ainda podem e devem ser melhor exploradas no interior do Movimento, como a questão de pessoas com deficiência em assentamentos; pesquisas nacionais que dialoguem mais com outros movimentos sociais da América Latina; estudos que analisem a atuação do MST em estados onde há pouca estrutura e organização, além dos

indizíveis tantas vezes omitidos em trabalhos sobre o mundo rural brasileiro.

Após a conclusão dessa tese, ainda temos a sensação de que o MST é um mundo de possibilidades. Que não existe um MST, mas diversos Movimentos Sem Terra regionalizados e localizados, mesmo que a estrutura nacional insista em contrariar minha afirmação. Que ainda há muita coisa a ser pesquisada sobre o MST e que assentadas e assentados ainda têm muito a nos ensinar.

7 Referências Bibliográficas

a) Obras teóricas e bibliografia em geral:

ALENCAR, Edgar. *Introdução à metodologia de pesquisa social*. Lavras: UFLA, 1999.

ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de Si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século Edições LDA, 1995.

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

ANZALDÚA, Glória. La conciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3): 320, setembro-dezembro/2005.

ARÁN, Márcia; JÚNIOR, Carlos Augusto Peixoto. “Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler”. In: *Cadernos PAGU*, vol.28. SP: Campinas, NEG/Unicamp, 2007.

AUED, Bernadete W.; VENDRAMINI, Célia Regina; FIOD, Edna Garcia Maciel; CONDE, Soraya Franzoni. *Retratos do MST (ligas camponesas e movimento dos trabalhadores rurais sem-terra)*. Florianópolis: Cidade Futura, 2005.

AYOUB, Ayoub Hannah. Mídia e movimentos sociais: a satanização do MST na Folha de S. Paulo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Vol. IV n. 1 - 1o semestre de 2007.

BANCO DE DADOS DE TESES E DISSERTAÇÕES. *O que é a BDTD*. Disponível em: <http://bdttd.ibict.br/a-bdttd>. Acessado em fevereiro de 2014.

BENTO, Berenice. *A Reinvenção do Corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BLAY, Eva. Trabalho feminino remunerado e não remunerado: uma falsa fonte de desigualdade. *Cadernos CERU*, n.9, 1976.

BOURDIEU, Pierre. *El oficio de sociólogo*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2002.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 26, p.329-365, 2006.

BRINGEL, Breno. Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. *Estudos de Sociologia*, Recife, v. 16, n. 2, p. 185-215, 2011.

BRUM, Ceres Karam. O mito de Sepé Tiaraju: etnografia de uma comemoração. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 3, p. 5 - 20, set./dez. 2007

BRUNO, Regina. *Senhores da terra. Senhores da guerra. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/Edur, 1997.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1999.

CALBINO, Daniel; PAES DE PAULA, Ana Paula. Economia solidária: uma investigação sobre o estado da arte. *Gestão Contemporânea*, Porto Alegre, ano 10, n. 14, p. 371-397, jul./dez. 2013.

CARLOS, Euzeneia. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 153-166, jun. 2011.

CARTER, Miguel. *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CASTELLS, Manoel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. Gênero, Raça e Geração entre Líderes do Sindicato de Trabalhadores Domésticos em Salvador. *Revista Estudos Feministas*, v.10, p. 57-74, 1992.

CELERO DA MEMÓRIA. *Fotos do VI Congresso Nacional do MST*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Celeirodememoria>>. Acessado em: 06 abril 2014.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Considerações sobre a Interdisciplinaridade. In: Philippi Jr., Arlindo. *Interdisciplinaridade em*

Ciências Ambientais. C. E. M. Tucci; D. J. Hogan; R. Navegantes. São Paulo : Signus Editora, 2000.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Massacre de Corumbiara. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Acessado em: 10 jan. 2015.

CONNEL, Raewyn. *Masculinities*. Cambridge, Polity Press; Sydney, Allen & Unwin; Berkeley, University of California Press, 1995.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, Vol.10, n.1, p.171-188, 2002.

CRUZ, Fábio Souza da. A cultura da mídia no rio grande do sul/Brasil: o caso MST e jornal do almoço. *Intexto*, Porto Alegre, v. 2, n. 15, p. 1-16, jul./dez., 2006.

DALMAGO, S. L.; VENDRAMINI, C. R. . O trabalho no campo e no contexto do MST. *Motrivência*, Florianópolis, v. 35, p. 130-146, 2010.

DATALUTA. *Relatório Dataluta Brasil 2013*. Disponível em: <<http://www.ippri.unesp.br/#!/noticia/154/rede-dataluta-lanca-relatorio-brasil-2013/>>. Acessado em: 7 dez. 2014.

DEERE, Carmen Diana.; LEÓN, Magdalena. *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DOMINGUES, Eliane. Vinte anos do MST: a psicologia nesta história. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 12, n. 3, p. 573-582, set./dez., 2007.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. 5 v. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1993.

FALQUET, Jules. Três questões aos movimentos sociais “progressistas”: contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais. *Lutas & Resistências*, Londrina, v.1, p.212-225, set. 2006.

FEMENÍAS, Maria Luisa. Esbozo de um feminismo latinoamericano. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, Vol. 15, Nº 01, jan/abril 2007. p. 11-25.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura

geográfica dos movimentos. *Revista Nera*, Presidente Prudente, ANO 8, N. 6, jan./jun. 2005

_____. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____; FONSECA, Dagoberto; SILVA, Anderson; GIRALDI, Eduardo. A terra e os desterrados: o negro em movimento – um estudo das ocupações, acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. In: SANTOS, Renato (Org). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O negro na geografia do Brasil*. Belo Horizonte: Autentica, 2007, p.137-161.

_____; MARTIN, Jean Yves. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 12, 2004.

FERREIRA, Fred Igor Santiago. A questão racial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: breve discussão, perspectivas e desafios. In: *Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”*. UFPA, Belém, pp. 1-18 2013.

_____. Lugar de negro no MST: Uma análise sobre a esquerda branca eurocêntrica a partir da categoria raça no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. In: *Anais do VIII Congresso Brasileiro de pesquisadores/as negros/as*, Belém, 2014.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano XXIII, n° 79, Agosto/2002.

FERREIRA, Paulo Rogers da Silva. *Os afectos Mal-ditos: o indivisível nas sociedades camponesas*. São Paulo. Editora Hucitec, 2008. 257p.

_____. O texto brasileiro sobre o rural. Eterno retorno ao mesmo? *Ruris*, Campinas. Volume 2, número 1, 2008b.

_____. *Os afectos mal-ditos: o indizível das sexualidades camponesas*. 2006. 173 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso. Pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, Jan/Fev/Mar/Abr, nº10, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, São Paulo, v. 70, p. 101-138, 2007.

FUKUI, Lia. Os papéis sexuais na organização familiar de sitiantes tradicionais no Brasil. *Cadernos CERU*, n. 8, 1975.

FURLIN, Neiva. *A questão de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação da mulher*. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/publicacoes_listar>. Acesso em: 15 jan. 2012.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.

_____. *Sem Terra, ONGs e Cidadania*. 3a. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

_____. A Formação do Cidadão no MST: Cultura Política e Frames Organizativos. *Sociologias* (UFRGS), Porto Alegre, v. 01, n.02, p. 144-189, 2000a.

_____. *Mídia, terceiro setor e MST: impacto sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes, 2000b.

_____. MST e Mídia. *Cadernos do CEAS*, Salvador, v. 179, n.179, p. 25-35, 1999.

_____. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. Os Sem-Terra e Os Sem-Teto no Brasil. *Contexto & Educação*, Ijuí, v. 38, p. 58-74, 1995.

GORGEN, Frei Sergio Antônio. *O Massacre da Fazenda Santa Elmira*. Petrópolis: Vozes, 1989.

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 80, p. 115-147, Mar., 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun.,2003.

HARDING, Sandra. ¿Existe un método feminista? In: BARTRA, Eli. *Debates em torno a una metodologia feminista*. México: UNAM, 2002.

_____. Del problema de la mujer em la ciência al problema de la ciência em el feminismo. *Ciencia y Feminismo*. Madrid: Ediciones Morata, 1996.

IANNI, Otávio. *Enigmas do pensamento latino-americano*. São Paulo: IFCH/UNICAMP, 2005.

_____. O Estado-Nação na época da globalização. *Econômica: Revista da Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense*, Niterói, v. 1, n. 1, p. 105-118, jun. 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA. *Pronera*. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/proneraeducacao>>. Acessado em: 02 mar. 2014.

KAUCHAKJE, Samira. *Movimentos Sociais na academia: um olhar sobre as teses e dissertações produzidas na UNICAMP e USP entre 1970-1995*. 1997. Campinas. 1997. 224 p. Tese (Doutora em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008.

_____. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, Lisboa, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000.

LIMA, Alexandre Bonetti. Os sentidos na mídia: o MST em dois jornais diários. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 97-103, set/dez. 2006.

LINS, Daniel. *Lampião: o homem que amava as mulheres*. São Paulo: Annablume, 1997.

LOPES, Maria Margaret. “Aventureiras” nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.10, pp.345-368, 1998.

MAGRINI, Pedro Rosas. A incorporação de lutas transversais pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *Mal-Estar e Sociedade*, Barbacena, Ano VI - n. 10, p. 13-37, jan/jun., 2013.

_____. *Discutindo gênero e sexualidade no MST*. In: Desafios da Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2011.

_____. *Cruzando Fronteiras Invisíveis: desvendando relações de gênero em um assentamento rural organizado pelo MST no Sul de Minas Gerais*. Lavras. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2010.

MARTINEZ-ALIER, Verena. As mulheres do caminhão de turma. *Debate e Crítica*, São Paulo, FCC, mar. 1975.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a luta política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MELO, Hildete Pereira de; OLIVEIRA, André Barbosa. A produção científica brasileira no feminino. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.27, pp.301-331, 2006.

MINELLA, Luzinete Simões. Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna? *Cadernos Pagu* (40), pp. 95-140, janeiro-junho de 2013.

MOHR, Naira E. R.; VENDRAMINI, Célia Regina . A formação técnico-profissional no contexto do MST. *Educação* (UFMS), Santa Maria, v. 33, p. 111-126, 2008.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURÃO, Mônica. *Vozes silenciadas: A cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito*. São Paulo: Intervozes, 2011.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. *História*. 2012. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/menu/historia.html>>. Acessado em: 19 nov. 2014.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. *A história do MAB*. Disponível em: < <http://www.mabnacional.org.br/historia>>. Acessado em: 19 out. 2014.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Nossas bandeiras*. 2014a. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/329>>. Acessado em: 02 de Dezembro de 2014.

_____. *Manifesto da Juventude Sem Terra*. Brasília: MST, 2014b.

_____. *Orientações Políticas e Práticas para os delegados do VI Congresso*. São Paulo: MST, 2014c.

_____. *Sem Terra LGBT lutam por uma sociedade sem preconceitos*. 2014d. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/node/15752>. Acessado em: 06 de Abril de 2014.

_____. *MST: lutas e conquistas*. São Paulo: MST, 2010.

_____. *Construindo novas relações de gênero, desafiando relações de poder*. São Paulo, 2003. (Setor de Gênero).

MUNANGA, Kabenguele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>>. Acesso em 22 abril 2012.

MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da mulher brasileira*. Corpo e Classe Social no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. *Faculdades femininas e saberes rurais. Uma etnografia sobre gênero e sociabilidade no interior de Goiás*. São Paulo. 2008. 167 p. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação” — as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa

(org). *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 189-232.

NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA. *Rede Dataluta*. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/>. Acessado em: 13 agosto 2014.

O GLOBO. Quando os Black blocs e o MST se encontram. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/quando-os-black-blocs-o-mst-se-encontram-11597555>>. Acessado em: 17 jun. 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Ubelino. "Quem sabe faz a hora não espera acontecer": o MST como movimento socioterritorial moderno. *Revista USP*, São Paulo, v. 64, p. 156-172, 2005.

_____. Os mitos do agronegócio. *Revista Sem Terra*, São Paulo, v. VI, n.24, p. 14-19, 2004.

_____. MST: Terra, Sobrevivência e Inclusão Social. In: Álvaro José de Souza; Ariovaldo Umbelino de Oliveira; Elian Alabi Lucci; José Misael Ferreira do Vale; Lourenço Magnoni Júnior; Sebastião Clementino da Silva. (Org.). *Milton Santos: Cidadania e Globalização*. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 211-217.

OLIVEIRA, Luciana. *A forma política do MST*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.

PASSOS, Najla. A revista Veja e a invenção do MST terrorista: Um estudo sobre a cultura da opressão no Brasil pós 11 de setembro. Cuiabá. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2008.

PAULILO, Maria Inês; SILVA, Cristina Bereta da. Memórias de Luci Choinaski: histórias e lutas pelos direitos das mulheres camponesas. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.) *Gênero e gerações em contextos rurais*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010

_____. "A mulher e a terra no Brejo Paraibano". In: Bruschini, M. C. e Rosemberg, F. *Trabalhadoras do Brasil*, Brasiliense, SP, 1980.

PEDRO, Joana. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan.-jun., 2011.

_____. Um diálogo sobre mulheres. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n.2, p. 360, jul./dez., 2003.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da Diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileira. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 11, n. 2, p.263-274, jul/dez.2008.

PRIORI, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

REIS, Marilise dos. Diáspora como movimento social: implicações para a análise dos movimentos sociais de combate ao racismo. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 46, N. 1, p. 37-46, jan/abr 2010.

RIBEIRO, Darcy. *América latina existe?* Brasília: editora UnB, 2010.

SAFFIOTI, Heleith. O trabalho feminino sob o capitalismo dependente: opressão e discriminação. In: *Anais da ABEP*, 1979.

_____. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____; FERRANTE, Vera Lúcia. Famílias rurais no estado de São Paulo: algumas dimensões da vida feminina. In: Bruschini, Maria Cristina; Rosemberg, Fúlvia (orgs.). *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. *Entre a igualdade e a diferença: mulheres camponesas em lutas de gênero*. Tese de Doutorado não publicada, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. *Mística*. MST: São Paulo, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma sociologia das ausências e das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 63, p. 237-280, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. Curitiba: Editora Appris, 2012.

_____. Para um abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Lúcia Helena. (Orgs.) *Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

_____. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. *Ciências Sociais*. Unisinos, 46(1): 18-27, jan./abril, 2010.

_____. Networks for the reterritorialisation of spaces of conflict: the cases of the Brazilian MST and MTST. *Interface: a journal for and about social movements*, v. 1, p. 105-124, 2009.

_____. Redes de movimentos sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória? *CADERNO CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, Set./Dez. 2008.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Revista Sociedade e Estado*, UNB, v. 21, n. 1, 2006.

_____. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

_____; KRISCHKE, Paulo. (Org.). *Uma Revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHIEBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.

SCHWADE, Elisete. *A luta não faz parte da vida... é a vida*. 1993. Dissertação (Mestre em Antropologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

SCHWENGBER, Isabela. *Quando o MST é notícia*. 1º Ed. Editora da UFGD, 2008.

SCOLESE, Eduardo; LIMA, Sérgio. *Pioneiros do MST*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n.2, 1990.

_____; RODRIGUES, Ana Cláudia; SARAIVA, Jeiza das Chagas. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. O que é Economia Solidária? Disponível em: http://portal.mte.gov.br/tca_contas_anuais/secretaria-nacional-de-economia-solidaria-senaes.htm#. Acessado em: 02 de janeiro de 2015.

SEGATO, Rita. Racismo, discriminación y acciones afirmativas: herramientas conceptuales. Brasília: *Série Antropologia*, n. 404, 2006.

SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos*. Estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco. São Paulo: Livraria das Duas Cidades, 1979.

SILVA, Odete Rosa da. Status e papéis sócio-econômicos da mulher no bairro rural de Palmeirinhas, do sertão de Itapeçerica. *Cadernos CERU*, n.1, 1968.

SOUZA, Maria Antônia. A pesquisa sobre educação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos Programas de Pós-graduação em Educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, p. 443-46, set./dez., 2007.

STEPAN, Nancy Leys. Raça e Gênero: o papel da analogia na ciência. In: BUARQUE de HOLLANDA, H. (orga.) *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

STOLCKE, Verena. *As mulheres do caminhão da Turma*. São Paulo: Debates e Críticas, 1975.

TERRA para Rose. Direção: Tetê Moraes. Brasil, 1987. 84 min.

TOURAINÉ, Alan. Na fronteira dos movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

_____. *Palavra e Sangue. Política e Sociedade da América Latina*. São Paulo: Editora UNICAMP, 1989.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VEJA. *Os red blocs pela lente da imprensa ou novamente isso gente*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/lei-e-ordem/os-red-blocs-pela-lente-da-imprensa-ou-novamente-isso-gente/>>. Acessado em: 30 de maio de 2014.

VENDRAMINI, Célia Regina. Os desafios do MST e da educação na atualidade brasileira. *Perspectiva* Florianópolis, v. 31, p. 505-525, 2013.

_____. A relação entre trabalho, cooperação e educação nas pesquisas sobre o Movimento dos Sem Terra. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 26, p. 119-147, 2008.

_____. A experiência coletiva como fonte de aprendizagem nas lutas do Movimento Sem Terra no Brasil. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, v. 1, n.06, p. 67-80, 2005.

_____. (Org.). *Educação em Movimento na Luta pela Terra*. Florianópolis: Núcleo de Publicações do CED/UFSC, 2002.

_____. *Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST*. v.1. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 2000.

ZARZAR, Andrea Butto; MOURÃO, P. L. (Org.). *Gênero no meio rural: levantamento bibliográfico [recurso eletrônico]*. Brasília: MDA, 2010.

b) Dissertações e teses em português sobre o MST

AGUIAR, Gabriela Azevedo. A mulher pela lente de jovens militantes do MST. Rio de Janeiro. 2012. 122 p. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ALBUQUERQUE, Cristina Daisy da Costa Albuquerque. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o novo espaço agrário brasileiro: Uma análise das letras das músicas dos discos compactos “Arte em Movimento”. Recife. 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós-graduação em Administração

Rural e Comunicação Rural, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2000.

ALEIXO, Duvanil Ney. Mudanças de Beneficiários e formas de reocupação de lotes no Assentamento Capelinha, Conceição de Macabu, RJ. Rio de Janeiro. 2007. 200 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

ALVES. Suzy de Castro. As experiências educativas das crianças no acampamento Índio Galdino do MST. Florianópolis. 2001. 138 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

ANDRADE NETO, João Augusto. Cooperação e organização em assentamentos rurais: A proposta das Comunas da Terra e a virada do MST para os “urbanos”. Rio de Janeiro. 2013. 314 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

ANTONI, Edson. O discurso jornalístico e o processo de marginalização social do exército zapatista de libertação nacional e do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Porto Alegre. 2012. 176 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. A pedagogia do Movimento Sem Terra e a relação de gênero: incidências, contradições e perspectivas em movimento. Salvador. 2011. 153 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

BAEZ, Alejandra Anahi. Estratégias produtivas no assentamento Encruzilhada Natalino Faze IV - "Fazenda Annoni" - um estudo de caso. Florianópolis. 89 p. 2011. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

BAHNIUK, Caroline. Educação, trabalho e emancipação humana: um estudo sobre as escolas itinerantes dos acampamentos do MST.

Florianópolis. 2008. 170 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BARCELLOS, Sérgio Botton. A formação do discurso da Agroecologia no MST. Rio de Janeiro. 2010. 139 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BARROS, Monyse Ravenna de Souza. Os sem terra: Uma história da luta social no Brasil (1981-2012). Fortaleza. 2013. 228 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

BETANHO, Cristiane. Produção e comercialização em assentamentos de reforma agrária do MST: pesquisa participativa e pesquisa ação em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. São Carlos. 2008. 318 p. Tese (Doutorado em Engenharia em Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

BEZERRA, Antonio Alves. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus temas: 1981-2001. São Paulo. 2011. 312 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011.

BRITOS, Marlene Cristiane Gomes Britos. Arte e cultura popular na América Latina: o teatro político do MST (Brasil) e o teatro comunitário do Nuestra Gente (Colômbia). São Paulo. 2009. 123 p. Dissertação (Mestrado em Integração Latino Americana) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BUSSOLETTI, Denise Marcos. Mulheres Sem Terra: identidade em representação. Porto Alegre, Viamão ou Uruguaiana? Porto Alegre. 1997. 132 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

CAMINI, Isabela. O cotidiano pedagógico de professores e professoras em uma escola de assentamento do MST: limites e desafios. Porto

Alegre. 1998. 165 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

CALDART, R. S. Sem-Terra Com-Poesia: os significados pedagógicos e políticos da produção poética dos agricultores sem terra da região sul do Brasil - um estudo exploratório. Curitiba. 1986. 167 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Departamento de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1986.

CARVALHO, Luzeni Ferraz de Oliveira. Práticas de leitura de homens e mulheres do campo: um estudo exploratório no assentamento Paulo Freire – Bahia. Belo Horizonte. 2008. 281 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de Carvalho. Educação do campo: PRONERA, uma política pública em construção. Fortaleza. 2006. 226 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CAZELLA, Ademir Antonio. Assentamentos rurais e cooperação agrícola: políticas conflitantes. O caso do Assentamento 30 de Outubro – SC. Rio de Janeiro. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

CHIARIELLO, Caio Luis. Análise da gestão de cooperativas rurais tradicionais e populares: estudo de casos na Cocamar e Copavi. São Carlos. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2006.

CONCEIÇÃO, Héliida Santos. (2006). Muitas mulheres, um mesmo movimento: história e participação política das mulheres do MST na Bahia 1987/2001. Salvador.2006. 153 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

CRUZ, Elizabeth Ferreira. Ação Política, Transformação Social e Reconstrução de Identidades: um olhar a partir do feminismo para a

militância das mulheres rurais nos movimentos sociais. Fortaleza. 2009. 180 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

DALMAGRO, Sandra Luciana. Trabalho, Coletividade, Conflitos e Sonhos: a formação humana no Assentamento Conquista na Fronteira. Florianópolis. 2002. 170 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

DALMAGRO, Sandra Luciana. A escola no contexto das lutas do MST. Florianópolis. 2010. 312 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

DEBIAZI, Rose Elke. Os sentidos do trabalho para os cooperados na experiência autogestionária da Coopereunião (Dionísio Cerqueira, SC). Florianópolis. 2008. 120 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

DOMINGUES, Eliane. A luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): Contribuição da Psicanálise. São Paulo. 2001. 124 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

DOMINGUES, Eliane. Entre a utopia e o mal-estar: reflexões psicanalíticas sobre os militantes do MST e seus dilemas. São Paulo. 2011. 154 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011.

EBLING, Sandra Beatriz Diniz. As mulheres assentadas e suas lidas: compreensões acerca de gênero, educação, saúde e trabalho. Ijuí. 2011. 115 p. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2011.

ESMERALDO, Galgani S. L. O MST sob o signo de uma economia subjetiva: o assentamento José Lourenço. Gema Esmeraldo. Fortaleza.

2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

FABRINI, João Edmilson. Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro-oeste/PR enquanto território de resistência camponesa. Presidente Prudente. 2002. 294 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

FELICIANO, Carlos Alberto. Territórios em disputa: Terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema. São Paulo. 2009. 575 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espacialização e Territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo. São Paulo. 1994. 207 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Contribuição aos estudos do campesinato brasileiro. Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST 1979-1999. São Paulo. 1999. 316 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERREIRA, Jaqueline da Luz. O Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária – Ates e a cooperativa do MST no Espírito Santo. Rio de Janeiro. 2011. 216 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FERREIRA, Maria Jucilene Lima. Esperança e persistência: os significados da docência em um assentamento Belo Vista, do MST. Belo Horizonte. 2006. 171 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte, 2006.

FERREIRA, Salomé Lima Ferreira. Liderança religiosa e liderança política em um assentamento rural. Rio de Janeiro. 2005. 186 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-

Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

GAIÃO, Wilmar Roberto. Negócio de acampar pra pegar terra é pra cabra macho: a construção social do lugar de militância política no MST: Uma discussão de gênero. João Pessoa. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.

GARCIA, Maria Franco. A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente. 2004. 216 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual paulista, Presidente Prudente, 2004.

GONÇALVES, Sérgio. Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no estado do Paraná. 2008. 311 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual paulista, Presidente Prudente, 2008.

HOLANDA, Maria Iolanda Maia. A construção da identidade coletiva dos sem-terra: um estudo a partir do cotidiano dos alunos do PRONERA. Fortaleza. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

JANATA, Natacha Eugenia. "Juventude que ousa lutar!": trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST. Florianópolis. 2012. 278 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BORGES, Juliano Luis. A transição do MST para a agroecologia. Londrina. 2007. 164 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

JUSTO, Marcelo Gomes. Exculhidos: ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST. São Paulo. 2005. 238 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

KLEBA, John Berhard. A cooperação agrícola em assentamentos de reforma agrária no estado de Santa Catarina: Estudo de caso de um grupo coletivo do Assentamento “Tracutinga” – Dionísio Cerqueira/SC. Florianópolis. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

KNIJNIK, Gelsa. Cultura, Educação e Matemática na luta pela terra. Porto Alegre. 1995. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

KUNZLER, Edinho Carlos. Agroecologia e transformações no espaço rural: o caso do Assentamento Conquista da Liberdade, Piratini – RS. Santa Maria. 2009. 116 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

KUSCHICK, Christa Liselote Berger. Campos em confronto: jornalismo e movimentos sociais: As relações entre o movimento sem terra e a zero hora. São Paulo. 1996. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

LANG, Regina Maria Ferreira. Segurança alimentar e nutricional de crianças menores de dois anos de famílias de trabalhadores rurais sem terra. São Paulo. 2011. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Universidade FEDERAL DE São Paulo, São Paulo, 2011.

LEAL, Gleison Moreira. Impactos socioterritoriais dos Assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio – SP. Presidente Prudente. 2003. 168 p. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

LECHAT, Noelle Marie Paule. A questão de gênero no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul. Campinas. 1993. 247 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade do Estado de Campinas, Campinas, 1993.

LEINIG, Ricardo de Campos. Nem brabo nem manso: homens, animais e plantas no assentamento Vale da Serra; Pitanga PR. Curitiba. 2012. 100 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

LENZI, Luciana. Um (re)trato pedagógico a partir do olhar de educadores/as de jovens e adultos do MST. Florianópolis. 2004. 173 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

LERRER, Débora Franco. Trajetória de militantes sulistas: tradição e modernidade do MST. Rio de Janeiro. 2008. 197 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

LINS, Lucicléia Teixeira. A formação política das educadoras e educadores do MST. João Pessoa. 2006. 124 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

LISBOA, T. K. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do oeste catarinense um novo movimento social. Florianópolis. 1987. 289 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

LUCA, Mônica Maria Barbosa Leiva de. Processos produtivos identitários: o caso de um assentamento rural do Estado de São Paulo. Campinas. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MACEDO, Cátia Oliveira. Ilhas de reforma agrária no oceano do latifúndio: a luta pela terra no assentamento 17 de abril (PA). São Paulo. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MACHADO, Vitor Barletta. Agentes religiosos, motivação política – A influência da Igreja Católica na organização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Assentamento II de Sumaré no Estado de São Paulo. São Paulo. 2002. 179 p. Dissertação (Mestrado em

Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MACIEL, Marluse Castro Maciel. Tupanciretã: Deus passou por aqui. Um estudo sobre as relações entre os movimentos sociais e as religiões nos assentamentos rurais Primavera e Tupanciretã no Pontal do Paranapanema/SP. São Paulo. 2009. 197 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MARIALVA, Maria Elcineide de Albuquerque. PRONERA: política pública na educação de assentados (as) da reforma agrária. Campinas. 2011. 169 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. De sem-terra a 'posseiro', a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velho-GO. São Paulo. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira. Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – SP: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social? Presidente Prudente. 2007. 312 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

MELLO, Ulisses Pereira. A utilização agrícola das áreas de mata ciliar degradada. Estudo de caso no projeto de assentamento União da Vitória, Fraiburgo – SC. Florianópolis. 2000. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

MELO, Denise Mesquita de. A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST. Campinas, 2001. 183 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

MENDES, Clécio Ferreira. "Prá soletrar a Liberdade": as propostas educacionais do movimento Zapatista no México e dos Sem-terras no Brasil na década de 90. São Paulo. 2005. 159 p. Página. Dissertação

(Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

MICHELETTO, Selma Ribeiro Araújo. Forjar da terra o milagre do pão: o Assentamento Timboré - Andradina/SP. São Paulo. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MOHR, Naira Estela Roesler. Formação para o trabalho no contexto do MST. Florianópolis. 2006. 152 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MOREIRA, Ivaldo de Sousa. Assentamento Padre Josimo Tavares: do sonho ao pesadelo de assentamento modelo. Rio de Janeiro. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MOURA, Luiz Henrique Gomes de. Questão agrária e hegemonia: o pré-assentamento como campo de batalha entre a alienação e a emancipação. Florianópolis. 2006. 133 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MOURA, Erik Marcelo De. O imperativo masculino em assentamento do MST: uma relação de poder e dominação simbólica. Maceió. 2011. 119 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

MOURA, Josivan dos Santos Moura. Caminhos pela liberdade do conhecimento: Software Livre no Assentamento Moacir Wanderley - Quissamã (SE). São Cristovão. 2007. 143 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2007.

BIHAIN, Neiva Marisa. A trajetória da educação infantil no MST: de ciranda em ciranda aprendendo a cirandar. Porto Alegre. 2001. 104 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em

Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

NETTO, Sebastião Leal Ferreira Vargas. A mística da resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos. São Paulo. 2007. 390 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

NUNES, Aline Silva Andrade. Pronera e cultura corporal: uma análise da trajetória da Educação Física nos projetos de formação de educadores e educadoras do campo, no estado do Maranhão. São Luís. 2010. 109 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal dos Maranhão, São Luís, 2010.

NUÑEZ, Carla Patrícia Pintado. O educativo das relações de gênero no Assentamento Águas Claras: algumas considerações sobre tempo, trabalho e lazer. Porto Alegre. 2003. 130 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

OLIVEIRA, Lilian Crepaldi de. A aposta na esperança: identidades culturais e sociais nas revistas Sem Terra e Chiapas. São Paulo. 2009. 275 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. Terra, Trabalho e Escola: a luta do MST por uma educação do/no campo na Paraíba. João Pessoa. 2010. 149 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

OLIVEIRA, Valter Lúcio de. A ironia da realidade e os paradoxos da razão política: diversidade, sociabilidade e dinâmicas político-religiosas em espaços de luta pela terra no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro. 2009. 346 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PAGOTTO, Claudete. Produção associada na era da precarização estrutural: da atuação das cooperativas de trabalho. Campinas. 2010. 241 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de Campinas, Campinas, Campinas, 2010.

PAIM, Robson Olivino. Natureza, terra e trabalho na educação do MST: o caso do assentamento Congonhas â Abelardo Luz â SC. Francisco Beltrão. 2011. 153 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2011.

PASINATO, Luiz Antônio. Cras rural: lugar de efetivação da política de assistência social : estudo sobre o acesso à política de assistência social por famílias assentadas. Porto Alegre. 2011. 142 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

PAVAN, Dulcinéia. As Marias sem-terras: trajetória e experiências de vida de mulheres assentadas em Promissão-SP - 1985-1996. São Paulo. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

PEREIRA, Marcia Aparecida Accorsi. Caminhos em construção: encontro entre população em situação de rua e o MST-SP - 1999/2003. São Paulo. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

PEREIRA, Bernadete Martinson Souza. Mas como, o MST na Telenovela? Aproximações à dimensão sociopolítica da telenovela “O Rei do Gado”. Salvador. 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

PERIN, Celestino. Movimentos Sociais no Campo: a luta dos assentados de Tupancireta. Santa Maria. 1988. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Departamento de Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1988

PEZZIN, Josimara. Professores(as) sem-terra: um estudo sobre práticas educativas do MST. Vitória. 2007. 161 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

PIANA, Marivone. A Música-Movimento: estratégias e significados da produção musical do MST. Florianópolis. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

PIANA, Marivone. Música e movimentos sociais: as marcas da simbologia religiosa no MST. Florianópolis. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PIEREZAN, Seliane. A luta pela terra e a trajetória da resistência: trabalho e renda nas famílias no assentamento zumbi dos palmares - Passos Maia/SC. Florianópolis. 2011. 110 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

PIMENTEL, Andréa Eloísa Bueno. Assentamento de reforma agrária na região do Pontal do Paranapanema e seus impactos econômicos e sociais. São Carlos. 2004. 267 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

POCKER, José Geraldo Alberto Bertoncini. Reinventando a vida. Uma análise da metodologia empregada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para implantar formas de cooperação em assentamentos de reforma agrária. São Paulo. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

RAMALHO, Cristiane Ribeiro. Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – região do Pontal do Paranapanema/SP. Presidente Prudente. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2001.

REGO, Thelmely Torres. A formação técnico-profissional em agroecologia no MST/SP. Florianópolis. 2011. 192 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. Processos de mudança no MST: história de uma família cooperada. São Paulo. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. Tramas e tramas: identidades em marcha. São Paulo. 2007. 392 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RICARDO, Letícia Mendes. O uso de plantas medicinais na medicina popular praticada em assentamentos do MST do estado do Rio de Janeiro: uma contribuição para o SUS. Rio de Janeiro. 2011. 192 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2011.

ROCHA, Herivelto Fernandes. Produção Territorial dos Assentamentos rurais no Brasil: relação entre políticas, movimentos socioterritoriais e os assentados das reformas agrárias. Presidente Prudente. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

ROCHA, Helianane Oliveira. A Educação do campo nos espaços das lutas políticas dos movimentos sociais: análise e contribuição da formação dos (as) educadores (as) do MST no Maranhão via o PRONERA. São Luís. 2007. 118 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal dos Maranhão, São Luís, 2007.

RODRIGUES, Adriana. A violência institucional como método para lidar com a miséria social: a trajetória dos/as sem terra do assentamento Dom Hélder Câmara/PR, no difícil percurso de luta até chegar “em cima do lote”. Florianópolis. 2006. 201 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

ROSSETO, Edna Rodrigues Araujo. Essa ciranda não é minha só, ela é de todos nós: a educação das crianças sem terrinha no MST. Campinas.

2008. 209 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de Campinas, Campinas, 2008.

RUBBO, Deni Ireneu Alfaro. Campesinos cosmopolitas: um estudo sobre a atuação política internacionalista do MST na América Latina. São Paulo. 2013. 214 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RUSCHEINSK, Aloísio. Terra e Política o Movimento dos Trabalhadores Sem terra no Oeste de Santa Catarina. São Paulo. 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

RUSCHEL, Vanderci Benjamin. Cooperação e trabalho na escola do MST: a cooperativa dos estudantes da Escola Agrícola de 1º grau 15 de Maio. Florianópolis. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Ainda precisamos avançar”: os sentidos produzidos por trabalhadoras/es rurais sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST) em Santa Catarina. Florianópolis. 2004. 183 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SANTI, Vilso Junior Chierentin. As representações no circuito das notícias: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Jornal Zero Hora. Santa Maria. 2009. 184 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

SANTOS, Manoel Moura dos. Sentidos deslegitimadores e legitimantes do MST no Jornal Nacional. Recife. 2004. 119 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

SANTOS, Franciele Soares dos. Formação de educadores militantes no MST: a experiência do curso Pedagogia da Terra na UNIOESTE/PR. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SANTOS, Antônia Fernanda da Silva. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e a importância da escolarização na opinião de assentados rurais do Estado de Sergipe. São Paulo. 2005. 146 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

SANTOS, Maria Ediluzia Leopoldino. A territorialidade da mística nos assentamentos do movimento dos trabalhadores rurais do estado de Sergipe: novas parcerias, contradições, criações e obras. São Cristóvão. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

SCHEFLER, Maria de Lourdes Novaes. Movimento(s) na roça: mulheres, estratégias de luta e de reprodução no meio rural. Salvador. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SCHWADE, Elisete. “A luta não faz parte da luta... é a luta”. O projeto político religioso de um assentamento no oeste de Santa Catarina. Florianópolis. 1993. 189 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

SEVERINO, Maico Roris. Organização e processos de trabalho em uma cooperativa do MST: debate teórico no contexto da empresa capitalista e da economia solidária. São Carlos. 2006. 156 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

SILVA, Critiani Bereta da. As fissuras na construção do “novo homem” e da “nova mulher” - Relações de gênero e subjetividades no devir MST – 1979 – 2000. Florianópolis, 2003. 343 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SILVA, Diógenes Luiz da. Do latifúndio ao agronegócio: os adversários do MST no Jornal Sem Terra. Rio de Janeiro. 2013. 171 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Terezinha Abigail Gonçalves da. Mulheres e homens do “terra a vista”: Estudo de caso das relações de gênero no MST. Salvador. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SILVA, Denice Batista da. Do assentamento a universidade: a mulher camponesa no ensino superior. São Cristovão. 120 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2009.

SILVA, Edvaneide Barbosa. Práticas educativas dos assentamentos no sudoeste paulista: um olhar sobre o PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Campinas. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

SILVA, Émerson Neves da. A contribuição da igreja católica para a formação do neozapatismo e do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. São Leopoldo. 2008. 247 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2008.

SILVA, Maria Izaura Andrade da. O Trabalhador com (D) Eficiência Física na Área de Assentamento Rural. João Pessoa. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.

SILVA, Robson da. Lazer e processos educativos no contexto de trabalhadores/as rurais do MST. São Carlos. 2010. 212 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

SILVEIRA, Suzana Maria Pozzer da. A construção do sujeito no MST: assentamento eldorado dos Carajás. Florianópolis. 2007. 103 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SOUZA, Kelly Pereira de. Luta pela terra, luta pela palavra: história de vida e formação de duas educadoras populares do campo. Natal. 2008. 172 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

SOUZA, Maria Antonia. As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, MST. Campinas. 1999. 259 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de xxx, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

SOUZA, Helena Maria Reverbel. O Movimento dos sem-terras no Rio Grande do Sul – Trajetórias e Identidades. Porto Alegre. 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

SOUZA, Cimone Rozendo de. A cooperação como estratégia organizacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Paraná: o caso da cooperativa de produção e serviços de Pitanga. Belém. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

SOUZA, Simone Maria de. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras. Recife. 2009. 150 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

STIVAL, David. O processo educativo dos agricultores sem terra na trajetória da luta pela terra. Porto Alegre. 1987. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Departamento de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1987.

STRAPRAZZON, João Paulo Lajus. O Verbo Se Fez Terra: Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (SC) 1980-1990. Florianópolis.

1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

TARELLO, Luiz Carlos. Da consciência dos direitos a identidade social: os sem terra de Sumaré. São Paulo. 1988. XXXp. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1988.

TAVARES, João Claudino Tavares (2008). Universidade e singularidades do espaço transitório: um estudo a partir de quebraadeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais sem terra/MST no Maranhão (1990 - 2000). Florianópolis. 2008. 361 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

TEIXEIRA, David Romão. A necessidade histórica da cultura corporal : possibilidades emancipatórias em áreas de reforma agrária - MST/Bahia. Florianópolis. 2009. 195 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

VAZZOLER, Marcia Regina. Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária: a sobrevivência de cooperativas do MST no contexto capitalista. São Carlos. 2004. 301 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

VENDRAMINI, Célia Regina. Ocupar, resistir e produzir: um estudo da proposta pedagógica do Movimentos dos Sem Terra. Florianópolis. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1992.

VENDRAMINI, Célia Regina. Consciência de classe e experiências sócio-educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra. Florianópolis. 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1997.

CASTRO, Carmen Verônica dos Santos. A Mística de Tornar-se Jovem no MST. Rio de Janeiro. 2005. 200 p. Dissertação (Mestrado em

Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

VIEIRA, Rosangela Steffen. Juventude e sexualidade no contexto escolar de assentamentos do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Florianópolis. 2004. 113 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

VIGNOLO, Antonio Marcos dos Santos. Insumos orgânicos na produção de arroz em assentamentos da reforma agrária - Região de Porto Alegre/RS. Florianópolis. 74 p. 2010. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

XIMENES, Judith Dias. A participação da mulher no MST no DF e entorno estudo de caso. Brasília. Brasília. 2011. 103 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. Depois da Terra, a conquista da cooperação. Um estudo do progresso organizativo num assentamento de reforma agrária no RS. Distrito Federal. 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Universidade de Brasília, Brasília, 1989.

c) Trabalhos sobre o MST em espanhol

ARETIO-AURTENA, Bruno López. El MST en el marco de la cuestión agraria brasileña. La experiencia histórica del asentamiento São Bento. Castilla-La Mancha. 2012. 628 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidad de Castilla-La Mancha, Castilla-La Mancha, 2012.

_____. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Partido dos Trabalhadores: Génesis, evolución, ¿ruptura? Logroño: Universidad de La Rioja, p. 313-330, 2008.

AZNÁREZ, Carlos; ARJONA, Javier. *Rebeldes Sin Tierra: historia del MST en Brasil*. México: Txalaparta, 2002.

BRINGEL, Breno. Geografías de la acción colectiva: el Movimiento de los Sin Tierra de Brasil y el activismo rural transnacional (1978-2008). Madrid. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2010.

CAICEDO, Nessdy Espitia. Transformaciones históricas del Movimiento social sin tierra del Brasil. Y su relacionamiento con movimientos sociales de Latinoamérica. Bogotá: *Papel Político*, Vol. 11, No. 1, 443-474, enero-junio 2006.

CALDART, Roseli Salete. Movimiento Sin Tierra: lecciones de Pedagogía. Barcelona: *Cuadernos de pedagogía*, n. 308, p. 78-82, dezembro, 2001.

CARLEIAL, Adelita Neto. Movimiento-partido: el caso del Movimiento de los Trabajadores sin Tierra (MST) en Brasil. In: *Los derechos y las prácticas ciudadanas a la luz de los movimientos populares*. GAVIA, Margarita Favela; GUILLÉN, Diana. [Orgs.]. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2009.

CASTIGLION, María Celeste. *Amo, esclavo y los Sin Tierra*. Cidade do México: Política y Cultura, 2002.

CERÓN, Manuel Sánchez. Una propuesta educativa en Brasil: el Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra (MST). Cidade do México: *Revista Latinoamericana de Estudios Educativos*, Vol. XXVIII, No. 2, pp. 91-110, 1998.

CHAGUACEDA, Armando. BRANCALEONE, Cassio. El Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra(MST) hoy: desafíos de la izquierda social brasileña. Cidade do México: *Nueva Época*, ano 23, n° 62, jan./abril, 2010.

CORRAL, Ana Cabria. Desarrollo comunitario y Empoderamiento de Colectivos en riesgo de Exclusión social. Palencia. 2012. 36 p. Monografía (Graduação em Educação) – Universidad de Valladolid, Palencia, 2012.

CORREA, Ciro Eduardo Madeira. MST en marcha hasta la agroecología. Una aproximación a la construcción histórica de la agroecología en el MST. Andalucía. 2007. 59 p. Dissertação (Mestrado em Agroecologia), Universidad Internacional de Abdalucía, Andalucía, 2007.

DINIZ, Antonio Carlos de Souza. La infraestructura y su relación con la práctica educativa: escuela de asentamiento rural Zumbi de los Palmares en el municipio de Claudia-MT/Brasil. Sinop: *Revista Educação Cultura e Sociedade (ECS)*, v.3, n.1, p.163-176, jan./jun. 2013.

ELORZA, Cesar Eduardo Ortega. Educar es cuidar: la formación de educadores y las prácticas prefigurativas en el movimiento de trabajadores rurales sin tierra (MST) de Brasil. Cidade do México. 2013. 213 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Latino americanos), Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 2013.

FERNANDES, Bernardo Maçano; STÉDILE, João Pedro. *Brava gente: la lucha de los Sin Tierra en Brazil*. Buenos Aires: America Libre, 2000.

_____. La territorialización del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra em Brasil. In: MAYA, Margarita Lopez (Org.). *Lucha Popular, democracia, neoliberalismo: protesta popular en América Latina en los años de ajuste*. Caracas: Nueva Sociedad, 1999.

_____. La lucha de los Sin-Tierra en Brasil. Santiago: *Revista Reflexion y Liberacion*. Ano X, número 37, 1998.

FONTAINE, Dana de la. Los actores políticos del mundo rural en Brazil: el ejemplo del MST. *Anuario Americanista Europeo*, N° 6-7, p. 133-145, 2008-2009.

FRANCO, Lorenzo Fernández. *El movimiento de los trabajadores Rurales sin tierra y la reforma agraria en Brasil*. Salamanca: América Latina Hoy, n. 17, 1997.

FRITZEN, Calos. El Movimiento de los Sin Tierra en Brasil. Espanha: *Revista de Fomento Social*, 57, p. 357-367, 2002.

MANGELARDO, Gabriela, VALENCE, Luz Mireya de; JULIO, María Carmela; trasberg. El Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra y sus estrategias de comunicación 1978 – 2010. *Comunicação &*

Mercado/UNIGRAN - Dourados - MS, vol. 02, n. 04, p. 20-31, jan-jul 2013.

GIARRACCA, Norma et al. *Cuando el territorio es la vida - la experiencia de los sin tierra en Brasil*. Buenos Aires: Antropofagia, 2006.

GIESEL, Cláudia Mendes. De labradores a pistoleros: El Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra en la revista *Veja*. Santiago: *Revista Signos*. Estudios de Lingüística, 45(79), p. 132-153, 2012.

GÓMEZ, Jorge Montenegro. Reforma agraria: ¡por un Brasil sin latifundio (y sin desplazados)! Barcelona: *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, n. 94 (93), agosto de 2001.

GONZALES, René Rojas. Formación de resistencias y construcción de nuevas realidades El Caso del Madre Cristina asentamiento del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra, Brasil. Puebla. 2013. 78 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico e Social) – Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Puebla, 2013.

GORGEN, Frei Sérgio; STÉDILE, João Pedro. *La lucha por la tierra en el Brasil*. Espanha: s.n., 1991.

GOTTDIENER, Ernesto Scheinvar. El agro brasileño: introducción al Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra. Cidade do México. 2007. Monografía (Graduação em Estudos Latino americanos), Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 2007.

GUEVARA, Aleide. *MST: simiente de la vida y la esperanza*. Havana: Ocean Sur, 2008.

HARNECKER, Marta. *El movimiento de los campesinos sin tierra de Brasil (MST)*. Madrid: Siglo XXI, 2005.

HARNECKER, Marta. *Sin tierra: Construyendo movimiento social*. Espanha: Siglo XXI España, 1ª ed., 2002

HOUTZAGER, Peter P. El movimiento de los sin tierra (MST) y el campo jurídico en Brasil. Bogotá: *El otro derecho*, n° 25, dezembro, 2006.

IGLESIAS, Esteban. Los Sin Tierra y los Sin Trabajo en Brasil y Argentina durante los gobiernos de Lula Da Silva y de Néstor Kirchner. Un análisis de los procesos de institucionalización de los movimientos sociales. Caracas: *Espacio Abierto*, vol. 20, núm. 3, julio/set., pp. 441-464, 2011.

JUNGEMANN, Beate; NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. El Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST): entre autonomía e institucionalización. Caracas: *Cuadernos del CENDES*, año 29, n° 81 set./dez., 2012.

LA VEGA, Mariana López de. El Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra y la hegemonía de la lucha popular en Brasil. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Latino americanos), Pós-Graduação em Estudos Latino americanos, Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 2010.

LIMA, Alexandre Bonetti. Los sentidos en los medios: las versiones sobre el Movimiento de los Sin Tierra en dos diarios impresos. Mérida: *Fermentum*, año 17, n° 50, p. 673-683, 2007.

LÓPEZ, María Carballo. Sembrando luchas: Mujeres líderes en el Movimiento Sin Tierra de Brasil. In: GIL, Carmen Gregorio; SALGADO, Martha Patricia Castañeda. Mujeres y hombres en el mundo global. Cidade do México: Colección Antropología (Siglo XXI Editores) - CEIICH-UNAM, Siglo XXI, 2012.

_____. Vem, teçamos a nossa liberdade: Mujeres líderes en el Movimiento Sin Tierra (Ceará – Brasil). Barcelona. 2011. 563 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Departamento de Antropología Social y de Prehistoria, Universidad Autónoma de Barcelona, Barcelona, 2011.

_____. La lucha por la tierra y por una sociedad más justa de las militantes del Movimiento Sin Tierra en Ceará (Brasil). In: FIOL, Esperanza Bosch, PÉREZ, Victoria Aurora Ferrer, GUZMÁN, Capilla Navarro. *Los feminismos como herramientas de cambio social*. Espanha, 2006.

_____. Mulheres com coragem: mujeres líderes en el Movimiento de los Trabajadores y Trabajadoras Rurales Sin Tierra De Brasil. Barcelona. 2002. 170 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) -

Departamento de Antropología Social y de Prehistoria, Universidad Autónoma de Barcelona, Barcelona, 2002.

_____. En la lucha y en la sombra: Relaciones entre mujeres y hombres en el Movimiento Sin Tierra de Ceará. Barcelona: *Quaderns-e de l'Institut Català d'Antropologia*, n°13, 2009.

LUCAS, Kintto. El MST: *La reforma agraria como hecho sociocultural*. [online] Disponible Disponible em: http://www.rebellion.org/hemeroteca/cultura/sitierra_brasil070501.htm. Acessado em: 07 de novembro de 2013.

MARIÑELARENA, Rebeca Peralta. Movimiento de los Sin Tierra. En la construcción de una alternativa a la crisis del capital. 2010. Monografía (Graduação em Estudos Latino americanos), Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 2010.

MARTÍN, Víctor O. Martín. La lucha por la tierra. Casos comparados de Brasil y España. In: SERRANO, JOSÉ ANTONIO SEGRELLES (coord.). *A Vueltas con la agricultura. Una actividad económica necesaria y marginada*. Alicante: Universidad de Alicante, 2010.

MARTINEZ, Hayde Yasmín Toledo. La fotografía de Sebastião Salgado como documento estético y histórico en el Movimiento de los Sin Tierra. Cidade do México. 2005. Monografía (Graduação em Estudos Latino americanos), Universidad Nacional Autónoma do México, Cidade do México, 2005.

MARTINEZ, Mariana Elkisch. El MST: continuidad y ruptura en la lucha por la tierra en Brasil. México: *UAM/Argumentos* 48/49. Número especial, 2005.

_____. El Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST): continuidad y ruptura en la lucha por la tierra. Cidade do México. 2004. Monografía (Graduação em Estudos Latino americanos), Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 2004.

MARTINS, Mônica Dias Martins, MILLÁN, Mária. Neozapatismo y Movimiento de los Sin Tierra: reto latinoamericano al neoliberalismo. In: CADENA, Jorge [Orgs.] *Nación y movimiento en América Latina*. México: Siglo Veintiuno, UNAM, 2005.

MORENO-PENARANDA, Raquel. Globalización, agroecología y movimientos sociales: Un análisis interdisciplinar del incipiente ecologismo popular en el Movimiento Sin Tierra (MST). Vitória: *Revista Brasileira de Agroecologia*, v.2, n.1, fev. 2007.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Método de trabajo y organización popular*. Caracas: Sector Nacional de Formación del MST, 2010.

NASCIMENTO, Elmar. La lucha del Movimiento de los Sin Tierra. *Ecología Política Cuadernos de Debate Internacional*, N. 19. 130-133 p., Barcelona, 2000.

OSANO, Mario G. *Función Social de la Propiedad y los Latifundios Ocupados*. Los Sin Tierra de Brasil. Madrid, Dykinson, 2006. 219p.

OUVIÑA, Hernán. *Zapatistas, piqueteros y sin tierra. Nuevas radicalidades políticas en América*. [on line]. Disponible em: <http://www.panuelosenrebeldia.com.ar/content/view/509/193/>. Acessado em: 7 de setembro de 2013.

PEREIRA, João Márcio Mendes. El MST en una perspectiva histórica. México: *UAM/Argumentos* 48/49. Número especial, 2005.

PETRAS, James. América Latina. *La izquierda contra ataca*. Buenos Aires: Nueva Sociedad, N. 151, pp 27-36, Septiembre-Octubre 1997.

PIÑEIRO, Diego E. En busca de la identidad. La acción colectiva en los conflictos agrarios de América Latina. Buenos Aires: *CLACSO*, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004.

PONCE, Elsa. El Movimiento de Trabajadores Sin Tierra de Brasil: notas sobre su intervención estética en la política. Caracas: *Revista Politeia*, N° 37, VOL. 29, p. 175-191, 2006

PREVOT, Andreza. Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra y los desafíos de la construcción de un proyecto popular para Brasil. In: *Repensar la política desde América Latina Cultura, Estado y movimientos sociales*. Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales Universidad Nacional Mayor De San Marcos, 2009.

RAMÍREZ, Milena Barrera. Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los

Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). Presidente Prudente: *Revista Nera*, año 10, n° 10, jan./jun., 2007.

RIVAROLA, Maria Dolores Rocca. El MST en Brasil y las organizaciones sociales kirchneristas en Argentina. Roles, identificación y relaciones dentro del conglomerado oficialista. In: TEJERINA, Benjamín; PERUGORRÍA, Ignacia. [Orgs.] *Global Movements, National Grievances Mobilizing for “Real Democracy” and Social Justice*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2012.

_____. Las organizaciones sociales en los conjuntos oficialistas: identidades parciales y definiciones de pertenencia en el MST y en organizaciones sociales kirchneristas (primer gobierno de Luiz Inácio Lula da Silva y gobierno de Néstor Kirchner). La Plata: *Memoria Académica*, no. 26, p. 13-49, 2009.

ROCCHIETTI, Ana María. El Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST) del Brasil: sus orígenes y el carácter de su lucha. Buenos Aires: *Herramienta*, n. 18, 2002.

RUAS, Maria das Graças. Exclusión social y acción colectiva en el medio rural. El Movimiento de los Sin Tierra de Brasil. Buenos Aires: *Nueva Sociedad*, N. 156, pp. 156-165, Julio-Agosto, 1998.

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. Subjetividades autónomas y lucha social: El Movimiento de los Sin Tierra, Brasil. Espanha: *Acontecimentos*, n. 62, 2002.

SÁNCHEZ, Waldo Lao Fuentes. Un análisis antropológico del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra de Brasil. El caso de la escuela Florestan Fernandes. Cidade do México. 2009. Monografía (Graduação em Antropologia) – Escola Nacional de Antropologia e História (ENAH), Cidade do México, 2009.

SOUZA, Simone Maria. El Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST): se trata de trabajadores proletarios y de sobrepoblación relativa formado, en su mayoría, por negros. Buenos Aires: *Razón y Revolución*, v. 1, p. 45-52, 2009.

STÉDILE, João Pedro. El MST y las disputas por las alternativas en Brasil. Buenos Aires, *OSAL* (Observatorio Social de América Latina), año V, no. 13 jan./abr., 2004.

STUBRIN, Florencia. Movimientos sociales y educación pública: la experiencia del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra. In: GENTILI, Pablo et al, *Políticas, movimientos sociales y derecho a la educación*. Buenos Aires, CLACSO, 2011.

TUDESCO, Marina Cavalcanti. Conflictos en la gran pantalla: la representación de Guerrilleros y sin tierras en las cinematografías Brasileña y mexicana contemporáneas. Cidade do México: *Razón y Palabra*, n° 71, 2010.

VALLVERDÚ, Jaume. Símbolos religiosos y acción colectiva: la “mística” del movimiento de los trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) de Brasil. In: CORNEJO, Mónica; LLERA, Manuel Cantó. Teorías y prácticas emergentes en antropología de la religión. País Basco: *Ankulegi antropologia elkarte*, p. 283 – 310, 2008.

VASCONCELOS, Maria do Socorro. El Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra en el marco de la educación liberadora. Valladolid. 2001. 317 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidad de Valladolid, Valladolid, 2001.

_____. El MST: educación liberadora y trabajo cooperativo. *Diálogos: Educación y formación de personas adultas*, N° 28, p. 87-92, 2001.

VELASCO, Sírio López. *El Movimiento Sin Tierra y el “ecomunitarismo”*. Madrid: Papeles, n. 79, 2002.

VERGARA-CAMUS, Leandro. Globalización, tierra, resistencia y autonomía: el EZLN y el MST. *Revista Mexicana de Sociología*, año 73, núm. 3, p. 387-414, julio/set., 2011.

VILALBA, Yesica Martínez. Educación popular y movimientos sociales. El caso de la propuesta pedagógica del Movimiento de Los Trabajadores Rurales Sin Tierra (BRASIL). Cidade do México. 2007. 175 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Latino americanos), Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 2007.

WESCHENFELDER, Noeli Valentina. Historia de vida y memoria de los maestros del Movimiento sin Tierra de Brasil: recuerdos de la niñez, escuela y proceso de formación. Madrid: *Revista de Didácticas Específicas*, n° 1, pp. 167-190, 2009.

ANEXO

Quadro

Dissertações e Tese sobre o MST publicadas entre 1986 e 2013 no Brasil.

	Ano	Título	Autor(a)	Instituição	Área
1.	1986	Dissertação Sem-Terra Com-Poesia: os significados pedagógicos e políticos da produção poética dos agricultores sem terra da região sul do Brasil - um estudo exploratório.	Roseli Salete Caldart	UFPR	EDUCAÇÃO
2.	1987	Dissertação O processo educativo dos agricultores sem terra na trajetória da luta pela terra.	David Stival	UFRGS	EDUCAÇÃO
3.	1987	Dissertação O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do oeste catarinense um novo movimento social.	Teresa Kleba Lisboa	UFSC	SOCIOLOGIA
4.	1988	Dissertação Movimentos Sociais no Campo: a luta dos assentados de Tupancireta.	Celestino Perin	UFSM	EXTENSÃO RURAL
5.	1988	Dissertação Da consciência dos direitos a identidade social: os sem terra de Sumaré.	Luiz Carlos Tarello.	PUC/SP	PSICOLOGIA
6.	1989	Dissertação Terra e Política o Movimento dos Trabalhadores Sem terra no Oeste de Santa Catarina.	Aloísio Ruscheinsk	PUC/SP	SOCIOLOGIA
7.	1989	Dissertação Depois da Terra, a conquista da cooperação. Um estudo do progresso organizativo num assentamento de reforma agrária no RS.	Neusa de Castro Zimmermann	UnB	SOCIOLOGIA
8.	1990	Dissertação Reforma agrária: sonho, sonhei, sonhamos, luta de classes e assentamentos em terras do Ceará.	Monica Dias Martins	UFC	SOCIOLOGIA
9.	1992	Dissertação Ocupar, resistir e produzir: um estudo da proposta pedagógica do Movimentos dos Sem Terra.	Célia Regiana Vendramini	UFSCar	EDUCAÇÃO
10.	1992	Dissertação Assentamentos rurais e cooperação agrícola: políticas conflitantes. O caso do Assentamento 30 de Outubro – SC.	Ademir Antonio Cazella.	UFRRJ	SOCIOLOGIA
11.	1992	Dissertação Alianças e conflitos na mediação política da luta pela terra no Paraná. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem	João Carlos Sampaio Torrens.	UFRRJ	SOCIOLOGIA

		Terra.			
12.	1992	Dissertação A cooperação agrícola em assentamentos de reforma agrária no estado de Santa Catarina: Estudo de caso de um grupo coletivo do Assentamento “Tracutinga” – Dionísio Cerqueira/SC.	John Berhard Kleba	UFSC	SOCIOLOGIA
13.	1993	Dissertação A questão de gênero no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul.	Noelle Marie Paule Lechat	UNICAMP	ANTROPOLOGIA
14.	1993	Dissertação “A luta não faz parte da luta... é a luta”. O projeto político religioso de um assentamento no oeste de Santa Catarina.	Elisete Schwade	UFSC	ANTROPOLOGIA
15.	1993	Dissertação O destino incerto da educação entre os assentados rurais do Estado de São Paulo.	Márcia Regina de Oliveira Andrade	UNICAMP	EDUCAÇÃO
16.	1994	Dissertação Espacialização e Territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo.	Bernardo Mançano Fernandes	USP	GEOGRAFIA
17.	1994	Dissertação O Movimento dos sem-terras no Rio Grande do Sul – Trajetórias e Identidades.	Helena Maria Reverbel Souza	UFRGS	SOCIOLOGIA
18.	1995	Dissertação A emergência do Movimento dos Sem terra no RN: 1989/1994.	Baltazar Macaiba de Sousa	UFRN	DESENVOLVIMENTO REGIONAL
19.	1995	Tese Cultura, Educação e Matemática na luta pela terra.	Gelsa Knijnik	UFRGS	EDUCAÇÃO
20.	1995	Dissertação Análise psicossocial da capacidade de mobilização e das condições internas do MST em termos de representações e identidades sociais.	Sandra M. de Freitas Figueiredo	UFPB	PSICOLOGIA
21.	1996	Dissertação O Verbo Se Fez Terra: Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (SC) 1980-1990.	João Paulo Lajus Straprazzon	UFSC	SOCIOLOGIA
22.	1996	Tese Campos em confronto: jornalismo e movimentos	Christa Liselote Berger	USP	COMUNICAÇÃO

		sociais: As relações entre o movimento sem terra e a zero hora.	Kuschick		
23.	1996	Dissertação O cooperativismo coletivizado no assentamento rural de Promissão-SP: um estudo de caso.	Adalberto da Costa Monteiro	UNICAMP	ENGENHARIA AGRÍCOLA
24.	1996	Dissertação Diferentes Modos de organização de explorações familiares no Pontal do Paranapanema: Reassentamento Rosana e Assentamento Santa Clara.	Rosemeire Aparecida de Almeida	UNESP	GEOGRAFIA
25.	1996	Dissertação Assentamentos de sem-terra em Guarapuava: Histórico e cotidiano.	Ariel José Pires	UNESP	HISTÓRIA
26.	1997	Dissertação A escola do movimento e o movimento pela escola: um estudo sobre a escola do Assentamento "Conquista 5 de Maio". Calmon/SC.	Joana Célia dos Passos	UFSC	EDUCAÇÃO
27.	1997	Tese Consciência de classe e experiências sócio-educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra.	Célia Regina Vendramini	UFSCar	EDUCAÇÃO
28.	1997	Dissertação Ordem e contra-ordem: o processo político constitutivo do MST na especificidade do assentamento Rio Vermelho.	Regina Sueli de Sousa	UnB	POLÍTICA SOCIAL
29.	1997	Dissertação Mulheres Sem Terra: identidade em representação.	Denise Marcos Bussolletti	PUC/RS	PSICOLOGIA
30.	1998	Dissertação A empresa social no contexto do terceiro setor: um estudo do MST.	Luís Antonio Pasquetti	PUC/SP	ADMINISTRAÇÃO
31.	1998	Dissertação Segredos íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária.	Francisco Amaro Gomes de Alencar	UFC	DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
32.	1998	Dissertação O cotidiano pedagógico de professores e professoras em uma escola de assentamento do MST: limites e desafios.	Isabela Camini	UFRGS	EDUCAÇÃO
33.	1998	Dissertação Sem terra aprende e ensina: um estudo sobre as práticas educativas e formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST -	Luiz Bezerra Neto	UNICAMP	EDUCAÇÃO

		1979-1998.			
34.	1998	Tese A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.	Márcia Regina de Oliveira Andrade	UNICAMP	EDUCAÇÃO
35.	1998	Dissertação As Marias sem-terras: trajetória e experiências de vida de mulheres assentadas em Promissão-SP - 1985-1996.	Dulcinéia Pavan	PUC/SP	HISTÓRIA
36.	1998	Dissertação Trabalhadores na luta pela terra: campo e cidade - valores, memórias e experiência de trabalhadores rurais sem-terra, Sumaré - 1980/1997.	Vagner José Moreira	PUC/SP	HISTÓRIA
37.	1998	Tese A discussão do sujeito no movimento do discurso.	Suzy Lagazzi-Rodrigues	UNICAMP	LINGUÍSTICA
38.	1998	Dissertação Produção sócio-histórica da “cooperação agrícola” no acampamento da Fazenda Annoni e no Assentamento 16 de Março: Práticas cotidianas e produções de subjetividades.	Elizabeth Ana Bonavigo.	UERJ	PSICOLOGIA
39.	1998	Dissertação Formatos organizacionais dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: as CPA'S – Estudo de Caso: COPAVI – Paranacity – Paraná. Ponta Grossa – PR.	Édina Schimanski	UFPR	SOCIOLOGIA
40.	1998	Dissertação Assentamento Annoni fase IV (RS): uma análise de seu desempenho sócio-econômico.	Pedro Antonio Bavaresco	UFRRJ	SOCIOLOGIA
41.	1998	Dissertação O novo dentro do velho: cooperativas de produção agropecuárias do MST: possibilidades e limites na construção de outro coletivo social. Piraquara – AC.	Raquel Sizanoski	UFSC	SOCIOLOGIA
42.	1998	Dissertação A Reforma Agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: reinvenção do futuro.	Mônica Castagna Molina	UNICAMP	SOCIOLOGIA
43.	1999	Tese Escola é mais do que escola na Pedagogia do Movimento Sem Terra.	Roseli Salete Caldart	UFRGS	EDUCAÇÃO

44.	1999	Tese A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social.	Christine de Alencar Chaves	UnB	ANTROPOLOGIA
45.	1999	Dissertação Os filhos da lona preta – notas antropológicas sobre sociabilidade e poder em acampamentos do MST no Estado de São Paulo.	Maria Cecília Manzoli Turatti	USP	ANTROPOLOGIA
46.	1999	Dissertação Análise de uma situação de conflito entre os assentados e o MST.	Maria Helena Miranda	USP	ANTROPOLOGIA
47.	1999	Dissertação O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como espaço informacional.	Holda Coutinho Barbosa	UFPB	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
48.	1999	Dissertação Terra Livre: a voz do MST.	Mariângela Alves Storniolo Torrescasana	UFRJ	COMUNICAÇÃO
49.	1999	Dissertação Formação e práxis dos professores de escolas de assentamentos: a experiência do MST no Espírito Santo.	Adelar João Pizetta	UFES	EDUCAÇÃO
50.	1999	Tese As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra-MST.	Maria Antonia de Sousa	UNICAMP	EDUCAÇÃO
51.	1999	Tese Jovens sem terra: identidades em movimento.	Maria Teresa Castelo Branco	UFSCar	EDUCAÇÃO
52.	1999	Dissertação Da luta pela educação à educação na luta; memórias, narrações e projetos dos assentados e professores do MST na Fazenda Giacometti.	Marli de Fátima Rodrigues	UFF	EDUCAÇÃO
53.	1999	Dissertação Compreensão do Jornal Sem Terra pela teoria da ação comunicativa.	Adriana Araújo Passos	UFV	EXTENSÃO RURAL
54.	1999	Dissertação O movimento dos trabalhadores rurais sem terra no contexto discursivo do jornal nacional: a palavra e a imagem. Governador Valadares-BA.	Andréia Zulato Marçolla Moreira	UFV	EXTENSÃO RURAL
55.	1999	Tese Contribuição aos estudos do campesinato brasileiro. Formação e territorialização do	Bernardo Mançano Fernandes	USP	GEOGRAFIA

		Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST 1979-1999.			
56.	1999	Tese A longa caminhada – A (re) construção do território camponês em Promissão.	Miriam Cláudia Lourenção Simonetti	USP	GEOGRAFIA
57.	1999	Dissertação A trajetória do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Sergipe.	Maria da Conceição Barbosa Cintra	UFPE	SERVIÇO SOCIAL
58.	1999	Tese Reinventando a vida. Uma análise da metodologia empregada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para implantar formas de cooperação em assentamentos de reforma agrária.	José Geraldo Alberto Bertoncini Pocker	USP	SOCIOLOGIA
59.	2000	Dissertação O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades.	Pedro Ivan Christoffoli	UFPR	ADMINISTRAÇÃO
60.	2000	Dissertação A utilização agrícola das áreas de mata ciliar degradada. Estudo de caso no projeto de assentamento União da Vitória, Fraiburgo – SC.	Ulisses Pereira de Mello	UFSC	AGROECOSSISTEMAS
61.	2000	Dissertação Terra e Democracia: O MST e a Construção política de um sonho.	Maria das Dores Cardoso	UFMG	CIÊNCIA POLÍTICA
62.	2000	Dissertação Mas como, o MST na Telenovela? Aproximações à dimensão sociopolítica da telenovela “O Rei do Gado”.	Bernadete Martinson Souza Pereira	UFBA	COMUNICAÇÃO
63.	2000	Dissertação O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o novo espaço agrário brasileiro: Uma análise das letras das músicas dos discos compactos “Arte em Movimento” e “Canções que Abraçam Sonhos”.	Cristina Daisy da Costa Albuquerque	UFRPE	COMUNICAÇÃO RURAL
64.	2000	Dissertação Um estudo da proposta de educação do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra – MST.	Maria José Castelano	UEM	EDUCAÇÃO

65.	2000	Dissertação A construção da identidade coletiva dos sem-terra: um estudo a partir do cotidiano dos alunos do PRONERA.	Maria Iolanda Maia Holanda	UFC	EDUCAÇÃO
66.	2000	Dissertação Manifestações artísticas do movimento dos trabalhadores rurais sem terra/MST: educação, identidade e cultura.	Joceneide Maria Rossetto Silva	UFMS	EDUCAÇÃO
67.	2000	Dissertação Os sem-terra e o desejo de aprender.	Rita de Cássia Curvelo da Silva	UFPB	EDUCAÇÃO
68.	2000	Dissertação Olhares camponeses escola uma terra de educar.	José Clovis Teles Lunardi	UFPR	EDUCAÇÃO
69.	2000	Dissertação Os impactos locais de um assentamento rural: uma avaliação sócio-econômica a partir da produção leiteira.	Leonardo de Barros Pinto	UNICAMP	ENGENHARIA AGRÍCOLA
70.	2000	Dissertação Compreensão do Jornal Sem Terra pela teoria da ação comunicativa.	Adriana Araújo Passos	UFV	EXTENSÃO RURAL
71.	2000	Tese De sem-terra a 'posseiro', a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velho-GO.	Marta Inez Medeiros Marques	USP	GEOGRAFIA
72.	2000	Dissertação Estudos dos processos psicossociais que motivam um grupo de trabalhadores à participação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema.	Stella Narita	USP	PSICOLOGIA
73.	2000	Dissertação Facetas do Cotidiano – o dia a dia dos assentamentos do MST. Porto Alegre – RS.	Cristine Jaques Ribeiro	PUC/RS	SERVIÇO SOCIAL
74.	2000	Dissertação Processos de ação coletiva e organização dos trabalhadores rurais: O caso do assentamento Massangana III, Cruz do Espírito Santo - PB.	Miguel Ângelo Lazzaretti	UFPB	SOCIOLOGIA
75.	2000	Dissertação O sem terra partido ao meio: um estudo das relações sociais entre assentados e municípios receptores na região da grande Porto Alegre –RS.	Marcelo Carvalho Rosa	UFRRJ	SOCIOLOGIA

76.	2000	Dissertação O Movimento Sem terra e a educação: Trajetória dos educadores no projeto político-pedagógico da escola do assentamento.	Gustavo Adolfo Sepúlveda	UFSC	SOCIOLOGIA
77.	2000	Tese De camponeses a membros do MST: os novos produtores rurais e sua organização social.	José Roberto Pereira	UnB	SOCIOLOGIA
78.	2001	Dissertação Os interesses sociais e a concepção política e ideológica dos trabalhadores rurais assentados do MST : estudo de caso na região de Rondonópolis-MT.	Plínio Jose Feix	UNICAMP	CIÊNCIA POLÍTICA
79.	2001	Dissertação A Ação Política do MST.	Bruno Konder Comparato	USP	CIÊNCIA POLÍTICA
80.	2001	Dissertação A atuação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – na estrutura Jurídico-Agrária do Pará.	Ronald Corecha Bastos	UFPA	DIREITO
81.	2001	Dissertação A pedagogia do MST: para além do seu próprio movimento.	Sonia Mara Flores da Silva Porfirio	UFMS	EDUCAÇÃO
82.	2001	Dissertação O Trabalhador com (D) Eficiência Física na Área de Assentamento Rural.	Maria Izaura Andrade da Silva	UFPB	EDUCAÇÃO
83.	2001	Dissertação A educação no contexto histórico de um assentamento de reforma agrária no Rio Grande do Sul – Porto Alegre - RS.	Ingrit Roselaine Diekow	UFPeI	EDUCAÇÃO
84.	2001	Dissertação O trabalho cooperativo como princípio educativo: a trajetória de uma Cooperativa de Produção Agropecuária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.	Carlos Antônio Bonamigo	UFRGS	EDUCAÇÃO
85.	2001	Dissertação A trajetória da educação infantil no MST: de ciranda em ciranda aprendendo a cirandar.	Neiva Marisa Bihain	UFRGS	EDUCAÇÃO
86.	2001	Dissertação As experiências educativas das crianças no acampamento Índio Galdino do MST.	Suzy de Castro Alves	UFSC	EDUCAÇÃO
87.	2001	Dissertação Cooperação e trabalho na	Vanderci	UFSC	EDUCAÇÃO

		escola do MST: a cooperativa dos estudantes da Escola Agrícola de 1º grau 15 de Maio.	Benjamin Ruschel		
88.	2001	Dissertação Colaboração educacional como princípio gerador de ações educativas críticas na formação de professores da educação básica do campo.	Everton Fêrrer de Oliveira	UFMS	EDUCAÇÃO
89.	2001	Dissertação A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST.	Denise Mesquita de Melo	UNICAMP	EDUCAÇÃO
90.	2001	Dissertação Práticas educativas dos assentamentos no sudoeste paulista: um olhar sobre o PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.	Edvaneide Barbosa Silva	UNICAMP	EDUCAÇÃO
91.	2001	Tese Além da Terra: A Dimensão Sociopolítica do Projeto Educativo do MST.	Antonio Júlio Menezes Neto	USP	EDUCAÇÃO
92.	2001	Dissertação Processo organizativo em assentamentos rurais: Um olhar sobre a Fazenda Pirituba.	Cyra Malta Olegario da Costas	UNICAMP	ENGENHARIA AGRÍCOLA
93.	2001	Dissertação Ilhas de reforma agrária no oceano do latifúndio: a luta pela terra no assentamento 17 de abril (PA).	Cátia Oliveira Macedo	USP	GEOGRAFIA
94.	2001	Dissertação A reforma agrária no olho do furacão: debates, confrontos e propostas sobre a reforma agrária da nova república.	Carmem Lucia Gomes	UNESP	HISTÓRIA
95.	2001	Tese A criatividade dos sem-terra na construção do habitat: um olhar etnográfico sobre a dimensão espacial do MST.	Alicia N. G. Castells	UFSC	INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS
96.	2001	Dissertação Introdução ao estudo da ideologia que sustenta o MST. Três Lagoas – MS.	Marlon Leal Rodrigues	UFMS	LETRAS
97.	2001	Dissertação “Ocupar, resistir e produzir também na educação”. Análise do discurso pedagógico do MST. Gravataí – RS. (2001).	Ivana Acunha Guimarães	UFRGS	LETRAS
98.	2001	Dissertação Ocupar, resistir e produzir também na educação : análise do discurso pedagógico do MST.	Ivana Maria Salum Acunha Guimarães	UFRGS	LETRAS
99.	2001	Dissertação	Eduardo	PUC/SP	LETRAS

		O discurso da Veja e o MST: do silêncio à satanização.	Ferreira de Souza		
100.	2001	Teses A construção turbulenta das hegemonias discursivas : o discurso neoliberal e seus confrontos.	Valdemir Miotello	UNICAMP	LINGUÍSTICA
101.	2001	Dissertação A luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): Contribuição da Psicanálise.	Eliane Domingues	PUC/SP	PSICOLOGIA
102.	2001	Dissertação O desafio da formação: estudo psicossocial dos movimentos da identidade em alunos do curso de pedagogia do MST.	Márcia Roxana Cruces Cuevas	UFES	PSICOLOGIA
103.	2001	Dissertação As contradições entre os pressupostos coletivizantes que fundamentam a luta pela terra e as práticas que os negam na realidade do Assentamento Modelo I (João Câmara–RN).	Flávio Rêgo Fernandes	UFPE	SERVIÇO SOCIAL
104.	2001	Dissertação O Projeto ético-político do MST: Contribuição para uma sociabilidade humanista ou reificada?	Marylucia Mesquita Palmeira	UFPE	SERVIÇO SOCIAL
105.	2001	Dissertação O processo de trabalho pedagógico no MST: contradições e superações no campo da cultura corporal.	Nair Casagrande	UFPE	SERVIÇO SOCIAL
106.	2001	Dissertação Trabalhadores Rurais Sem Terra: exclusão social a conquista da terra.	Jadson José Cardozo Araujo	UFBA	SOCIOLOGIA
107.	2001	Dissertação A cooperação como estratégia organizacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Paraná: o caso da cooperativa de produção e serviços de Pitanga.	Cimone Rozendo de Souza	UFPA	SOCIOLOGIA
108.	2001	Dissertação “Andando pra riba e pra baixo”: lembranças femininas das barracas ao assentamento de Acauã. João Pessoa – CE.	Mariana Moreira Neto	UFPB	SOCIOLOGIA
109.	2001	Dissertação Negócio de acampar pra pegar terra é pra cabra macho: a construção social do lugar de	Wilmar Roberto Gaião	UFPB	SOCIOLOGIA

		<p>militância política no MST: Uma discussão de gênero.</p>			
110.	2001	<p>Tese Assentamentos rurais, trajetórias dos trabalhadores assentados e culturas políticas: assentamento fazenda Zabele – Natal RJ.</p>	Severina Garcia de Araujo	UFRRJ	SOCIOLOGIA
111.	2001	<p>Dissertação A Música-Movimento: estratégias e significados da produção musical do MST.</p>	Marivone Piana	UFSC	SOCIOLOGIA
112.	2002	<p>Dissertação Sociedade, natureza e reforma agrária: assentamentos rurais e unidades de conservação na região do Pontal do Paranapanema.</p>	Luiz Carlos Beduschi Filho	USP	CIÊNCIA AMBIENTAL
113.	2002	<p>Dissertação Resistência e conquista da terra a partir de dt 26,5-11.</p>	Valdivino Souza Ribeiro	UCG	CIÊNCIA DA RELIGIÃO
114.	2002	<p>Dissertação Movimento Sem Terra (MST): um estudo sobre as ideias político-religiosas de alguns ativistas.</p>	Claudia Mogroveje	PUC/RJ	EDUCAÇÃO
115.	2002	<p>Dissertação A pedagogia da alternância na visão dos alunos de assentamentos: um estudo da pedagogia da alternância implantada em uma escola agrícola do estado de São Paulo.</p>	Rosemary Trabold Nicácio	PUC/SP	EDUCAÇÃO
116.	2002	<p>Dissertação Organização social e representação gráfica: crianças da escola itinerante do MST.</p>	Neucélia Meneghetti de Pieri	UFRGS	EDUCAÇÃO
117.	2002	<p>Dissertação Os sem terra e a educação: um estudo da tentativa de implantação da proposta pedagógica do MST em escolas de assentamentos no Estado de São Paulo.</p>	Sidiney Alves Costa	UFSCar	EDUCAÇÃO
118.	2002	<p>Dissertação Curso tecnico em administração de cooperativas do MST: a concepção de educação e a influencia no assentamento da Fazenda Reunidas de Promissão – SP.</p>	José Benedito Leandro	UNICAMP	EDUCAÇÃO
119.	2002	<p>Tese O senso comum pedagógico: práxis e resistência.</p>	Elli Benincá	UFRGS	EDUCAÇÃO
120.	2002	<p>Dissertação Trabalho, Coletividade, Conflitos e Sonhos: a formação</p>	Sandra Luciana Dalmagro	UFSC	EDUCAÇÃO

		humana no Assentamento Conquista na Fronteira.			
121.	2002	Tese Educação física, saúde coletiva e a luta do MST : reconstruindo relações a partir das violências.	Edgard Matiello Junior	UNICAMP	EDUCAÇÃO FÍSICA
122.	2002	Dissertação Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – região do Pontal do Paranapanema/SP.	Cristiane Barbosa Ramalho	UNESP	GEOGRAFIA
123.	2002	Tese Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro-oeste/PR enquanto território de resistência camponesa.	João Edmilson Fabrini	UNESP	GEOGRAFIA
124.	2002	Tese Da cruz à bandeira: a construção do imaginário do Movimento Sem Terra/RS, 1985-1999.	Leandro Sidinei Nunes Hoffmann	UFRGS	HISTÓRIA
125.	2002	Tese "Entre a exclusão e a utopia. Um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Sudoeste/Oeste do Paraná).	Davi Félix Schreiner	USP	HISTÓRIA
126.	2002	Dissertação Processos de mudança no MST: história de uma família cooperada.	Suzana Lopes Salgado Ribeiro	USP	HISTÓRIA
127.	2002	Dissertação Aliança e oposição: relações entre trabalhadores rurais e o MST.	Adriana Paula da Silva Eleutario	UFPE	SERVIÇO SOCIAL
128.	2002	Dissertação O MST e a educação: perspectiva de construção de uma nova hegemonia.	<u>Simone Maria de Souza</u>	UFPE	SERVIÇO SOCIAL
129.	2002	Dissertação A família em transformação: democratização das relações intrafamiliares de assentados.	Nilson Binda	UFRGS	SOCIOLOGIA
130.	2002	Tese A tessitura do "assentamento de reforma agrária": discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder.	David Jose Caume	UNICAMP	SOCIOLOGIA
131.	2002	Dissertação Agentes religiosos, motivação política – A influência da Igreja Católica na organização	Vitor Barletta Machado	USP	SOCIOLOGIA

		do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Assentamento II de Sumaré no Estado de São Paulo.			
132.	2003	Dissertação Impactos socioterritoriais dos Assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio – SP	Gleison Moreira Leal	UNESP	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E PLANEJAMENTO AMBIENTAL
133.	2003	Dissertação Organizações e a Lei de Ferro das Oligarquias : um estudo sobre os assentamentos rurais de reforma agrária.	Cleci Behling da Silveira	UFRGS	DESENVOLVIMENTO RURAL
134.	2003	Dissertação O educativo das relações de gênero no Assentamento Águas Claras: algumas considerações sobre tempo, trabalho e lazer.	Carla Patrícia Pintado Núñez	UFRGS	EDUCAÇÃO
135.	2003	Tese Criações coletivas da juventude no campo político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST.	Celecina de Maria Veras Sales	UFC	EDUCAÇÃO
136.	2003	Dissertação A mística, a luta e o trabalho na vida das crianças do Assentamento Conquista na Fronteira significações e produções infantis.	Deise Arenhart	UFSC	EDUCAÇÃO
137.	2003	Dissertação Alfabetização de jovens e adultos no MST na perspectiva das variedades linguísticas.	Giovana de Sousa Rodrigues	UFMG	EDUCAÇÃO
138.	2003	Tese A organização do trabalho pedagógico em uma escola do MST e a perspectiva de formação omnilateral.	Ilma Ferreira Machado	UNICAMP	EDUCAÇÃO
139.	2003	Tese Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil.	Luiz Bezerra Neto	UNICAMP	EDUCAÇÃO
140.	2003	Dissertação Formação de professores e demandas dos movimentos sociais: a Universidade necessária.	Marize Souza Carvalho	UFBA	EDUCAÇÃO
141.	2003	Dissertação Formação de professores e demandas dos movimentos sociais: a universidade necessária.	Marize Souza Carvalho	UFBA	EDUCAÇÃO
142.	2003	Dissertação Alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos e acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Baixada	Ramofly Bicalho dos Santos	UFF	EDUCAÇÃO

		Fluminense.			
143.	2003	Dissertação Concepções sobre Propriedade da Terra em Assentamentos Rurais.	Graziela Ranali Elias	UNICAMP	ENGENHARIA AGRÍCOLA
144.	2003	Dissertação O MST e um projeto popular para o Brasil.	Gilberto Corazza	UNISINOS	ESTUDOS DE HISTÓRIA LATINO-AMERICANA
145.	2003	Dissertação O cooperativismo como alternativa para os assentamentos rurais coletivos dos municípios de Querência do Norte e Paranacity/PR.	Gessilda da Silva Viana	UNESP	GEOGRAFIA
146.	2003	Dissertação Sobre o camponês do sertão: produção do espaço e identidade camponesa em assentamentos do município de Goiás – GO.	Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva	UNESP	GEOGRAFIA
147.	2003	Dissertação O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária.	Carlos Alberto Feliciano	USP	GEOGRAFIA
148.	2003	Tese As fissuras na construção do “novo homem” e da “nova mulher” - Relações de gênero e subjetividades no devir MST – 1979 – 2000.	Cristiani Bereta da Silva Luiz	UFSC	HISTÓRIA
149.	2003	Tese Práticas de letramento no meio rural brasileiro.	Samuel Pereira Campos	UNICAMP	LINGUÍSTICA
150.	2003	Dissertação Produção de subjetividade em trabalhadores rurais na condição de luta pela terra no Rio Grande do Norte.	Jáder Ferreira Leite	UFRN	PSICOLOGIA
151.	2003	Tese Utilização de agrotóxicos em áreas de reforma agrária no Estado do Paraná.	Paula Nishiyama	UNICAMP	SAÚDE COLETIVA
152.	2003	Dissertação Mulheres e homens do “terra a vista”: Estudo de caso das relações de gênero no MST.	Terezinha Abigail Gonçalves da Silva	UFBA	SOCIOLOGIA RURAL
153.	2003	Dissertação Forjar da terra o milagre do pão: o Assentamento Timboré - Andradina/SP.	Selma Ribeiro Araújo Micheletto	USP	GEOGRAFIA
154.	2004	Dissertação A busca do território: uma aproximação a diversidade do seu significado entre os sem-terra.	Nashieli Cecilia Rangel Loera	UNICAMP	ANTROPOLOGIA

155.	2004	Dissertação Sentidos deslegitimadores e legitimantes do MST no Jornal Nacional.	Manoel Moura dos Santos	UFPE	COMUNICAÇÃO
156.	2004	Dissertação Agricultura alternativa e sustentabilidade: o caso do assentamento novas vidas em Ocara, Ceará.	Cristiane Moreira da Silva	UFC	DESENVOLVIMENTO E AMBIENTE
157.	2004	Dissertação Mártires de abril: o MST semeando a utopia camponesa.	Marlene Naoyo Abe	UFPA	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
158.	2004	Dissertação O problema da exclusão social na periferia do capitalismo: o MST e o MTST como concretizadores de direitos humanos.	Maria José do Amaral	UFPE	DIREITO
159.	2004	Dissertação Um (re)trato pedagógico a partir do olhar de educadores/as de jovens e adultos do MST.	Lucia Helena Correa Lenzi	UFSC	EDUCAÇÃO
160.	2004	Dissertação Os filhos da luta pela terra: as crianças do MST - significados atribuídos pelas crianças moradoras de um acampamento rural ao fato de pertencerem a um movimento social.	Luciana Oliveira Correia	UFMG	EDUCAÇÃO
161.	2004	Dissertação Juventude e sexualidade no contexto escolar de assentamentos do movimento dos trabalhadores rurais sem terra.	Rosângela Steffen Vieira	UFSC	EDUCAÇÃO
162.	2004	Dissertação Fuxicando sobre a cultura do trabalho e do lúdico das meninas-jovens-mulheres de assentamentos do MST.	Natacha Eugênia Janata	UFSC	EDUCAÇÃO FÍSICA
163.	2004	Tese Assentamento de reforma agrária na região do Pontal do Paranapanema e seus impactos econômicos e sociais.	Andréa Eloísa Bueno Pimentel	UFSCar	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
164.	2004	Tese Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária: a sobrevivência de cooperativas do MST no contexto capitalista.	Márcia Regina Vazzoler	UFSCar	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
165.	2004	Dissertação O MST em Querência do Norte/PR: da luta pela terra à luta na terra.	Sergio Gonçalves	UEM	GEOGRAFIA
166.	2004	Tese A luta pela terra sob enfoque	Maria Franco	UNESP	GEOGRAFIA

		de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema.	Garcia		
167.	2004	Dissertação As formas organizacionais de produção dos camponeses assentados no município de Batayporã/MS.	Tânia Paula da Silva	UNESP	GEOGRAFIA
168.	2004	Dissertação Territorialização e espacialização do MST: Um estudo de caso da escola agrícola 25 de Maio – Fraiburgo/SC - O ensino de geografia em questão.	Heitor Antônio Paladim Júnior	USP	GEOGRAFIA
169.	2004	Dissertação Assentamento Padre Josimo Tavares: do sonho ao pesadelo de assentamento modelo	Ivaldo de Sousa Moreira	UFRRJ	SOCIOLOGIA
170.	2004	Tese De pobres da terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP.	Maria Celma Borges	UNESP	HISTÓRIA
171.	2004	Dissertação Estudos sobre a organização da produção em área de assentamento no sudeste do Pará.	Dión Marcio Carvaló Monteiro	UFPA	PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
172.	2004	Dissertação “Ainda precisamos avançar”: os sentidos produzidos por trabalhadoras/es rurais sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST) em Santa Catarina.	Giovana Ilka Jacinto Salvaro	UFSC	PSICOLOGIA
173.	2004	Dissertação Processos religiosos e articulação de formas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): um estudo sobre o assentamento Pedro e Inácio-Nazaré da Mata/Pernambuco.	Shirlene Marques Martins	UFPE	SERVIÇO SOCIAL
174.	2004	Dissertação Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo: as comunidades de resistência e superação no MST.	Adalberto Floriano Greco Martins	PUC/SP	SOCIOLOGIA
175.	2004	Dissertação Vivendo e aprendendo a lutar: lutas de massa e formação	Claudilene Pereira de Souza	PUC/SP	SOCIOLOGIA

		política no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST).			
176.	2004	Dissertação A maioria do MST e o futuro dos universitários sem-terra.	Emerson dos Santos Dias	UEL	SOCIOLOGIA
177.	2004	Tese O MST sob o signo de uma economia subjetiva: o assentamento José Lourenço.	Gema Galgani S. L. Esmeraldo	UFC	SOCIOLOGIA
178.	2004	Dissertação Crise setor sucroalcooleiro e suas consequências para a reforma agrária na Zona da Mata de Pernambuco: uma análise a partir da década de 90.	Gustavo Leal de Albuquerque	UFPE	SOCIOLOGIA
179.	2004	Dissertação A reivenção política do MST: Uma análise do programa de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ao Longo da sua história.	Fábio Júnior Lopes	UNESP	SOCIOLOGIA
180.	2005	Dissertação O caso do assentamento Dom Tomás Balduino, um estudo sobre a gestão do trabalho e das relações do trabalho no MST.	Claudia Mayu Konuma	USP	ADMINISTRAÇÃO
181.	2005	Dissertação A dinâmica econômica e o desenvolvimento social no assentamento Campanário em São Gabriel do Oeste no estado de Mato Grosso do Sul.	Ademir Carvalho Leite	UFMS	AGRONEGÓCIOS
182.	2005	Dissertação Narrativa histórica, etnografia e reforma agrária em um assentamento rural.	Diego Soares da Silveira	UFRGS	ANTROPOLOGIA
183.	2005	Tese Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural.	Elisa Guaraná de Castro	UFRJ	ANTROPOLOGIA
184.	2005	Dissertação O protesto como mídia na mídia e para a mídia: a visibilidade da reivindicação.	Denise Cristine Paiero	PUC/SP	COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA
185.	2005	Dissertação A magistratura fluminense: seu olhar sobre as ocupações do MST.	Mariana Trotta Dallalana Quintans	PUC/RJ	DIREITO
186.	2005	Dissertação O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e a importância da escolarização na opinião de assentados rurais do Estado de	Antônia Fernanda da Silva Santos	PUC/SP	EDUCAÇÃO

		Sergipe.			
187.	2005	Tese Educação e sustentabilidade: Assentamento Maria da Paz - João Câmara/RN.	Hiramisis Paiva de Paula	UFRN	EDUCAÇÃO
188.	2005	Dissertação A consciência política dos cooperados do MST: o caso da COOPAC - Campo Verde - MT.	Jair Reck	UNICAMP	EDUCAÇÃO
189.	2005	Dissertação Projeto histórico socialista e a escola do MST: Possibilidade-Realidade frente ao Projeto Histórico Capitalista.	Lauro Pires Xavier Neto	UFPB	EDUCAÇÃO
190.	2005	Dissertação Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária : o caso do curso "Pedagogia da Terra" da Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres/MT.	Marilda de Oliveira Costa	UFRGS	EDUCAÇÃO
191.	2005	Tese A Dialética do Trabalho no MST: a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes.	Roberta Maria Lobo da Silva	UFF	EDUCAÇÃO
192.	2005	Tese A importância da diversidade entre os iguais: um estudo de caso da assistência técnica e extensão rural em um assentamento no Pontal do Paranapanema - SP.	Leonardo de Barros Pinto	UNICAMP	ENGENHARIA AGRÍCOLA
193.	2005	Dissertação Lógicas de cooperação dos assentados: idealizações e realizações.	Marcos Augusto Paladini dos Santos	UNICAMP	ENGENHARIA AGRÍCOLA
194.	2005	Dissertação A Cultura dos camponeses sem terra e a organização do território dos assentamentos.	Senira Beledelli	UFRGS	GEOGRAFIA
195.	2005	Dissertação Uma leitura geográfica da reforma agrária potiguar.	Maria José Costa	UFRN	GEOGRAFIA
196.	2005	Dissertação A condição do espaço MST no movimento da sociedade burguesa.	Marcelos João Alves	UFSC	GEOGRAFIA
197.	2005	Dissertação Territorialidade da "posse" na luta pela reforma agrária: os Acampamentos do MST em Iaras.	Monica Hashimoto Iha	UNICAMP	GEOGRAFIA
198.	2005	Tese Excluídos: ex-moradores de rua como camponeses num	Marcelo Gomes Justo	USP	GEOGRAFIA

		assentamento do MST.			
199.	2005	Dissertação Processos produtivos identitários: o caso de um assentamento rural do Estado de São Paulo	Mônica Maria Barbosa Leiva de Luca	UNICAMP	EDUCAÇÃO
200.	2005	Dissertação "Prá soletrar a Liberdade": as propostas educacionais do movimento Zapatista no México e dos Sem-terras no Brasil na década de 90.	Clécio Ferreira Mendes	PUC/SP	HISTÓRIA
201.	2005	Tese A dispersão do sujeito em lugares discursivos marcados.	Elizabeth Fontoura Dorneles	UFRGS	LINGUÍSTICA
202.	2005	Tese Era uma vez...Algumas histórias: as versões sobre o MST do Pontal do Paranapanema em dois jornais diários.	Alexandre Bonetti Lima	PUC/SP	PSICOLOGIA
203.	2005	Dissertação Tornando-se um Assentado Rural do MST: uma análise psicossocial das idas e vindas do homem do campo.	Maria Augusta Costa dos Santos	PUC/SP	PSICOLOGIA
204.	2005	Dissertação A mística no cotidiano do MST: a interface entre religiosidade popular e política.	Nadir Lara Junior	PUC/SP	PSICOLOGIA
205.	2005	Tese Caminhos em construção: encontro entre população em situação de rua e o MST-SP - 1999/2003.	Marcia Aparecida Accorsi Pereira	PUC/SP	SERVIÇO SOCIAL
206.	2005	Dissertação As lutas pelas terras do senhor: A comissão pastoral da terra (CPT) no Estado de São Paulo (1990-2000).	Antonio Alves de Almeida	PUC/SP	SOCIOLOGIA
207.	2005	Dissertação Em busca das terras de Promissão- a difícil construção de sujeitos sociais e políticos no assentamento de sem-terra de Promissão-SP.	Maria de Fatima Silva Barbosa	PUC/SP	SOCIOLOGIA
208.	2005	Tese Entre enigmas, rupturas e identidades: Um estudo do processo de ressocialização nos assentamentos rurais, resultantes de ocupação, mediados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais / Central Única dos Trabalhadores -	Maria Marize Duarte	PUC/SP	SOCIOLOGIA

		CUT (Castanhal - PA / Sumaré - SP).			
209.	2005	Dissertação A identidade ecológica do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST : o caso do assentamento Dorcelina Folador - Arapongas – Paraná.	Paulo Sergio Negri	UEL	SOCIOLOGIA
210.	2005	Dissertação Lutadoras do povo: as condições de inserção e trabalho político de lideranças femininas no MST.	Maria Aparecida dos Santos	UFC	SOCIOLOGIA
211.	2005	Dissertação A mística de tornar-se jovem no MST - a experiência do I Curso de Realidade Brasileira para jovens do meio rural /1999.	Carmen Verônica dos Santos Castro	UFRRJ	SOCIOLOGIA
212.	2005	Dissertação Devo não nego, pago quando puder: entendendo a inadimplência no assentamento Rural Casa Altas, Seropédica/RJ.	Cloviomar Cararine Pereira	UFRRJ	SOCIOLOGIA
213.	2005	Dissertação Liderança religiosa e liderança política em um assentamento rural	Salomé Lima Ferreira	UFRRJ	SOCIOLOGIA
214.	2005	Tese A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal.	Claudinei Coletti	UNICAMP	SOCIOLOGIA
215.	2005	Tese Vamos acampar: a luta terra e a busca pelo assentamento de novas relações de gênero no MST do Pontal do Paranapanema.	Renata Cristina Gonçalves	UNICAMP	SOCIOLOGIA
216.	2006	Dissertação Rumos, Trechos e Borocas: trajetórias e identidades camponesas de assentados rurais no sudeste do Pará.	Fabiano de Oliveira Bringel	UFPA	AGRICULTURAS AMAZÔNICAS
217.	2006	Dissertação A experiência sem terra: uma abordagem antropológica sobre a vida no acampamento.	Graziele Cristina Dainese de Lima	UFRGS	ANTROPOLOGIA
218.	2006	Dissertação O governo de Luiz Inácio Lula da Silva e o MST em O Estado de S. Paulo em 2003: estudo de elementos da ação política do jornal.	Uilson Roberto Bezerra de Paiva	USP	CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO
219.	2006	Dissertação Ação pastoral da igreja católica apostólica romana face ao	Nilda de Assis	METHODISTA	CIÊNCIA DA RELIGIÃO

		direito à inserção social de pessoas em situação de rua.	Candido		
220.	2006	Dissertação Ocupando manchetes: como o MST agenda a mídia? : estudo sobre as estratégias de agendamento do Movimento dos Sem Terra no abril vermelho.	Isabela Junqueira Vargas	UnB	COMUNICAÇÃO
221.	2006	Dissertação Assentamentos rurais: agregação de valor e comercialização - o caso do assentamento Santa Maria - Paranacity – PR.	Iracema Ferreira de Moura	UNICAMP	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ESPAÇO E AMBIENTE
222.	2006	Dissertação Evasão e rotatividade em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul.	Paulo Freire Mello	UFRGS	DESENVOLVIMENTO RURAL
223.	2006	Tese As "vítimas" de Rosa do Prado: Um estudo do direito penal sobre o MST no extremo sul da Bahia.	Marília Lomanto Veloso	PUC/SP	DIREITO
224.	2006	Tese Coerência e aderência da economia solidária: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul.	Fabiano Mourão Vieira	USP	ECONOMIA
225.	2006	Tese Quando "trabalho" é "ensinação pra rude" e estudo é bom "pro caba" conseguir emprego melhor: falas, representações e vivências da educação escolar na reforma agrária.	Alessandro Augusto de Azevêdo	UFC	EDUCAÇÃO
226.	2006	Dissertação Trabalho e educação do campo: a evasão da juventude nos assentamentos de reforma agrária - o caso do assentamento José Dias.	Fabiano Antonio dos Santos	UFPR	EDUCAÇÃO
227.	2006	Dissertação A formação do professor em diferentes espaços socializadores: um olhar sobre os alunos do curso Pedagogia da Terra da UFRN.	Gilberto Ferreira Costa	UFRN	EDUCAÇÃO
228.	2006	Tese Escolas dos acampamentos/assentamentos do MST: uma pedagogia para a revolução.	Leila Floresta	UNICAMP	EDUCAÇÃO
229.	2006	Tese Sociabilidade no Assentamento Rural de Santana - CE: terra e trabalho na construção do ser social.	Liana Brito de Castro Araújo	UFC	EDUCAÇÃO

230.	2006	Dissertação Educação escolar no MST: intencionalidades pedagógicas e políticas.	Lindalva Maria Novais Garske	UFG	EDUCAÇÃO
231.	2006	Dissertação A formação política das educadoras e educadores do MST.	Lucicléia Teixeira Lins	UFPB	EDUCAÇÃO
232.	2006	Dissertação Esperança e persistência: os significados da docência em um assentamento Belo Vista, do MST.	Maria Jucilene Lima Ferreira	PUC/MG	EDUCAÇÃO
233.	2006	Tese Educação Ambiental nos Assentamentos Rurais do MST.	Maria Neuma Clemente Galvão	UFPB	EDUCAÇÃO
234.	2006	Dissertação Organização do trabalho pedagógico na formação de professores do MST: realidade e possibilidades.	<u>Mauro Titton</u>	UFBA	EDUCAÇÃO
235.	2006	Dissertação Formação para o trabalho no contexto do MST	Naira Estela Roesler Mohr	UFSC	EDUCAÇÃO
236.	2006	Dissertação O projeto pedagógico do MST: a intenção e o gesto.	Rosana Mara Chaves Rodrigues	UNEB	EDUCAÇÃO
237.	2006	Tese Educação do campo: PRONERA, uma política pública em construção.	Sandra Maria Gadelha de Carvalho	UFC	EDUCAÇÃO
238.	2006	Dissertação Educação do campo: demanda dos trabalhadores	<u>Vania Cristina Pauluk de Jesus</u>	UEPG	EDUCAÇÃO
239.	2006	Tese Acampar, assentar e organizar: relações sociais constitutivas de capital social em assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema.	Vanilde Ferreira de Souza	UNICAMP	ENGENHARIA AGRÍCOLA
240.	2006	Dissertação Autoconsumo e segurança alimentar em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema.	Luiz Antonio Dombek	UNICAMP	ENGENHARIA AGRÍCOLA
241.	2006	Dissertação Organização e processos de trabalho em uma cooperativa do MST: debate teórico no contexto da empresa capitalista e da economia solidária.	Maico Roris Severino	UFSCar	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
242.	2006	Dissertação Análise da gestão de cooperativas rurais tradicionais	Caio Luis Chiariello	UFSCar	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

		e populares : estudo de casos na Cocamar e Copavi.			
243.	2006	Dissertação Assentamentos rurais e licenciamento ambiental em Minas Gerais.	Cândice Lisbôa Brandão	UFV	EXTENSÃO RURAL
244.	2006	Dissertação Os impactos da territorialização dos assentamentos rurais em Candiota – RS.	Flamarion Dutra Alves	UFSM	EXTENSÃO RURAL
245.	2006	Dissertação Cooperativismo e assentamento rural na percepção do uso coletivo e individual da terra mediante metodologia q: o caso de charqueadas.	Maurício Santalucia	UFSM	EXTENSÃO RURAL
246.	2006	Dissertação Dinâmicas espaciais e resultados socioambientais em assentamentos de reforma agrária: a espacialização no assentamento Estivas em Amaraji – PE.	Eliana Maria Vieir Alves Linhares	UFPE	GEOGRAFIA
247.	2006	Dissertação MST e desenvolvimento local : uma experiência do assentamento Conquista na Fronteira / SC	Marcos Fiorentin	UFRGS	GEOGRAFIA
248.	2006	Dissertação Uma leitura geográfica da reforma agrária potiguar.	Maria José Costa	UFRN	GEOGRAFIA
249.	2006	Dissertação Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema - SP: dissidências e dinâmica Territorial	Edvaldo Carlos de Lima	UNESP	GEOGRAFIA
250.	2006	Dissertação A organização interna e as relações externas dos assentamentos rurais no município de Presidente Bernardes-SP.	Wagner Miralha	UNESP	GEOGRAFIA
251.	2006	Dissertação Assentamento Emiliano Zapata: trajetória de lutas de trabalhadores na construção do MST em Uberlândia e Triângulo Mineiro (1990-2005).	<u>Leandra</u> <u>Domingues</u> <u>Silvério</u>	PUC/SP	HISTÓRIA
252.	2006	Dissertação Muitas mulheres, um mesmo movimento: história e participação política das mulheres do MST na Bahia 1987/2001.	Hélida Santos Conceição	UFBA	HISTÓRIA

253.	2006	Dissertação Identidade e imaginário: a discursividade no MST.	Nilo Honório do Canto	UNIOESTE	LETRAS
254.	2006	Dissertação Eu não vi, eles me contaram. Uma experiência de transmissão e recepção oral no cotidiano dos sem-terra.	Isabela Freitas de Oliveira	UFRN	LITERATURA
255.	2006	Dissertação Territorialização do campesinato no sudeste do Pará.	Rogério Henrique Almeida	UFPA	PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
256.	2006	Dissertação De coisa de pequeno burguês para um debate relevante: a trajetória ambiental do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) 1984-2004.	<u>Marcilei</u> <u>Andrea</u> <u>Pezenatto</u> <u>Vignatti</u>	UCB	PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL
257.	2006	Dissertação A violência institucional como método para lidar com a miséria social: a trajetória dos/as sem terra do assentamento Dom Hélder Câmara/PR, no difícil percurso de luta até chegar “em cima do lote”.	Adriana Rodrigues	UFSC	PSICOLOGIA
258.	2006	Dissertação Mídia e movimentos sociais: a satanização do MST na Folha de São Paulo.	Ayoub Hanna Ayoub	UEL	SOCIOLOGIA
259.	2006	Dissertação Cultivando identidades: a semente crioula e a invenção do camponês na Campanha das Sementes do MST.	Cecília Moreyra de Figueiredo	UERJ	SOCIOLOGIA
260.	2006	Dissertação Mediação e Conflitos em Espiral: Encontros e Desencontros do Estado e dos Movimentos Sociais no Pontal do Paranapanema.	Tania Marcia Oliveira de Andrade	UFC	SOCIOLOGIA
261.	2006	Tese O protagonismo dos grupos subalternos do campo: entre a resistência e a subordinação.	Maria Auxiliadora Leite Botelho	UNICAMP	SOCIOLOGIA
262.	2007	Dissertação Mudanças de Beneficiários e formas de reocupação de lotes no Assentamento Capelinha, Conceição de Macabu, RJ.	Duvanil Ney Aleixo	UFRRJ	SOCIOLOGIA
263.	2007	Dissertação Entre a contestação e a superação: a produção camponesa no assentamento rural Tiradentes em Mari.	Jackson Vital Souto	UFPB	ADMINISTRAÇÃO

264.	2007	Dissertação Mario Lago encontra Terra sem males: a produção do outro em acampamentos sem-terra.	Camila Sobral Barra	UNICAMP	ANTROPOLOGIA
265.	2007	Dissertação Uma visão ambiental da gênese dos assentamentos rurais no Estado de São Paulo: de Sumaré ao Pontal do Paranapanema.	Lígia Teresa Paludetto Silva	USP	ARQUITETURA E URBANISMO
266.	2007	Dissertação Religião e MST: estudo dos batistas da congregação monte Sião no assentamento Antonio conselheiro ii na região do pontal do Paranapanema.	José Américo Diniz Júnior	METODISTA	CIÊNCIA DA RELIGIÃO
267.	2007	Dissertação A evolução organizacional do MST.	João Alexandre Peschanski	USP	CIÊNCIA POLÍTICA
268.	2007	Dissertação A construção do sujeito no MST: assentamento eldorado dos Carajás.	Suzana Maria Pozzer da Silveira	UFSC	CIÊNCIA POLÍTICA
269.	2007	Dissertação A luta na terra em busca da emancipação: Histórias orais de vida de agentes do MST do Assentamento Dorcelina Folador no município de Arapongas, estado do Paraná.	Benedito Cândido da Silva	UEPG	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
270.	2007	Dissertação A trajetória do assentamento reunidas: o que mudou?	Selma Aparecida dos Santos	UNICAMP	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
271.	2007	Dissertação Educação e desenvolvimento: a contribuição do MST na construção do conceito de educação do campo.	Teresinha de Fátima Perin	UNIFACS	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO
272.	2007	Dissertação Escola itinerante: uma experiência de educação do campo no MST.	Adelmo Iurczaki	UTP	EDUCAÇÃO
273.	2007	Dissertação Escola, família e movimento social: um estudo sobre a relação família-escola em um assentamento do MST em Minas Gerais.	Alessandra Rios de Faria	UFMG	EDUCAÇÃO
274.	2007	Dissertação O curso prolongado do movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra no Ceará e o processo de formação política da juventude.	Clédia Inês Matos Veras	UFPB	EDUCAÇÃO
275.	2007	Tese Fundamentos psicossociais da formação de educadores do	Eliete Ávila Wolff	UFRGS	EDUCAÇÃO

		campo.			
276.	2007	Dissertação A formação contínua do educador sem terra em um assentamento: alcances, limites e perspectivas	Fátima Maria dos Santos	UNISANTOS	EDUCAÇÃO
277.	2007	Dissertação A Educação do campo nos espaços das lutas políticas dos movimentos sociais: análise e contribuição da formação dos (as) educadores (as) do MST no Maranhão via o PRONERA.	Helianane Oliveira Rocha	UFMA	EDUCAÇÃO
278.	2007	Dissertação Professores (as) sem-terra: um estudo sobre práticas educativas do MST.	Josimara Pezzin	UFES	EDUCAÇÃO
279.	2007	Dissertação Caminhos pela liberdade do conhecimento: Software Livre no Assentamento Moacir Wanderley - Quissamã (SE).	Josivan dos Santos Moura	UFS	EDUCAÇÃO
280.	2007	Dissertação Os princípios organizativos e a proposta pedagógica do MST : contradições de sua materialização na Escola Estadual Iraci Salete Strozak.	Katia Aparecida Seganfredo Cericato	UEL	EDUCAÇÃO
281.	2007	Dissertação O MST e a proposta de formação humana da Escola Nacional Florestan Fernandes para a classe trabalhadora: uma síntese histórica.	Marcelo Princeswal	UERJ	EDUCAÇÃO
282.	2007	Dissertação As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto do MST.	Maria Nalva Rodrigues de Araujo	UFBA	EDUCAÇÃO
283.	2007	Tese Memória e historia na formação da identidade sem terra no assentamento Conquista na Fronteira.	Marizete Lucini	UNICAMP	EDUCAÇÃO
284.	2007	Tese A pedagogia socialista e a formação do educador do campo no século XXI: as contribuições da Pedagogia da Terra	Nair Casagrande	UFRGS	EDUCAÇÃO
285.	2007	Dissertação Televisão e juventude sem terra: mediações e modos de subjetivação	Sara Alves Feitosa	UFRGS	EDUCAÇÃO
286.	2007	Dissertação	Arnaldo José	UFV	EXTENSÃO

		História, identidade e memória no assentamento Aruega- MG	Zangelmi		RURAL
287.	2007	Dissertação História, identidade e memória no assentamento Aruega- MG.	Arnaldo José Zangelmi	UFV	EXTENSÃO RURAL
288.	2007	Dissertação A utilização de plantas medicinais no assentamento Ho Chi Minh (MG), do MST: pesquisa-ação.	Ana Cimberlis Alkmim	UFMG	FARMÁCIA
289.	2007	Dissertação Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – SP: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?	Eliane de Jesus Teixeira Mazzini	UNESP	GEOGRAFIA
290.	2007	Dissertação Reforma agrária de mercado e territorialização: um estudo a partir do Programa Cédula da Terra em Canindé-CE.	Francisca Maria Teixeira Vasconcelos	UFRN	GEOGRAFIA
291.	2007	Tese O processo de transformação do território no noroeste do Paraná e a construção das novas territorialidades camponesas.	Adélia Aparecida de Souza Haracenko	USP	GEOGRAFIA
292.	2007	Dissertação Uma leitura dos conflitos na produção do assentamento rural da fazenda Jupira no município de Porto Feliz.	Amauri Tadeu Barbosa Nogueira	USP	GEOGRAFIA
293.	2007	Tese Uso agrícola do território e pedagogia do Movimento Sem Terra (MST) - uma geografia do presente.	Maria do Fetal Carvalho Ferreira de Almeida	USP	GEOGRAFIA
294.	2007	Dissertação A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios.	Yamila Goldfarb	USP	GEOGRAFIA
295.	2007	Dissertação Na luta por um pedaço de chão: experiência e cotidiano nos acampamentos de sem terra do sul de Mato Grosso do Sul.	Edna de Falchi	UFGD	HISTÓRIA
296.	2007	Tese Terra ocupada: identidades reconstruídas, 1984-2004	Luis Antonio Pasquetti	UnB	HISTÓRIA
297.	2007	Tese A mística da resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos.	Sebastiao Leal Ferreira Vargas Netto	USP	HISTÓRIA
298.	2007	Tese	Suzana	USP	HISTÓRIA

		Tramas e tramas: identidades em marcha.	Lopes Salgado Ribeiro		
299.	2007	Dissertação As condições de produção dos discursos de identidade: um estudo sobre os jovens militantes do MST.	Ana Maria de Fátima Leme Tarini	UNIOESTE	LETRAS
300.	2007	Tese MST: discurso de reforma agrária pela ocupação: acontecimento discursivo.	Marlon Leal Rodrigues	UNICAMP	LINGÜÍSTICA
301.	2007	Tese Manifestações dos modos de viver caboclo: uma cartografia coletiva num assentamento de reforma agrária.	Cristine Jaques Ribeiro	PUC/RS	SERVIÇO SOCIAL
302.	2007	Dissertação A transição do MST para a agroecologia	Juliano Luis Borges	UEL	SOCIOLOGIA
303.	2007	Dissertação Lógicas socioculturais e estratégias produtivas no Assentamento Menina dos Olhos dos Sem-Terra.	Marcos Botton Piccin	UFRRJ	SOCIOLOGIA
304.	2007	Dissertação O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais.	Nilsa Luzzi	UFRRJ	SOCIOLOGIA
305.	2007	Dissertação Dos sonhos de uma casa a casa dos sonhos: moradia e qualidade de vida na comunidade Terra Livre.	Thiago Lopes Ferreira	UFRRJ	SOCIOLOGIA
306.	2007	Dissertação Assentamento é mais um "projeto": a assistência técnica nos assentamentos rurais.	Vania Costa Pimentel	UFRRJ	SOCIOLOGIA
307.	2007	Tese A construção da rede sócio-técnica de educação de assentados da reforma agrária: o PRONERA.	Helana Célia de Abreu Freitas	UFSC	SOCIOLOGIA
308.	2007	Tese Práticas organizativas do MST e relações de poder em acampamentos/assentamentos do estado de São Paulo.	Luciana Henrique da Silva	UFSCar	SOCIOLOGIA
309.	2007	Tese A saúde no Campo: das políticas oficiais à experiência do MST e de famílias "bóias frias" em Unai, Minas Gerais – 2005.	Fernando Ferreira Carneiro	UFMG	VETERINÁRIA
310.	2008	Dissertação Os sentidos do trabalho para os cooperados na experiência	Rose Elke Debiazi	UFSC	AGROECOSSISTEMAS

		autogestionária da Cooperunião (Dionísio Cerqueira, SC)			
311.	2008	Dissertação Intercâmbio cultural cidade- campo: uma experiência de ensino da arte em um assentamento do Movimento dos Sem-Terra e uma escola pública da cidade de São Paulo.	Edna Lucia Martins Dantas	USP	ARTES VISUAIS
312.	2008	Tese Tensões entre fonte e campo jornalístico: um estudo sobre o agendamento mediático do MST.	Paula Reis Melo	UNISINOS	CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO
313.	2008	Dissertação Religião e Movimento Social: as representações religiosas dos pentecostais do Assentamento Herbert de Souza, Moreno, Pernambuco.	Fábio Alves Ferreira	METODISTA	CIÊNCIA DA RELIGIÃO
314.	2008	Dissertação A forma política do MST.	Luciana Aparecida Aliaga Azara de Oliveira	UNICAMP	CIÊNCIA POLÍTICA
315.	2008	Dissertação Análise dos processos de diversificação produtiva, social e organizacional no Assentamento Trinta de Maio, Charqueadas-RS.	Igor Teixeira	UFRGS	DESENVOLVIM ENTO RURAL
316.	2008	Tese A delimitação de formas de juridicidade no pluralismo jurídico: a construção de um modelo para a análise dos conflitos entre e o direito afirmado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a juridicidade estatal no Brasil.	Renata Ovenhausen Albernaz	UFSC	DIREITO
317.	2008	Dissertação Qualidade da educação: subsídios para a promoção de políticas públicas.	Adriano Vieira	UNICAMP	EDUCAÇÃO
318.	2008	Dissertação Educação, trabalho e emancipação humana: um estudo sobre as escolas itinerantes dos acampamentos do MST.	Caroline Bahniuk	UFSC	EDUCAÇÃO
319.	2008	Dissertação Movimentos sociais e educação: o MST e a construção de uma nova pedagogia.	Flávia de Fatima Brito	UFU	EDUCAÇÃO

320.	2008	Dissertação A escola de alternância no MST paranaense: experiência educativa de resistência e cooperação.	Ignês Amorim Figueiredo	UEPG	EDUCAÇÃO
321.	2008	Tese Meio Ambiente e Educação Ambiental no MST: Representações Sociais no Assentamento 10 de Abril no Município do Crato-CE.	João Cesar Abreu de Oliveira	UFC	EDUCAÇÃO
322.	2008	Dissertação Os princípios organizativos e a proposta pedagógica do MST: contradições de sua materialização na Escola Estadual Iraci Salete Strozak.	Katia Aparecida Seganfredo Cericato	UEL	EDUCAÇÃO
323.	2008	Dissertação Gerações no movimento do movimento: um estudo do envelhecimento no MST.	Katiane Machado da Silva	UFRGS	EDUCAÇÃO
324.	2008	Dissertação Luta pela terra, luta pela palavra: história de vida e formação de duas educadoras populares do campo.	Kelly Pereira de Souza	UFRN	EDUCAÇÃO
325.	2008	Dissertação Práticas de leitura de homens e mulheres do campo: um estudo exploratório no assentamento Paulo Freire – Bahia.	Luzeni Ferraz de Oliveira Carvalho	UFMG	EDUCAÇÃO
326.	2008	Tese Formação moral das crianças: construção de regras fundamentais aos valores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).	Nilvânia dos Santos Silva	UFRN	EDUCAÇÃO
327.	2008	Dissertação Contribuições teóricas para formação de professores do campo.	Paulo José Riela Tranzilo	UFBA	EDUCAÇÃO
328.	2008	Dissertação Escola itinerante do MST: o movimento da escola na educação do campo.	Raquel Inês Puhl	UFSC	EDUCAÇÃO
329.	2008	Tese Práxis política no MST: produção de saberes e de sabedoria.	Rita de Cássia Curvelo da Silva	UFPB	EDUCAÇÃO
330.	2008	Tese Dilemas e perspectivas da educação em assentamento rural - Sumaré – SP.	Vitor Machado	UNICAMP	EDUCAÇÃO
331.	2008	Tese Produção e comercialização em assentamentos de reforma agrária do MST: pesquisa	Cristiane Betanho	UFSCar	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

		participativa e pesquisa ação em Pernambuco e no Rio Grande do Sul.			
332.	2008	Dissertação Tem dia que a gente é Sem-Terra, tem dia que não dá: as diferentes visões sociais de mundo no interior do espaço escolar de um assentamento rural.	Nátalia Rigueira Fernandes	UFV	EXTENSÃO RURAL
333.	2008	Tese Vida e luta camponesa no território: casos onde o campesinato luta, marcha e transforma o território capitalista.	Crispim Moreira	UFMG	GEOGRAFIA
334.	2008	Dissertação Contradições da produção do espaço dos assentamentos: a conquista do PDA pelo MST; um estudo de caso da Comunidade de Resistência Roseli Nunes - Pequim/MG.	Roberta Vieira Raggi	UFMG	GEOGRAFIA
335.	2008	Tese Movimentos sociais: na trama subliminar do ocultamento dos conflitos de classe.	Marleide Maria Santos	UFS	GEOGRAFIA
336.	2008	Tese Universidade e singularidades do espaço transitório: um estudo a partir de quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais sem terra/MST no Maranhão (1990 - 2000).	João Claudino Tavares	UFSC	GEOGRAFIA
337.	2008	Dissertação A luta pela terra no norte de Minas e o processo de territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra - MST: o estudo da Brigada Camilo Torres.	Antonio Maurílio Alencar Feitosa	UFU	GEOGRAFIA
338.	2008	Tese Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no estado do Paraná.	Sérgio Gonçalves	UNESP	GEOGRAFIA
339.	2008	Dissertação Agricultura camponesa no território do agronegócio: um estudo sobre os sem terra de Serra Azul e Ribeirão Preto (SP).	Elisa Pinheiro de Freitas	USP	GEOGRAFIA
340.	2008	Dissertação A inserção da agricultura familiar no programa nacional de produção e uso do biodiesel e as demandas socioambientais das suas representações.	Vilmar Locatelli	UCB	GESTÃO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL

341.	2008	Dissertação O MST e a questão ambiental: uma cultura política em movimento.	Marcelo Hansen Schlachta	UNIOESTE	HISTÓRIA
342.	2008	Tese A contribuição da igreja católica para a formação do neozapatismo e do movimento dos trabalhadores rurais sem terra.	Émerson Neves da Silva	UNISINOS	HISTÓRIA
343.	2008	Tese Encontros e desencontros: a ação político-pedagógica entre educadores e famílias no assentamento Pirituba II - Sudoeste Paulista (1984-2006).	Edvaneide Barbosa da Silva	USP	HISTÓRIA
344.	2008	Dissertação Tendo a cruz como bandeira: Movimentos religiosos contra-hegemônicos na América Latina inspirando as histórias da formação e a prática de agentes religiosos em movimentos populares no rio grande do sul (1970-1980).	Cléo Adriano Sabadi Bonotto	UFMS	INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA
345.	2008	Tese (Des)legitimação: ações discursivo - cognitivas para o processo de categorização social.	Karina Falcone de Azevedo	UFPE	LETRAS
346.	2008	Dissertação A revista Veja e a invenção do 'MST terrorista': um estudo sobre a cultura da opressão no Brasil pós 11 de setembro.	Najla M. N. Passos	UFMT	LINGUÍSTICA
347.	2008	Dissertação Segurança alimentar e nutricional de crianças menores de dois anos de famílias de trabalhadores rurais sem terra.	Regina Maria Ferreira Lang	UNIFESP	NUTRIÇÃO
348.	2008	Dissertação Política Educacional e Educação do Campo: um estudo de caso no assentamento de reforma agrária – Glória – município de Pedras Altas/RS Rosa.	Elane Antória Lucas Pelotas	UCEPEL	POLÍTICA SOCIAL
349.	2008	Dissertação Cooperação agrícola na organização política do MST: um estudo sobre as experiências desenvolvidas no Maranhão.	Michelly Ferreira Monteiro Elias	UFMA	POLÍTICAS PÚBLICAS
350.	2008	Dissertação Trabalho, educação e emancipação humana: o	Jacqueline Aline Botelho Lima	UERJ	POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO

		movimento sem-terra e os horizontes para o ensino médio do campo			HUMANA
351.	2008	Tese A militância em movimento: amizade e maquinação de modos de existência no MST.	Jáder Ferreira Leite	UFRN	PSICOLOGIA
352.	2008	Dissertação Política Educacional e Educação do Campo: um estudo de caso no assentamento de reforma agrária Glória município de Pedras Altas/RS.	Rosa Elane Antória Lucas	UCEPEL	SERVIÇO SOCIAL
353.	2008	Dissertação A concepção de socialismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra MST.	Elaine Nunes Silva Fernandes	UFAL	SERVIÇO SOCIAL
354.	2008	Dissertação Revolução social e MST : limites e aproximações	Altair Ferrz Neto	UEL	SOCIOLOGIA
355.	2008	Dissertação Sistema penal brasileiro, MST e a reprodução da dominação de classes no campo.	Avanilson Alves Araújo	UEL	SOCIOLOGIA
356.	2008	Dissertação Mídia e movimentos sociais: a representação do MST na revista ISTOÉ.	Eduardo Raymundo de Lima Gonçalves	UFBA	SOCIOLOGIA
357.	2008	Tese Dilemas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na relação com o Estado e a sociedade: entre a autonomia e a institucionalização - o caso de Sergipe.	Gismário Ferreira Nobre	UFBA	SOCIOLOGIA
358.	2008	Tese Trajetória de militantes sulistas: tradição e modernidade do MST.	Debora Franco Lerrer	UFRRJ	SOCIOLOGIA
359.	2008	Tese Assentamentos rurais: o campo das sociabilidades em transformação. O caso dos assentados do Nova Pontal.	Patrícia Alves Ramiro	UFSCar	SOCIOLOGIA
360.	2008	Tese Movimento dos Trabalhadores Sem Terra: observações sobre a reforma intelectual e moral Gramsciana	Socorro Ramos Militão	UNESP	SOCIOLOGIA
361.	2008	Dissertação Percepção ambiental e construção do conhecimento de solos em assentamento de reforma agrária	Danile Mancio	UFV	SOLOS
362.	2009	Dissertação Do fumo às plantas medicinais,	Fernanda Savicki de	UFSC	AGRONOMIA

		aromáticas e condimentares: possibilidades e desafios de uma reconversão produtiva de base agroecológica em assentamento de reforma agrária.	Almeida		
363.	2009	Dissertação O MST em documentários e no Jornal Nacional.	Caio Pompeia Ribeiro Neto	USP	ANTROPOLOGIA
364.	2009	Dissertação A criança e o arquiteto: quem aprende com quem?	Andréa Zemp Santana do Nascimento	USP	ARQUITETURA E URBANISMO
365.	2009	Dissertação A assistência técnica nos habitats do MST e o papel do arquiteto e urbanista.	Maria Cândida Teixeira de Cerqueira	UFRN	ARQUITETURA E URBANISMO
366.	2009	Dissertação Protesto social no Brasil e na Argentina: um estudo dos repertórios de ação entre 2000 e 2005.	Camila Penna de Castro	UnB	CIÊNCIA POLÍTICA
367.	2009	Dissertação A nossa escola, ela vem do coração: política pública de educação do campo nas histórias de vida dos educadores e educadoras da escola itinerante caminhos do saber (Ortigueira, PR).	Alexandra Filipak	UEPG	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
368.	2009	Dissertação A aposta na esperança: identidades culturais e sociais nas revistas Sem Terra e Chiapas.	Lilian Crepaldi de Oliveira	USP	COMUNICAÇÃO
369.	2009	Dissertação Ciberativismo e MST: o debate sobre a reforma agrária na nova esfera pública interconectada.	Lucas Milhomens Fonseca	UFPB	COMUNICAÇÃO
370.	2009	Dissertação As representações no circuito das notícias: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no jornal zero hora.	Vilso Junior Chierentin Santi	UFSM	COMUNICAÇÃO
371.	2009	Dissertação Brasil de Fato: trajetória, contradições e perspectivas de um jornal popular alternativo.	Ana Maria Straube de Assis Moura	METODISTA	COMUNICAÇÃO SOCIAL
372.	2009	Tese Estudo dos determinantes das performances socioeconômicas dos assentamentos de reforma agrária do Rio de Grande do Sul : análise comparada nas perspectivas do capital social e da nova economia	Renildes Fortunato Siman	UFRGS	DESENVOLVIMENTO RURAL

		institucional.			
373.	2009	Dissertação Direito a terra e trabalho: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a crítica da estrutura fundiária brasileira.	Rodolfo de Carvalho Cabral	UFPE	DIREITO
374.	2009	Dissertação Movimentos sociais e ação educativa: uma experiência em Mundo Novo – MS.	Adma Cristhina Salles de Oliveira	UEL	EDUCAÇÃO
375.	2009	Tese A educação do MST no contexto educacional brasileiro.	Adriana D'Agostini	UFBA	EDUCAÇÃO
376.	2009	Dissertação Educação do campo: expressividade corporal na prática educativa.	Carmem Silva Machado	UTP	EDUCAÇÃO
377.	2009	Tese Educação do campo e políticas públicas para além do capital: hegemonias em disputa.	Claudemiro Godoy do Nascimento	UnB	EDUCAÇÃO
378.	2009	Dissertação A necessidade histórica da cultura corporal : possibilidades emancipatórias em áreas de reforma agrária - MST/Bahia.	David Romão Teixeira	UFSC	EDUCAÇÃO
379.	2009	Dissertação Do assentamento a universidade: a mulher camponesa no ensino superior.	Denice Batista da Silva	UFS	EDUCAÇÃO
380.	2009	Dissertação Essa ciranda não é minha so, ela é de todos nós : a educação das crianças sem terrinha no MST.	Edna Rodrigues Araujo Rossetto	UNICAMP	EDUCAÇÃO
381.	2009	Tese Entre campo e cidade: infâncias e leituras entrecruzadas: um estudo no Assentamento Palmares II, Estado do Pará.	Eliana da Silva Felipe	UNICAMP	EDUCAÇÃO
382.	2009	Dissertação Pedagogia da terra: um encontro de saberes, vivências e práticas educativas.	Fabio Dantas de Souza Silva	UFBA	EDUCAÇÃO
383.	2009	Tese Ocupação da escola: uma categoria em construção.	Fernando José Martins	UFRGS	EDUCAÇÃO
384.	2009	Dissertação Um Estudo de caso do curso de Pedagogia da Terra da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.	Flávia Azevedo Fernandes	UnB	EDUCAÇÃO
385.	2009	Dissertação Formação de educadores militantes no MST: a	Franciele Soares dos Santos	UFSC	EDUCAÇÃO

		experiência do curso Pedagogia da Terra na UNIOESTE/PR.			
386.	2009	Tese A relação teoria-prática do curso de formação de professores do campo na UFPA.	Georgina Negrão Kalife Cordeiro	UFRN	EDUCAÇÃO
387.	2009	Tese Escola itinerante dos acampamentos do MST: um contraponto à escola capitalista?	Isabela Camini	USP	EDUCAÇÃO
388.	2009	Dissertação Políticas públicas de educação do campo: o caso do MST.	Pedro Olivo Filho	PUC/RS	EDUCAÇÃO
389.	2009	Tese A propriedade cultivada na escola do MST: a Pedagogia do Oprimido na promoção da dignidade humana.	Teodoro Adriano Costa Zanardi	PUC/SP	EDUCAÇÃO
390.	2009	Dissertação . Agroecologia e processamento de alimentos em assentamentos rurais.	Wilson Mazalla Neto	UNICAMP	ENGENHARIA AGRÍCOLA
391.	2009	Dissertação Estudo exploratório do Serviço de Assessoria Técnica, Social e ambiental à Reforma Agrária - (Ates) em Minas Gerais.	Reinaldo Marcos Scaramelo	UFV	EXTENSÃO RURAL
392.	2009	Dissertação Entre o sujeito e o verbo: um estudo sobre o caráter urbano da militância do MST na Região Metropolitana de Goiânia (RMG).	Marcelo Barbosa Marques	UFG	GEOGRAFIA
393.	2009	Dissertação O assentamento rural Carlos Lamarca em Itapetininga-sp: organização e dinâmica territorial.	Antônio Carlos da Silva	UFGD	GEOGRAFIA
394.	2009	Tese A Reterritorialização do Assentamento Conquista na Frente de Dionísio Cerqueira - SC: para além da dimensão cultural.	Antônio Carlos Moreira	UFRGS	GEOGRAFIA
395.	2009	Dissertação Agroecologia e transformações no espaço rural: o caso do Assentamento Conquista da Liberdade, Piratini – RS.	Edinho Carlos Kunzler	UFSM	GEOGRAFIA
396.	2009	Tese Territórios em disputa: Terras (re)tomadas no Pontal do Parapanema.	Carlos Alberto Feliciano	USP	GEOGRAFIA
397.	2009	Dissertação	Marlene	USP	INTEGRAÇÃO

		Arte e cultura popular na América Latina: o teatro político do MST (Brasil) e o teatro comunitário do Nuestra Gente (Colômbia).	Cristiane Gomes Britos		NA AMÉRICA LATINA
398.	2009	Tese Linguagem e cultura na construção da identidade do sem-terra.	Vanderlei José Zacchi	USP	LETRAS
399.	2009	Tese Experiência e luta pela terra: o assentamento Sepé Tiaraju e o MST.	Gislayne Cristina Figueiredo Vasquez	USP	PSICOLOGIA
400.	2009	Dissertação A construção da identidade de três gerações do MST assentamento Rancho Grande - Goiás.	Joana dos Santos Rosa	UCG	SERVIÇO SOCIAL
401.	2009	Tese# Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras.	Simone Maria de Souza	UFPE	SERVIÇO SOCIAL
402.	2009	Dissertação Ação Política, Transformação Social e Reconstrução de Identidades: um olhar a partir do feminismo para a militância das mulheres rurais nos movimentos sociais.	Elizabeth Ferreira da Cruz	UFC	SOCIOLOGIA
403.	2009	Tese Trajetórias e Condições do Camponês: As Relações Sociais nos Assentamentos do Ceará.	Francisco Gomes de Andrade	UFC	SOCIOLOGIA
404.	2009	Tese Representação política e constituição de identidades: estudo sobre a narrativa petista.	Rui Gomes de Mattos de Mesquita	UFPE	SOCIOLOGIA
405.	2009	Dissertação Em busca do tempo partido: a consciência histórica e o MST.	Eduardo Mara	UFRN	SOCIOLOGIA
406.	2009	Dissertação Construindo a terra prometida - Da terra de (agro) negócio à terra de trabalho: A nova face da questão agrária e a luta pela reforma agrária em um acampamento no estado do Rio de Janeiro.	Laila Fabíola Teodózio Pessoa Coelho	UFRRJ	SOCIOLOGIA
407.	2009	Tese A ironia da realidade e os paradoxos da razão política: diversidade, sociabilidade e dinâmicas político-religiosas em espaços de luta pela terra	Valter Lúcio de Oliveira	UFRRJ	SOCIOLOGIA

		no Rio Grande do Sul.			
408.	2009	Tese Música e movimentos sociais: as marcas da simbologia religiosa no MST	Marivone Piana	UFSC	SOCIOLOGIA
409.	2009	Tese A formação política da juventude do movimento sem terra no estado do Paraná.	Suely Aparecida Martins	UFSC	SOCIOLOGIA
410.	2009	Dissertação Vem tecemos a nossa liberdade: uma etnografia das solidariedades e dos conflitos vivididos por Sem-Terras no norte do rs.	Debora Hahn Schu	UFSM	SOCIOLOGIA
411.	2009	Tese Os caminhos da libertação: valores presentes na luta pela terra.	Vitor Barletta Machado	UNICAMP	SOCIOLOGIA
412.	2009	Tese Tupanciretã: Deus passou por aqui. Um estudo sobre as relações entre os movimentos sociais e as religiões nos assentamentos rurais Primavera e Tupanciretã no Pontal do Paranapanema/SP.	Marluse Castro Maciel	USP	SOCIOLOGIA
413.	2009	Dissertação As atividades culturais na proposta educativa dos cursos técnicos de nível médio integrados do MST- PR.	Jovana Aparecida Cestille	UTFPR	TECNOLOGIA
414.	2010	Dissertação Cruzando fronteiras invisíveis: desvendando relações de gênero em um assentamento rural organizado pelo MST no sul de Minas Gerais.	Pedro Rosas Magrini	UFLA	ADMINISTRAÇÃO
415.	2010	Dissertação Insumos orgânicos na produção de arroz em assentamentos da reforma agrária - Região de Porto Alegre/RS.	Antonio Marcos dos Santos Vignolo	UFSC	AGROECOSSISTEMAS
416.	2010	Dissertação Questão agrária e hegemonia: o pré-assentamento como campo de batalha entre a alienação e a emancipação.	Luiz Henrique Gomes de Moura	UFSC	AGROECOSSISTEMAS
417.	2010	Dissertação Produção de alimentos para autoconsumo e geração de renda em um assentamento rural de organização coletiva: a experiência da COPAVI- Paraná	Thiago Luiz Ragugnetti Furlaneto	UEL	AGRONOMIA
418.	2010	Dissertação	Fábio	UNIVATES	AMBIENTE E

		O meio ambiente na percepção dos assentados pelo MST/INCRA: um estudo sobre os assentamentos da antiga Fazenda Annoni, Pontão/RS.	Roberto Krzysczak		DESENVOLVIMENTO
419.	2010	Dissertação Mulheres na Reforma Agrária e Política de Créditos: Avaliação do PRONAF Mulher em Assentamentos de Monsenhor Tabosa.	Ana Maria Timbó Duarte	UFC	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
420.	2010	Tese O espaço da democracia no projeto político dos dirigentes do MST.	Plínio Jose Feix	UNICAMP	CIÊNCIA POLÍTICA
421.	2010	Dissertação A ATERRA Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária: Desafios, obstáculos e contradições na construção e organização de uma alternativa de Economia Solidária.	Alnary Nunes Rocha Filho	UEPG	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
422.	2010	Dissertação Jornalismo de resistência: apropriação das estratégias discursivas do campo midiático pela Revista Sem Terra.	Antonio Simões Menezes	UFC	COMUNICAÇÃO
423.	2010	Dissertação Políticas comunicacionais e a prática radiofônica na sociedade em midiáticação: um estudo sobre os documentos de comunicação do Movimento Sem Terra (MST) e Rádio Terra Livre FM.	Joel Felipe Guindani	UNISINOS	COMUNICAÇÃO
424.	2010	Dissertação O MST desterritorializado: um novo olhar sobre a criminalização do movimento a partir do fotojornalismo e do hiperrespetáculo.	Roberto Aparecido Mancuzo Silva Junior	UEL	COMUNICAÇÃO
425.	2010	Dissertação O vermelho na cultura do papel: a visibilidade midiática do MST e a imprensa.	Andrea Virginia Lamego Lyra	UFBA	CULTURA E SOCIEDADE
426.	2010	Dissertação Terra, escola e inclusão: a novidade na marcha do MST.	Álcio Crisóstomo Magalhães	UFG	EDUCAÇÃO
427.	2010	Dissertação Proneira e cultura corporal: uma análise da trajetória da Educação Física nos projetos de formação de educadores e educadoras do campo, no estado do Maranhão.	Aline Silva Andrade Nunes	UFMA	EDUCAÇÃO
428.	2010	Dissertação	Apolliane	UFSJ	EDUCAÇÃO

		Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: um estudo sobre um assentamento e sua escola.	Xavier Moreira dos Santos		
429.	2010	Dissertação A gestão educacional do MST e a burocracia de estado.	Arlete Ramos dos Santos	UFMG	EDUCAÇÃO
430.	2010	Dissertação Implicações da cultura de participação do trabalho cooperado dos sem-terra assentados na gestão da escola: a gestão escolar como reflexo da realidade.	Charles Luiz Policena Luciano	UFMS	EDUCAÇÃO
431.	2010	Dissertação Pedagogia da terra: olhar dos/as educandos/as em relação à primeira turma do estado de São Paulo.	Débora Monteiro do Amaral	UFSCar	EDUCAÇÃO
432.	2010	Dissertação Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em agroecologia no MST: desafios da educação do campo na construção do projeto popular.	Dominique Michèle Periotto Guhur	UEM	EDUCAÇÃO
433.	2010	Dissertação Práticas de memória, narrativas da história: representações de alunos do curso de pedagogia para educadores do campo (UNIOESTE) sobre o ensino de história.	Fernando Henrique Tisque dos Santos	USP	EDUCAÇÃO
434.	2010	Dissertação Letramento no campo: o rádio educativo em um assentamento da reforma agrária no Ceará.	Francisca de Marilac de Souza Patrício	UFC	EDUCAÇÃO
435.	2010	Tese A dimensão educativa da mística na construção do MST como sujeito coletivo.	Giovani Vilmar Comerlato	UFRGS	EDUCAÇÃO
436.	2010	Dissertação Os sentidos da formação em Pedagogia da Terra: o caso das militantes do MST no estado de São Paulo.	Janaína Ribeiro de Rezende	UFSCar	EDUCAÇÃO
437.	2010	Tese Parceria e dissenso na educação do campo: marcas e desafios na luta do MST.	Lucineide Barros Medeiros	UNISINOS	EDUCAÇÃO
438.	2010	Dissertação Assentamento Trinta de Maio: ações e contradições entre educação e trabalho em uma cooperativa de produção agropecuária.	Márcio Hoff	UFRGS	EDUCAÇÃO

439.	2010	Dissertação Lazer e processos educativos no contexto de trabalhadores/as rurais do MST.	Robson Amaral da Silva	UFSCar	EDUCAÇÃO
440.	2010	Tese A escola no contexto das lutas do MST.	Sandra Luciana Dalmagro	UFSC	EDUCAÇÃO
441.	2010	Tese Práticas de leitura em uma sala de aula da Escola do Assentamento: educação do Campo em construção.	Vania Aparecida Costa	UFMG	EDUCAÇÃO
442.	2010	Dissertação Histórias de vida de educadoras do MST e sua contribuição para o ensino das artes visuais.	Vinícius Luge Oliveira	UFSM	EDUCAÇÃO
443.	2010	Dissertação A natureza do/no MST.	Fernanda Ciandrini de Mendonça	FURG	EDUCAÇÃO AMBIENTAL
444.	2010	Dissertação ^{oo} O projeto estadual de reforma agrária e o caso do Assentamento Carlos Marighella - Santa Maria-RS: entre o ideal e o possível.	Marli Rodrigues	UFSM	EXTENSÃO RURAL
445.	2010	Dissertação Caldeirão e Assentamento 10 de Abril: passado e presente na luta por terra no Cariri cearense.	Judson Jorge da Silva	UFC	GEOGRAFIA
446.	2010	Dissertação Terra, Trabalho e Escola: a luta do MST por uma educação do/no campo na Paraíba.	Mara Edilara Batista de Oliveira	UFPB	GEOGRAFIA
447.	2010	Dissertação O aprendizado e resistência camponesa nos acampamentos e assentamentos de sem-terra em Quedas do Iguaçu/PR.	Djoni Roos	UNIOESTE	GEOGRAFIA
448.	2010	Dissertação As estratégias de existência camponesa entre os avicultores vinculados a Copagril.	Irma Storti	UNIOESTE	GEOGRAFIA
449.	2010	Dissertação A prática da mística e a luta pela terra no MST.	Fabiano Coelho	UFGD	HISTÓRIA
450.	2010	Dissertação Formação e organização política da classe dominante agrária: a Sociedade Rural do Oeste do Paraná.	Irene Spies Adamy	UNIOESTE	HISTÓRIA
451.	2010	Dissertação MST: A juventude como caminho.	Cássia Milena Nunes Oliveira	USP	HISTÓRIA

452.	2010	Dissertação A reprodução socioeconômica e produtiva do campesinato no sudeste paraense: o Assentamento Palmares II, Parauapebas/PA.	Haroldo de Souza	UFPA	PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
453.	2010	Dissertação Ocupando mentes, conquistando a terra: O papel das Ocupações de Terra promovidas pelo MST no processo de Implementação de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária.	Cinthia Fonseca Lopes	UECE	POLÍTICAS PÚBLICAS
454.	2010	Dissertação A RELAÇÃO SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE: Inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA no Maranhão.	Laurinete Rodrigues da Silva Delgado	UFMA	POLÍTICAS PÚBLICAS
455.	2010	Tese Experiência, memória e autonomia em um assentamento de reforma agrária na região de Ribeirão Preto-SP.	Fabiana Cristina Severi	USP	PSICOLOGIA
456.	2010	Dissertação ^o Desenvolvimento e reforma agrária no território zona sul do Rio Grande do Sul: Os impactos dos assentamentos na percepção das famílias.	Patrícia Martins da Silva	UFPeI	SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR
457.	2010	Tese Sob o signo da relação: a mídia e os sentidos culturais dos jovens residentes em assentamentos rurais do MST-PB.	Goretti Maria Sampaio de Freitas	UFPB	SOCIOLOGIA
458.	2010	Dissertação A teologia da libertação e a luta pela reforma agrária: os casos dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro - Capão do Leão/RS.	Luciana Muszinski	UFPeI	SOCIOLOGIA
459.	2010	Tese O tempo e o voto: uma etnografia da política no cotidiano de famílias assentadas.	Letícia de Faria Ferreira	UFRRJ	SOCIOLOGIA
460.	2010	Dissertação A formação do discurso da Agroecologia no MST.	Sérgio Botton Barcellos	UFRRJ	SOCIOLOGIA
461.	2010	Dissertação Reforma agrária e desenvolvimento sustentável!?	José Cláudio Gonçalves	UFSCar	SOCIOLOGIA

		A difícil construção de um assentamento rural agroecológico em Ribeirão Preto – SP.			
462.	2010	Tese A luta pela terra e o poder político da comunidade frente à ordem política vigente: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil, e a Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolívia.	Juliana Amoretti	Unb	SOCIOLOGIA
463.	2010	Tese Pátria livre, meu roçado: sociabilidade e configuração social em assentamentos rurais.	Vanderci Benjamin Ruschel	UNICAMP	SOCIOLOGIA
464.	2010	Tese Produção associada na era da precarização estrutural: da atuação das cooperativas de trabalho.	Claudete Pagotto	UNICAMP	SOCIOLOGIA
465.	2011	Dissertação A vida no e para além do roçado: reprodução social e pluriatividade no Assentamento Santo Dias em Guapé - Minas Gerais.	Douglas Vinícius Vaz Martins	UFLA	ADMINISTRAÇÃO
466.	2011	Dissertação ^o Ação coletiva e luta pela terra no assentamento Palmares II, Pará.	Glauca de Sousa Moreno	UFPA	AGRICULTURAS AMAZÔNICAS
467.	2011	Dissertação ^o Avaliação de impactos ambientais da agroindustrialização canavieira na cooperativa de produção agropecuária vitória (COPAVI): um estudo de caso da produção de açúcar mascavo.	Eduardo Rodrigues Araujo	UFSCar	AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL
468.	2011	Dissertação Estratégias produtivas no assentamento Encruzilhada Natalino Faze IV - "Fazenda Annoni" - um estudo de caso.	Alejandra Anahi Baez	UFSC	AGROECOSSISTEMAS
469.	2011	Dissertação A luta pela terra e a trajetória da resistência: trabalho e renda nas famílias no assentamento zumbi dos palmares - Passos Maia/SC.	Seliane Pierezan	UFSC	AGROECOSSISTEMAS
470.	2011	Dissertação ^o De vivências ambientais ao etnoconhecimento: o resgate da memória de moradores das comunidades do entorno da unidade de conservação mata do junco, Capela-SE.	Mayra Cristina Lima Oliveira	UFS	DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

471.	2011	Tese Clientelismo e brokerage na reforma agrária: a ascensão das novas elites.	Paulo Freire Mello	UFRGS	DESENVOLVIMENTO RURAL
472.	2011	Dissertação Construir uma história, partilhar a terra: uma investigação sobre a justiça na formação dos assentamentos do MST.	Bruno Franco Alves	PUC/MG	DIREITO
473.	2011	Tese Da legitimidade da intervenção penal no Estado democrático de direito - da expansão punitiva na criminalização dos movimentos sociais à construção de um direito penal racional sob a perspectiva constitucional.	Fernando Antonio da Silva Alves	UNISINOS	DIREITO
474.	2011	Dissertação Família no Programa Residência Agrária: a visão dos atores da Universidade Federal do Ceará.	Margarida Maria Higino de Jesus	UFV	ECONOMIA DOMÉSTICA
475.	2011	Tese A relação trabalho-educação e o projeto político-pedagógico do MST: uma prática em construção em escolas de assentamentos em Minas Gerais.	Adilene Goncalves Quaresma	UFMG	EDUCAÇÃO
476.	2011	Dissertação Práticas educativas em agroecologia no MST/PR: processos formativos na luta pela emancipação humana.	Aparecida do Carmo Lima	UEL	EDUCAÇÃO
477.	2011	Dissertação Saberes da experiência e produção da vida social: o que nos ensinam as trabalhadoras e os trabalhadores associados?	Bruna Sichi Goncalves	UFF	EDUCAÇÃO
478.	2011	Dissertação A pedagogia do Movimento Sem Terra e a relação de gênero: incidências, contradições e perspectivas em movimento.	Djacira Maria de Oliveira	UFBA	EDUCAÇÃO
479.	2011	Dissertação A dialética produção-consumo do trabalho docente na territorialidade camponesa.	Fernando Conde Veiga	UFMG	EDUCAÇÃO
480.	2011	Dissertação A dialética produção-consumo do trabalho docente na territorialidade camponesa.	Fernando Conde Veiga	UFMG	EDUCAÇÃO
481.	2011	Dissertação O letramento no método 'sim	Leyli Abdala Pires Boemer	UFSC	EDUCAÇÃO

		eu posso' no contexto do MST de Santa Catarina: um estudo no assentamento São José no município de Campos Novos.			
482.	2011	Dissertação PRONERA: política pública na educação de assentados (as) da reforma agrária.	Maria Elcineide de Albuquerque Marialva	UNICAMP	EDUCAÇÃO
483.	2011	Dissertação Contribuições dos movimentos sociais na democratização do acesso à educação: a luta do MST em São Paulo pelo acesso à educação.	Rodolfo de Jesus Chaves	UFSCar	EDUCAÇÃO
484.	2011	Dissertação Práticas de letramento em uma escola de assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no município de São Lourenço da Mata.	Sidney Alexandre da Costa Alves	UFPE	EDUCAÇÃO
485.	2011	Dissertação Centralidade do papel educativo e organizativo do técnico social na realidade camponesa: assentamento Conquista da Liberdade.	Thais Goncalves Saggiomo	UFPEl	EDUCAÇÃO
486.	2011	Dissertação A formação técnico-profissional em agroecologia no MST/SP.	Thelmely Torres Rego	UFSC	EDUCAÇÃO
487.	2011	Dissertação Educação do campo e formação no/pelo trabalho: experiências de homens e mulheres do assentamento Sezinio Fernandes de Jesus MST – ES.	Welson Batista de Oliveira	UFES	EDUCAÇÃO
488.	2011	Dissertação Educação em movimento: possibilidades, limites e tensionamentos para a implementação de uma pedagogia contra-hegemônica.	Wiria C Livolis de Alcantara	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	EDUCAÇÃO
489.	2011	Tese Cursos superiores universitários: formação de educadores do campo.	Yolanda Zancanella	UNICAMP	EDUCAÇÃO
490.	2011	Tese Diálogos e aprendizagens na formação em agronomia para assentados.	Rosemeri Scalabrin	UFRN	EDUCAÇÃO
491.	2011	Dissertação Movimentos sociais e a luta pelo público na educação: escolas itinerantes no Brasil e bacharelados populares na Argentina.	Alice Coutinho da Trindade	UFRJ	EDUCAÇÃO
492.	2011	Dissertação	Sandra	UNIJUI	EDUCAÇÃO

		As mulheres assentadas e suas lidas: compreensões acerca de gênero, educação, saúde e trabalho.	Beatris Diniz Ebling		NAS CIÊNCIAS
493.	2011	Tese A agroecologia e sua apropriação pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) e assentados de reforma agrária.	Ricardo Serra Borsatto	UNICAMP	ENGENHARIA AGRÍCOLA
494.	2011	Dissertação A matemática do meio rural numa abordagem etnomatemática: uma experiência educacional dos núcleos - escolas da comunidade camponesa do movimento sem terra do município de serra talhada.	Paulo Policarpo Campos	UFRPE	ENSINO DAS CIÊNCIAS
495.	2011	Dissertação A participação da mulher no MST no DF e entorno estudo de caso.	Judith Dias Ximenes	UnB	ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS
496.	2011	Dissertação A importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): o exemplo da Comuna Irmã Alberta São Paulo-SP.	Andréia Jofre	PUC/SP	GEOGRAFIA
497.	2011	Dissertação A organização do território a partir do paradigma da agroecologia na comunidade Emiliano Zapata, ponta grossa – PR.	Sandra Andrea Engelmann	UEPG	GEOGRAFIA
498.	2011	Dissertação Cercas velhas de arame novo: o campesinato de Monsenhor Tabosa frente à expansão das culturas para a produção de agrocombustíveis no Ceará.	Thiago Roniere Rebouças Tavares	UFC	GEOGRAFIA
499.	2011	Tese A ocupação do território matogrossense e a recreação camponesa em áreas do agronegócio: o caso de campo verde e tangará da serra – MT.	Lisanil da Conceicao Patrocínio Pereira	UFF	GEOGRAFIA
500.	2011	Dissertação A produção territorial e as formas de resistência no assentamento rural Sul Bonito em Itaquiraí-MS.	Daiane Alencar da Silva	UFGD	GEOGRAFIA
501.	2011	Dissertação A Configuração Espacial do MST no Nordeste: a influência do espaço regional no	Rogério Silva Bezerra	UFPB	GEOGRAFIA

		desenvolvimento do movimento.			
502.	2011	Tese Dissidência e fragmentação da luta pela terra na zona da cana nordestina: o estado da questão em Alagoas, Paraíba e Pernambuco.	Edvaldo Carlos de Lima	UFPE	GEOGRAFIA
503.	2011	Tese A territorialidade da mística nos assentamentos do movimento dos trabalhadores rurais do estado de Sergipe: novas parcerias, contradições, criações e obras.	Maria Ediluzia Leopoldino Santos	UFS	GEOGRAFIA
504.	2011	Tese O espaço transitório socialista no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Santa Catarina, Brasil, de 1985 a 2010.	Andre Vasconcelos Ferreira	UFSC	GEOGRAFIA
505.	2011	Dissertação Diferentes modelos, diferentes caminhos: a busca pela sustentabilidade ambiental no município de Piratini, RS.	Jaciele Carine Sell	UFSM	GEOGRAFIA
506.	2011	Tese Luta, territorialização e resistência camponesa no leste rondoniense (1970-2010).	Murilo Mendonça Oliveira de Souza	UFU	GEOGRAFIA
507.	2011	Dissertação Luta pela terra no triângulo mineiro/Alto Paranaíba: a trajetória dos movimentos e organizações sociais na construção do território.	Natalya Dayrell de Carvalho	UFU	GEOGRAFIA
508.	2011	Dissertação A produção e representação de estruturas territoriais: o caso do assentamento 08 de abril - Jardim Alegre/PR.	Cleiton Costa Denez	UNICENTRO	GEOGRAFIA
509.	2011	Dissertação Natureza, terra e trabalho na educação do MST: o caso do assentamento Congonhas à Abelardo Luz à SC.	Robson Olivino Paim	UNIOESTE	GEOGRAFIA
510.	2011	Dissertação O sonho se faz a mão e sem permissão. "Escravidão temporária" e reforma agrária no sudeste do Pará.	Carlos Juliano Marcondes e Ferreira de Toledo Barros	USP	GEOGRAFIA
511.	2011	Dissertação O modelo socialista de Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA): contradições e avanços - estudo de caso de Copava.	Fernanda Thomaz	USP	GEOGRAFIA

512.	2011	Tese O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus temas: 1981-2001.	Antonio Alves Bezerra	PUC/SP	HISTÓRIA
513.	2011	Dissertação A incorporação da agroecologia pelo MST: reflexões sobre o novo discurso e experiência prática.	Priscilla Gomes da Silva	UFF	HISTÓRIA
514.	2011	Dissertação Mastro: a formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (1970-1990).	Leozil Ribeiro de Moraes Junior	UNIOESTE	HISTÓRIA
515.	2011	Tese O discurso sobre a educação básica do campo: uma análise linguístico-discursiva do tom de obrigatoriedade do enunciador.	Rosalina Brites de Assunção	MACKENZIE	LETRAS
516.	2011	Dissertação Queres saber como fazer identidades com palavras? Uma análise em pragmática cultural da construção performativa do sem terra assentado no MST-ce.	Marco Antonio Lima do Bonfim	UECE	LINGUÍSTICA
517.	2011	Tese Entre a utopia e o mal-estar: reflexões psicanalíticas sobre os militantes do MST e seus dilemas.	Eliane Domingues	PUC/SP	PSICOLOGIA
518.	2011	Dissertação Participação infantil: reflexões a partir da escuta de crianças de assentamento rural e de periferia urbana.	Regiane Sbroion de Carvalho	USP	PSICOLOGIA
519.	2011	Dissertação O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra e as relações entre saúde, trabalho e ambiente em um assentamento rural no estado do Rio de Janeiro.	Julio Cesar Borges dos Santos	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	SAÚDE PÚBLICA
520.	2011	Dissertação O uso de plantas medicinais na medicina popular praticada em assentamentos do MST do estado do Rio de Janeiro: uma contribuição para o SUS.	Leticia Mendes Ricardo	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	SAÚDE PÚBLICA
521.	2011	Dissertação Cras rural: lugar de efetivação da política de assistência social: estudo sobre o acesso à política de assistência social por famílias assentadas.	Luiz Antônio Pasinato	PUC/RS	SERVIÇO SOCIAL
522.	2011	Tese ^o	Antonio	UFPeI	SISTEMAS DE

		Construção coletiva de um saber sobre a floresta na definição dos indicadores de sustentabilidade da reserva legal do assentamento Olga Benário.	Maciel Botelho Machado		PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR
523.	2011	Dissertação As ideologias do protesto popular no MST sob o governo Lula (2002-2010).	Rafael Kenji Kuriyama	UEL	SOCIOLOGIA
524.	2011	Dissertação O imperativo masculino em assentamento do MST: uma relação de poder e dominação simbólica.	Erik Marcelo de Moura	UFAL	SOCIOLOGIA
525.	2011	Tese Movimento(s) na roça: mulheres, estratégias de luta e de reprodução no meio rural.	Maria de Lourdes Novaes Scheffler	UFBA	SOCIOLOGIA
526.	2011	Dissertação As representações dos contextos de conflito social no campo no cinema documentário brasileiro.	Rodrigo Oliveira Lessa	UFBA	SOCIOLOGIA
527.	2011	Dissertação Quando os assentados chegaram: tempo e experiência social no MST.	Marcos Paulo Campos Cavalcanti de Mello	UFC	SOCIOLOGIA
528.	2011	Dissertação Diversificação produtiva em assentamentos rurais na zona da mata de Pernambuco.	Jefferson Oliveira de Vasconcelos.	UFCG	SOCIOLOGIA
529.	2011	Dissertação Estado, mídia e criminalização do MST um estudo a partir do caso de Pocinhos (PB).	Paula Oliveira Adissi	UFCG	SOCIOLOGIA
530.	2011	Dissertação Jovens assentados, jovens estudantes, jovens professores: juventude em assentamentos rurais do RN.	Jeremias Alves de Araujo e Silva	UFRN	SOCIOLOGIA
531.	2011	Dissertação O Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária – Ates e a cooperativa do MST no Espírito Santo.	Jaqueline da luz Ferreira	UFRRJ	SOCIOLOGIA
532.	2011	Dissertação Estabelecidos ou outsiders? Análise das relações sociais entre diferentes grupos sociais no município de diamante d' oeste no Paraná.	Rosangela da Silva	UNICAMP	SOCIOLOGIA
533.	2011	Dissertação Agricultura familiar e associativismo: um estudo de caso no assentamento	Luis Florentino Silva	UNISINOS	SOCIOLOGIA

		margarida Alves, Mirassol d'Oeste – MT.			
534.	2012	Dissertação Nem brabo nem manso: homens, animais e plantas no assentamento Vale da Serra; Pitanga PR .	Ricardo de Campos Leinig	UFPR	ANTROPOLOGIA
535.	2012	Dissertação Hegemonia, cidadania e comunicação: uma análise do Jornal Sem Terra.	Alessandra Franceschini Possebon	UNESP	COMUNICAÇÃO
536.	2012	Dissertação Comunicação e contra-hegemonia: a comunicação como estratégia política do MST.	Helena Martins do Rego Barreto	UFC	COMUNICAÇÃO
537.	2012	Tese Ciberdemocracia e movimento dos trabalhadores rurais sem terra: práticas comunicacionais no terreno da esfera pública virtual.	Marta Helena Dornelles Tejera	PUC/RS	COMUNICAÇÃO
538.	2012	Dissertação Do sentido ético à sobrevivência: a prática ambiental em assentamentos rurais do MST no estado de Sergipe.	Edivanio Santos Andrade	UFS	DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
539.	2012	Tese A partir das águas: argumentações midiáticas, resistência popular e a transposição do rio São Francisco.	Christianne Evaristo de Araujo	UnB	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
540.	2012	Tese Da legitimidade da intervenção penal no estado democrático de direito da expansão punitiva na criminalização dos movimentos sociais à construção de um direito penal racional sob a perspectiva constitucional.	Fernando Antonio da Silva Alves	UNISINOS	DIREITO
541.	2012	Tese A luta e a lida: estudo do controle social do MST nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária.	Franciele Silva Cardoso	USP	DIREITO
542.	2012	Dissertação Direitos humanos, cidadania e os movimentos populares no Brasil: um estudo a partir do MST.	Jose Pedro Makowski de Oliveira Gavião de Almeida	UNIMEP	DIREITO
543.	2012	Dissertação A dialética da efetividade dos direitos humanos sob o	Thiago Arruda	UFPB	DIREITO

		capitalismo: a experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.	Queiroz Lima		
544.	2012	Dissertação As práticas de saúde no MST do Vale Do Rio Doce, MG: normas e valores na atividade.	Bianca Rückert	UFMG	EDUCAÇÃO
545.	2012	Dissertação A formação do homem novo na pedagogia de Antons. S. Makarenko: um estudo introdutório na perspectiva da ontologia marxiana-lukacsiana.	Ciro Mesquita de Oliveira	UECE	EDUCAÇÃO
546.	2012	Dissertação O currículo e as práticas pedagógicas na EJA: concepções e crenças dos professores da escola municipal Francisca Leonísia Cruz.	Divoene Pereira Cruz	UFRN	EDUCAÇÃO
547.	2012	Dissertação Formação educacional dos jovens nos assentamentos do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST: o caso de Vitória da Conquista, Bahia.	Edlene Santos Oliveira	UNICAMP	EDUCAÇÃO
548.	2012	Dissertação A escola do trabalho: um estudo no Instituto de Educação Josué de Castro.	Eduardo Göttems Pergher	UFRGS	EDUCAÇÃO
549.	2012	Dissertação Políticas para educação do e no campo e os territórios de resistência do MST no Paraná: forças contra-hegemônicas.	Jeinni Kelly Pereira Puziol	UEM	EDUCAÇÃO
550.	2012	Dissertação Jogos de linguagem e educação matemática: um estudo sobre o curso de tecnologia em gestão de cooperativas, São Leopoldo - RS	Juliana Merigalli Schreiber	UNISINOS	EDUCAÇÃO
551.	2012	Tese A cultura corporal no curso normal de nível médio no IEJC/MST.	Leni Hack	UFRGS	EDUCAÇÃO
552.	2012	Tese A contra- hegemonia na formação de educadores do campo: uma análise sobre o curso de pedagogia da terra.	Lianna de Melo Torres	UFS	EDUCAÇÃO
553.	2012	Tese Escola pública e poder popular: a ocupação da escola capitalista pela classe trabalhadora.	Lizandra Guedes Baptista	USP	EDUCAÇÃO
554.	2012	Tese A Força Emancipadora da Espiritualidade e da Mística no MST: Experiências	Luis Eduardo Torres Bedoya	UFC	EDUCAÇÃO

		Formadoras na vida dos(as) militantes como poder catalisador do movimento.			
555.	2012	Dissertação Por uma pedagogia da luta e da resistência: a educação como estratégia política no MST.	Luiz Américo Araujo Vargas	UFRJ	EDUCAÇÃO
556.	2012	Tese Novos olhares, novos significados: a formação de educadores do campo.	Maria Osanette de Medeiros	UnB	EDUCAÇÃO
557.	2012	Tese "Juventude que ousa lutar!": trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST.	Natacha Eugenia Janata	UFSC	EDUCAÇÃO
558.	2012	Dissertação ^o Educação popular e práticas extensionistas na cooperação no campo: a associação de cooperação agrícola do Ceará (ACACE), em Canindé.	Raquel Carine Martins Beserra	UFC	EDUCAÇÃO
559.	2012	Tese A Mídia e o MST: heróis e vilões na trama do discurso jornalístico.	Sonia Maria Ferreira	UERJ	EDUCAÇÃO
560.	2012	Dissertação Tensões e conflitos em torno da luta pela terra. Estudo das comissões parlamentares de inquérito no Brasil.	Mayra Silva Lima	UnB	ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS
561.	2012	Dissertação Assentamento Olga Benário: Um Estudo de Caso da Espacialização da luta pela terra na Zona da Mata Mineira.	Manoel Tadeu Teixeira	UFV	EXTENSÃO RURAL
562.	2012	Dissertação A atuação da comissão pastoral da terra (CPT) em campos dos Goytacazes-RJ: uma análise do assentamento Zumbi dos Palmares.	Renato Luiz Goncalves	UFV	EXTENSÃO RURAL
563.	2012	Dissertação ^o A organização do território a partir do paradigma da agroecologia na comunidade Emiliano Zapata Ponta Grossa PR.	Angela Marli Ewerling Luiz	UEPG	GEOGRAFIA
564.	2012	Dissertação As estratégias para permanecer na terra: os assentados do projeto Estrela da Ilha em Ilha Solteira/SP.	Gláucia de Oliveira Fialho	UFMS	GEOGRAFIA
565.	2012	Dissertação Conflitos territoriais e produção de agrocombustíveis na Paraíba: o avanço do agronegócio das oleaginosas e	Thiago Leite Brandão de Queiroz	UFPB	GEOGRAFIA

		a resistência da via camponesa.			
566.	2012	Dissertação Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais em Passira-PE: mudanças efetivas na condição de vida das famílias assentadas?	Hugo Arruda de Moraes	UFPE	GEOGRAFIA
567.	2012	Dissertação O ensino técnico no MST: o caso do curso técnico em agropecuária com habilitação em agroecologia do Instituto Educar, Pontão, RS.	Luciele Alves Fagundes	UFSM	GEOGRAFIA
568.	2012	Dissertação O emergir de um novo território camponês: conquistas e transformações nos domínios do latifúndio o caso de São Gabriel rs.	Anderson Luiz Machado dos Santos	UFSM	GEOGRAFIA
569.	2012	Dissertação Diferentes modelos, diferentes caminhos: a busca pela sustentabilidade ambiental no município de Piratini, RS.	Jaciele Carine Sell	UFSM	GEOGRAFIA
570.	2012	Tese Assentamentos rurais do MST: práticas espaciais, representações e conflitos.	Amauri Tadeu Barbosa Nogueira	USP	GEOGRAFIA
571.	2012	Dissertação Fazenda do ministério: um território, dois momentos, muitos significados.	Nagel Medeiros	UNIVALE	GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO
572.	2012	Tese O discurso jornalístico e o processo de marginalização social do exército zapatista de libertação nacional e do movimento dos trabalhadores rurais sem terra.	Edson Antoni	PUC/RS	HISTÓRIA
573.	2012	Dissertação ^o Um levante no sertão do piauí: a trajetória camponesa na formação do assentamento marrecas (1985-1995).	Gisvaldo Oliveira da Silva	UFPI	HISTÓRIA
574.	2012	Dissertação Terra e trabalho: concepções de direito à terra e reforma agrária na Faixa de Fronteira de Santa Catarina (1968-1985).	Cristiane Dias de Melo	UNICAMP	HISTÓRIA
575.	2012	Dissertação A educação no MST: experiências educativas no centro de formação do assentamento Antônio Companheiro Tavares-PR, 1998-2011.	Simone Tatiana Pedron	UNIOESTE	HISTÓRIA
576.	2012	Dissertação Práticas sociais de letramento	Maria Cristina	UNICAMP	LINGUÍSTICA

		no Acampamento Lourival da Costa Santana: representações e construção de identidades em discursos de adultos não alfabetizados.	Macedo Alencar		
577.	2012	Dissertação° Estudos dos movimentos socioterritoriais sob a luz da teoria construtal.	Raphael Leite Campos	UFRGS	MODELAGEM COMPUTACIONAL
578.	2012	Tese° Tecnologias para quê e para quem? Um estudo da relação entre tecnologia agrícola e poder em assentamentos rurais no norte do Espírito Santo.	Flaviane de Carvalho Canavesi	UFRJ	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
579.	2012	Dissertação° O processo de formação dos acampamentos e seus impactos no desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária na região norte fluminense.	Diego Carvalhar Belo	UENF	POLÍTICAS SOCIAIS
580.	2012	Dissertação° O uso do método de alfabetização sim, eu posso pelo MST no Ceará: o papel do monitor da turma.	Ageu Quintino Mazilao Filho	UFSJ	PROCESSOS SOCIOEDUCATIVOS E PRÁTICAS ESCOLARES
581.	2012	Tese° A saúde na perspectiva ético-política: pesquisa ação participante na comuna da terra irmã Alberta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).	Ana Sílvia Ariza de Souza	PUC/SP	PSICOLOGIA
582.	2012	Dissertação° A mulher pela lente de jovens militantes do MST.	Gabriela Azevedo de Aguiar	UFRJ	PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNID.E ECOLOGIA SOCIAL
583.	2012	Dissertação° Os fundamentos sócio-históricos do processo de criminalização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Brasil.	Bruno Bruziguessi Bueno	UFJF	SERVIÇO SOCIAL
584.	2012	Dissertação Cooperação e hegemonia na dinâmica do capitalismo contemporâneo: a cooperação agrícola e organização política dos trabalhadores rurais na Lagoa do Mineiro/Ceará.	Evelyne Medeiros Pereira	UFPE	SERVIÇO SOCIAL
585.	2012	Dissertação A sociabilidade burguesa e o ethos emancipatório: o lugar da ética na luta de classes a partir de um estudo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Pernambuco.	Heloisa Gomes Bandeira	UFPE	SERVIÇO SOCIAL

586.	2012	Dissertação Terra para viver e trabalhar: contribuições críticas ao programa nacional de crédito fundiário.	Nuara de Sousa Aguiar	UFRN	SERVIÇO SOCIAL
587.	2012	Dissertação Da pedagogia da hegemonia burguesa ao difícil caminho de construção de uma contra-hegemonia: o protagonismo do MST nas lutas de resistência no governo Lula.	Daviane Aparecida de Azevedo	UFSC	SERVIÇO SOCIAL
588.	2012	Dissertação A mídia digital e os novos aparelhos privados de hegemonia na luta de classes: uma análise do sítio do MST.	Kaliandra Teixeira Mendes	UFSC	SERVIÇO SOCIAL
589.	2012	Dissertação A democracia como valor popular do MST: dilemas do enfrentamento ao estado burguês.	Juliana Faria Caetano	UEL	SOCIOLOGIA
590.	2012	Tese A construção da representação política do MST na Bahia e sua contribuição ao processo de democratização da ampla política uma experiência no fio da navalha.	Fabya dos Reis Santos	UFCG	SOCIOLOGIA
591.	2012	Tese Transição agroecológica nos assentamentos rurais: estratégias de resistência e produção de novidades.	Adriano da Costa Valadão	UFPR	SOCIOLOGIA
592.	2012	Tese Sob o leito do Procusto: sistema judicial e a criminalização da luta pela terra no Rio Grande Do Sul.	Fernanda Maria da Costa Vieira	UFRRJ	SOCIOLOGIA
593.	2012	Tese A mística no MST: mediação da práxis formadora de sujeitos históricos.	Rafael Bellan Rodrigues de Souza	UNESP	SOCIOLOGIA
594.	2013	Tese Cooperação e organização em assentamentos rurais: A proposta das Comunas da Terra e a virada do MST para os “urbanos”	João Augusto de Andrade Neto	UFRRJ	SOCIOLOGIA
595.	2013	Dissertação Produção Territorial dos Assentamentos rurais no Brasil: relação entre políticas, movimentos socioterritoriais e os assentados das reformas agrárias.	Herivelto Fernandes Rocha	UNESP	GEOGRAFIA
596.	2013	Dissertação Complexidade e economia solidária: a construção de	Edna Marta Pelosi	UEL	ADMINISTRAÇÃO

		novas concepções de produção e sociabilidade : um estudo de caso em empreendimento solidário.			
597.	2013	Dissertação Avaliação interdisciplinar de sistema de captação de água de chuva construído através de processo participativo com agricultores familiares.	Túlio Caio Binotti	UFSCar	AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL
598.	2013	Tese O MST no fio da navalha: dilemas, desafios e potencialidades da luta de classes.	Alexander Maximilian Hilsenbeck Filho	UNICAMP	CIÊNCIA POLÍTICA
599.	2013	Dissertação Desemprego e organização dos trabalhadores desempregados no Brasil: as políticas da CUT-SP e do MST-SP durante os governos Lula.	Carolina Barbosa Gomes Figueiredo Filho	UNICAMP	CIÊNCIA POLÍTICA
600.	2013	Tese A comunicação do MST: uma ação política contra-hegemônica.	Alexandre Barbosa	USP	COMUNICAÇÃO
601.	2013	Tese Práxis pedagógica: modo de vida da juventude rural e ensino de sociologia.	Jaqueline Ruszczyk	UFRGS	DESENVOLVIMENTO RURAL
602.	2013	Dissertação Construção do conhecimento agroecológico: o processo das famílias produtoras de arroz no assentamento Filhos de Sepé, Viamão.	Potira Viegas Preiss	UFRGS	DESENVOLVIMENTO RURAL
603.	2013	Dissertação Educação do campo e Ensino Médio em Agroecologia: estudo de caso da Escola 25 de Maio, Fraiburgo/SC.	Angélica Kuhn	PUC/SP	EDUCAÇÃO
604.	2013	Tese Ocupar, resistir e produzir, também na educação! o MST e a burocracia estatal: negação e consenso.	Arlete Ramos dos Santos	UFMG	EDUCAÇÃO
605.	2013	Tese MST : formação política e reforma agrária nos anos de 1980.	Fabiana de Cássia Rodrigues	UNICAMP	EDUCAÇÃO
606.	2013	Dissertação A construção do projeto político-pedagógico das escolas do campo: contribuições teórico-práticas para a realidade maranhense.	Marinalva Sousa Macedo	UFMA	EDUCAÇÃO
607.	2013	Tese Cultura corporal e tempo livre	Tiago Nicola Lavoura	UFMG	EDUCAÇÃO

		em áreas de reforma agrária: notas acerca da educação escolar e da emancipação humana.			
608.	2013	Tese Currículo e MST: relações de poder-saber e a produção da "subjetividade lutadora".	Vandiner Ribeiro	UFMG	EDUCAÇÃO
609.	2013	Dissertação O movimento em pedaços e os pedaços em movimento: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses.	José Sobreiro Filho	UNESP	GEOGRAFIA
610.	2013	Dissertação Territorialidades da educação do campo na região sudoeste do Paraná na última década (2000-2010).	Amarildo Nunes Pereira	UNIOESTE	GEOGRAFIA
611.	2013	Dissertação Terra e poder: as disputas entre agronegócio e a resistência camponesa no sudoeste paulista: uma abordagem sobre o uso de terras públicas.	Ricardo Manfrenatti Venturelli	USP	GEOGRAFIA
612.	2013	Dissertação Os sem terrinha: Uma história da luta social no Brasil (1981-2012).	Monyse Ravenna de Sousa Barros	UFU	HISTÓRIA
613.	2013	Dissertação Aqui eles são muito desconfiados letramentos, identidades e educação do campo.	Simone Carvalho do Prado dos Santos	UEPG	LETRAS
614.	2013	Tese Relações de trabalho e resistência camponesa no desenvolvimento dependente no maranhão: o assentamento Califórnia como uma expressão.	Zaira Sabry Azar	UFMA	POLÍTICAS PÚBLICAS
615.	2013	Dissertação Participação política: sentidos e significados atribuídos por membros do setor de educação de um assentamento rural	Leandro Amorim Rosa	USP	PSICOLOGIA
616.	2013	Dissertação Do latifúndio ao agronegócio: os adversários do MST no Jornal Sem Terra.	Diógenes Luiz da Silva	UFRRJ	SOCIOLOGIA
617.	2013	Dissertação Caminhos e descaminhos do repertório de ação dos mediadores rurais: a atuação da Contag e do MST na circunstância da transição democrática.	Teresa Mônica Maia de Carvalho	UFRRJ	SOCIOLOGIA
618.	2013	Dissertação	Solange Inês	UFU	SOCIOLOGIA

		A página virtual do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) como instrumento de contrainformação na luta político-ideológica pela reforma agrária.	Engelmann		
619.	2013	Dissertação Campeiros cosmopolitas: um estudo sobre a atuação política internacionalista do MST na América Latina.	Deni Ireneu Alfaro Rubbo	USP	SOCIOLOGIA

Fonte: Quadro desenvolvida pelo autor, a partir do levantamento bibliográfico realizado em 2013 e 2014.